

QUARTA-FEIRA, 3 DE DEZEMBRO DE 2008

PRESIDÊNCIA: PÖTTERING

Presidente

(A sessão tem início às 15H00)

1. Reinício da sessão

Presidente. - Declaro reaberta a sessão do Parlamento Europeu, suspensa na quinta-feira, dia 20 de Novembro de 2008.

2. Aprovação da acta da sessão anterior: ver Acta

3. Composição do Parlamento: ver Acta

4. Rectificações (artigo 204.º-A do Regimento): Ver Acta

5. Declarações da Presidência

Presidente. – No dia 26 de Novembro – faz hoje uma semana – ocorreu uma série dramática de ataques terroristas coordenados em Bombaim, na Índia. De acordo com o ministro do Interior indiano, estes ataques terríveis causaram quase 190 mortos, entre os quais 22 cidadãos estrangeiros, e 200 feridos, muitos dos quais correm ainda perigo de vida.

Em nome do Parlamento Europeu, quero manifestar a minha indignação perante este monstruoso ataque contra civis inocentes e apresentar as nossas sinceras condolências aos familiares de todas as vítimas.

Quero também garantir o nosso apoio e solidariedade sincera a todos aqueles que ficaram feridos nos ataques e às suas famílias.

O Parlamento Europeu condena veementemente estes actos terroristas e manifesta a sua solidariedade para com a Índia, o seu povo e as autoridades do país neste momento de tristeza. Hoje somos todos indianos.

O terrorismo é um ataque directo à liberdade, aos direitos humanos e à democracia. O terrorismo é uma tentativa de destruir, através da violência cega, os valores que nos unem na União Europeia e nos nossos Estados-Membros.

Senhoras e Senhores Deputados, como sabem, no momento dos ataques, encontrava-se em Bombaim uma delegação da Comissão do Comércio Internacional do Parlamento Europeu.

Não obstante o nosso profundo pesar pela tragédia destes ataques, não podemos deixar de exprimir a nossa alegria e alívio por todos os participantes nesta viagem da delegação parlamentar terem regressadoãos e salvos, já que alguns deles se encontravam na altura nos hotéis que foram alvo dos ataques e correram, portanto, perigo de vida imediato.

Sejam todos bem-vindos de volta a Bruxelas.

Caros Colegas, quero saudar, de um modo particular, o senhor deputado Ignasi Guardans, que presidiu à delegação, e os senhores deputados Daniel Caspary, Béla Glattfelder, Syed Kamall, Sajjad Karim, Erika Mann, Jan Tadeusz Masiel e Mia De Vits. É óptimo vê-los novamente todos aqui.

(Aplausos)

É com grande alegria que saúdo também os seguintes funcionários do Parlamento Europeu: Alberto Rodas, Christopher Ford, Levente Csaszi e Vladymyr Dedobbeleer, assim como os membros dos grupos políticos Arielle Rouby e Barbara Melis, o intérprete Vincent Capet do Parlamento Europeu e os dois intérpretes *freelance* Karen Twidle e Michael Hill.

(Aplausos)

Folgamos em saber que todos se encontram de boa saúde e espero que, em breve, possam também recuperar psicologicamente desta terrível experiência.

Quero dirigir uma palavra especial de agradecimento e reconhecimento ao povo indiano, a todos aqueles que, apesar da situação de incerteza no local, ofereceram protecção e assistência aos nossos colegas.

Os meus agradecimentos destinam-se também aos consulados dos Estados-Membros da União Europeia que, fazendo jus à letra e ao espírito do Tratado, manifestaram a sua solidariedade prestando assistência nesta situação de emergência.

Gostaria de recordar que todos os cidadãos da União Europeia cujo país de origem não tenha uma representação no local – como, neste caso, em Bombaim – podem contactar o consulado de qualquer outro Estado-Membro da UE. Estas situações representam a expressão genuína de uma solidariedade concreta entre os povos da União Europeia.

(Aplausos)

Caros Colegas, os nossos pensamentos estão hoje, acima de tudo, com as vítimas dos ataques na Índia e com as suas famílias. Estas mortes e as circunstâncias que estiveram na sua origem são crimes que não podemos tolerar de forma alguma.

O terrorismo – independentemente do local onde for perpetrado e de quem for o responsável – tem de ser combatido com determinação e solidariedade. A União Europeia tem de unir esforços com a comunidade internacional, de modo a combater o terrorismo em todas as suas formas.

Ao fazê-lo, devemos nortear-nos pelos princípios do nosso Estado de direito. A luta contra o terrorismo apenas pode ser travada em consonância com os valores que nós defendemos.

*

* *

Acabei de ter conhecimento da terrível notícia de que, há menos de uma hora, um homem de negócios de 70 anos, Ignacio Uria Mendizabal, foi assassinado – pela ETA, ao que consta, ainda sem confirmação – na cidade espanhola de Azpeitia, no País Basco.

Desejo condenar este atentado terrorista e manifestar a minha profunda consternação e sentidas condolências à família e aos amigos de Ignacio Uria. Quero expressar também a minha solidariedade para com o povo espanhol e suas autoridades e instituições democráticas.

Em memória das vítimas dos ataques terroristas de Bombaim e do cidadão da União Europeia assassinado em Espanha, peço a todos que se levantem agora para lhes prestarmos homenagem.

(O Parlamento, de pé, guarda um minuto de silêncio)

*

* *

Senhoras e Senhores Deputados, nesta sessão, tenho visto muitos de vós com o lacinho vermelho ao peito. Na passada segunda-feira, 1 de Dezembro de 2008, comemorou-se o 20.º Dia Mundial de Luta contra a Sida.

O VIH/SIDA é uma doença terrível que, a cada 24 horas, é contraída por cerca de 7 000 pessoas em todo o mundo, sem que se apercebam disso. A África é o continente mais atingido, contando já 33 milhões de seropositivos.

Mas também na Europa, todos os dias há pessoas a serem infectadas com o vírus. De acordo com os dados oficiais da Organização Mundial de Saúde (OMS), entre 1999 e 2006, foram confirmados mais de 800 000 novos casos na Europa – dos quais quase 270 000 nos novos Estados-Membros da União Europeia.

Aproximadamente um em cada dez novos infectados tem menos de 25 anos. Este facto mostra a necessidade urgente de reforçar as campanhas de informação e prevenção, assim como a oferta de testes voluntários, inclusivamente anónimos.

Temos de assumir o compromisso político de aumentar os recursos para combater esta doença e tomar medidas com vista à sua detecção precoce, permitindo assim que os cuidados e tratamentos sejam iniciados o mais cedo possível.

Em nome do Parlamento Europeu, quero instar expressamente os Estados-Membros a tomarem medidas para prevenir qualquer tipo de discriminação e estigmatização dos infectados.

(Aplausos)

6. Entrega de documentos: ver Acta

7. Perguntas orais e declarações escritas (entrega): Ver Acta

8. Transmissão de textos de acordos pelo Conselho: ver Acta

9. Transferências de dotações: ver Acta

10. Ordem dos trabalhos

Presidente. – O projecto definitivo de ordem do dia do presente período de sessões, elaborado pela Conferência dos Presidentes na sua reunião de terça-feira, 20 de Novembro de 2008, nos termos dos artigos 130.º e 131.º do Regimento foi já distribuído, tendo-lhe sido propostas as seguintes alterações:

Quarta-feira

O Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde e o Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia propõem adiar para uma data posterior a votação do relatório De Keyser sobre a participação do Estado de Israel em programas comunitários, bem como a votação das propostas de resolução apresentadas sobre o mesmo tema.

Francis Wurtz, em nome do Grupo GUE/NGL. - (FR) Senhor Presidente, o nosso pedido baseia-se num facto muito claro conhecido de todos. No final do passado mês de Maio, uma delegação oficial do nosso Parlamento, representativa de todos os grupos políticos, deslocou-se a Israel e aos Territórios Palestinos, incluindo Gaza.

Com base no que pôde ser constatado *in loco*, foi aprovada uma declaração por unanimidade no seguimento dessa visita. Nessa declaração, pode ler-se o seguinte:

(EN) "É nossa firme convicção que sem indícios sérios de boa-fé traduzidos em melhorias palpáveis no terreno, não é ainda chegada a altura certa de reforçar as relações entre a UE e Israel".

(FR) Desde então, não se manifestou nenhum desses sinais significativos, bem pelo contrário. Razão por que pensamos que seria muito mau sinal votarmos hoje favoravelmente a recomendação apresentada pelo Conselho.

O meu grupo propõe que se adie essa votação até que a política de Israel no terreno demonstre os tais sinais a que a delegação representativa do nosso Parlamento apelou por unanimidade há alguns meses.

Daniel Cohn-Bendit, em nome do Grupo Verts/ALE. – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, por vezes, somos obrigados a tomar decisões muito difíceis. A meu ver, o debate que está a decorrer na Europa – aqui nesta Assembleia – acerca de Israel e da Palestina é sempre muito difícil.

Quando se tomam decisões, importa ter sempre em mente as diferentes perspectivas. Seria terrível se o Parlamento votasse contra uma proposta que visa fortalecer as relações entre Israel e o Parlamento Europeu. E insisto, seria péssimo se votássemos contra. Mas seria igualmente mau se votássemos a seu favor, tendo todos nós consciência da dificuldade e delicadeza da situação. Eu estive há duas semanas em Israel e pude constatar com os meus próprios olhos que tanto os israelitas como os palestinianos estão de facto à beira do esgotamento. Seria péssimo aumentarmos a frustração dos israelitas dizendo não, da mesma maneira que seria infeliz aumentarmos a frustração dos palestinianos dizendo sim. Portanto, se quisermos ser inteligentes, adiemos a votação. Precisamos de mais tempo para conversar e para agir. Às vezes, é mais

inteligente continuar a discutir calmamente do que tomar uma decisão precipitada e emocional, que irá frustrar e desiludir uma parte ou outra.

Nós, na Europa, temos a função de mediador e importa manter essa função. Por este motivo, propomos que a votação seja adiada. Ser inteligente, por vezes, significa saber esperar.

José Ignacio Salafranca Sánchez-Neyra, *em nome do Grupo PPE-DE*. – (ES) Senhor Presidente, relativamente a este assunto, devo referir que a Comissão dos Assuntos Externos do Parlamento Europeu, incluindo a relatora, a senhora deputada de Keyser, votou por esmagadora maioria a favor do relatório da senhora deputada de Keyser.

Conforme comunicámos ontem à ministra israelita dos Negócios Estrangeiros aquando da sua reunião com a Comissão dos Assuntos Externos, compreendemos a enorme preocupação desta Câmara face à humilhação e à frustração que o povo palestino está a sofrer.

Mas é precisamente por essas razões, Senhor Presidente, que consideramos que este Parlamento deve tomar uma posição em primeira instância através de uma resolução. Posso anunciar que o meu grupo político aceitará as alterações apresentadas pela Esquerda com vista ao estabelecimento de uma relação. Não se trata aqui, Senhor Deputado Wurtz, de fazer um *upgrade* das relações com Israel, mas sim de votar a favor de uma resolução e do parecer favorável que, nos termos das competências que os Tratados lhe conferem, o Parlamento Europeu tem de dar às negociações empreendidas pela Comissão Europeia e pelos 27 Estados-Membros.

É por isso, Senhor Presidente, que entendemos que o Parlamento Europeu tem de assumir uma posição firme em prol da paz – da paz no Médio Oriente – e de dar o seu parecer favorável a este acordo de cooperação científica e tecnológica com Israel. Este ponto tem, por consequência, de ser mantido na ordem do dia desta sessão plenária, conforme foi decidido pela própria Conferência dos Presidentes dos grupos políticos.

(O Parlamento aprova a proposta)

Quinta-feira

- Não foram propostas alterações

(A ordem dos trabalhos é aprovada)

11. Boas-vindas

Presidente. - Senhoras e Senhores Deputados, é com o maior prazer que vos informo que uma delegação de altos dignitários religiosos e de personalidades da sociedade civil da Bulgária, chefiada por Sua Eminência o *Metropolita Domitien* de Vidin, tomou assento na tribuna oficial. Os nossos visitantes estão a participar num seminário sobre Diversidade Cultural na Europa, que terá lugar aqui, no Parlamento Europeu, amanhã, dia 4 de Dezembro. Envio a todos calorosas boas-vindas ao Parlamento Europeu, neste último mês do Ano Europeu do Diálogo Intercultural. Bem-vindos ao Parlamento Europeu.

(Aplausos)

12. Preparação do Conselho Europeu (11 e 12 de Dezembro de 2008) (debate)

Presidente. - Seguem-se na ordem do dia as declarações do Conselho e da Comissão sobre a preparação do Conselho Europeu de 11 e 12 de Dezembro de 2008.

Jean-Pierre Jouyet, *Presidente em exercício do Conselho*. – (FR) Senhor Presidente, Senhor Presidente da Comissão, Senhoras e Senhores Deputados, antes de mais, Senhor Presidente, gostaria de me associar às palavras de condolências, emoção e solidariedade que V. Exa. dirigiu às vítimas destes actos bárbaros em Bombaim, e às populações indianas que também foram vítimas destas tragédias.

Quero também dizer, tendo recebido o senhor deputado Guardans quando ele chegou a Roissy, que temos igualmente de retirar todas as lições, a nível europeu, da nossa cooperação com os diferentes consulados, e faço minhas as suas palavras, Senhor Presidente: temos seguramente de melhorar a coordenação neste domínio a nível europeu, antes mesmo de ser criado um serviço diplomático único.

Por fim, gostaria de me associar às palavras de condolências relativas à vítima espanhola e de afirmar a nossa enorme solidariedade, em nome do Conselho, para com os nossos amigos espanhóis e as autoridades espanholas.

Senhor Presidente, Senhor Presidente da Comissão, Senhoras e Senhores Deputados, o Conselho Europeu dos próximos dias 11 e 12 de Dezembro – as minhas desculpas, não saudei a Senhora Vice-Presidente da Comissão Europeia Margot Wallström – é extremamente importante. A ordem de trabalhos está extremamente sobrecarregada pois tem a ver com o futuro do Tratado de Lisboa, com a resposta da Europa à situação económica e financeira internacional, com a luta contra as alterações climáticas e com o pacote energético.

Relativamente ao Tratado de Lisboa, estamos em contacto, juntamente com a Comissão, com os nossos amigos irlandeses. Foi desenvolvido um trabalho transpartidário na Irlanda nestes últimos dias, ao qual o senhor assistiu, Senhor Presidente, em nome do Parlamento Europeu. E foi também ouvido pelo Parlamento irlandês sobre esta questão. Penso que os trabalhos desse grupo conduzem a três conclusões.

A primeira é a de que os deputados irlandeses consideram que a Irlanda corre o risco de uma certa marginalização na União Europeia e que dela sofrerá a curto e médio prazo.

O segundo elemento é o de que a participação plena e integral da Irlanda na União Europeia continua a ser, na sua opinião, absolutamente desejável.

Por fim, o terceiro elemento é o de que a Irlanda deve propor uma solução para poder manter-se no núcleo do projecto europeu, dando simultaneamente resposta às preocupações manifestadas no referendo de 12 de Junho.

Como sabem, o Governo irlandês ainda não tomou formalmente posição para dizer se aprova ou não estas recomendações e se pretende pô-las em prática, e por que método. A Presidência do Conselho manterá contactos, até ao final da semana, entre o Primeiro-Ministro Brian Cohen e o Presidente Sarkozy.

Como compreenderão, não poderei falar em nome das autoridades irlandesas. Contudo, no que se refere à Presidência do Conselho, estamos realmente dispostos a ajudar os nossos amigos irlandeses e a compreender os pedidos que poderão vir a formular nos diferentes domínios, a determinar as garantias jurídicas de que precisam, respeitando e considerando evidentemente que 25 parlamentos já ratificaram este Tratado, que esperamos uma vigésima sexta ratificação no início de 2009 e que pretendemos emitir um sinal claro e positivo quanto à entrada em vigor efectiva do Tratado de Lisboa. Eis o sentido deste roteiro que iremos propor e discutir no Conselho Europeu.

Relativamente à situação económica e financeira, já realizámos inúmeros debates no âmbito desta Assembleia. Assim, gostaria de recordar os principais pontos com que se defronta a Europa neste momento em que se vê fortemente afectada por um impressionante abrandamento económico. Face a uma situação excepcional, temos de dar provas de capacidade de resposta. Temos de dar provas de unidade, tal como demos provas de capacidade de decisão no passado mês de Outubro, quando foi necessário encontrar uma resposta coordenada para os riscos de colapso de todo o sector financeiro. É nesse sentido que a Presidência do Conselho conduzirá os trabalhos do Conselho dos próximos dias 11 e 12 de Dezembro.

O Senhor Presidente da Comissão, José Manuel Barroso, poderá dizê-lo melhor do que eu que a Comissão adoptou, em 26 de Novembro, propostas relativas a um plano de relançamento europeu, as quais foram analisadas na segunda-feira no Conselho "Competitividade" e no Conselho dos Ministros da Economia e das Finanças. Trata-se de uma resposta europeia coordenada à crise económica que mobiliza os instrumentos comunitários disponíveis e que permite aos Estados-Membros tomarem as medidas que melhor dêem resposta à sua situação, em estreita coordenação entre si e no respeito de um certo número de princípios.

Devo dizer que, na opinião do Conselho, as propostas da Comissão apontam no bom sentido. Temos de tentar desbloquear margens financeiras no orçamento comunitário, onde quer que estejam disponíveis, incluindo o Fundo Social Europeu, o Fundo de Ajustamento à Globalização e os Fundos Estruturais. Temos também de mobilizar, como propõe a Comissão, mais fundos do Banco Europeu de Investimento (BEI), e contamos com o vosso Parlamento para participar integralmente na mobilização das instituições comunitárias em resposta à crise.

Compete sobretudo aos Estados-Membros fazer tudo o que estiver ao seu alcance para apoiar a actividade económica no próximo ano, tendo em conta as previsões da Comissão, mas também de outras instituições. A Comissão propõe um esforço conjunto entre o que pode ser feito a nível comunitário e o que é feito nos Estados-Membros, podendo atingir os 200 mil milhões de euros, ou seja, 1,5% do PIB comunitário. Sei que

há quem esteja apreensivo relativamente a estes números. Pensamos, enquanto Presidência, que o esforço proposto pela Comissão corresponde às dificuldades que temos de enfrentar e à estimulação necessária.

Todos sabemos que as autoridades comunitárias não podem fazer tudo, já que os seus instrumentos são limitados, nomeadamente a nível orçamental, a nível das dotações, pelo que não podemos fazer tudo a nível comunitário. Contudo, as autoridades têm de garantir que as acções nacionais de relançamento sejam coerentes e coordenadas, de modo a que o efeito global sobre a retoma económica seja o maior possível, em benefício da União.

Tal como a Comissão, pensamos que necessitamos de medidas de apoio focalizadas, sectoriais e transitórias. Estas medidas devem ser compatíveis com as prioridades a longo prazo da União e com a Estratégia de Lisboa, e têm de ser postas em prática rapidamente. Uma acção comunitária deve, quanto a nós, visar a base industrial europeia e, nomeadamente, as indústrias mais estruturantes, como o sector automóvel que, como sabem, está a ser muito gravemente afectado pelo abrandamento económico. Em ligação directa com o Banco Europeu de Investimento (BEI), os Estados-Membros devem ser autorizados a conceder apoios aos seus construtores, a fim de apoiar os esforços de desenvolvimento de novas tecnologias e, nomeadamente, de veículos limpos.

Como foi salientado no Conselho "Competitividade", temos também de conseguir novas margens de manobra para apoiar as pequenas e médias empresas (PME), que se vêem mais especificamente confrontadas com esta crise e ameaçadas de restrições de crédito devidas ao actual estado do sector financeiro europeu. Estamos determinados a conseguir, para este Conselho dos próximos dias 11 e 12 de Dezembro, o plano de conjunto mais ambicioso possível.

Relativamente ao pacote energia-clima, Senhor Presidente, realizaremos um debate amanhã nesta Assembleia. Agradeço mais uma vez ao Parlamento Europeu, em nome do Conselho, a sua atitude extremamente construtiva no diálogo que estamos a realizar sobre este pacote. O nosso objectivo é e continuará a ser o de um acordo em primeira leitura até ao final do mês. Não se trata de uma questão de vaidade para a Presidência francesa, não se trata de saber se conseguiremos mais um êxito para a Presidência. Não é essa a questão. A questão é a de que a Europa - repito - deve estar pronta, perante os prazos que se colocam a nível internacional, tendo em conta o calendário para 2009, para tomar as iniciativas que se pretende em Poznań, na Conferência que acaba de ter início, e em Copenhaga, no próximo mês de Novembro.

Os vossos relatores sabem-no bem. As trocas de pontos de vista entre esta Assembleia e Jean-Louis Borloo foram suficientemente numerosas e substanciais para levar a bom porto esta negociação. O que desejamos, o objectivo da Presidência, é muito claro: existem objectivos, existe uma coerência no pacote proposto pela Comissão. Esses objectivos e essa coerência têm de ser salvaguardados. Não devemos afastar-nos da lógica inicial proposta pela Comissão Europeia.

Temos de ter em conta dois elementos: o primeiro consiste em ser suficientemente flexível relativamente aos países que, dada a sua situação geográfica, dado o seu desenvolvimento económico, têm de esforçar-se em matéria de redução de emissões de gases com efeito de estufa, e estou a pensar mais concretamente nos nossos amigos da Europa Central e Oriental; o segundo consiste em encontrar, perante a crise económica, a flexibilidade necessária para os sectores industriais mais confrontados com os problemas de consumo energético. É neste sentido que estamos a trabalhar de muito perto com a Comissão, com os outros Estados-Membros, e temos de estar todos unidos para alcançarmos resultados concretos e conseguirmos a adopção deste pacote, também até ao final deste ano.

Pois bem, Senhor Presidente, Senhor Presidente da Comissão, Senhoras e Senhores Deputados, trata-se de um Conselho decisivo. A Europa está numa encruzilhada num certo número de aspectos, nomeadamente institucionais, económicos, e energéticos. Será um Conselho difícil, à medida da situação na União Europeia. É por isso que nós, Conselho, Comissão e Parlamento, temos absolutamente de fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para conseguir ter êxito nesses diferentes objectivos. Mas temos perfeita consciência, evidentemente, da dificuldade da missão.

José Manuel Barroso, Presidente da Comissão. - (FR) Senhor Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhoras e Senhores Deputados, antes de mais, permita-me apoiar, Senhor Presidente Pötering, tudo o que disse sobre esta tragédia de Bombaim, e também dizer-lhe que partilho todas as suas observações relativas à necessidade de traduzir na prática o espírito de solidariedade europeu, o espírito do que deve ser uma verdadeira cidadania europeia.

Penso que podemos retirar lições destes incidentes para, em termos práticos, fazer valer a belas ideias que são a cidadania europeia e a solidariedade na Europa.

Nestes últimos meses, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a União Europeia foi, de facto, confrontada com toda uma série de desafios cruciais: um conflito na Geórgia, mas também uma crise financeira sem precedentes e uma súbita recessão económica.

Até agora, a União Europeia conseguiu ter a noção exacta desses acontecimentos extraordinários e não desmereceu deles, estou certo. Graças ao empenho comum e à estreita cooperação entre as nossas três Instituições, graças também, devo dizer, à energia e à competência da Presidência francesa, a dimensão europeia provou a sua utilidade e a sua pertinência. Demonstrámos aos povos europeus, em particular, e à comunidade mundial, em geral, que a União Europeia estava à altura da tarefa: capaz de uma resposta rápida e coordenada, pronta a trabalhar de mãos dadas com os seus parceiros a nível mundial.

Mas sejamos absolutamente claros e sinceros entre nós: falta realizar o essencial nas próximas semanas. Porque somos confrontados com um grande número de desafios, nomeadamente com três desafios essenciais, que só poderão ser enfrentados se as três grandes Instituições europeias - Parlamento, Conselho e Comissão - continuarem a colaborar, desempenhando cada uma o seu papel na prossecução de objectivos comuns: em primeiro lugar - é urgente -, temos de aprovar medidas decisivas para colocar a Europa na via da recuperação económica, dar uma resposta à crise económica real; em segundo lugar, temos de demonstrar que a Europa desbloqueia os meios necessários para se tornar a primeira economia mundial com baixa produção de carbono e mostrar que somos capazes de manter a posição de liderança global na luta contra as alterações climáticas; por fim, temos de definir um roteiro para a execução do Tratado de Lisboa.

Haveria seguramente muitos outros domínios a referir, nomeadamente em termos de relações externas, e a propósito quero dizer-lhes que estamos, hoje, orgulhosos, na Comissão, por termos aprovado uma comunicação que estabelece objectivos bastante ambiciosos para uma verdadeira política de parceria oriental, mas, por falta de tempo, vou concentrar-me agora nestes três desafios que vejo como os principais desafios para o Conselho Europeu de Dezembro.

Vejamos, em primeiro lugar, o plano europeu para o relançamento económico. Nos debates que tiveram lugar na perspectiva do Conselho Europeu de Outubro passado, já se levantava a questão de uma deslocação dos problemas e de uma passagem da crise financeira para a economia real.

Uma semana mais tarde, numa comunicação por nós aprovada, a Comissão propunha um quadro de acção europeu. Dissemos que precisávamos de uma resposta económica para a crise financeira e que tínhamos de o fazer de uma forma coordenada. Este quadro reuniu o consenso, na globalidade, uma vez que o último Conselho Europeu informal o aprovou, tal como Parlamento no seu período de sessões do mês passado. Mas esse quadro de acção alimentou também a estratégia mundial definida na cimeira do G20, pois, na altura, serviu de base para a discussão. Por fim, na altura de definirem a sua própria linha de acção, os Estados-Membros inscreveram-se na abordagem preconizada nesse quadro geral de referência.

Ao mesmo tempo que definia as modalidades, o plano europeu para o relançamento económico que apresentei na semana passada elevou essa coordenação a um novo nível de ambição.

Quero saudar o impulso dado pelo Parlamento Europeu ao plano de relançamento, graças aos debates em comissão parlamentar, em sessão plenária, mas também, mais concretamente, graças ao debate que realizei com a Conferência dos Presidentes, e agradeço ao Presidente do Parlamento e aos presidentes dos diferentes grupos a sua contribuição para que esse debate tenha sido possível. A aplicação deste plano deve beneficiar do mesmo diálogo sistemático que a sua preparação.

Ao propor injectar 200 mil milhões de euros para dar um novo impulso à nossa economia, o nosso plano de relançamento, que inclui dez prioridades bem definidas, traduz um grau de acção comum sem precedentes a nível europeu. O desafio era imenso, tal como o risco de fracasso, pois era necessário definir um plano ambicioso, à altura das necessidades. Um plano que não reflectisse o menor denominador comum, mas que também não ocultasse as posições orçamentais e económicas muito distintas entre os Estados-Membros, embora todos os Estados-Membros estejam ligados pelo mercado comum e, na sua maioria, por uma moeda comum. Assim, confessemos que a nossa tarefa não é muito evidente, que é mesmo muito difícil, de um ponto de vista intelectual e, evidentemente, político, encontrar uma resposta económica única para 27 países com situações à partida tão diferentes.

Eis a razão por que definimos um plano que, não sendo de tamanho único, é um plano coordenado, baseado aliás nos instrumentos de que já dispomos na Europa, o Pacto de Estabilidade e Crescimento e a Estratégia

de Lisboa para o crescimento e o emprego, mas definindo objectivos comuns a perseguir de uma forma coordenada para o relançamento económico.

Trata-se agora de traduzir este plano na realidade. A ideia de coordenação não pode existir apenas no momento do acordo, tem depois estar bem presente na altura da aplicação, pois o preço da inacção é inaceitável. Somos disso testemunhas: as supressões de empregos são quotidianas. Não podemos esperar e ver a recessão aumentar e degenerar em depressão grave.

Penso que todos nós podemos sentir uma mudança de espírito, apesar de, por vezes, essa mudança de espírito ainda não se ter traduzido plenamente nas decisões concretas. Todos estão bem conscientes que não estamos perante uma banal inflexão da conjuntura. Estamos perante outra situação; não se trata de uma banal inflexão da conjuntura, repito, estamos confrontados com circunstâncias excepcionais, e é agora que temos de agir.

Cada instituição tem de assumir as suas responsabilidades. A Comissão fê-lo apresentando este plano, e continuará a fazê-lo com a sua execução. Conto com a vigilância do Parlamento para recordar a cada instituição os seus compromissos. Este plano de relançamento proporciona o quadro necessário a uma acção determinante e ambiciosa. Penso que é simultaneamente ambicioso e realista; não serve de nada fazer propostas ambiciosas que não tenham hipóteses de ser aprovadas. Mas, ao mesmo tempo, há que manter a ambição.

Este plano demonstra que os fundamentos colocados pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento e pela Estratégia de Lisboa nos tornaram capazes de fornecer uma solução verdadeiramente europeia.

A Europa tem aqui uma grande oportunidade. Penso que se trata de um verdadeiro teste para a Europa. Não apenas - embora não seja pouco - na resposta económica, mas também na própria ideia da Europa. Qual é a nossa ideia da Europa? Queremos ou não ter respostas europeias para os problemas europeus e para os problemas globais da economia?

Unida na acção, a Europa pode provar que está apta: a fornecer a necessária coordenação para que todos lancem todas as suas forças na batalha; a proporcionar, a uma escala apropriada, a estimulação orçamental necessária para ter um impacto real, garantindo simultaneamente a viabilidade, a médio e longo prazos, das despesas públicas; a permitir uma utilização inteligente de ferramentas a curto prazo destinadas a potenciar a competitividade a longo prazo, matando dois coelhos de uma cajadada: a estimulação deve limitar o impacto da crise nos agregados familiares, nos trabalhadores e nas empresas - trata-se do curto prazo -, mas tem também de preparar a transição para uma economia menos energívora, apoiando simultaneamente as reformas em prol da competitividade europeia - trata-se dos médio e longo prazos -; e a inscrever o conjunto da nossa acção sob o signo dos imperativos fundamentais que são a solidariedade e a justiça social, que têm de funcionar em benefício dos mais vulneráveis em tempo de crise.

Assim, estabelecemos três prioridades claras, três pilares da estratégia, mas, digamos, com uma prioridade subjacente a todas as medidas: uma atenção especial às camadas mais vulneráveis.

Não é hora de uma acção limitada a um quadro nacional. Sejam absolutamente claros neste aspecto. Eis a mensagem que queria dirigir ao Conselho Europeu, e sei que posso contar com o Parlamento Europeu para a divulgar. Só uma solução a nível europeu terá o alcance necessário para fazer a diferença, para grande vantagem de todos.

O apoio do Parlamento é indispensável. Assim, vou convidá-los a analisar novas propostas, a acelerar os procedimentos, a ajustar o quadro orçamental europeu. Também aqui temos de ser claros. Penso que seria absolutamente contraditório pedirmos agora aos Estados-Membros um esforço suplementar em matéria orçamental, enquanto nós próprios, a nível europeu, não somos capazes de utilizar todas as dotações de que dispomos no orçamento comunitário.

A Comissão apresentou portanto, em minha opinião, uma proposta adequada ao dizer que há que utilizar todas as dotações não gastas para aprofundar determinados programas e lançar determinadas acções europeias, seja para as interconexões, seja para a inovação, para as energias amigas do clima ou para uma política de relançamento económico que também dê frutos a médio prazo. Creio que é o mínimo que devemos fazer.

Mas, antes de mais, convido-os a explicarem aos nossos concidadãos qual é a protecção que a União Europeia proporciona, não substituindo a acção dos Estados, mas, pelo contrário, reforçando a eficácia dessa acção através de uma união de esforços com vista a estimular a procura e restabelecer a confiança, em benefício de todos os cidadãos.

(EN) O segundo ponto da agenda do Conselho Europeu são as alterações climáticas. Sei quanto tempo e quanta atenção este Parlamento tem dedicado ao pacote de medidas relativas à energia e às alterações climáticas. Os senhores deputados têm demonstrado que este é, na verdade, um dos principais projectos políticos, económicos e "civilizacionais" do nosso tempo. Quando olharmos para trás, para aquela que será uma decisão histórica, constataremos quão inestimáveis foram o vosso apoio ao objectivo e o vosso contributo para a maneira de o atingir.

Decorreu quase um ano sobre a data em que a Comissão apresentou as suas propostas. Nesse período assistimos a uma importante contracção económica. Ouvimos o sector industrial manifestar preocupações compreensíveis num período de intensa pressão.

Porém, o empenhamento no objectivo fulcral não vacilou: atingir as metas 20/20/20 até 2020; indicar o caminho para um acordo global em Copenhaga, no próximo ano; e provar que falamos a sério e queremos de facto apresentar resultados quando discutimos estas questões.

É evidente que há muito a fazer antes de o Conselho e o Parlamento chegarem a um acordo definitivo. É assim que deve ser. Trata-se de decisões críticas com impacto na vida de todos os Europeus e, como tal, merecem que as levemos a sério. Temos de tomar as decisões certas.

O Conselho Europeu da próxima semana constituirá a chave para a consecução de um acordo entre os Chefes de Estado e de Governo dos 27. Mas embora o acordo entre os 27 seja condição necessária para se obterem resultados, não é, por si só, suficiente. Acreditem no que vos digo: ninguém conhece melhor do que a Comissão o papel crucial que o Parlamento desempenha como co-legislador. Os senhores provaram repetidamente que o vosso contributo é indispensável não só para a legitimidade democrática da legislação europeia, mas também para a sua eficácia.

O vosso trabalho é fundamental para a construção de um vasto consenso interpartidário e transnacional relativamente a actos legislativos essenciais. Vamos necessitar de que desempenhem esse papel também no que se refere ao pacote das alterações climáticas e ao pacote da energia. Em recentes trilogos já muito se conseguiu. Estou confiante em que podemos percorrer juntos também o resto do caminho. Acredito realmente que podemos e deveremos chegar a um acordo no Conselho Europeu – e congratulo-me com os esforços da empreendedora Presidência francesa do Conselho, com quem a Comissão colabora activamente. É por isso que, imediatamente após o Conselho Europeu, proponho tratar do seu resultado em trilogos com o Parlamento Europeu, a fim de resolver divergências que ainda restem e traduzir o acordo político em textos legais.

Estou confiante que conseguiremos dar os trabalhos por concluídos em tempo útil e demonstrar que as iniciativas relativas às alterações climáticas, a segurança energética e o crescimento económico podem e devem ser prosseguidos de modo a que se apoiem mutuamente. Esta é a melhor mensagem que podemos enviar antes da realização das eleições europeias, mas também antes da tomada de posse do novo Presidente dos Estados Unidos e na perspectiva da Cimeira de Copenhaga. Assumo o compromisso de que a Comissão Europeia trabalhará infatigavelmente com o Parlamento para que isso se torne possível.

Por último, direi que haverá sem dúvida quem argumente que, na actual situação, discutir o Tratado de Lisboa é uma manobra de diversão. Estão enganados. A União Europeia dá hoje provas de ser mais essencial do que alguma vez foi em termos da promoção do bem-estar económico e social dos seus cidadãos. Dar-lhe os instrumentos de que necessita para cumprir a sua função de forma mais eficiente e mais democrática não é uma manobra de diversão. É um imperativo. As crises por que temos passado têm sublinhado todas elas esta necessidade.

Considero que a União Europeia demonstrou grande maturidade ao responder ao voto da Irlanda no "não" respeitando o resultado e dando às autoridades irlandesas tempo para digerir e analisar esse resultado, tempo para resolver a maneira de lidar com esta situação.

Acima de tudo, a Europa demonstrou a sua determinação de continuar a trabalhar para conquistar o prémio do novo Tratado. Os Estados-Membros continuaram o processo de ratificação. A Comissão, tal como este Parlamento, continuou a defender o Tratado. E trabalhamos em conjunto com a Irlanda – não contra a Irlanda – para encontrar o caminho certo a seguir.

Mantém-se a urgência de que o Tratado entre em vigor. Mantém-se a necessidade de respeitar as decisões dos 25 parlamentos nacionais que já ratificaram o Tratado. E o objectivo dominante do Conselho Europeu deve ser definir uma via credível por onde avançar que permita à Irlanda ratificar também. Até ao fim da próxima semana precisamos de ter um roteiro que nos indique a maneira de sair deste impasse.

2008 ficará registado nos livros de história como um ano em que a União Europeia enfrentou alguns dos seus testes mais difíceis. Mas também, creio eu, como um ano em que demonstrou possuir determinação suficiente, decisão suficiente e ousadia suficiente para responder ao desafio. Utilizemos, pois, as próximas semanas para deixar como legado para o futuro uma União Europeia mais forte e mais ambiciosa.

(Aplausos)

Joseph Daul, em nome do Grupo PPE-DE. - (FR) Senhor Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhor Presidente da Comissão, Senhoras e Senhores Deputados, o Conselho Europeu da próxima semana debruçar-se-á sobretudo sobre a resposta à actual crise económica, e gostaria, antes de mais, de saudar o trabalho da Comissão Europeia. Desde o início da crise financeira, tem vindo a apresentar um grande número de textos com vista a reformar a arquitectura financeira mundial. O plano de relançamento apresentado na semana passada, que saudamos, junta-se a todas essas medidas e constitui uma ferramenta apropriada para dar resposta às nossas actuais dificuldades.

Tal como a Comissão, pensamos que os planos de relançamento devem ser postos em prática o mais rapidamente possível, e, tal como ela, pensamos que a coordenação dessas medidas de relançamento representa a chave do êxito. A economia e a coesão social dos nossos países constituem uma prioridade essencial. Para resolver os nossos problemas a longo prazo, temos de dar provas de determinação, mas também de espírito de responsabilidade. E as propostas da Comissão que visam juntar todas as ferramentas políticas disponíveis aos níveis europeu e nacional para combater esta crise são boas propostas.

A nossa prioridade deve ser a de fazer todos os possíveis para impedir a entrada numa espiral de recessão. Temos de restabelecer a confiança dos consumidores, pois é ela que poderá mudar rapidamente a situação. Lamento vivamente que algumas famílias políticas não partilhem esta abordagem e tencionem aproveitar a crise para tentar retirar dela vantagens políticas. O objectivo do centro-direita, o nosso objectivo, não é o de lançar *slogans* mas sim o de restabelecer a estabilidade, o crescimento e o emprego, ponto final.

O nosso objectivo é também o de mostrar aos Europeus que o que temos a todo o custo de defender é o nosso modelo de economia social de mercado, que o mundo inveja e pelo qual temos de nos bater, pois só ele pode assegurar e garantir a nossa coesão social. Se eu fosse capitalista, toda a gente saberia!

Perante uma crise que exige medidas urgentes, realistas e pragmáticas, há quem prefira acusar o campo adversário para melhor fazer esquecer os seus próprios pecados. Temos absoluta consciência da gravidade desta crise, mas temos também consciência do nosso dever de agir, com base nos nossos valores e nas nossas maneiras pragmáticas, de encontrar o justo equilíbrio entre o curto e o longo prazo.

As medidas que os actuais problemas tornaram necessárias não devem hipotecar o nosso futuro. Razão por que apoiamos a iniciativa da Comissão, que insere a sua acção no quadro da Estratégia de Lisboa para o crescimento e o emprego. E essa estratégia constitui a melhor garantia para preservar o nosso modelo social; qualquer outra estratégia seria irresponsável. Ao adoptarem medidas de relançamento, os Estados-Membros nem por isso devem renunciar às reformas estruturais indispensáveis à adaptação das suas economias.

Senhoras e Senhores Deputados, o Conselho Europeu debruçar-se-á também intensamente sobre o pacote energia-clima, de que a Presidência francesa fez, muito justamente, uma das suas prioridades fundamentais. As negociações da maioria dos textos do pacote prosseguem, e apelo a todos os que estão envolvidos nas negociações para que façam todos os possíveis para se chegar a um acordo satisfatório.

O aquecimento global é uma realidade que em nada foi alterada pela crise financeira, nem, agora, pela crise económica. A União Europeia tem de mostrar o caminho aos seus parceiros mundiais, adoptando uma atitude política responsável adaptada à situação do momento. Mas não deve, em caso algum, renunciar à luta contra as alterações climáticas.

O facto de termos conseguido avançar sobre um dos textos do pacote energia-clima constitui um sinal muito positivo e é a prova de que existe uma vontade real de avançar sobre todo este dossiê, facto com que me congratulo. Saúdo a determinação da Presidência em exercício do Conselho, que não se poupa a esforços para conseguir um acordo. E quero afirmar o meu desejo de que os nossos amigos irlandeses proponham ao Conselho Europeu um roteiro simultaneamente realista e ambicioso, com um calendário para sair do impasse institucional.

Esta crise demonstra-nos mais uma vez que a Europa tem de ser capaz de decidir mais eficaz e democraticamente. Por fim, quero agradecer à Comissão o projecto de parceria a Leste, que irá propor no Conselho Europeu.

Presidente. - Qualquer afirmação minha, neste momento, de que o senhor é sempre exemplar, poderia ser entendida como extremamente parcial.

Poul Nyrup Rasmussen, em nome do Grupo PSE. – (EN) Senhor Presidente, neste momento temos 17 milhões de desempregados na Europa. Se nada fizermos, dentro de um ano teremos 21 milhões de desempregados na Europa e 25 milhões de desempregados no início de 2010.

Em 14 de Novembro, este grupo afirmou que era necessário termos um objectivo claro, e os Partidos Socialista e Social-Democrata disseram o mesmo no fim-de-semana. O nosso objectivo tem de ser não permitir que o nível de emprego baixe. O nosso estímulo financeiro definir-se-á por este objectivo claro de manter as pessoas a trabalhar. Vamos perder postos de trabalho, mas vamos criar outros novos para manter as pessoas empregadas. O que me parece que falta aqui no programa da Comissão não é a direcção a seguir, mas sim ambição e verdadeira coordenação.

Sei que é difícil. Por favor, não digam que a simples conjugação de esforços – que é o que os governos sempre têm feito – é coordenação, porque não é. Partilho da sua ambição de coordenação, mas vamos congregiar esforços – este Parlamento e o Senhor Presidente, e o Senhor Presidente do Conselho – e pedir aos governos que, por uma vez, compreendam o elevado valor acrescentado que se pode obter pelo facto de se fazer as coisas de forma coordenada. Os senhores e eu sabemos que o efeito duplica nos vossos Estados-Membros.

A minha segunda questão é a que passo a expor. Se o fizerem, poderiam V. Exa. e o Senhor Presidente do Conselho colocar esta pergunta aos vossos colegas, os Chefes de Estado e de Governo presentes no Conselho: se quisermos garantir o nível do emprego, de quanto precisamos? Fiz os cálculos macroeconómicos, que demonstram que precisamos de investir – como fez o Governo espanhol – um por cento do PIB, não apenas no próximo ano, mas também em 2010 e em 2011. Se assim não for, não conseguiremos manter este nível.

Como é que o vamos fazer então? Proponho o seguinte: proponho que o Senhor Presidente da Comissão faça uma lista de prioridades definidas pela nossa inteligente estratégia de crescimento verde e pelos objectivos de Lisboa, na qual os 27 Estados-Membros digam que concordam consigo e com o Conselho relativamente a essa lista. Seguidamente mostre à Alemanha, à França, à Itália – a todos nós – o valor acrescentado que obtemos por fazermos as coisas em conjunto. Seguidamente, elabore um calendário que diga, por exemplo, o seguinte: se tomarem as vossas decisões antes do Natal, voltaremos a reunir em Fevereiro, antes da Primavera, para avaliar quais foram os efeitos. Então, na Primavera, estaremos em condições de elaborar o segundo pacote de medidas e no Outono em condições de elaborar o terceiro, como parte de uma estratégia de longo prazo que assegure os nossos objectivos.

Não estou a dizer que vai ser fácil. Estou a dizer que partilho da sua ambição, mas não vejo os objectivos serem postos em prática. Vamos congregiar esforços e fazê-lo!

Graham Watson, em nome do Grupo ALDE. – (EN) Senhor Presidente, da última vez que nos reunimos louvamos a celeridade com que o Conselho respondeu à crise financeira. Mas para este Conselho Europeu a celeridade já não parece ser essencial. Pois bem, deveria ser. Os desafios que se colocam à nossa União são reais. A recessão está a sufocar as empresas e as alterações climáticas são cada vez mais dramáticas.

Precisamos de que a Comissão e o Conselho reconheçam aquilo que Martin Luther King designou como "a cruel urgência do agora". Ontem, os nossos Ministros das Finanças não conseguiram compreender a urgência do plano de relançamento da economia. O impulso de estímulo está a deixar ficar tudo na mesma. A Presidência deverá dizer-nos quais os Estados-Membros que se opuseram. Temos de nos manter dentro dos limites do Pacto de Estabilidade e Crescimento, manter as regras da concorrência e das ajudas estatais e responder ao desafio da Agenda de Lisboa, mas temos de agir rapidamente.

É evidente que o Conselho procurará um quadro juridicamente vinculativo para reduzir as emissões de carbono. Tem havido progressos. Limitação e comércio, não regulamentação e encargos, derrogações para emissores em pequena escala, sensibilidade relativamente às circunstâncias de Estados individualmente considerados e um escalonamento para a venda em leilão de licenças de emissão de carbono – tudo isto é razoável. O que não seria razoável é qualquer tentativa por parte de um Estado-Membro para deitar abaixo um plano de longo prazo por motivos de interesse próprio de curto prazo. Se não combatemos agora as alterações climáticas, a factura sobe em flecha. O acordo da semana passada relativo ao CO₂ proveniente dos automóveis mostra como é fácil enveredar pelo caminho da resistência mínima, deixar que os interesses instalados passem à frente dos interesses globais. Um acordo no domínio das alterações climáticas terá os seus custos, mas também encerra oportunidades. A Europa pode liderar o mundo em matéria de inovação

ecológica. São os corajosos que ganham os prémios. A Europa tem de ter a coragem de assumir as suas convicções.

A semana passada, os Irlandeses publicaram um relatório de reflexão sobre opções para o Tratado de Lisboa. Agora o *Taoiseach* tem de apresentar um plano concreto e um horizonte temporal claro para se avançar, porque os cidadãos da Europa querem uma União Europeia eficaz. Nunca se convencerá ninguém a ter mais confiança na nossa União se esta não funcionar. E na semana passada vimos um exemplo do não funcionamento da União Europeia. Deputados a esta Assembleia que escaparam aos ataques à bomba em Bombaim na semana passada avistaram-se com um cônsul da UE que lhes disse que apenas ajudaria os cidadãos do seu próprio país. Nada é mais revelador da necessidade urgente de uma protecção consular comunitária coordenada.

A nossa União tem de proteger todos os seus cidadãos em momentos de necessidade. O Presidente da Comissão afirmou que "nos afundaremos, se não nadarmos juntos". Bom, talvez haja quem prefira "caminhar" na água, em posição vertical, mantendo sempre a cabeça de fora, mas a Europa já o fez anteriormente e não resulta. Precisamos de que o Conselho Europeu actue agora.

Rebecca Harms, em nome do Grupo Verts/ALE. – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a uma semana da viagem da delegação do Parlamento Europeu a Poznań, faria sentido avaliarmos se é de facto verdade o que continua a ser anunciado pela Comissão, nomeadamente que a resposta à crise da economia real e à crise dos mercados financeiros está a ser associada a uma estratégia ambiciosa em matéria de alterações climáticas. Afirmando aqui, uma vez mais, que tudo aquilo que a Comissão tem dito até ao momento a este respeito está a ser refutado nas actuais negociações do tríplice sobre o pacote das alterações climáticas. O acordo alcançado no início da semana relativamente às emissões da indústria automóvel dá o seguinte sinal: a Europa prometeu, de facto, adoptar uma política ambiciosa em matéria de alterações climáticas e propôs-se salvar o mundo. A Europa quer mudar tudo, mas não os seus automóveis. Em meu entender, emitimos um sinal extremamente miserável.

Passemos agora ao comércio de emissões. Como sabem, o comércio de emissões é o instrumento mais importante da política europeia em matéria de alterações climáticas e os leilões são fundamentais para o seu funcionamento. Agora até querem negociar uma derrogação para a indústria da energia, pretendendo-se que as indústrias com utilização intensiva de energia fiquem excluídas do regime durante quase toda a próxima década. Este é um anúncio muito triste, quando estamos a apenas uma semana de partirmos para Poznań. Pelo menos metade dos esforços ambiciosos com vista a reduzir as emissões de CO₂ deverá ser empreendida nos países em desenvolvimento e não na Europa em si. Mas, por outro lado, também não estamos dispostos a financiar estas medidas nos países em desenvolvimento.

Senhor Presidente Barroso, peço-lhe com sinceridade que exponha finalmente o que é o "New Deal" verde do qual também o Senhor Comissário Dimas tanto tem falado. Quero ainda dizer-lhe que acredito que a aceitação por parte dos cidadãos da União Europeia seria muito melhor e até aumentaria se avaliassem os erros cometidos nas antigas estratégias económicas da Comissão Europeia, inclusivamente no que respeita aos mercados financeiros, e se admitissem que se enganaram nas estimativas realizadas há um ano.

Então talvez as pessoas acreditassem num novo começo e pudessemos também contar com uma maior aprovação do Tratado de Lisboa. À semelhança do que fiz há duas semanas em Estrasburgo, quero aqui pedir-lhe que seja realmente sincero nesta matéria. Existe mesmo um "New Deal" verde ou pretende, na verdade, levar por diante as estratégias da última década?

Brian Crowley, em nome do Grupo UEN. – (EN) Senhor Presidente, gostaria de agradecer ao Senhor Presidente em exercício, Jean-Pierre Jouyet, e ao Senhor Presidente da Comissão as intervenções hoje aqui feitas.

Gostaria de falar de forma muito breve sobre a questão do plano de relançamento económico, porque é isso que, de muitas maneiras, preocupa mais os cidadãos e as pessoas em geral relativamente a como vamos reagir e responder às questões globais sem precedentes com que nos vimos a braços ao longo dos últimos meses. Saúdo o plano de relançamento e a proposta da Comissão. Ele encaixa de facto naquilo que os Estados-Membros já estão a fazer e, na realidade, naquilo que os Estados-Membros concordaram em fazer no âmbito de um plano coordenado sob a égide da Presidência francesa, e adapta-se-lhe perfeitamente.

É na verdade único – e, em determinado sentido, deveras irónico – que fosse necessária esta crise para que o Governo britânico se juntasse ao clube a fim de analisar a maneira como podemos colaborar e coordenar as coisas em conjunto, isto apesar dos muitos anos passados a esforçar-se por ficar de fora e traçar individualmente o seu próprio rumo.

O que esta questão gera, acima de tudo, é um reconhecimento de que, na verdade, temos a nossa independência, na verdade podemos fazer as coisas a nível individual, mas quando agimos colectivamente, quando nos unimos e congregamos as grandes mentes, inovação, talento e energia dos 27 Estados-Membros, então é verdadeiramente possível mudar o mundo com esse esforço colectivo de entidades individuais. Felicito o Presidente da Comissão, José Manuel Barroso, e o Presidente do Conselho por nos deixarem ganhar maturidade como União Europeia em 2008, a fim de respondermos como adultos àquilo que foram severas crises e severas críticas relativamente à capacidade de reacção da Europa.

Com isto chego ao segundo aspecto que discutiremos no Conselho – a questão do Tratado de Lisboa. Como é óbvio, são gigantescas as preocupações que muitas pessoas sentem relativamente ao modo como vamos resolver as questões ainda sem solução devido à incapacidade de ratificar o Tratado de Lisboa em todos os Estados-Membros. Estou deveras confiante em que o Governo irlandês apresentará um plano indicativo de como as coisas deverão acontecer. Esse plano instará também outros Estados-Membros a fazer determinadas coisas. Não são só os Irlandeses, sozinhos, que têm de lidar com este problema. Todos os Estados-Membros – uma vez mais, actuando colectivamente – têm de lidar com este problema.

Gostaria de incentivar todos os deputados a analisarem o relatório que a Comissão Especial do *Oireachtas*, o Parlamento nacional da Irlanda, apresentou. É digno de nota que as únicas pessoas que levantaram objecções a esse relatório foram as mesmas que levantaram objecções ao Tratado de Lisboa e a todos os outros tratados anteriores. São as mesmas figuras sombrias que gostam de se esconder na escuridão e afirmar que há melhores maneiras de fazer as coisas, mas nunca dizem quais são essas melhores maneiras; as mesmíssimas pessoas que nunca apresentam o que é melhor para os interesses da Irlanda e os interesses da Europa, mas tão-somente algo que de que resulte uma pequena vantagem política para si próprias. A realidade é que, colectivamente, podemos conseguir coisas maiores e melhores, mas também que isso exige compromissos, compreensão e tolerância relativamente aos pontos de vista divergentes que hão-de surgir.

PRESIDÊNCIA: KRATSA-TSAGAROPOULOU

Vice-presidente

Mary Lou McDonald, em nome do Grupo GUE/NGL. – (EN) Senhora Presidente, os líderes da União Europeia vão reunir-se em Bruxelas na próxima semana e se a proposta do *Taoiseach* Brian Cowan for que é possível assegurar o apoio irlandês ao Tratado de Lisboa por meio de declarações políticas concordantes ou com sons tranquilizadores relativamente a diversas questões, está a ser profundamente enganador. O *Taoiseach* tem procurado desviar as atenções da profunda insatisfação que as pessoas, não apenas na Irlanda mas a nível muito mais alargado, sentem relativamente ao rumo que a União Europeia está a seguir. Sondagens de opinião na Irlanda e mesmo a própria investigação feita pelo governo sobre o voto no "Não", foram indicativas das preocupações das pessoas acerca dos direitos dos trabalhadores, dos serviços públicos, da militarização e da democracia, e essas preocupações são partilhadas por milhões de trabalhadores e de famílias em toda a União.

A crise económica com que nos confrontamos demonstra que agora mais do que nunca os serviços públicos e os direitos dos trabalhadores necessitam de ser defendidos de forças de mercado sem restrições nem regulação. À medida que os governos se debatem com a crise, torna-se cada vez mais evidente que o Tratado de Lisboa é obsoleto. Os governos redescobriram a necessidade da intervenção estatal no interesse do público, a necessidade da flexibilidade e da discricção na resposta às necessidades das pessoas e aprenderam uma lição onerosa. Aprenderam que o mercado não é rei, não pode fornecer todas as soluções, e no entanto Lisboa tenta a coroação desta abordagem fracassada do mercado livre que trouxe atrás de si tamanho caos.

Precisamos de seguir um novo rumo e a verdade é que o Tratado de Lisboa não o indica. O Governo irlandês não conseguiu suscitar o debate no seio de outros governos; não conseguiu procurar um acordo melhor, não apenas para a Irlanda, mas para toda a União. O Governo irlandês deverá aprender uma lição com o seu povo; deverá aprender a assumir a liderança. E tem de indicar qual o caminho a seguir. Mas todos os dirigentes da União Europeia têm a responsabilidade de ir ao encontro, de ir realmente ao encontro das preocupações dos cidadãos.

Manobras políticas cínicas e retórica oca não conquistarão o apoio dos Irlandeses para o Tratado de Lisboa, não darão resposta aos graves defeitos de que o Tratado de Lisboa enferma, mas, acima de tudo, não oferecerão os novos caminhos de que a UE necessita. Os dirigentes têm uma opção. Podem liderar tendo como base o coração e o espírito dos seus povos ou podem tomar decisões que são do interesse dos representantes de lóbis e dos burocratas. Aos dirigentes da União, o que tenho a dizer é o seguinte: façam a escolha certa; escutem o que diz a Irlanda e oiçam na sua voz o eco de França e dos países Baixos, a exigência de reformas, de renovação, a exigência de mudança.

Hanne Dahl, *em nome do Grupo IND/DEM.* – (DA) Senhora Presidente, começam a despontar os contornos do compromisso pútrido que terá de ser alcançado com a Irlanda para que os Irlandeses aceitem o Tratado de Lisboa. Já vi de tudo um pouco, aqui nesta Câmara, desde manipulação a ameaças mal dissimuladas, do tipo: "Quem é que acham que vai perder um Comissário, uma vez que temos de aplicar o que está estabelecido no Tratado de Nice relativamente ao número de Comissários dever ser inferior ao número de Estados-Membros?" Já ouvi proeminentes fazedores de opinião referir a expulsão da Irlanda da União, incluindo um editor de um jornal do meu próprio país. Na Conferência dos Presidentes ficou decidido não submeter a debate e votação no plenário a decisão relativa à Irlanda e ao Tratado de Lisboa que foi tomada na Comissão dos Assuntos Constitucionais. Não obstante, essa mesma comissão concluiu, na reunião de segunda-feira, que a decisão iria servir de base à posição oficial do Presidente e, consequentemente do Parlamento. Contudo, o Parlamento não adoptou uma posição comum sobre esta matéria.

Aquando da votação sobre esta decisão, registaram-se 16 votos a favor e 6 contra. Esta posição, tendo especialmente em conta a falta de realização de um debate nesta Câmara, constitui uma base muito parca para formar uma posição comum. É ultrajante ver a democracia varrida assim para o lado nesta Câmara, a mesma Câmara onde gostamos tanto de gesticular com o indicador apontado para cima enquanto pregamos lições de moral em relação aos países que não possuem democracia e nos quais distinguimos os campeões da democracia com aquilo a que ousamos designar por Prémio Sakharov. O caminho em frente para uma Europa democrática não é feito de compromissos pútridos, promessas mesquinhas e ameaças imorais. O caminho em frente passa por um debate justo e franco.

No reduzido número de Estados-Membros onde o governo ousou ouvir a opinião das pessoas, a resposta foi uma rejeição clara, tanto em relação à Constituição como ao Tratado, com um voto "não" na França, nos Países Baixos e na Irlanda. O que mais é preciso para que o Parlamento desperte e veja que estamos totalmente desligados do nosso eleitorado? Onde estão todos aqueles galeirões emproados que ameaçam os Irlandeses e os Checos? Será que não ousam enfrentar os eleitores e permitir que julguem esta visão da Europa?

Jim Allister (NI). – (EN) Senhora Presidente, muito embora esta cimeira devesse incidir totalmente sobre a crise económica que a todos nos aflige, lamentavelmente muito tempo será dedicado à maneira de subjugar a vontade democraticamente expressa do eleitorado irlandês.

É notório o desrespeito pela opinião legalmente expressa de um pequeno país acerca do Tratado de Lisboa. Ninguém se atreveria a tentar uma abordagem destas, do tipo "carro de assalto", ao estilo de Mugabe, com um dos grandes países. Mas os eleitores da República da Irlanda são um alvo fácil para as críticas e as manobras da elite europeia, para quem o seu belo projecto de Lisboa é mais importante do que a democracia de um Estado-nação. Foi essa tamanha arrogância, essa intimidação propositada dos que contrariam os seus desígnios que desligou de tal forma a União Europeia dos seus cidadãos. Toda esta estranha saga tem mais a ver com a política do brutamontes do que com a democracia.

Jean-Pierre Jouyet, *Presidente em exercício do Conselho.* – (FR) Senhora Presidente, Senhor Presidente da Comissão, Senhoras e Senhores presidentes dos grupos, Senhoras e Senhores Deputados, antes de mais quero voltar ao que referiu o senhor deputado Daul, para dizer que, tal como ele, quero saudar o trabalho realizado pela Comissão, nomeadamente no que respeita ao reforço da arquitectura financeira: com efeito, existem neste momento quatro directivas importantes propostas pela Comissão e adoptadas pelo Conselho de Ministros da Economia e das Finanças, tudo isso num espaço de tempo muito reduzido, entre Setembro e agora.

Joseph Daul teve toda a razão em salientá-lo, da mesma maneira que teve toda a razão em frisar a necessidade de restaurar a confiança e de emitir, com a nossa atitude, um sinal de confiança. Poderemos encontrar esta confiança na unidade e na coordenação, como diversos oradores salientaram.

Gostaria de tranquilizar o senhor deputado Daul, conheço-o bem e sei que está muito mais próximo dos valores da economia social de mercado e que não tem nada de capitalista selvagem. Quero tranquilizar todos, mas basta ter convívio com ele para o saber. Assim, gostaria de lhe agradecer neste aspecto específico e de lhe dizer também que lançámos de facto o roteiro institucional e que vi perfeitamente as preocupações que ele exprimiu, bem como as preocupações do seu grupo nesta matéria.

Quero dizer igualmente ao senhor deputado Rasmussen que, como é óbvio, o objectivo relativo ao nível de emprego está no centro das preocupações da Presidência francesa, que o que ele disse, e que foi salientado também por outros, a saber, que temos consciência de que, com mais coordenação, poderemos duplicar ou mesmo mais que duplicar o valor acrescentado entretanto por nós introduzido, e que, no que respeita ao

método, ou seja, o estabelecimento de projectos concretos, de objectivos práticos e de um calendário, tem a nossa concordância.

Gostaria de tranquilizar também o senhor deputado Graham Watson, que possui um espírito extremamente pragmático e concreto; o senhor deputado Watson frisou, com razão, que continua a ser necessário agir depressa. Penso que não preciso de repeti-lo ao Senhor Presidente em exercício do Conselho, mas vou fazê-lo para ele agir ainda mais rapidamente. Penso, de facto, que ele não esqueceu essa necessidade. Gostaria de tranquilizar o senhor deputado Watson, a urgência mantém-se, temos perfeita consciência disso, da mesma maneira que, como o senhor afirmou, nomeadamente no que respeita à luta contra as alterações climáticas - e dirijo-me também à senhora deputada Doyle, que está presente -, não devíamos sacrificar, efectivamente, o que são as exigências a longo prazo - a senhora deputada Harms também o frisou - a interesses a curto prazo, e que também não devemos sacrificar o egoísmo que pode existir aqui ou ali ao que deve ser a solidariedade, nomeadamente para com os nossos amigos da Europa Central e Oriental, nomeadamente para com a Polónia, os Estados bálticos e outros Estados, e que este ponto estará também no centro do Conselho Europeu dos próximos dias 11 e 12 de Dezembro.

Respondendo à senhora deputada Harms, como já afirmei, não devemos ceder quanto aos objectivos. Não está minimamente nas intenções da Presidência ceder quanto aos objectivos. Já disse que o pacote da Comissão possuía a sua coerência, que havia um certo número de objectivos fixados noutra altura, não pela Presidência francesa, e que esses objectivos deverão ser respeitados. Trata-se de uma exigência moral na crise actual, não podemos ir para as negociações internacionais pensando que são os países em desenvolvimento que terão de fazer o esforço. Devemos mesmo ter um dever de solidariedade nesta matéria relativamente aos países em desenvolvimento.

No que respeita ao acordo alcançado no quadro do tríplice com o Parlamento Europeu - e agradeço à vossa Assembleia -, penso que, no que se refere aos automóveis, foi estabelecido um acordo equilibrado e um objectivo a longo prazo muito concreto; em segundo lugar, foi também elaborado para os construtores um sistema de penalidades progressivas e muito incentivador; e, em terceiro lugar, existe a promoção das eco-inovações.

Relativamente aos mercados financeiros, remeto a senhora deputada Harms para o que eu disse em apoio ao que salientou o senhor deputado Daul há pouco. Congratulo-me com o facto de o senhor deputado Crowley ter feito referência à necessária coordenação. Ouvi perfeitamente o que disse a propósito das iniciativas tomadas pelo Governo irlandês. Estamos em estreita cooperação, estamos a acompanhar a situação com extrema atenção e pode contar com a Presidência para dar provas de compreensão e tolerância, como o senhor disse.

Devo dizer à senhora deputada McDonald que, conhecendo nós o contexto eleitoral e social na Irlanda e sabendo ouvir a Irlanda, que não existe nenhuma manobra cínica por detrás disto tudo e no diálogo que estamos a desenvolver com as autoridades irlandesas, que tentamos que seja construtivo para, como salientou o Senhor Presidente Barroso, podermos manter o rumo, um rumo que - como a crise mostra claramente - se mantém absolutamente necessário no que respeita ao contexto institucional e ao Tratado de Lisboa.

Quero dizer à senhora deputada Dahl que estaremos com a Irlanda e que devemos, evidentemente, ser solidários, mas que cada um deve dar provas de responsabilidade, e quero efectivamente assegurar ao senhor deputado Allister que, nestes diferentes planos, saberemos agir com eficácia.

Para terminar a minha intervenção e relativamente ao que foi dito pelos senhores deputados e pelo Senhor Presidente Barroso, ao ouvi-los fui tocado pela necessidade imperiosa de mantermos a nossa unidade e de darmos provas de solidariedade: solidariedade e coordenação em matéria económica e financeira; solidariedade perante o desafio climático; solidariedade no que respeita à segurança energética relativamente a países com mais dificuldades a esse nível; solidariedade também sobre outros aspectos que serão referidos em matéria de defesa; solidariedade para com os países em desenvolvimento e os países do Sul - eis o sentido da União para o Mediterrâneo -; solidariedade com a Irlanda, mas também responsabilidade para encontrar uma saída e para fazer com que o Tratado de Lisboa entre rapidamente em vigor; e solidariedade também relativamente ao Leste e aos países vizinhos do Leste, graças à iniciativa da Comissão de parceria oriental que será, estou certo, adoptada no próximo Conselho Europeu. Eis o que me parece importante para responder aos desafios com que somos agora confrontados.

José Manuel Barroso, Presidente da Comissão. – (EN) Senhora Presidente, concentrando-me apenas no tópico mais importante da minha intervenção – o plano de relançamento da economia europeia – gostaria de agradecer o amplo apoio dispensado ao plano apresentado pela Comissão, designadamente as intervenções

dos senhores deputados Daul, Rasmussen, Watson e Crowley – muito obrigado pelo vosso apoio. Estou certo que com o papel muito activo da Presidência francesa – e quero aqui sublinhar o empenho de Jean-Pierre Jouyet – podemos fazer verdadeiros progressos.

O senhor deputado Rasmussen falou de ambição e concluiu dizendo que partilha da nossa ambição. Agradeço-lhe os comentários que fez. Em primeiro lugar, estou de acordo que o assunto mais importante deve ser o emprego. Isso coaduna-se inteiramente com os objectivos da Estratégia de Lisboa para o Crescimento e o Emprego. Estou de acordo que é o emprego que daqui a algum tempo nos dará a medida da eficácia da nossa resposta. Estamos num período crítico e difícil, a braços com uma tarefa muito exigente e complicada. No que respeita a coordenação, podem contar com a Comissão: queremos que haja a máxima coordenação possível e temos alguns instrumentos para tal. Como dissemos na nossa comunicação, solicitaremos um novo programa de convergência para os Estados-Membros no quadro do Pacto de Estabilidade e Crescimento e temos também o nosso exercício na estratégia europeia, que é a Estratégia de Lisboa para o Crescimento e o Emprego. Portanto, com as recomendações de Lisboa específicas para cada país – e vamos voltar a isso imediatamente a seguir ao Conselho Europeu de 18 de Dezembro – e com os novos programas de estabilidade e convergência, teremos a certeza de que os Estados-Membros também coordenarão a maneira como implementam a estratégia.

Mas agora vou ser muito franco e aberto convosco, como sempre. Dizem que apoiam o plano. Por favor, apoiem-nos também a nós, as diferentes famílias políticas, bem como a vossa família política, quando falarem com alguns dos Ministros das Finanças dos nossos governos. É muito importante que o façam. Se quisermos ser bem sucedidos, é importante chegar a acordo com os nossos governos numa dimensão transnacional, interpartidária.

A questão é esta, porque tradicionalmente, como sabem, os Estados-Membros opõem grande resistência à própria ideia da coordenação. Quando revimos a Estratégia de Lisboa depois do relatório Kok, alguns Estados-Membros rejeitaram completamente a própria ideia da coordenação. Há algum tempo, quando a presente crise começava a fazer-se sentir, alguns políticos muito importantes rejeitaram a própria ideia de um plano europeu, e ainda queriam ouvir falar menos de coordenação.

É justo que se diga que já existe um consenso relativamente a um certo nível de coordenação para um plano de relançamento da economia. Mas, para ser franco, devo dizer-vos que não existe ainda total acordo quanto à necessidade, por exemplo, de mobilizar verbas não gastas do orçamento da Comunidade Europeia. Isso foi discutido ontem no Conselho dos Assuntos Económicos e Financeiros sem que se tivesse ainda chegado a acordo. Chegou-se a um acordo importantíssimo, mas foi sobre a nossa proposta de aumento do capital do Banco Europeu de Investimento. Obtiveram-se também outros acordos muito importantes.

Para concluir, direi que somos a favor de uma cooperação reforçada, mas como sabem, tradicionalmente isto suscita alguma resistência. A questão política que ponho é a seguinte: se não for agora, em face da presente crise, que conseguimos chegar a acordo sobre um nível acrescido de coordenação, quando é que será? Foi por isso que disse nas minhas considerações introdutórias que este é um teste para a Europa. Para além dos termos económicos concretos e importantes da resposta, é também um teste para a Europa ver se ela deseja de facto traduzir o presente nível de preocupações numa verdadeira coordenação para o futuro. Esta será a posição da Comissão Europeia que vou levar ao Conselho Europeu.

Um último aspecto, relativo ao crescimento verde inteligente. Sim, foi isso que inscrevemos na nossa proposta. Agradeço-vos os comentários que fizeram sobre o assunto. Apresentámos propostas muito concretas sobre eficiência energética, sobre a adopção rápida de produtos verdes, sobre o desenvolvimento de tecnologias limpas para automóveis e construção, precisamente porque queremos destacar um aspecto: o que propomos aos Estados-Membros não é que se gaste apenas por gastar.

Gastar só por gastar não é solução. O que é importante é gastar de forma inteligente: gastar para responder à necessidade imediata, a curto prazo, de estimular a procura – por razões que penso não ser necessário demonstrar –, mas também fazer despesas que constituam um verdadeiro investimento para o futuro, para a nossa agenda ecológica, para a nossa luta contra as alterações climáticas, para a eficiência energética, para o estabelecimento de interligações, para a inovação. É isso que propomos: despesas que no curto prazo não estejam em contradição com o médio e o longo prazos. É essa a proposta que tentaremos que seja aprovada no Conselho Europeu. Penso efectivamente que estamos agora muito mais perto de que isso aconteça e tenho esperança de que na próxima reunião do Conselho Europeu sejam tomadas decisões históricas.

Timothy Kirkhope (PPE-DE). - (EN) Senhora Presidente, regozijo-me por me dirigir de novo a este Parlamento na qualidade de líder recém-eleito da delegação dos Conservadores britânicos. Garanto-vos que

no período que medeia até às eleições europeias defenderei energicamente o tipo de Europa que o meu partido deseja, ao mesmo tempo que assumirei uma atitude muito crítica relativamente à Europa socialista que o senhor deputado Rasmussen – que acaba de sair – e os seus colegas desejam, conforme consta do seu manifesto eleitoral publicado esta semana. Um manifesto cuja leitura é deveras deprimente.

Dois colegas meus estiveram a semana passada em Bombaim com a delegação comercial e correram grande perigo. Permitam-me que deixe registada não apenas a nossa condenação das atrocidades cometidas, mas também o nosso agradecimento, em especial à Presidência francesa, pela sua pronta actuação e pela protecção que dispensaram aos deputados ao Parlamento Europeu integrados nessa delegação, incluindo os meus colegas britânicos.

O Conselho tem uma agenda muito preenchida: a crise económica e financeira, o Tratado de Lisboa, as alterações climáticas e o futuro da PAC. Ocupar-me-ei agora apenas das questões económicas. No Reino Unido, o governo anunciou o maior nível de contracção de empréstimos da nossa história. O nosso Ministro das Finanças vai duplicar a dívida nacional para um bilião de libras nos próximos cinco anos. Anunciou igualmente bónus no valor de 20 mil milhões de libras esterlinas retirando simultaneamente 40 mil milhões com o aumento de impostos. O seu chamado estímulo orçamental garantirá que a nossa recessão – como a Comissão muito justamente a designou – será a mais longa e a mais profunda de todas na União Europeia. Só em países com finanças públicas saudáveis é que um estímulo do tipo do que foi anunciado pode ajudar. No caso do Reino Unido, carregaremos agora o fardo da contracção maciça de empréstimos durante o futuro previsível.

A semana passada conhecemos pormenores do importante plano de relançamento da economia elaborado pela Comissão; a meu ver, contém pontos muito positivos, mas receio que essa iniciativa, por si só, não dê resposta aos problemas imediatos. Deveria concentrar a sua acção em levar os bancos a concederem empréstimos uns aos outros e também às empresas e aos cidadãos comuns. Sendo certo que o desemprego vai aumentar acentuadamente, temos de gerar confiança e não deixar os nossos filhos e netos a braços com uma herança de dívida e de impostos mais elevados.

Jo Leinen (PSE). - (DE) Senhora Presidente, ao contrário do senhor deputado Kirkhope, creio que o manifesto eleitoral de Madrid é um documento de esperança e um sinal de que existem saídas para a crise, as quais devemos apoiar com toda a determinação.

O Parlamento apoia a Presidência francesa na cimeira da próxima semana no seu propósito de criar finalmente clareza em relação à ratificação do Tratado de Lisboa. Não podemos avançar para as eleições europeias com a incerteza se o Tratado irá ou não entrar em vigor. Isso seria um convite a todos os opositores da Europa para que façam destas eleições uma luta de exibição dos prós e dos contras de um tratado que já foi ratificado por 25 Estados-Membros. Por esta razão, a Comissão dos Assuntos Constitucionais elaborou uma resolução na qual insiste para que sejam envidados todos os esforços para garantir a ratificação, se possível ainda antes das eleições. Esta é uma questão que tem de ser finalmente esclarecida na cimeira e não pode ser adiada para o próximo ano.

Senhora Vice-Presidente, a Irlanda irá realizar um segundo referendo. A nossa declaração intitulada "Parceria para a comunicação sobre a Europa" é um teste à nossa capacidade de informar as pessoas. Não podemos deixar a comunicação aos opositores da Europa.

Andrew Duff (ALDE). - (EN) Senhora Presidente, no que diz respeito ao Tratado, creio que estamos finalmente a fazer alguns progressos. O Tribunal checo e o Parlamento irlandês reduziram ampla e decisivamente a intensidade do ataque ao Tratado por parte das forças nacionalistas e reaccionárias. A distinta representação do Sinn Féin retirou-se, como é óbvio, mas eu falo sobre esta questão não como representante de um lóbi nem como burocrata, mas como democrata.

Compete agora ao parlamento checo e ao Governo irlandês darem os próximos passos decisivos. Precisamos de um compromisso solene e claro do *Taoiseach* de que vai realizar um segundo referendo numa data específica e precisamos de um plano de campanha de natureza mais profissional. Este Parlamento apela à profunda generosidade do povo irlandês e à sua apurada inteligência para que se aperceba da gravidade das consequências de um segundo "não".

Konrad Szymański (UEN). - (PL) Senhora Presidente, a Polónia esforçou-se muito para conseguir um compromisso em torno do pacote relativo às alterações climáticas. Aconselhámos a mudar o ano base e a incluir no balanço o CO₂ absorvido pelas florestas. Hoje, queremos propor um sistema baseado nas melhores referências tecnológicas e na exclusão de algumas indústrias vulneráveis do sistema de leilão.

O passo seguinte será da responsabilidade da Presidência. Se fomos capazes de encontrar uma solução para a indústria automóvel alemã, por que não podemos também encontrar uma para os países da Europa Central? O nosso país não pode concordar com um suposto compromisso que pura e simplesmente retarda o progresso da Polónia em relação ao sistema de leilão.

Não podemos concordar com metas hipotéticas para as alterações climáticas que se realizem à custa de preços de energia mais elevados, transferindo a produção de energia, cimento, metais e vidro para o exterior da União e atingindo os objectivos à custa de um desenvolvimento económico mais lento e de despedimentos em massa. Ninguém na Polónia poderia concordar com isso. O governo não poderia e a oposição também não.

Bernard Wojciechowski (IND/DEM). - (EN) Senhora Presidente, a economia mundial moderna assenta numa pirâmide de dívidas gigantesca: as dívidas dos Estados, dos bancos, das sociedades e das empresas. As dívidas estão todas inter-relacionadas. Os defeitos estruturais do sistema económico de que temos sentido os efeitos e o distorcido sistema da economia de mercado estão basicamente conjugados com um sistema de crédito monetário.

O funcionamento deficiente da economia resulta da ligação do sistema de criação de dinheiro com o crédito. Maurice Allais comparou-o a um cancro que corrói incessantemente a economia capitalista. Este sistema prevê a criação do poder de compra sem equivalente real. É, pois, necessário implementar reformas sérias dos sistemas bancário e financeiro. O sistema fiscal precisa de ser reformado e o modo de funcionamento das bolsas de valores também precisa de ser modificado.

No que diz respeito ao plano destinado a pôr remendos à pressa nas limitações financeiras por meio de injeções de dinheiro – também estão em curso no meu país, ao que tudo indica – penso que se poderá mandá-lo às urtigas.

Jana Bobošíková (NI). – (CS) Senhoras e Senhores Deputados, espero que os Chefes de Governo dos vários países da União rejeitem, na próxima semana, a proposta da Comissão de uma resposta unificada à crise económica. Gastar centralmente 200 mil milhões de euros do dinheiro dos contribuintes nos chamados investimentos e inovações verdes não constitui remédio para 27 economias diferentes. Também não constitui um remédio aumentar ou reduzir impostos centralmente e regular o nível dos défices orçamentais e das garantias governamentais. Estou firmemente convencida de que os Estados-Membros têm de cooperar, mas deveriam determinar as suas medidas específicas, de acordo com a situação em que se encontram, em vez de estas lhes serem ditadas por Bruxelas.

Senhoras e Senhores Deputados, o Conselho também deveria recusar-se a pressionar os Estados-Membros para que concluam a ratificação do Tratado de Lisboa. Deveria reconhecer que não é por causa dos Irlandeses que o Tratado está morto. Receio que o Tratado de Lisboa possa transformar a Europa de hoje num lugar de conflito, traição e divisão, por dar um cacete legal às grandes potências, para estas baterem nas nações pequenas e isto só pode levar à violência, à guerra e à pobreza. Por isso, o Tratado de Lisboa ameaça a existência da União Europeia enquanto projecto de liberdade, prosperidade e paz.

Karl von Wogau (PPE-DE). - (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, as dificuldades enfrentadas na evacuação dos cidadãos europeus de Bombaim mostraram que é necessária uma coordenação mais estreita em matéria de segurança e defesa na União Europeia. A cooperação com o Conselho tem corrido muito bem nos últimos meses. Desenvolvemos, aliás, uma cooperação muito frutífera com a Presidência francesa e com o Conselho.

O acontecimento central foi, sem dúvida, a crise na Geórgia. Neste caso, a Presidência do Conselho agiu de forma rápida. Negociou o cessar-fogo e garantiu a chegada atempada dos observadores à Geórgia, mantendo a União Europeia sempre em cima dos acontecimentos. Não obstante, nessa mesma ocasião também houve algumas falhas. Constatámos que os instrumentos que usamos em Bruxelas para a gestão de crises atingiram realmente o limite das suas capacidades nesta situação. Tornou-se bastante evidente que precisamos de melhorar não só as capacidades de análise preventiva da União Europeia como também os instrumentos de gestão de crises.

Como sabemos, a União Europeia está neste momento a rever a estratégia de segurança, um exercício que deverá estar concluído até ao final do ano. Esta estratégia de segurança já tem provas dadas, pelo que importa manter os seus princípios. Haverá um ou outro ponto que terá de ser alterado ou adaptado à realidade mais recente. Mas mais importante do que a adaptação da estratégia de segurança é a sua aplicação. O Parlamento Europeu solicita, por isso, que seja elaborado um Livro Branco sobre Segurança e Defesa. Talvez o Livro

Branco francês sobre este tema posso servir de modelo, uma vez que é necessário um debate muito amplo para se preparar este Livro Branco, ou seja, um debate público sobre estas questões de segurança europeia. A segurança europeia não é uma matéria que deva ser decidida à porta fechada. Trata-se de uma matéria que diz respeito a todos os cidadãos.

Proinsias De Rossa (PSE). - (EN) Senhora Presidente, reina na Irlanda um desejo avassalador de permanecer no cerne dos assuntos europeus e de garantir que a Europa pode agir de forma eficaz e transparente no interesse dos Estados-Membros. Isto verifica-se sobretudo e acima de tudo no momento actual de crise económica e financeira.

No entanto, os cidadãos irlandeses precisam de ter garantias de que as afirmações enganadoras acerca do Tratado de Lisboa que se fazem ouvir no campo do "não" no que respeita à Comissão, ao aborto, ao recrutamento militar obrigatório, à neutralidade militar, aos direitos dos trabalhadores e aos serviços públicos não têm qualquer base factual.

A fim de aumentar significativamente a possibilidade de ratificar o Tratado de Lisboa, é necessário que os Chefes de Estado tomem uma decisão no sentido de que, uma vez em vigor esse Tratado, o seu mecanismo será utilizado para assegurar que todos os Estados-Membros recuperarão o direito a nomear, sem restrições, um Comissário. Um simples alargamento desse direito de 2014 até 2019 não será suficiente, a meu ver, para assegurar a ratificação na Irlanda.

Além disso, um compromisso de aditar uma cláusula social sobre direitos laborais à Directiva relativa ao Destacamento de Trabalhadores, semelhante à cláusula aditada à Directiva relativa aos Serviços, contribuiria em muito para combater os perigos decorrentes dos acórdãos Laval, Viking e Rüffert, que também foram motivo de preocupação na Irlanda. Exorto o Conselho e a Comissão a tratarem urgentemente destes assuntos na próxima cimeira.

Janusz Onyszkiewicz (ALDE). - (PL) Senhora Presidente, o pacote de medidas anticrise adoptado pela Comissão e pelos vários Estados-Membros destruirá o Pacto de Estabilidade. Fiquei satisfeito com a proposta para a sua revisão, mas é importante assegurar que o novo pacto não se torne rapidamente noutro produto de ficção e noutro motivo de evidente embaraço.

Por outro lado, em simultâneo com a revisão do Pacto de Estabilidade não deveríamos também rever os critérios de adesão à zona euro? Alguns Estados assentam as suas esperanças de estabilização da moeda nesta medida, temendo uma repetição dos recentes ataques especulativos às suas moedas. Ainda outra questão: numa situação em que se está a sancionar a ajuda a várias indústrias abrangidas pelo pacto, como devemos encarar a severidade da União Europeia em relação ao problema dos estaleiros navais polacos?

Por último, no que se refere às emissões de CO₂, será, de facto, impossível encontrar uma solução que assegure que a Polónia não tenha de importar electricidade barata da Ucrânia e da Rússia?

Inese Vaidere (UEN). - (LV) Senhoras e Senhores Deputados, gostaria, em primeiro lugar, de agradecer à Comissão Europeia o plano de recuperação económica e expressar a esperança de que não seja usado para apoiar banqueiros mal sucedidos e os remunerar, mas para apoiar, de facto, a actividade económica. Os nossos empresários estão a trabalhar nas mais difíceis circunstâncias, por estarem restringidos por uma enorme quantidade de burocracia. Ora, da mesma forma que estamos a proceder ao "exame de saúde" da política agrícola comum, devemos também fazer o "exame de saúde" de directivas e regulamentos para verificar se não há demasiados obstáculos burocráticos à nossa actividade comercial e se a aplicação destes regulamentos e directivas nos Estados-Membros não se tornou demasiadamente burocrática. Só os nossos empresários nos podem tirar da crise. Deve, por conseguinte, proceder-se a um "exame de saúde", ponto a ponto.

No que se refere às alterações climáticas, apoio a contenção da flexibilidade no domínio da política de emissões, uma vez que o meu país, por exemplo, atingiu e ultrapassou há algum tempo o objectivo de 20% para a utilização de fontes de energia renováveis. Não gostaria de ver o meu país, que tanto precisa de desenvolvimento económico, sobrecarregado com obstáculos adicionais.

Irena Belohorská (NI). - (SK) Apesar do facto de, do ponto de vista do tempo, a segunda metade do ano não ser ideal, os Franceses, durante a sua Presidência da União, provaram que se justifica serem considerados líderes e uma força motriz da União. Sou deputada do Parlamento Europeu há quatro anos e meio. Posso afirmar claramente que a abordagem mais activa para resolver os problemas de todos os 27 Estados-Membros da União foi a da França.

A mudança histórica resultante da eleição do carismático e muito activo Presidente Sarkozy é, sem dúvida, positiva. As suas capacidades também ficaram demonstradas na sua resposta imediata ao problema da Rússia e da Geórgia. A crise financeira também irrompeu neste período e os Franceses responderam imediatamente, proclamando a necessidade de uma solução sistémica e da revisão dos mecanismos de controlo e financeiros da União, incluindo do ponto de vista global. Foi durante a Presidência francesa que a União Europeia adquiriu a reputação de actor activo na política mundial, quando as cimeiras do G8 e do G20 foram convocadas por iniciativa do Presidente francês e do Presidente Barroso.

Acredito que a próxima reunião do Conselho Europeu será bem sucedida e que todas as instituições europeias agirão em conjunto.

Jacek Saryusz-Wolski (PPE-DE). - (EN) Senhora Presidente, a pedido do Conselho e em resposta às expectativas do Parlamento, a Comissão preparou e revelou hoje um documento sobre a Parceria Oriental que será apresentado à cimeira, tal como foi declarado pelo Senhor Ministro Jouyet, Presidente em exercício do Conselho.

Desejo felicitar e louvar a Comissão por este documento. A ideia de aprofundar as relações com os nossos vizinhos orientais foi apresentada originalmente e vem sendo defendida pelo Parlamento há já algum tempo. Precisamos de uma presença forte da UE na região vizinha oriental, em sinergia com a nossa região vizinha mediterrânica. No interesse da estabilidade à nossa porta, devemos oferecer perspectivas concretas aos nossos vizinhos mais próximos. Daí que devemos apoiar a ideia de criar uma parceria reforçada que abranja essencialmente cinco domínios: acordos de associação, um quadro multilateral para a cooperação, uma zona de comércio livre abrangente e profundo, liberalização dos vistos conducente à isenção de visto para viajar e por último, mas não menos importante, segurança energética.

Congratulo-me em especial com a proposta de aumentar a ajuda financeira da UE destinada à PEV com os países vizinhos da Europa Oriental. Há dois anos, nós, no Parlamento, lançámos a ideia de reforçar a dimensão parlamentar da Política Europeia de Vizinhança a Oriente; a nossa proposta pretende criar uma assembleia parlamentar paritária que compreenda deputados do Parlamento Europeu e deputados dos parlamentos dos seis países. Esse fórum constituiria uma excelente plataforma para a nossa interacção com os nossos parceiros, mas também para a interacção dos nossos parceiros uns com os outros.

Nós, União, precisamos de amigos à nossa volta, mas também precisamos de que eles sejam amigos entre si. Por isso aprez-me particularmente a ideia de convocar uma Assembleia Euronest que, se for adoptada pela Comissão, proporcionará um instrumento para controlo democrático e parlamentar de projectos da Parceria Oriental.

Considero que o projecto da parceria oriental constitui não só um novo formato reforçado, mas reforçará também a União tanto a nível interno como a nível externo. O alargamento e a melhoria das relações, políticas e económicas, com os nossos vizinhos da região oriental contribuirão para a nossa dinâmica económica e para a nossa influência política e internacional.

Jan Andersson (PSE). - (SV) Senhora Presidente, a tarefa mais importante que os políticos europeus têm pela frente nos próximos anos é salvaguardar o emprego e o bem-estar social. Tivemos alguns anos bons, mas estamos agora a ver o desemprego aumentar a um ritmo acelerado. Partilho a opinião da Comissão quanto à necessidade de concertar esforços e de estabelecer ligações entre os compromissos e os esforços a curto prazo e os compromissos a longo prazo. Apoio igualmente a proposta do senhor deputado Rasmussen no sentido de fixar metas inequívocas para manter o emprego.

No que respeita aos esforços a curto prazo, importa que os consumidores tenham confiança na economia. Acima de tudo, temos de proteger os que se encontram em pior situação e ajudá-los a fazer face às suas necessidades de consumo.

No que se refere às soluções a mais longo prazo, é importante avançar não apenas com os investimentos que, de qualquer modo, teriam sido feitos numa conjuntura e num clima económico mais sólidos, mas também com os que permitem desenvolver as competências dos assalariados, de maneira a colocarmo-nos numa posição forte no futuro. Devemos conjugar os nossos instrumentos a nível europeu com esforços coordenados desenvolvidos nos Estados-Membros. Não devemos fazer o que alguns sugerem – nomeadamente, fazer muito pouco –, pois dessa forma corremos o risco não só de ter défices orçamentais mais elevados mas também de ter mais desemprego e menos bem-estar social. Devemos actuar rapidamente e com força suficiente.

Mirosław Mariusz Piotrowski (UEN). – (PL) Senhora Presidente, os tópicos que serão debatidos na próxima reunião do Conselho Europeu incluem o pacote das alterações climáticas.

A emissão de dióxido de carbono e todas as questões associadas com o chamado aquecimento global estão a tornar-se cada vez mais uma ideologia. Todos nós gostamos muito de ar limpo e do meio natural. Contudo, estudos mostraram que o impacto humano nas alterações climáticas é insignificante.

Se é verdade que a actividade humana é responsável por apenas 4% das emissões totais de CO₂, e que a contribuição da União Europeia é equivalente a 15% dessa quantidade, então isso significa que queremos gastar centenas de biliões de euros para reduzir as emissões totais de CO₂ em menos de 0,5%, enquanto países como a Índia e a China continuam a aumentá-las.

É difícil acreditar que os responsáveis pela tomada de decisões da União sejam incapazes de apreciar estas implicações. Não é provavelmente por acaso que alguns países como, por exemplo, a França, vendam as suas licenças de emissão de CO₂ a outros. O resultado disto é previsível: dentro de um curto espaço de tempo, os vendedores terão, na prática, as centrais eléctricas da Polónia, entre outras coisas, sob seu controlo.

Neste contexto temos de redefinir o significado de solidariedade na Europa.

Avril Doyle (PPE-DE). – (EN) Senhora Presidente, a próxima cimeira tem muitas questões sérias a tratar, sendo uma das principais uma resposta coordenada ao desafio global da grave desaceleração da actividade económica. Isto vem juntar-se a uma grave crise de confiança nos nossos sistemas bancários devido à sua incapacidade de manter um nível de liquidez sustentável necessário para apoiar operações da actividade comercial e industrial diária em todos os nossos Estados-Membros. Por isso, neste preciso momento, milhões de empregos viáveis e milhares de empresas sólidas correm o risco de desaparecer. É verdade, temos de mobilizar todas as instituições europeias para responder à crise e – como diz o plano de relançamento da Comissão – esta crise ocorre nas vésperas de uma importante mudança estrutural rumo a uma economia de baixo carbono que oferece importantes oportunidades económicas novas e, na realidade, sérias vantagens decorrentes da sua posição de precursora.

Com isto chego à questão da discussão da cimeira relativa ao pacote das alterações climáticas e da energia, que amanhã debateremos longamente, pelo que me vou limitar a tratar de um único aspecto, que é o de frisar a importância do pleno respeito pelo processo de co-decisão entre o Conselho e o Parlamento, sublinhar que qualquer acordo político sobre questões ainda pendentes – questões entre parêntesis – discutidas e decididas pelos Chefes de Estado e de Governo na cimeira terá de ser apresentado como alterações de compromisso a trólogos subsequentes pela sempre esforçada Presidência francesa e poderá ou não obter o acordo do Parlamento. Nós aporemos a nossa assinatura, e embora eu apoie inteiramente o objectivo de um acordo em primeira leitura, notem que isso não acontecerá a qualquer preço.

Passo agora ao assunto do Tratado de Lisboa. É verdade que tivemos tempo para digerir e analisar a votação de 12 de Junho, mas não, Senhor Ministro Jouyet, não iremos – nem sequer o deveremos tentar – ratificar outra vez no início do próximo ano, se não arriscamo-nos a um novo fracasso com o nosso governo extremamente impopular. Não fique à espera que o roteiro do nosso *Taoiseach* – isto é, se houver roteiro – anuncie uma data para um referendo. Estive aqui hoje sentada a ouvir arengas cínicas do Sinn Féin acerca do risco da militarização que se esconde por trás dos pequenos caracteres do Tratado de Lisboa e as falsas preocupações do senhor deputado Allister com o eleitorado irlandês – mais exemplos do nível de desonestidade intelectual a que o eleitorado irlandês está sujeito. No entanto, há um círculo eleitoral onde a preocupação é genuína. Agradeço à Presidência francesa a sua oferta de total ajuda em matéria de garantias legais e quaisquer outras certezas que possam eventualmente ser solicitadas. Agradeço a todos os deputados e a V. Exa., Senhora Presidente, a vossa compreensão por continuarmos a abusar da vossa paciência.

Jan Tadeusz Masiel (UEN). – (PL) Senhora Presidente, Senhor Comissário, agradeço à Presidência francesa os seus êxitos e desejo-lhe sorte na Cimeira. No início da sua Presidência, a França não sabia que iria rebentar uma crise financeira mundial e que esta crise se tornaria o seu maior desafio. Respeito a resposta da França e a resposta da União Europeia à crise.

Quanto ao outro tema a ser debatido na Cimeira, nomeadamente as alterações climáticas, apraz-me que a Presidência francesa compreenda, e espero que tenha em consideração, as dificuldades que alguns Estados terão em substituir rapidamente o uso de carvão na produção de energia. O facto de a conferência mundial sobre o clima estar a ter lugar em Poznań demonstra a vontade da Polónia em participar no processo de redução das emissões de dióxido de carbono. Contudo, precisamos de tempo para modificar os nossos sistemas de gestão da energia e contamos com a solidariedade de toda a União Europeia nesta matéria.

Othmar Karas (PPE-DE). - (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, se me permitem, eu adoptaria uma abordagem diferente. A cimeira surge numa fase de crescente confiança entre os cidadãos da União Europeia. Mais de dois terços da população austríaca – e não são os únicos – consideram que só seremos capazes de vencer a crise com a ajuda da União Europeia, isto é, juntos.

Existe uma consciência cada vez maior da importância da moeda única – o euro – não só na zona do euro, mas sobretudo no exterior. As pessoas sentem que só em conjunto, como continente da Europa, desempenhamos um papel e temos uma oportunidade no mundo. A redução da dependência energética, o empenhamento no combate às alterações climáticas, a gestão da crise financeira, a criação de uma política credível em matéria de defesa, segurança e assuntos externos requerem uma maior solidariedade europeia, determinação e capacidade de acção.

Se aproveitarmos esta oportunidade, estaremos a corresponder com responsabilidade às expectativas dos cidadãos. Devemos procurar um roteiro comum para a ratificação do Tratado Reformador. Devemos criar legislação coerente, eficiente e profissional em resposta à crise financeira. Devemos procurar reguladores europeus, com base no modelo do Banco Central Europeu. Devemos demonstrar, com base no exemplo da legislação em matéria de alterações climáticas, como a economia social de mercado, enquanto modelo europeu, funciona de forma responsável.

Não temos apenas uma crise ou muitos estaleiros de construção pela frente, mas também uma oportunidade. Devemos aproveitá-la e aprender com os erros do passado. Nós tínhamos conhecimento de muitas coisas e actuámos demasiado pouco e tarde. Chegou a altura de arriscarmos um novo começo com os cidadãos da Europa.

Umberto Pirilli (UEN). - (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a crise que estamos a debater assemelha-se a um maremoto: severa e devastadora. Até agora, causou o colapso dos mercados financeiros e minou os alicerces da economia real. A disponibilização do montante de 200 mil milhões de euros, acordada nas cimeiras da UE, afigura-se, na minha modesta opinião, absolutamente insuficiente. Este montante é inferior aos montantes perdidos nas bolsas de valores europeias num só desses muitos dias em que fecharam com um sinal claramente negativo. Precisamos de mais coragem, mais audácia, mais Europa.

Preconizo, com o consentimento do meu grupo, e o Presidente Barroso já foi directamente autorizado a fazê-lo, que os Estados-Membros utilizem as suas respectivas reservas, conservando em contrapartida um título europeu que seja negociável nos mercados. Serão, no entanto, obrigados a investir o mesmo montante em infra-estruturas e em políticas de apoio àqueles que não têm apoios sociais e ao sistema produtivo. Estes títulos, ancorados no valor das reservas dos Estados, devem gerar confiança e contribuir para adquirir o nível necessário de liquidez – entre 2 e 5 pontos percentuais do PIB – para levar a cabo as políticas que, como é consensual entre nós, são necessárias. Tudo isto é feito à margem do Tratado de Maastricht, paralelamente a um plano de relançamento económico adequado.

PRESIDÊNCIA: MAURO

Vice-presidente

Vito Bonsignore (PPE-DE). - (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, esta crise financeira é, sem dúvida, uma crise sem precedentes; todavia, na minha opinião, poderia e deveria ter sido prevista e evitada. A crise económica, como o Presidente Barroso já a descreveu, surgiu de forma "inesperada e imprevista". Permita-me, Senhor Presidente Barroso, discordar. A crise económica foi inesperada, mas todos os sinais já existiam, a começar pelas indicações do Fundo Monetário Internacional da Primavera de 2007. Hoje, no entanto, a linguagem utilizada pelo Presidente em exercício do Conselho e pelo Presidente Barroso é mais adequada e, na minha modesta opinião, absolutamente consciente da gravidade da situação.

Concordo com o senhor deputado Karas. Os cidadãos da Europa estão de olhos postos em nós e nós devemos agir. O plano europeu que o Senhor Comissário elaborou no valor de 200 mil milhões de euros é, devo dizê-lo, insuficiente. Temos de ser claros quanto a isto. Talvez não tenham podido fazer mais, mas é insuficiente. Penso que a questão que devem abordar prende-se com a obtenção de recursos adicionais e separados, recorrendo, neste momento excepcional, à contracção de empréstimos directamente no mercado.

Falemos um pouco sobre o Banco Central Europeu. Existem muitas reticências em se falar desta instituição, mas não vamos referir as razões por trás desta atitude. Em meu entender, o Banco Central Europeu deveria reduzir a taxa de juro amanhã em um ponto percentual. Se apenas a reduzir em meio ponto, decepcionará de novo os mercados. A sua função – como a Comissão e todos já o disseram – é manter a estabilidade dos

preços. Mas penso que este objectivo também pode ser alcançado sem que as medidas tomadas sobre as taxas de juro sigam o índice de inflação; por vezes, é necessária mais flexibilidade e antecipar as medidas tomadas.

Concordo com o Presidente Barroso sobre a rigidez das despesas. É a direcção que deve ser seguida nas instituições europeias e nos Estados-Membros, e inclusive por nós, no Parlamento Europeu. Talvez precisemos de estar preparados para dar um maior apoio à coragem que a Comissão está, nestes momentos, a demonstrar.

Elmar Brok (PPE-DE). – (DE) Senhor Presidente, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, quero agradecer à Presidência francesa do Conselho por ter identificado e solucionado muitos problemas durante este período difícil dos últimos meses. Estamos, todavia, conscientes de que a capacidade de acção também depende, em forte medida, do Tratado de Lisboa. Como podemos ver, os dois parlamentos irlandeses elaboraram um relatório, que o Senhor Presidente qualificou de muito responsável, perspicaz e inteligente e que atende não só as preocupações como também aponta caminhos para nós, europeus, podermos resolver este problema em conjunto.

Quero convidar a Presidência francesa a empenhar-se no desenvolvimento de um roteiro que permita levar seriamente em conta as posições irlandesas e contemplar também preocupações que nada têm a ver com o Tratado, como, por exemplo, a questão dos Comissários. Ao mesmo tempo, deverá também apontar formas de colmatar o défice democrático que os próprios pretendem remediar através de uma melhoria das relações entre o Parlamento e o Governo da Irlanda. Nesta base, teremos uma hipótese de ratificar este Tratado, desde que sigamos o caminho claramente traçado pelo Parlamento irlandês. Penso que deveríamos enveredar por este caminho para encorajar os nossos amigos irlandeses, estabelecendo todavia um calendário a fim de evitar possíveis atrasos caso as eleições britânicas venham a ser antecipadas. A crise financeira demonstra claramente que cada vez mais cidadãos reconhecem que a Europa é imprescindível, tal como a Presidência francesa do Conselho provou na Geórgia e na crise financeira.

Neena Gill (PSE). – (EN) Senhor Presidente, há pouco o Senhor Ministro Jouyet fez referência ao atentado terrorista em Bombaim, manifestando solidariedade para com a Índia. Congratulo-me sinceramente com isso. No entanto, é necessário que essas palavras calorosas sejam acompanhadas de actos. Atendendo ao aumento maciço do número de vidas perdidas devido a atentados terroristas em todo o mundo, de que são alvo, cada vez mais, pessoas inocentes do Oriente, do Ocidente, do Norte e do Sul, considero uma incúria da parte do Conselho não incluir esta questão na agenda da reunião do Conselho da próxima semana. Não se trata de uma questão menos importante do que todas as outras questões que estamos a discutir. Os EUA estão a actuar, mas a Europa não.

Neste preciso momento, Condoleezza Rice está em Bombaim, mas onde está Javier Solana? Aumentam as tensões entre dois Estados nucleares. A Europa devia e podia fazer mais, em especial analisando acordos como a sua parceria estratégica com a Índia e dotando com recursos adequados os sentimentos nela expressos, para que os mesmos se possam atingir e concretizar.

Anneli Jäätteenmäki (ALDE). – (FI) Senhor Presidente, a cimeira visa reflectir sobre a forma como deve ser aplicado o Tratado de Lisboa. Uma chave para a solução estaria em cada Estado-Membro ter o seu próprio Comissário, o que espero vir a ser ponderado e conseguido. Durante a Presidência francesa, a França só dificilmente pôde objectar a esta ideia, com o fundamento de que a Comissão ficaria muito grande, quando sabemos que, neste momento, 37 ministros têm assento no Governo francês. A noção de que a Comissão ficaria demasiado grande se cada Estado-Membro tivesse um Comissário nunca foi sustentável. Na minha opinião, aproximaria mais os Estados-Membros e aumentaria a legitimidade; espero que se veja o bom senso desta opção e se revertam decisões anteriores, especialmente por não terem sido inteiramente lógicas.

Ewa Tomaszewska (UEN). – (PL) Senhor Presidente, desde a data em que o Protocolo de Quioto foi assinado, a Polónia reduziu as suas emissões de carbono em 33%. Nesse mesmo período, houve outros países da União Europeia que aumentaram os seus níveis de emissão, apesar de as suas indústrias de produção de energia não serem predominantemente à base de carvão. Por esta razão, a tentativa de estabelecer uma data posterior à data de assinatura do Protocolo de Quioto para começar a medir os níveis de emissão mostra a forma injusta como este problema está a ser tratado.

Por outro lado, a ideia de mitigar o impacto da crise financeira privando 80 000 trabalhadores dos estaleiros navais polacos dos seus empregos é realmente extraordinária. Ainda tenho esperança de que a Comissão inverta esta decisão, tão pouco razoável nas condições actuais.

Mairead McGuinness (PPE-DE). - (EN) Senhor Presidente, as minhas desculpas por não estar com uma voz particularmente boa, embora isso talvez venha a calhar. Poderia ter-me irritado com alguns dos reparos feitos pelo meu colega do Sinn Féin relativamente ao Tratado de Lisboa.

Direi apenas que na Irlanda pusemos o carro à frente dos bois. De facto, desde a votação que estamos a realizar um excelente debate sobre o Tratado de Lisboa. Bom seria que tivesse sido ao contrário! Agora o que se diz na Irlanda tem alguma lógica e faz algum sentido.

E deixem-me dizer aos burocratas e aos representantes de lóbis que apanham pela medida grande que decidi que eles são uma das melhores coisas que temos. Francamente, acho que deviam responder de forma igualmente desabrida, porque é irónico que o Sinn Féin fale de serviços públicos, que são dirigidos por burocratas, e todavia condene exactamente os burocratas destas instituições.

Esperemos para ver o que diz o Governo irlandês na próxima semana. Neste momento não goza de muita confiança junto da opinião pública, por isso esta talvez não seja a melhor altura para falar de outra votação, se é isso que tem de acontecer. Mas acredito que o bom senso prevalece na Irlanda e que as pessoas estão agora a reflectir sobre a situação em que nos encontramos e neste momento sabem que, atendendo à crise que atravessamos, precisamos de estar no âmbito da Europa.

Richard Corbett (PSE). - (EN) Senhor Presidente, numa situação em que 25 ou 26 países disseram "sim" ao Tratado de Lisboa e apenas um disse "não", não deixa de ser razoável, nem é antidemocrático perguntar se esse único país está disposto a reconsiderar, desde que os restantes de nós, porém, estejam dispostos a ir ao encontro das preocupações expressas pelo país em causa quando votou "não". Isso não é ignorar o resultado do referendo irlandês; é dar resposta ao resultado do referendo irlandês, analisar as preocupações que foram manifestadas e tentar ir ao seu encontro.

Mas para isso é necessário, claro, que a Irlanda nos diga, diga aos outros países, quais foram exactamente as preocupações manifestadas; é necessário definir uma lista de exigências a que possamos responder ou relativamente à qual possamos, pelo menos, negociar. Como é evidente, a solução tem de ser aceitável para todos os 27 países. Preferencialmente, isso significa não renegociar todo o Tratado, mas interpretá-lo, clarificá-lo, introduzir-lhe ajustamentos de forma a poder ser implementado indo ao encontro das referidas preocupações. Por mim, estou confiante que tal é possível, mas é necessário que seja a Irlanda a dar o primeiro passo. Apraz-me que o parlamento irlandês tenha tomado a iniciativa nesta matéria em vez de a deixar nas mãos do governo.

Theodor Dumitru Stolojan (PPE-DE) - (RO) Senhor Presidente, acabam de ser realizadas eleições democráticas na Roménia e posso garantir-lhe que o governo que irá ser formado promoverá uma sólida política económica.

Cumpre-me agradecer à Presidência francesa e à Comissão Europeia a rapidez e a destreza com que agiram em resposta aos problemas causados pela crise económica e financeira global.

Gostaria que, no pacote de medidas adoptado, se tivesse abordado mais a situação dos países que não fazem parte da zona euro e a questão de saber como ter acesso a liquidez em caso de emergência.

Silvia-Adriana Țicău (PSE). - (RO) A eliminação das barreiras que impedem a livre circulação dos trabalhadores assegura condições de trabalho adequadas e dignas para todos os trabalhadores europeus e constitui um meio eficaz de combater o dumping social e a fraude fiscal.

Exorto a que se acrescente ao programa do Conselho Europeu um ponto especificamente destinado a assegurar a supressão dos obstáculos que impedem a livre circulação dos trabalhadores da Roménia e da Bulgária. Considero que, decorridos dois anos sobre a adesão de ambos os países, esta é uma medida que se impõe, sobretudo no actual contexto de crise económica e financeira.

De igual modo, há que incluir no programa do Conselho Europeu a segurança energética e o pacote respeitante à energia e às alterações climáticas. O que se pretende não é que a Europa produza menos mas simplesmente que produza de uma forma mais respeitadora do ambiente e mais eficaz. Por esta razão, há que apoiar os Estados-Membros na realização de investimentos substanciais destinados a modernizar as instalações nas indústrias fortemente envolvidas no sector energético, impulsionar a produtividade e desenvolver as infra-estruturas de transportes.

Jean-Pierre Jouyet, *Presidente em exercício do Conselho.* - (FR) Senhor Presidente, Senhora Vice-Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, o debate incidiu sobre três pontos essenciais, aos quais

voltarei, mas antes de mais quero agradecer ao senhor deputado von Wogau e também ao senhor deputado Kirkhope, que agradeceram à Presidência francesa o que foi feito pelos cidadãos europeus apanhados nas tragédias de Bombaim.

Trabalhámos muito bem com o Secretariado-Geral do Parlamento Europeu no que respeita aos vossos representantes e funcionários que lá se encontravam, mas devo dizer, como já foi salientado repetidas vezes, que temos de continuar a trabalhar no sentido de uma melhor coordenação entre os consulados, os serviços diplomáticos no local, neste tipo de crises, no que, aliás, se continua a passar na Tailândia neste momento. Conseguimos fazê-lo e devemos continuar a fazê-lo. Uma vez que me encontrava em Roissy quando chegou o avião proveniente de Bombaim, pude verificar que havia onze nacionalidades europeias representadas naquele avião fretado.

Gostaria de dizer também - a senhora deputada Gill e o senhor deputado von Wogau já o referiram - que é um facto que a Europa deve estar presente, deve fazer mais perante estes riscos terroristas, naquela região do mundo como noutras. O que levanta a questão - que não foi referida durante o debate, mas trata-se de um dos pontos que serão também debatidos no Conselho Europeu - da estratégia europeia de segurança. Temos de adaptar e actualizar essa estratégia por forma a dar resposta às ameaças terroristas, à cibercriminalidade, a novos riscos. Temos também de melhorar - apraz-me que a senhora deputada Gill tenha levantado a questão - os nossos dispositivos em termos de planificação e de condução das operações civis e militares, a nível europeu. Estes aspectos da política europeia de segurança e defesa são muito importantes, como sabem, e a Presidência francesa pretende conseguir progressos neste domínio e a definição de orientações claras até ao final do ano.

E volto agora a tudo o que foi dito sobre os problemas institucionais e sobre o Tratado. Ouvi tudo atentamente, e agradeço as intervenções das senhoras deputadas Doyle e McGuinness, que foram extremamente claras e responsáveis. Ouvi também os senhores deputados Brok, Corbett, von Wogau, Duff e Jo Leinen sobre o assunto.

Primeiro ponto: penso que estamos a progredir. Estamos a progredir ao levarmos a sério - quero dizê-lo às senhoras deputadas Doyle e McGuinness - os pedidos irlandeses. Compreendemo-los, compreendemos também muito bem a situação política irlandesa, o que foi feito no Parlamento irlandês e que esforços estão a ser desenvolvidos neste difícil caminho. Vemo-lo perfeitamente. Temos todos de dar provas de responsabilidade. Nós daremos provas disso, proporemos qualquer coisa equilibrada que nos permitirá progredir e avançar em conjunto - em conjunto, digo bem - em direcção à aplicação do Tratado de Lisboa, quando for altura, mas compreendo perfeitamente as limitações de agenda que têm os nossos amigos irlandeses. Há que respeitá-las, e há também que ter em conta o calendário político.

Jo Leinen já o salientou. É preciso mais comunicação, estar mais próximo do terreno, é o que fazemos com a Senhora Comissária Wallström, que é mais competente do que eu nessa matéria e desenvolveu grandes esforços. Chegámos a acordo sobre a estratégia política de comunicação com o vosso Parlamento, entre o Conselho e a Comissão, e a Senhora Comissária Wallström desenvolveu igualmente uma estratégia que - pude aperceber-me disso em Dublin - foi saudada por todos. É um facto que, neste domínio, temos de dar provas de mais esforços em matéria de comunicação.

Relativamente a tudo o que foi dito, nomeadamente pelos nossos amigos polacos, no que se refere ao pacote energia-clima, é evidente que, a esse nível, temos de ter em conta a especificidade, como já referi, dos países com estruturas energéticas mais difíceis, para que cumpram os objectivos. Temos de respeitar esses objectivos. Creio que existem meios que permitem ter em consideração a flexibilidade necessária para integrar as especificidades e os pedidos formulados pelos nossos amigos polacos. A Presidência francesa está a fazer tudo o que está ao seu alcance para conseguir os compromissos necessários respeitando simultaneamente esses objectivos, mas saibam que, a esse nível, no que se refere à especificidade da Polónia, dos restantes países da Europa Central e Oriental e dos Países Bálticos, temo-la em consideração, da mesma maneira que os pedidos relativos à segurança energética.

O que quero dizer à senhora deputada Doyle, que também o salientou na sua observação, é que a co-decisão está efectivamente no centro das preocupações da Presidência francesa. Ela sabe-o. O Conselho e o Parlamento Europeu puseram em prática um processo de negociação - um trólogo - que, de há um mês a esta parte, foi desenvolvido com um investimento importante, e os resultados desse trólogo - como a senhora deputada Doyle sabe perfeitamente - representam praticamente 90% do pacote. Assim, o que nos resta fazer - a recta da meta - são os últimos 10% dos problemas referidos por muitos deputados durante este debate.

Relativamente à crise económica e financeira, parece-me importante o que foi dito e, como já foi afirmado, o Conselho e a Comissão estão animados por um grande sentimento de urgência. Gostaria de dizer que agradeço ao senhor deputado Pirilli as ideias inovadoras que possui sobre a utilização das reservas, e de dizer ao senhor deputado Bonsignore que o plano depende também do que existe a nível dos instrumentos comunitários. Não podemos construir um plano sem considerarmos as competências existentes a nível comunitário, os instrumentos existentes e o orçamento disponível. Não podemos ultrapassá-lo.

Por outro lado, penso que o Banco Central Europeu reagiu bem. De facto, é esperado um sinal no que respeita às taxas. Veremos a decisão do Banco Central Europeu. Tudo será bem-vindo, não vou comentar mais.

O senhor deputado Karas teve toda a razão em salientar - a Áustria é um exemplo perfeito disso - que temos também de saber aproveitar as oportunidades proporcionadas pela crise - como já foi afirmado, e o Senhor Comissário Almunia sabe-o melhor do que eu -, que o sentimento de pertença à União Europeia - nomeadamente no seu país, fiquei espantado com isso - se transformou e mudou com esta crise económica e financeira, pelo facto do euro - para aqueles que pertencem à zona euro mas também para os outros - se ter tornado uma referência e um símbolo, o que é muito encorajador.

Quero dizer à senhora deputada Belohorská que tudo o que referiu, Senhora Deputada, será fielmente transmitido ao Senhor Presidente Sarkozy, e quero agradecer-lhe o que disse sobre a Presidência francesa e a sua acção, e, por fim, quero dizer ao senhor presidente Wolski que tudo o que se refere à vizinhança é importante e que teremos em conta, no Conselho dos Ministros dos Negócios Estrangeiros de segunda-feira, no Conselho "Relações Externas" e no Conselho Europeu, evidentemente, a excelente proposta de parceria oriental apresentada pela Comissão Europeia.

Margot Wallström, Vice-Presidente da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, em primeiro lugar, gostaria de agradecer os comentários muito construtivos, pertinentes e interessantes de todos os intervenientes no debate. Queria começar por responder a duas questões específicas, para depois, eventualmente, me concentrar no Tratado de Lisboa.

O Senhor Ministro Jouyet já informou – e isso em resposta ao senhor deputado von Wogau – que o Conselho vai adoptar o relatório sobre a execução da Estratégia Europeia de Segurança ao longo dos seus primeiros cinco anos de existência. Permitam-me que acrescente o seguinte ao que disse o senhor Jouyet: é claro que o Tratado de Lisboa daria igualmente um contributo, mediante um amplo reforço e simplificação da estrutura institucional neste domínio. Isto constituirá uma oportunidade para o Conselho estudar modos de garantir a coerência de todos os nossos instrumentos e o equilíbrio entre as acções de *hard* e *soft security*. Isto em resposta ao senhor deputado von Wogau.

O senhor deputado Bernard Wojciechowski fez uma pergunta relativa à Parceria Oriental. Estamos em condições de informar que, na reunião de hoje da Comissão, adoptámos uma proposta referente à Parceria Oriental que prevê um reforço do financiamento das actividades, que contempla a integração económica, a mobilidade, a política de desenvolvimento social e económico, as plataformas de cooperação, o comércio livre e o intercâmbio estudantil – tudo elementos que fazem parte da citada Parceria Oriental. Saúdo o facto de termos discutido e adoptado tal plano.

O presente debate demonstrou que este é um momento importante para a União Europeia. Ele constituiu uma ilustração de todo o conceito de sustentabilidade no seu conjunto. Desenvolvimento sustentável significa não podermos endividar-nos e pedir às gerações vindouras que arranjem, depois, uma solução para a situação. Não podermos remeter para as gerações vindouras a resolução dos problemas relacionados com a poluição, os resíduos e as alterações ambientais ou climáticas. Não podermos criar problemas sociais para a próxima geração resolver. A essência do conceito de desenvolvimento sustentável consiste exactamente no imperativo de encontrarmos modos de satisfazer as nossas necessidades que não se repercutam nas gerações futuras e na satisfação das respectivas necessidades.

No mês que vem temos três questões centrais inter-relacionadas a resolver – e que concitaram claramente o grosso das atenções: a do plano de relançamento económico, em cujo quadro uma acção decidida da UE pode ter um impacto real no bem-estar económico e social da Europa ao longo do próximo ano; a do "pacote" do clima e da energia, que habilitará a Europa a liderar o mundo na definição de uma via credível e exequível para um futuro de baixas emissões de carbono, e a do Tratado de Lisboa, em que precisamos de definir um rumo para a adopção de um tratado, para que os europeus possam fruir dos benefícios de uma União Europeia mais democrática e eficiente.

Confio plenamente nos meus colegas, os Senhores Comissários Almunia e Dimas, para a discussão mais pormenorizada do plano de recuperação – que foi largamente comentado por muitos senhores deputados – e do pacote clima-energia. Como sei que ela terá lugar hoje e amanhã de manhã, limitar-me-ei a tecer mais alguns comentários sobre o Tratado de Lisboa.

Penso que estas duas questões são uma ilustração perfeita dos motivos por que precisamos do Tratado de Lisboa. As alterações climáticas e a crise económica reclamam uma União Europeia capaz de tomar as decisões correctas de forma célere, eficiente e democrática. Se pretendemos que a Europa faça o “trabalho pesado” necessário para introduzir mudanças tão fundamentais, temos de dotá-la das ferramentas necessárias para o efeito.

O empenho deste Parlamento e da Comissão no Tratado de Lisboa foi sempre claro. Desejávamos que a Europa desse um verdadeiro passo em frente, e que este Parlamento eleito por sufrágio directo dispusesse de mais poderes. No tocante aos parlamentos nacionais, queríamos que os cidadãos tivessem uma palavra mais importante a dizer, bem como uma racionalização da estrutura institucional, e mais transparência no plano da repartição das responsabilidades e atribuições na Europa. A procrastinação de todas essas reformas constitui, obviamente, uma decepção, mas não deve distrair-nos do objectivo central de pôr o Tratado de Lisboa em vigor. Isso significa que esperamos ser capazes de alcançar o objectivo da ratificação plena, e ganhar a parada na Irlanda.

Eu própria estive na Irlanda no mês passado e procurei explicar as razões por que considero que necessitamos do Tratado. Tentei também entender os motivos subjacentes às reservas dos eleitores irlandeses. O que ouvi confere em grande medida com os dados das sondagens que nos têm chegado. No que toca a algumas questões – como as da tributação e de defesa – as preocupações dos eleitores não têm qualquer fundamento real no Tratado. Noutras, como a do comissário irlandês, eles basearam-se no pior cenário que pode advir da aplicação do Tratado. Muitos consideraram que a informação prestada era insuficiente ou pouco clara e que votar ‘não’ era a opção mais segura.

O excelente relatório que acabamos de receber da subcomissão especial do Parlamento irlandês constitui um contributo de grande relevância no sentido da clarificação dessas preocupações, bem como da identificação de vias de solução possíveis. Quando me inquiriram, declarei que tinha a impressão de que havia muita disponibilidade por toda a Europa para auxiliar a dar resposta às preocupações dos irlandeses. A Comissão tenciona, na medida do possível, trabalhar com o Parlamento e as autoridades irlandesas no sentido de melhorar a comunicação relativa aos assuntos europeus na Irlanda. Estamos a preparar um memorando de entendimento para podermos passar imediatamente à acção, com o Governo e a população irlandeses.

Contudo, deixei claro que, pelas conversações com os diferentes Estados-Membros, tinha também a impressão de que não havia vontade de rever um compromisso institucional que foi fruto de sete anos de negociação longa e árdua, e de que os 25 Estados-Membros que ratificaram o Tratado, muitos dos quais já haviam ratificado a Constituição – e dois deles por via referendária, recorde-se – não queriam reabrir esse processo. Com a eleição do Parlamento Europeu à porta, é tempo de pararmos de discutir as instituições e começarmos a discutir as políticas da UE que interessam aos cidadãos e da maneira de resolvermos estes grandes desafios e problemas.

O Conselho Europeu da próxima semana deve fornecer-nos uma orientação clara com vista a levarmos este processo por diante com urgência. Estou confiante de que nos trará o impulso colectivo necessário para a consecução da ratificação plena do Tratado. Nós, enquanto Comissão, tentaremos dar o melhor contributo que nos for possível.

Presidente. - Está encerrado o debate.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Ilda Figueiredo (GUE/NGL), por escrito. – Os líderes da União Europeia não se conformam com o voto popular no único referendo que se pôde realizar sobre o projecto de Tratado de Lisboa, por obrigatoriedade da sua própria constituição nacional, onde o povo repetiu o NÃO que os povos da França e da Holanda já tinham decidido sobre a dita constituição europeia. Mais uma vez, numa atitude anti-democrática e de completo desrespeito pelo voto dos cidadãos, as pressões e chantagens estão de volta para tentar obrigar a Irlanda a realizar um novo referendo ou, então, a mudar a sua própria constituição nacional, para fugir aos referendos e ao voto do povo. Reafirmamos o nosso mais vivo protesto contra esta posição.

O que é urgente é uma ruptura com estas políticas. Queremos novos rumos para Portugal e para a Europa, para dar prioridade às pessoas, à melhoria do bem-estar colectivo, ao respeito pela dignidade de quem produz a riqueza, rejeitando aquilo que o Presidente Sarkozy chama de "refundação do capitalismo" e dizendo não à política da união económica e monetária com o seu Pacto de Estabilidade e a falsa autonomia do BCE. O que não acontece com o chamado "Plano de relançamento da economia europeia".

Pedro Guerreiro (GUE/NGL), por escrito. – O próximo Conselho Europeu constituirá mais uma etapa da inaceitável operação de imposição de uma proposta de tratado, já por três vezes rejeitada pelos povos.

Em vez de respeitarem a vontade do povo francês, holandês e irlandês, demonstrando o autêntico carácter antidemocrático da União Europeia as suas instituições (Parlamento Europeu, Conselho e Comissão Europeia) insistem na continuação do processo de ratificação (parlamentar) da proposta de tratado (que, até este momento, só não concluíram a Alemanha, a Polónia e a República Checa), mas sempre fugindo "como o diabo da cruz" à realização de referendos (como aconteceu recentemente na Suécia).

O grande patronato na Europa e os executores da sua política - direita e social-democracia -, desprezam a vontade democrática e soberanamente expressa pelo povo irlandês, procurando "isolá-lo", para melhor o poderem pressionar e chantagear e impor a realização de um novo referendo, tal como fizeram aquando do Tratado de Nice.

Basta ver a inadmissível proposta de resolução aprovada pela Comissão de Assuntos (ditos) Constitucionais do PE, a 17 de Novembro, que "reitera e confirma a sua aprovação do Tratado" (como se tivesse competência para isso...) e "a necessidade da sua ratificação nos Estados-Membros (...) o mais depressa possível".

Eis a UE sem máscara!

Tunne Kelam (PPE-DE), por escrito. – (EN) Queria recordar ao Conselho, e também à Comissão, que a UE é uma união assente nos valores fundamentais da democracia, do primado do direito e do respeito pelos direitos humanos.

Como tal, condeno veementemente o espírito que presidiu à recente cimeira UE-Rússia de Nice. Não é aceitável que se decida que fique tudo como dantes, com o argumento de que não há alternativa.

A integração da perspectiva dos direitos humanos na condução da política externa e o respeito pelo primado do direito são a pedra angular das relações com países terceiros.

A Rússia não pode ser excepção, particularmente tendo em conta que não satisfaz todas as condições previstas no acordo celebrado após a agressão perpetrada contra a Geórgia.

Preocupa-me o risco de a UE vir a perder o respeito de que goza, como agente sério e independente no concerto internacional. Acresce que a hesitação da UE em impor limites claros a um acto de violação premeditada das normas de conduta internacional é susceptível de encorajar actos similares de agressão por parte da Rússia no futuro.

Consequentemente, insto vigorosamente a Comissão e o Conselho a reconsiderarem seriamente a sua decisão de regressar ao estado de coisas anterior.

Rareş-Lucian Niculescu (PPE-DE), por escrito. – (RO) Gostaria de remeter para a recente Comunicação da Comissão relativa ao Plano de relançamento da economia europeia.

Cumprе sublinhar a importância de algumas disposições previstas nesse plano, nomeadamente as que se referem à adopção de medidas destinadas a melhorar a eficiência energética nas habitações e nos edifícios públicos existentes.

A Comissão anunciou que vai propor uma alteração à regulamentação relativa aos Fundos Estruturais tendo em vista apoiar tais medidas e, por essa via, alargar as oportunidades existentes nesse domínio.

Considero de importância vital que a referida alteração tenha por objectivo a utilização dos recursos disponibilizados a título do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional para melhorar as condições das habitações bem como o aumento da taxa de 2% actualmente prevista.

13. Futura arquitectura global dos mercados financeiros e aprovação de um plano de relançamento económico para a UE (debate)

Presidente. - Damos as boas-vindas aos estudantes da Universidade Europeia de Roma, presentes na galeria.

Seguem-se na ordem do dia as perguntas orais (O-0124/2008) e (O-0125/2008) apresentadas pela deputada Pervenche Berès, em nome da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, ao Conselho e à Comissão, sobre a futura arquitectura global dos mercados financeiros e o plano comunitário de recuperação económica (B6-0487/2008) e (B6-0488/2008).

Pervenche Berès, autora. - (FR) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhor Presidente em exercício do Conselho, o Senhor Presidente Barroso, há algum tempo, afirmou que tinha chegado a altura de a Comissão pressionar os Estados-Membros. Se é essa a estratégia da Comissão, sejam bem-vindos ao Parlamento Europeu, e terão todo o nosso apoio na aplicação dessa estratégia.

Para nós, a dificuldade, hoje, tem a ver com o grau de cooperação entre os Estados-Membros. O que vemos, demasiadas vezes, é uma tomada de consciência da urgência e uma justaposição de soluções nacionais em seguida apresentadas como uma solução europeia. Pensamos que, se queremos utilizar da melhor forma os nossos recursos, temos de proceder de outra forma.

No que respeita à arquitectura financeira internacional, o G20 reuniu e definiu etapas para o futuro. Quando vejo as conclusões do Conselho Ecofin, como foram adoptadas ontem, há uma coisa que me abala: não vejo nenhum mandato para a Comissão nessas conclusões. Assim, gostaria que o Conselho me dissesse como é que tenciona pôr em práticas as suas propostas, nomeadamente quando se trata de lutar contra o carácter pouco colaborador de certas jurisdições ou de definir o papel do FMI relativamente às outras instituições financeiras internacionais.

Gostaria também que o Conselho e a Comissão nos referissem quais são as próximas etapas, em termos do calendário adoptado, e em que condições o Parlamento Europeu poderia ser associado a essa reflexão, pois creio que, se queremos uma dinâmica europeia, é assim que temos de proceder.

Quanto ao plano de relançamento, foi avançada a percentagem de 1,5%. Comparativamente aos números que circulavam antes, devemos considerar que se trata de um passo em frente. Será suficiente? Será que se trata verdadeiramente de 1,5% ou tratar-se-á de uma reclassificação de certas despesas já programadas? Temos de analisar a questão em pormenor.

Mas, no que respeita ao plano propriamente dito, gostaria de fazer três observações. A primeira é que, se não existir uma verdadeira coordenação, no sentido do Tratado, no sentido do artigo 99.º, que convida os Estados-Membros a considerarem as suas políticas económicas como questões de interesse comum, iremos fracassar. Até agora, mesmo considerando as conclusões do Conselho Ecofin de ontem, fico chocada ao ver que continua a não existir método. A coordenação das políticas económicas, nesta fase crítica, não pode consistir apenas numa apresentação pelos Estados-Membros dos planos de relançamento discutidos exclusivamente no seio dos governos, e depois numa avaliação *a posteriori* pela Comissão. Não é suficiente.

Segundo aspecto: fico chocada ao ver que, neste documento, não se fala de uma perspectiva de retorno, que sei que não é compatível com o actual Tratado, mas também não se refere a ideia que circulava por aí, em minha opinião com razão, de uma possível mutualização dos empréstimos dos Estados-Membros da zona euro.

Se a Comissão pretende ser audaciosa, chegou a altura de lançar estas pistas de reflexão. Talvez o Conselho não apoie de imediato tal proposta, mas aqui, no Parlamento Europeu, poderá obter, tenho quase a certeza, tendo em conta o seu precedente neste Hemiciclo, o nosso apoio, pelo que vale a pena avançar nesse sentido.

A terceira questão é a dos empregos e dos salários. Há pouco, o senhor referiu a importância do objectivo em termos de emprego. Não esqueça que se trata necessariamente de empregos de qualidade, pois, caso contrário, não alcançaremos os objectivos que definimos na nossa Estratégia de Lisboa.

Por fim, permita-me uma última reflexão sobre o Banco Europeu de Investimento (BEI). Este está hoje em dia incumbido de muitas missões, mas temos de zelar pela forma como os próprios bancos põem em prática essas facilidades e esses instrumentos agora novamente propostos, pois o acesso das PME passa pela rede bancária. Ora, todos conhecemos, actualmente, as hesitações da rede bancária; convido-o a analisar este ponto de perto e convido-os, colectivamente, a terem em conta as lições do passado, ou seja, a definirem

uma despesa pública útil para os nossos objectivos a longo prazo e de forma coordenada, pois sem essa coordenação a despesa única não será útil.

Presidente. – Damos, de novo, as boas-vindas ao Presidente em exercício do Conselho, Senhor Secretário de Estado Hervé Novelli, que foi nosso colega entre 1999 e 2002, se bem me recordo.

Hervé Novelli, *Presidente em exercício do Conselho.* – (FR) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria em primeiro lugar de responder à senhora deputada Berès, começando por fazer uma breve retrospectiva sobre o que se passou durante o último ano, aproximadamente.

A crise que teve início nos Estados Unidos continua, como todos sabem, a ter consequências. Enquanto a situação no sector financeiro parece ter estabilizado e mostra sinais de melhoria, embora nem tudo se tenha ainda resolvido, o desafio é, a partir de agora, limitar, tanto quanto possível, os efeitos desta crise financeira na economia e na actividade reais.

A previsão publicada pela Comissão no início de Novembro, mostra uma queda considerável do crescimento económico na União Europeia, que se espera que seja de 1,4% em 2008, enquanto ainda em 2007 foi de 2,9%.

Em 2009, segundo a Comissão, prevê-se que a actividade estagne numa taxa de crescimento médio anual de 0,2% do PIB. Prevê-se que o crescimento regresse muito lentamente no decurso do ano atingindo uma média anual de 1,1% em 2010. Será esta a situação, tanto quanto pode ser prevista, nas próximas semanas e nos próximos meses.

No que respeita à situação financeira, se esta parece tomar uma direcção mais favorável do que há alguns meses, isso deve-se sobretudo à acção determinada dos Estados-Membros e dos bancos centrais, incluindo o Banco Central Europeu, e, como o meu colega e amigo Jean-Pierre Jouyet já falou detalhadamente sobre este assunto, não voltarei a ele.

Os Chefes de Estado dos países da zona euro encontraram-se a 12 de Outubro e, pela primeira vez, acordaram num plano de acção concertada cujos princípios foram aprovados pelo Conselho Europeu a 15 e 16 de Outubro.

Todos os Estados-Membros adoptaram agora medidas nacionais em conformidade com os princípios deste plano, por exemplo, como já sabem, através de mecanismos de garantia para o financiamento de bancos e sistemas que permitam a sua recapitalização.

Além disso, o BCE, desenvolveu esforços consideráveis para fornecer liquidez ao mercado, diversificando os seus concursos e alargando a gama dos seus colaterais.

Considero que demonstrámos solidariedade no apoio aos Estados-Membros a braços com dificuldades financeiras. Ajudámos um Estado-Membro, a Hungria, no início de Novembro, algo que tinha de ser feito. Chegámos agora também a acordo quanto à necessidade de elevar, de 12 mil milhões para 25 mil milhões de euros, o limite superior dos empréstimos que a União pode conceder neste âmbito.

Penso, como V. Exa. já disse, Senhora Deputada Berès, que é agora a altura de relançar a nossa economia. Os Estados-Membros e a União têm de agir concertadamente e contribuir para uma resposta mais vasta a nível global.

No que se refere à recuperação da economia europeia, a Comissão tomou a iniciativa de publicar uma comunicação em 26 de Novembro, um plano de recuperação económica europeia para o crescimento e o emprego. O Conselho congratula-se vivamente com esta comunicação, e eu congratulo-me que V. Exa., Senhora Deputada Berès, considere isto um passo na direcção certa.

Para resolver completamente a crise e, em particular, extrair lições dela, temos de analisar o que se passou. Como sabe, a turbulência financeira inicial, surgiu no mercado *subprime* nos EUA, tendo-se propagado gradualmente, o que revelou graves deficiências de funcionamento nos nossos sistemas financeiros.

Do ponto de vista macroeconómico, esta crise reflecte também as implicações dos desequilíbrios internos em termos de endividamento das famílias, e de desequilíbrios externos, em particular o défice corrente dos EUA. Mas quero sublinhar que se trata sobretudo de uma crise da regulação dos mercados financeiros que revela o mau funcionamento de certos aspectos dos nossos quadros de regulação e monitorização.

Um grande número destes aspectos foi já abordado no quadro dos roteiros e do trabalho realizado pelo Conselho Ecofin durante a Presidência francesa. Mas, para além das medidas urgentes tomadas ao nível comunitário para restaurar a confiança nos mercados financeiros e proteger os depósitos dos aforradores, apoiar as instituições financeiras e fornecer ajuda aos Estados-Membros em dificuldades, as reformas fundamentais que pede, Senhora Deputada Berès, encontram-se, segundo penso, já em curso.

A este respeito, gostaria de expressar a minha satisfação com o acordo alcançado no Conselho sobre os quatro projectos de directiva, que terão um efeito decisivo na melhoria da estabilidade do sector financeiro, protegendo as pessoas e fortalecendo ainda o mercado interno. Trata-se da directiva relativa aos requisitos de fundos próprios dos bancos, a directiva sobre as garantias de depósitos, a directiva Solvência II e a directiva relativa aos organismos de investimento colectivo em valores mobiliários (OICVM).

Além disso, estão em curso trabalhos sobre a monitorização de instituições financeiras que até agora não foram monitorizadas. O trabalho sobre o regulamento europeu respeitante às agências de notação já começou e prevê-se que esteja pronto na Primavera de 2009.

Não tenho dúvidas de que o Parlamento partilha da nossa determinação em assegurar que estes textos sejam adoptados logo que possível. Além disso, a Presidência francesa do Conselho decidiu iniciar um trabalho a longo prazo sobre a prociclicidade da regulação financeira com vista a rever o quadro prudencial e contabilístico e sobre os incentivos oferecidos no sector financeiro, examinando a questão de grande importância da remuneração dos gestores e dos operadores de mercado. No que se refere à supervisão na Europa, registaram-se já progressos concretos nos últimos meses: maior convergência entre as práticas dos sistemas de supervisão nacionais de modo a que cada um aplique os textos de maneira equivalente; reforço dos sistemas de supervisão de grupos transfronteiriços estabelecendo conselhos de supervisão; e um funcionamento mais eficiente dos comités de supervisão europeus, com a introdução de votações por maioria qualificada nas suas reuniões de modo a melhorar os processos de tomada de decisão.

Porém, penso que são necessárias alterações mais radicais nesta área, e esperamos muito do grupo de alto nível presidido por Jacques de Larosière, que tratará igualmente da supervisão, em particular da questão da supervisão dos fundos de investimento.

Em todo o caso, todas estas realizações e este trabalho apontam para a manutenção da União Europeia como a força motriz do trabalho internacional que está a ser desenvolvido em resposta à crise financeira. A União tem sido seguramente uma força motriz na actividade internacional destinada a promover uma reforma completa da arquitectura financeira global, em particular um aumento da capacidade das instituições financeiras internacionais de modo a prevenir o reaparecimento de factores de crise.

A crise demonstrou muito claramente que estes problemas, que são de escala global, têm de ser resolvidos a nível global. Por conseguinte, a Presidência francesa tomou a iniciativa de propor aos Estados Unidos a realização de uma cimeira internacional, que incluiria os principais países emergentes, para definir os princípios e as acções iniciais a empreender para o restabelecimento da arquitectura financeira internacional.

Com este objectivo em mente, a Presidência apresentou propostas aos Estados-Membros. Estas propostas foram discutidas no Conselho Ecofin e depois aprovadas pelos Chefes de Estado ou de Governo. A Europa ficou assim em condições, e considero que isto é muito importante, de falar a uma só voz na reunião de Washington a 15 de Novembro.

Antes da reunião do G20, o Conselho Ecofin desempenhou o seu papel, definindo a mensagem comum da União Europeia no que respeita à arquitectura financeira internacional. Na sua reunião de 4 de Novembro, examinou todas as questões relevantes com vista a definir uma resposta europeia à crise, e a sua proposta foi subsequentemente aprovada pelos Chefes de Estado ou de Governo na sua reunião informal a 7 de Novembro.

Penso que esta unidade europeia permitiu que se conseguisse um progresso muito significativo, sobretudo da parte dos nossos parceiros nos EUA e nos países emergentes, simultaneamente em termos de apoiar o crescimento global e da regulação e supervisão dos mercados financeiros globais cujo princípio se estendeu a todas as partes interessadas, mercados e jurisdições.

Estou convencido de que esta cimeira representa o ponto de partida para uma revisão dos instrumentos e recursos das instituições financeiras internacionais. O FMI deve ser dotado de uma vasta gama de instrumentos que o habilitem a apoiar os Estados-Membros de uma maneira flexível e rápida. O Banco Mundial deve ser mobilizado para fornecer os financiamentos necessários aos países emergentes e aos países pobres, permitindo-lhes enfrentar a escassez e os aumentos de preços dos recursos de mercado.

Além disso, não basta as instituições financeiras internacionais terem de dispor dos recursos para fazer face às crises; elas têm também de desempenhar um papel fundamental na sua prevenção. O FMI, em particular, em associação com o Fórum de Estabilidade Financeira, tem de ser capaz de identificar qualquer acumulação de riscos e de bolhas no sistema financeiro e recomendar as correspondentes políticas económicas.

Assim, o Conselho apoia sem reservas a declaração emitida pelos Chefes de Estado ou de Governo dos países do G20, tornada pública a 15 de Novembro. Tudo está agora preparado para estabelecer posições europeias comuns de modo a concretizar esta "declaração de Washington" dentro do calendário fixado para os próximos prazos internacionais.

Fundamentalmente, e para concluir, Senhor Presidente, penso que, para além do progresso feito nas questões básicas, podem ser extraídas daqui duas importantes mensagens.

A Europa, depois de uma preparação muito rápida, falou a uma só voz na cimeira de Washington. Por conseguinte, a Europa tem de permanecer uma força motriz no presente debate sobre a reforma da arquitectura financeira internacional.

As nossas discussões internas e as reformas que iremos continuar a adoptar têm de prosseguir para alimentar este processo, que está ainda no princípio.

Joaquín Almunia, *Membro da Comissão*. – (ES) Senhor Presidente, Senhor Ministro Novelli, Senhor Ministro Jouyet, Senhora Deputada Berès, minhas Senhoras e meus Senhores, há menos de um mês, em Estrasburgo, falámos dos resultados e das conclusões da reunião de Washington.

Hoje, a senhora deputada Berès pergunta ao Conselho e à Comissão que passos serão necessários para pôr em prática essas conclusões, quem deverá dá-los e o que deverá cada instituição europeia fazer para esse efeito.

Devo dizer que estou inteiramente de acordo em que, à semelhança das decisões que foram adoptadas desde Setembro de 2007 no Conselho Ecofin e no Conselho Europeu, estas decisões têm de ser tomadas de forma rápida e respeitando o papel de todas as instituições comunitárias. Todas as instituições comunitárias têm de ser envolvidas na construção de um consenso, de modo a que Europa possa assumir uma posição unívoca sobre todas as questões necessárias para melhor regular o sistema financeiro e encontrar soluções para os seus problemas. Desse modo, a UE continuará a ser capaz de assumir a liderança mundial na apresentação de soluções em futuras reuniões que terão lugar no seguimento da reunião de Washington.

Na Comissão estamos obviamente a trabalhar nesse sentido, participando, por um lado, no Grupo de la Rosière, e, por outro lado, desenvolvendo as nossas próprias iniciativas. Ainda ontem a Comissão Europeia actualizou estes anúncios no Conselho Ecofin. Além disso, a Comissão irá sem dúvida exercer as suas próprias competências, em conjunto com o Conselho e o Parlamento, a fim de alcançar os necessários acordos com a maior brevidade possível.

É muito importante coordenar as acções e as posições da UE no domínio financeiro, pois vamos participar numa coordenação global e a Europa não pode participar numa coordenação global com posições diferentes. Temos de fazê-lo com base numa posição única e formalmente acordada no seio da União Europeia.

Relativamente ao plano de recuperação e reactivação económica, que foi ontem discutido pelo Conselho Ecofin, os ministros concordaram com a opinião da Comissão de que, atendendo à situação económica e à recessão que afecta os Estados Unidos, o Japão, a zona euro e algumas importantes economias da UE fora da zona euro, é fundamental que haja um estímulo fiscal. A política monetária deve continuar a contribuir para sustentar a procura, mas não pode assumir sozinha toda a responsabilidade, especialmente tendo em conta a presente situação dos mercados financeiros e dos mercados de crédito.

A política fiscal e orçamental tem igualmente de proporcionar um estímulo. A Comissão propôs um estímulo que considera simultaneamente necessário e possível numa situação como a que vivemos. Especificámos a medida em que iremos contribuir com recursos e instrumentos europeus, tanto através do orçamento da UE como da acção do Banco Europeu de Investimento e do BERD. Infelizmente, devo dizer que alguns membros do Ecofin não acolheram favoravelmente a proposta, que dirigimos tanto ao Conselho como ao Parlamento, no sentido de flexibilizar a utilização de fundos não gastos sem modificar o tecto global do orçamento comunitário, o que nos permitiria consagrar um montante de 5 mil milhões de euros ao investimento em infra-estruturas e à luta contra as alterações climáticas a nível europeu.

Lamentavelmente, a nossa proposta não colheu o apoio unânime suficiente. Esperamos, contudo, que ela vá por diante. Para além do esforço europeu - através do orçamento da UE e do Banco Europeu de Investimento, e aqui os ministros concordaram efectivamente em aumentar o capital, tal como a Comissão havia proposto, até ao final de 2009 -, solicitámos aos Estados-Membros que envidassem um esforço financeiro no valor de 170 000 milhões de euros em 2009 por via da adopção das medidas de incentivo à procura que considerem mais apropriadas em função das suas circunstâncias actuais.

Essa proposta tem em consideração a responsabilidade própria dos Estados-Membros, pois são eles que dispõem do orçamento para financiar a recuperação através de políticas fiscais. A proposta tem igualmente em consideração o facto de nem todos os Estados-Membros possuírem a mesma margem de manobra. Neste momento não podemos pedir à Hungria ou à Letónia que contribuam tanto como a Alemanha ou os Países Baixos. Essa não é, obviamente, a posição da Comissão. Embora todos os Estados-Membros devam beneficiar do impulso e da recuperação que dele resulta, nem todos podem contribuir por igual, pois a sua situação de partida é diferente, o que faz com que a coordenação seja imprescindível.

Coordenando as acções, podemos fazer com que mais um seja igual a três. Sem essa coordenação, um mais um poderia dar um resultado negativo. Isto reflecte claramente a urgência de que a coordenação se reveste. Alguns países não têm margem de manobra, enquanto outros têm de decidir se utilizam a que têm. Se não maximizarmos as energias e as possibilidades de todos os países, todos acabaremos por perder. Foi essa a mensagem que a Comissão enviou ontem aos ministros do Ecofin.

Tenho três questões muito concretas.

Em primeiro lugar, no debate anterior, um membro deste Parlamento afirmou que o Pacto de Estabilidade e Crescimento já não estava em vigor. Como já disse a este Parlamento em numerosas ocasiões e volto a repetir agora, o Pacto de Estabilidade e Crescimento está plenamente em vigor, e está plenamente em vigor porque em 2005 o revimos e introduzimos a flexibilidade necessária para que pudesse ser útil numa situação como esta. O Pacto está em vigor porque o revimos em 2005, e não é necessário reinventá-lo ou modificá-lo. O que precisamos é de o aplicar e respeitar, mas de o respeitar dentro dos limites e com a flexibilidade que a política orçamental exige em momentos como este.

Em segundo lugar, a senhora deputada Berès fez referência aos títulos de dívida pública europeus. Alguns países importantes descartam claramente esta possibilidade e recusam-se a equacioná-la. Deveria haver uma emissão comum de títulos obrigacionistas nacionais? Alguns países importantes da zona euro rejeitam esta possibilidade. Porém, existe uma terceira possibilidade, que recebeu apoio unânime e que tencionamos utilizar, nomeadamente a possibilidade do Banco Europeu de Investimento financiar mais e de uma forma mais precisa os investimentos e as medidas que são considerados essenciais para sustentar a procura e maximizar o impacto desse esforço à escala europeia numa altura como esta.

Por último, concordo plenamente com o apelo da senhora deputada Berès a empregos de qualidade. Quando a Comissão incluiu no plano de recuperação não só um esforço fiscal, mas também dez acções prioritárias de investimentos inteligentes, o que procurávamos era mais crescimento, mais sustentabilidade e empregos de melhor qualidade do que aqueles que algumas medidas de curto prazo podem proporcionar. É verdade que essas medidas podem ser de natureza temporária - que é um dos requisitos do incentivo -, mas não possuem as outras duas características necessárias para que isso seja um esforço fiscal de qualidade, nomeadamente que sejam capazes de aumentar a procura a curto prazo assim como de incrementar as possibilidades das nossas economias durante a recuperação económica que por certo se seguirá.

Jean-Paul Gauzès, em nome do Grupo PPE-DE. - (FR) Senhor Presidente, Senhores Ministros, Senhor Comissário, em primeiro lugar, quanto às perguntas, diria que elas demonstram claramente o desejo do Parlamento de se manter informado e de estar mais envolvido no processo de reforma da arquitectura dos mercados financeiros. O Parlamento está igualmente empenhado em que a Europa fale a uma só voz, como foi dito.

No que respeita à recuperação económica da Europa, é evidentemente essencial uma acção concertada e coordenada, como foi sublinhado. Pela nossa parte, apoiamos a proposta da Comissão de combinar todas as alavancas políticas europeias e nacionais disponíveis para combater esta crise. Na realidade, trata-se agora de restabelecer a confiança dos Europeus e, por conseguinte, dos consumidores.

Precisamos também de encontrar o equilíbrio adequado entre o longo prazo e o curto prazo. As medidas tomadas, em particular no que se refere à banca, são boas para combater a crise financeira: aumento do capital, garantias de empréstimos interbancários e garantias para os empréstimos. Contudo, precisamos de

ser vigilantes quanto à realização efectiva do objectivo destas medidas, que é o de fazer os bancos reassumir o seu papel principal de fornecedores de liquidez e de crédito – em duas palavras, o objectivo de financiar a economia real.

O papel do BEI e do BERD deve ser reforçado. As reservas do BEI devem ser usadas para fortalecer a sua base de capital. A estruturação do orçamento constitui igualmente um passo na direcção certa. Porém, para além das palavras, o que conta é concretizar as medidas planeadas. Temos de evitar estar sempre a mudar de opinião. Refiro aqui a ajuda pública no que respeita aos programas relacionados com os bancos. E refiro igualmente aqui – e V. Exa. falou disso agora mesmo – o Pacto de Estabilidade e Crescimento. Temos de ter consciência de que os nossos concidadãos, que, nesta época de crise, esperam que a Europa apresente soluções, não devem sentir que a Europa diz uma coisa um dia e no dia seguinte faz o contrário.

Finalmente, Senhor Ministro, sobre a questão da regulação das agências de notação, da qual sou relator neste Parlamento, iremos trabalhar esforçadamente para implementar um sistema eficaz e pragmático que não se limite a reagir à situação do momento, mas que torne possível o funcionamento destas agências a longo prazo.

Poul Nyrup Rasmussen, em nome do Grupo PSE. – (EN) Senhor Presidente, antes de mais, queria confirmar ao Senhor Comissário Almunia que “um mais um” dá, não dois, mas três, se concertarmos esforços. Vou tentar explicar isso ao meu netinho, e ele vai compreender, pois está a tornar-se um bom Europeu.

Não vou entrar na questão da coordenação, porque a minha prezada colega, senhora deputada Berès, já frisou a sua relevância, como aliás também V. Exa., Senhor Comissário. Sobre esse ponto gostaria de fazer uma observação só – que é dirigida também à Presidência da União Europeia e do Conselho – e que é a de que há um sério risco de os Estados-Membros não terem entendido realmente ainda a magnitude da necessidade de investimentos financeiros. Deixem-me dar apenas um exemplo: se o nosso objectivo é manter o actual nível de emprego da União Europeia, precisamos de investir mais 1% do PIB, não só em 2009, como também uma percentagem suplementar em 2010 e em 2011. Isso é documentado pelas nossas projecções macroeconómicas à escala da União Europeia.

A minha esperança é que o que fizemos antes do Natal constitua um começo – e eu sei que a Presidência francesa comunga dessa ambição. Portanto, por favor, estabeleçam um quadro temporal que signifique: avaliemos os efeitos antes da primavera do próximo ano e do Conselho da Primavera. Preparemo-nos até ao Conselho da Primavera para criar novos estímulos financeiros. Porque receio que ao actual prognóstico da Comissão – e que ela fez o melhor que lhe foi possível – se venha a juntar um outro, que nos mostrará que a tarefa que temos pela frente é ainda mais ingente.

Finalmente, quero falar de regulação. Queria agradecer muito à Presidência por ter declarado que estamos perante uma crise de regulação. Concorde. É por isso que estou tão decepcionado com a informação que recebi ontem na Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, liderada pela senhora deputada Berès. Aprovámos por unanimidade neste Parlamento um relatório em que se afirma que, devido a esta crise de regulação, necessitamos de nova regulamentação que reforce a autonomia de todos os agentes financeiros sem excepção – incluindo os sectores dos fundos de retorno absoluto e de investimento em participações privadas.

Ontem recebi uma mensagem do Comissário McCreevy, que rezava: “Serve a presente para convidar todos os intervenientes a participar numa nova consulta sobre fundos de retorno absoluto”. O último procedimento de consulta sobre os fundos de retorno absoluto, que incidiu apenas sobre os tipos da City de Londres, teve lugar há dois anos. Agora temos nova consulta. Não precisamos de mais consultas; precisamos de regulação. Sabemos perfeitamente qual é o problema. Ontem, o Comissário McCreevy acrescentou ainda: “Mais se esclarece que não há intenção de tomar quaisquer medidas que digam respeito aos fundos de investimento em participações privadas”. No entanto, vai pedir às organizações de representação dos interesses desse sector o obséquio de solicitarem àqueles que não são abrangidos pelo Código de Conduta que passem a sê-lo.

(Interrupção de outro deputado)

(FR) Minhas Senhoras e meus Senhores, é a minha vez de falar!

(EN) O que eu pretendo dizer é o seguinte: por favor, necessito do vosso auxílio – e estou a apelar a si, Senhor Comissário Almunia –, quero que compreenda que as pessoas, pura e simplesmente, não entenderão que nós, União Europeia, não sejamos capazes de cumprir o nosso dever de regular o mercado financeiro de forma integrada, para garantir que esta situação se não repete; e que podemos financiar esta expansão exactamente do modo descrito pelo Comissário Almunia.

Peço uma resposta antes do Natal, para poder dizer ao meu netinho, "vamos a isto!"

Daniel Dăianu, *em nome do Grupo ALDE*. – (EN) Se não logarmos chegar a uma verdadeira posição comum na UE a favor de uma reforma genuína, a tarefa de criar normas globais para os mercados financeiros tornar-se-á muito mais espinhosa. O observador sensato dirá que o rotundo fracasso da regulação e da supervisão, combinado com as pechas que foram postas a nu num modelo económico excessivamente simplista, dá uma resposta óbvia à questão de saber o que há a fazer. Mas alguns continuam a advogar que a regulação "suave" deve ser a regra no novo sistema. Em minha opinião, estão errados, quer sejam movidos por uma convicção genuína ou por interesses paroquiais.

A pertinência de um dos legados intelectuais de Keynes – a ideia de que os fluxos de capital de alta volatilidade são inimigos do comércio e da prosperidade – ficou demonstrada na enorme embrulhada presente e noutras crises, incluindo as dos mercados emergentes. Há décadas já que escutamos um mantra à escala mundial: que não há muito que se possa fazer no plano das políticas nacionais, porque os mercados globais castigariam o governo que tivesse tal veleidade. Mas será que a organização dos mercados financeiros globais é obra divina? Não são os mercados globais, a par dos respectivos determinantes de ordem tecnológica, produto também de decisões humanas de instituir regimes financeiros, comerciais e de investimento? A alegação de que não é possível agir na área financeira, quando ela é causa de infortúnios, não convence. Pode fazer-se muito no plano da regulamentação de todas as entidades financeiras (incluindo os fundos de retorno absoluto e os fundos de investimento em participações privadas), pela limitação da alavancagem, abordagem do problema da prociclicidade e da prestação de contas, melhoria da coordenação das políticas, ou disciplina das agências de notação de crédito.

O declínio de um paradigma que toma a economia de mercado como sinónimo de ausência de regulação tem de ser visto à luz da emergência de um mundo económico multipolar, na tentativa de forjar um novo sistema financeiro internacional. Desta última depende a sorte de um sistema económico mundial aberto. Se não tomarmos as medidas correctas agora, arriscamo-nos a deixar mutiladas as nossas democracias liberais. Espero que a nova Administração americana adopte uma atitude de cooperação nesta matéria. Mas nós, na Europa, temos de saber estar à altura dos enormes desafios do momento presente.

Rebecca Harms, *em nome do Grupo Verts/ALE*. – (DE) Senhor Presidente, antes de mais, quero dizer que subscrevo inteiramente a apreciação feita pelo senhor deputado Rasmussen, de que estamos perante uma relação completamente nova entre o Estado e o mercado no que se refere a todo o mundo financeiro. Creio que neste ponto estamos de acordo. Também no que diz respeito ao papel do Senhor Comissário McCreevy, sou de opinião que este deveria ser menos importante do que até agora e que, em circunstância alguma, lhe deverá ser permitido protelar o processo neste momento.

O ensinamento que podemos retirar do colapso dos mercados financeiros é que isto é o que acontece quando o Estado se retira demasiado e não tem a coragem de aplicar as regras que identificou como sendo correctas.

Gostaria de estabelecer, uma vez mais, uma ligação entre o actual debate em torno de um "New Deal" verde e o plano de relançamento da economia europeia. Em meu entender, continua a haver demasiados indecisos no Conselho Europeu e na Comissão Europeia que partem do princípio de que as estratégias de sustentabilidade ou medidas agressivas de combate às alterações climáticas irão custar empregos. São essas mesmas forças de bloqueio que, em nossa opinião – pois nós Verdes também nos preocupamos com o emprego –, também travam o desenvolvimento de métodos de produção sustentáveis, de sistemas económicos sustentáveis e de novos produtos sustentáveis e que estão a bloquear o caminho da Europa rumo aos mercados globais do futuro.

Considero isto altamente perigoso e julgo que a fraca regulamentação que estamos neste momento a preparar para o sector automóvel é um mau sinal do nosso medo. O plano de relançamento tem agora uma faceta keynesiana e uma faceta ecológica, mas no fundo continua a ser a mesma receita de sempre.

Não acredito que seja suficiente a Europa proceder apenas a alterações ligeiras. Talvez a coordenação possa ganhar mais apoiantes se as estratégias forem formuladas com maior consistência. A revisão do orçamento completo da UE no início do próximo ano constituiria uma oportunidade para a Comissão atacar as diversas crises significativas que temos de gerir de modo sistemático e uniforme.

Sergej Kozlík (NI). – (SK) Senhor Presidente, excelentíssimas Senhoras e excelentíssimos Senhores Deputados, excelentíssimos convidados, aplaudo a iniciativa das instituições da União Europeia que deu um impulso para enfrentar a crise financeira a nível global. No entanto, a resposta económica às consequências da crise

financeira baseada num plano para restabelecer o crescimento e o emprego na União Europeia parece-me mais uma improvisação precipitada.

O plano idealiza a situação e esquece que a União Europeia consiste num grupo de Estados nacionais, cada um dos quais em circunstâncias diferentes, com prioridades e soluções diferentes para os problemas económicos e para o desenvolvimento económico. O plano subestima a importância do desenvolvimento coordenado da infra-estrutura energética no seu todo, não apenas da chamada energia verde, e do desenvolvimento coordenado da infra-estrutura rodoviária e ferroviária enquanto condição prévia para a distribuição eficaz dos investimentos, assim como a necessidade de tratar do financiamento do sector agrícola. Por isso é que, para além da crise financeira, o mundo também enfrenta a ameaça de uma crise energética e alimentar.

José Manuel García-Margallo y Marfil (PPE-DE). – (ES) Senhor Presidente, não me alargarei muito sobre o carácter excepcional e histórico da presente crise. Todos os meus colegas já se referiram a isso e o senhor deputado Rasmussen expressou-o muito bem. Quero apenas acrescentar aqui três coisas: esta é a pior crise de liquidez que alguma vez conheci, e já vou avançando na idade; não há cartas de navegação nem roteiros para esta crise; e, em terceiro lugar, estamos bem cientes de que a crise financeira está em curso e que os mercados estão secos.

Por conseguinte, a primeira coisa que temos de fazer é normalizar os mercados financeiros, e a este propósito vou falar do Banco Central Europeu.

Nesta Câmara há uma espécie de respeito reverencial pelo Banco Central Europeu. Sou leigo em muitas áreas, incluindo esta, mas devo dizer que o BCE tem de baixar as taxas juro com rapidez e com urgência. Os mecanismos de transferência funcionam mal, como se revelou em Outubro, quando a redução da taxa de juro oficial não se reflectiu o suficiente nas taxas de juro reais.

Em segundo lugar, é necessário garantir liquidez a mais longo prazo do que se verifica neste momento. Sei que para tal é preciso modificar o quadro de garantias, mas isso tem de ser feito. As entidades financeiras emprestam dinheiro a longo prazo e necessitam de financiamento fiável também a longo.

Os bancos nacionais, com a política do Banco Central, estão a ajudar a assegurar liquidez, o que pode conduzir a ajudas nacionais que distorçam a concorrência. Por conseguinte, temos de estar bem vigilantes em relação a esta matéria.

O meu terceiro e último ponto é que neste momento está demonstrado que a política orçamental desempenha um papel muito mais central e proeminente do que a política monetária. A política orçamental gera efeitos externos, o que significa que uma coordenação estreita é fundamental. Concordo plenamente com o que o Comissário disse.

Em segundo lugar, também concordo que é importante gastar, mas sobretudo é importante gastar criteriosamente em objectivos claros que reforcem a competitividade da economia europeia. Só assim conseguiremos restabelecer o nosso equilíbrio orçamental a médio prazo.

Concordo que o Pacto de Estabilidade e Crescimento continua em vigor, e a primeira coisa que o Comissário deve fazer é dizer-nos o que entende por "afastar-se do valor de referência". Isto significa algumas centésimas, algumas décimas ou alguns pontos percentuais? Pode crer, Senhor Comissário, que vou estar bem atento ao trabalho que vai ter de fazer para que o Pacto de Estabilidade permaneça em vigor. Se assim o fizer, que Deus o premeie; se não o fizer, que Ele o responsabilize.

Elisa Ferreira (PSE). - Ouvimos, hoje, aqui, várias vezes, dizer que uma crise gera normalmente uma oportunidade, e assim é. E, se quisermos aproveitar a oportunidade que nos está aberta, a agenda é fácil de conhecer.

Em primeiro lugar, nós sabemos, a nível da União Europeia, a necessidade que temos de introduzir mecanismos de transparência, de regulação, de supervisão nos mercados financeiros. E não é necessário que o Senhor Comissário McCreevy lance mais consultas, nem é preciso que a Presidência analise e evoque mais estudos e mais propostas - basta olhar para as propostas que foram atempadamente feitas pelos socialistas e que, muitas delas, acabaram por ser retomadas por este Parlamento.

Em segundo lugar, internacionalmente, a Europa não pode estar no espaço internacional de forma passiva. Ela tem de ser um agente activo na construção da nova ordem internacional, ela tem de ser a defensora de

uma nova arquitectura que não deixe buracos negros no sistema, como são neste momento os paraísos fiscais.

Em terceiro lugar, ouvimos, hoje, aqui, o Senhor Presidente da Comissão dizer que há uma relutância na coordenação de estratégias a nível dos diferentes Estados. É verdade que, se não tivéssemos ouvido por parte de muitos membros da Comissão, durante tanto tempo, que os mercados se auto-regulam, que o Estado se deve manter de fora, que os mercados financeiros não têm impacto no crescimento nem no emprego, talvez houvesse um espírito de solidariedade mais activo e mais actuante a nível dos diferentes países.

Mas, hoje, a proposta que temos em mãos, é uma proposta que não passa de um primeiro passo, se a compararmos com o programa da China e dos Estados Unidos; por outro lado ela não define de modo suficientemente claro qual é o objectivo, e, o objectivo tem de ser o emprego; e em terceiro lugar, um programa europeu não pode ser um somatório de agendas nacionais.

Hoje é altura de nós mostrarmos aos cidadãos da Europa que a Europa é uma rede de direitos também económicos que os protege em tempos de crise, em termos de solidariedade, de programa de crescimento e de apoio às pequenas e médias empresas, que neste momento não estão a receber o resultado das intervenções que foram feitas a nível da banca. A economia real é isso mesmo, e estamos aqui, como europeus, para mostrar aos cidadãos que a Europa está cá também, e, sobretudo, por causa deles.

Sophia in 't Veld (ALDE). – (NL) Senhor Presidente, parece-me muito estranho que, nos últimos anos, jamais tenha havido fundos suficientes para a educação, para os cuidados de saúde, para a inovação e para o ambiente, e que agora, subitamente, chovam milhares de milhões. O melhor plano de salvação para o futuro é um mercado europeu forte combinado com fundos governamentais saudáveis, porque não devíamos malbaratar a herança das futuras gerações.

A crise do débito privado não devia ser simplesmente trocada por dívida pública. A Comissão devia assumir uma posição firme a favor de uma observância rigorosa do Pacto de Estabilidade e das regras relativas aos auxílios estatais. A esta luz, aplaudo as declarações feitas pelo senhor Comissário Almunia e pela senhora Comissária Kroes. No fim de contas, não só os banqueiros, mas também os políticos deviam despendar sensatamente o dinheiro dos cidadãos.

Por exemplo: um mercado livre de serviços pode criar centenas de milhar de postos de trabalho, sem custos adicionais. É, portanto, surpreendente, em minha opinião, que os Estados-Membros fossem tão lentos em introduzir a Directiva relativa aos serviços. Um plano de salvação é, pelo menos, tão necessário para o crescente número dos que abandonam a escola sem quaisquer qualificações como para os economizadores vítimas de logro, porque, sem qualificações, esse jovens não têm qualquer posição na vida.

Como alternativa, devíamos investir na consecução do objectivo, estabelecido em 2000, de 3% para a investigação e o desenvolvimento. No fim de contas, muito embora a indústria jamais tivesse alcançado os 2% prometidos, neste momento está a receber milhares de milhões de ajuda.

Finalmente, tendo em conta que as coisas podem correr muito mal no mercado livre, as regras e os supervisores de mercado não são, certamente, um luxo, mas, mesmo assim, não há comparação com as ruínas económicas e sociais deixadas para trás nas várias experiências com o socialismo e as economias socialistas de Estado.

Hans-Peter Martin (NI). – (DE) Senhor Presidente, não sou o único a ter dificuldades em entoar este discurso presunçoso que começamos a ouvir por parte dos decisores europeus quando se trata da resolução da crise dos mercados financeiros, pois se a Europa, se a União Europeia fosse uma verdadeira democracia, a questão que se colocaria em primeiro lugar seria a da responsabilidade e de como foi possível tudo isto acontecer.

Não é simplesmente verdade que todos os problemas que agora enfrentamos são como que um tsunami ou um fenómeno da Natureza. Isto é obra humana. Com todo o excesso regulamentar que caracteriza esta União, questionamo-nos por que razão não foram tomadas medidas quando os bancos começaram, cada vez mais, a ultrapassar as fronteiras nacionais? Porque é que, apesar dos alertas lançados, não agiram quando os instrumentos derivados começaram assim a circular nos mercados. Lembro-me perfeitamente de o prémio Nobel, Joseph Stiglitz, ter abordado todas estas questões. Instalou-se o silêncio e o assunto tornou-se tabu. É aí que se deveria começar, porque o reconhecimento dos nossos próprios erros é a única chave para se encontrar uma solução no futuro.

Margaritis Schinas (PPE-DE). – (EL) O Parlamento Europeu tem de enviar uma mensagem clara relativa aos dois lados do debate de hoje: em primeiro lugar, no que concerne à fundamentação lógica do sistema financeiro que temos de construir com vista ao futuro e, em segundo lugar, no que concerne à nossa reacção

inicial ao plano de recuperação apresentado pela Comissão em 26 de Novembro. Quanto ao primeiro, não restam dúvidas que a Comissão captou claramente a mensagem de que a era da auto-regulação ou da ausência de regulação pertence, definitivamente, ao passado. Se houver alguém na Comissão ou mesmo neste Parlamento que pense que a economia real pode ser construída com base na ausência de regras, os acontecimentos actuais provam que estava equivocado. Demorámos algum tempo, mas agora já o compreendemos. Não creio que a culpa seja do senhor Comissário Almunia. É possível que outros tenham exposto esta lógica à Comissão, mas agora já é demasiado tarde. A nova ordem económica deve, de agora em diante, assentar numa lógica regida por regras, regras e mais regras.

A segunda parte do plano de recuperação apresentado a semana passada pela Comissão contém alguns aspectos positivos e devemos reconhecer que a Comissão conseguiu (e sei quão difícil isso foi) reconciliar as diferenças de opinião e propor aos governos um quadro interligado para as acções que possuem uma lógica comum. Estou a ouvir as pessoas à direita e à esquerda afirmarem que "queríamos que fosse diferente", "poderá ser excessivamente oneroso" ou "não nos agrada". São as mesmas pessoas que, se a Comissão não tivesse feito nada, teriam afirmado "a Comissão não faz nada", "estamos à espera que a Comissão apresente um plano". Por esse motivo, penso que a segunda mensagem que devemos enviar ao Comissário deve ser no sentido de que a lógica por trás deste pacote está correcta, irá ajudar os governos e poderá muito bem constituir um salva-vidas para que a economia real consiga resistir aos primeiros dias da crise. Muito obrigada.

Donata Gottardi (PSE). - (IT) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, a União Europeia, com a preparação de um plano de salvamento e relançamento da economia europeia, envia uma primeira mensagem aos cidadãos, bem como aos mercados. Existe uma grande expectativa e não podemos frustrar expectativas. Num momento em que a consolidação financeira e o nível de dívida pública correm o risco de ser negativamente afectados pelas intervenções públicas, quer em termos dos recursos efectivamente dados quer em termos daqueles que foram garantidos, num esforço para resgatar os grandes actores financeiros e industriais, com as consequências óbvias para as finanças públicas e para o rendimento das pessoas, necessitamos de uma abordagem coordenada a nível europeu, também para combater a evasão fiscal e os paraísos fiscais. É importante que todas as dotações e planos nacionais sejam coordenados de forma estrita e eficiente e dirigidos para o mesmo objectivo.

Regozijo-me por salientar que existem planos para clarificar a aplicação flexível do Pacto de Estabilidade, que deve ser orientado, temporário e adequado, com mecanismos dirigidos a mudanças estruturais, a uma eficiente afectação de fundos públicos, à reestruturação das despesas públicas e do investimento para o crescimento de acordo com os objectivos da Estratégia de Lisboa, com uma atenção particular para o papel das pequenas e médias empresas. A abordagem comum deve também abranger as políticas macroeconómicas do orçamento, bem como as políticas salariais e uma redução progressiva e incisiva da pressão fiscal sobre o trabalho e as pensões. Estas medidas devem ser implementadas com deduções fiscais, com a revisão dos níveis de tributação e compensação do agravamento fiscal ("*fiscal drag*"), com vista a reduzir a pobreza, e não exclusivamente a pobreza extrema, e para promover o consumo e o crescimento económico, dando uma resposta anti-cíclica à actual crise económica, que faz antever uma recessão. Mas é preciso ter atenção: a tarefa de manter os rendimentos e relançar a procura dos consumidores deve ser levada a cabo sem perder efectivamente de vista a sustentabilidade ambiental e social, evitando assim a necessidade de reproduzir cegamente modelos e sistemas que demonstraram todos os seus pontos fracos.

Margarita Starkevičiūtė (ALDE). - (EN) Senhor Comissário, a falha que tenho a apontar no seu plano de relançamento é a ausência de uma referência aos mercados financeiros. No início do ano, no debate das orientações gerais para as políticas económicas, o Parlamento avançou com uma proposta que visava introduzir uma dimensão de mercado financeiro nas mesmas.

Infelizmente, a Comissão manifestou-se contra essa proposta na altura. A evolução subsequente dos acontecimentos veio a dar-nos razão e eu instá-la-ia a não reincidir nesse erro e a ligar o plano de relançamento económico com o Plano de Acção para os Serviços Financeiros revisto. A aplicação dessa estratégia, a longo prazo, permitir-nos-á ter em conta as necessidades da economia real no processo de modernização da arquitectura financeira da UE.

—(LT) Gostaria também de incentivar o escrutínio das vossas propostas numa perspectiva dos participantes do mercado financeiro. A Comissão está actualmente a apresentar tantas propostas que se torna difícil analisá-las, até para nós, eurodeputados. Não estão muito bem coordenadas. Imagine-se como se devem sentir os dirigentes das instituições do mercado financeiro e os investidores, que têm reais dificuldades em tomar decisões. Nem de longe se dá a impressão de que o nosso mercado está estável, devendo, por isso, ser necessária uma maior coordenação.

John Purvis (PPE-DE). - (EN) Senhor Presidente, tem-se falado muito de coordenação, mas eu começo a perguntar-me se ela ainda será suficiente, se não precisaremos de passar da mera coordenação à solidariedade, uma vez que a crise já extravasou do âmbito do sistema bancário, o que já era bastante mau, para se tornar uma crise de países. Tal como a escala da coordenação foi, justificadamente, alargada do nível nacional para os níveis europeu e global, talvez necessitemos de ponderar se não será necessária mais solidariedade. Eu perguntaria à Comissão e ao Conselho se estão, realmente, a tratar da questão das instituições globais, nomeadamente do Fundo Monetário Internacional, que é citado na pergunta oral, ou de instituições alternativas aptas a assegurar uma função de solidariedade no plano global.

A minha segunda pergunta prende-se com o tipo de mecanismo a privilegiar no plano dos incentivos fiscais, se de facto se decidir enveredar por essa via. Devemos optar pela via do imposto sobre o valor acrescentado e estabelecer reduções da taxa aplicável, da taxa agravada ou normal para a taxa reduzida em determinadas áreas – e que é que está a ser feito nesse capítulo? E não será muito preferível concentrar assim a intervenção, em lugar de a aplicar de forma generalizada, com uma redução muito menor?

Regulação: ouvimos muito dizer, em especial aos nossos amigos das esquerdas, que carecemos de mais e mais regulação, de destruir os fundos de retorno absoluto e de investimento em participações privadas, as agências de notação de crédito e por aí fora. Permitam-me, contudo, que inste a Comissão e o Conselho a considerar o seguinte: necessitamos de aguardar, necessitamos de reflectir profunda e maduramente e de evitar, a todo o custo, consequências não desejadas. A justificar-se a adopção de nova regulação – e pode justificar-se –, ela tem de ser adequada e não deve constituir um obstáculo à recuperação e impedir ou atrasar a sua concretização. Em alguns aspectos, eu gostaria muito de dar o meu apoio ao senhor comissário McCreevy, pela contenção que mostrou na reacção aos problemas e não condená-lo, como parece ser o desejo de muitos dos nossos colegas.

Finalmente, as finanças públicas. O Pacto de Estabilidade e Crescimento afecta tanto os países pertencentes à zona euro como os não pertencentes. Se se justificar aceitar défices excessivos temporários – e trata-se de um grande «se» –, eles terão de ser temporários, e reversíveis num prazo realista e, caso alguns países estejam em condições de suportar o endividamento e outros não, teremos certamente de voltar à questão da solidariedade recíproca. Eu pediria à Comissão e ao Conselho que me dissessem que prazos entendem que seriam realistas para efeitos da resolução desta questão.

Paul Rübzig (PPE-DE). - (DE) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores, a minha pergunta destina-se a apurar o que o Senhor Comissário pensa sobre a introdução do euro como segunda divisa na Islândia e na Hungria. Pensa que isso poderia resolver o problema destes dois países?

A segunda pergunta é: acha que seria possível introduzir um prémio de risco para produtos derivados, que depois serviria para reforçar os capitais próprios dos bancos?

E a terceira pergunta é esta: não acha que uma redução do imposto sobre o valor acrescentado iria encorajar as importações, em especial da China e da Índia? Não faria mais sentido ponderarmos uma redução dos impostos pagos pelas nossas empresas e trabalhadores, pagarmos prémios de investimento, concentrarmo-nos numa desvalorização progressiva e, sobretudo, aumentarmos os activos de menor valor multiplicando-os por dez, de forma a evitar a tributação de lucros fictícios e mantermos o dinheiro nas empresas, para facilitar o pagamento dos salários?

Silvia-Adriana Țicău (PSE). - (RO) O Plano de relançamento da economia europeia prevê investimentos sólidos, motivo pelo qual apoia o aumento das dotações orçamentais para o próximo período em cerca de 200 mil milhões de euros, como parte do pacto de crescimento económico e estabilidade.

Aprecio de modo especial a prontidão com que o Banco Central Europeu se dispôs a reduzir as taxas de juro a fim de assegurar os níveis de liquidez necessários ao sistema bancário para poder investir na economia real.

Também aprecio em particular a proposta avançada no sentido de alterar o quadro financeiro por forma a investir, nos próximos dois anos, 5 mil milhões de euros no desenvolvimento de infra-estruturas de banda larga e na interconexão das infra-estruturas eléctricas da Europa.

Saúdo a iniciativa lançada pelo Banco Europeu de Investimento e alguns bancos nacionais visando criar um Fundo Europeu 2020 destinado às actividades no domínio da energia e das alterações climáticas e ao desenvolvimento das infra-estruturas de transporte.

Será possível recorrer aos auxílios estatais para apoiar a investigação e o desenvolvimento, a inovação, as tecnologias da comunicação e da informação, os transportes e a eficiência energética.

Ján Hudacký (PPE-DE). – (SK) Penso que o plano de relançamento económico bianual pode constituir uma resposta positiva e coordenada da União Europeia à crise económica, desde que seja executado e implementado de forma sensata. O volume de financiamento proposto para apoiar a economia da União deveria criar um quadro financeiro suficiente para estimular as economias dos Estados-Membros a gerarem novos impulsos de desenvolvimento. Os 30 mil milhões de euros, que serão disponibilizados em partes iguais pelo orçamento da União Europeia e pelo Banco Europeu de Investimento, têm de ser bem orientados para o desenvolvimento da economia baseada no conhecimento e da economia de baixo carbono, assim como para programas de eficiência energética de médio e longo prazo.

No que diz respeito aos incentivos fiscais, penso que estas medidas deveriam continuar nas mãos dos Estados-Membros. Pessoalmente, defendo a ideia da redução das taxas de IVA para determinados produtos estreitamente relacionados com a eficiência energética que podem estimular grandes poupanças de energia.

Para terminar, tenho de admitir que tenho algumas preocupações relacionadas com o plano para aplicar a máxima flexibilidade, permitida pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento revisto. Alguns governos têm tendência a utilizar abusivamente estas medidas para os seus objectivos populistas e puramente políticos, sem um conceito de desenvolvimento claro.

Charles Tannock (PPE-DE). – (EN) Senhor Presidente, queria prestar uma homenagem especial à Chanceler alemã, Angela Merkel, que se tornou na nova Margaret Thatcher da Europa. Ela, à semelhança da Dama de Ferro, acredita em orçamentos equilibrados, e não em superar a crise económica e do crédito pela via da realização de despesa sem dispor dos fundos necessários. O Primeiro-Ministro britânico, Gordon Brown, em contrapartida, gizou um enorme "pacote" financeiro reflacionário de medidas de combate à crise económica assentes no recurso ao crédito, com o qual é completamente impossível ter um orçamento equilibrado.

Embora reconheça que esta embrulhada foi provocada pelos nossos bancos, os bancos britânicos, com a sua política estouvada de concessão de crédito e a má regulação e supervisão por parte do Governo, penso que esta política financeira – que é altamente irresponsável – deve também ser acompanhada por cortes na despesa pública e por planos bem concebidos de financiamento dessa mesma despesa a longo prazo. Caso contrário, habilitamo-nos a incorrer, após o período de contracção da economia, num processo inflacionista desenfreado que consumirá toda a nossa poupança e minará as economias europeias.

Colm Burke (PPE-DE). – (EN) Senhor Presidente, saúdo a acção desenvolvida pelos Estados-Membros, o Conselho e a Comissão com vista a resolver esta situação difícil. Muitos dos meus colegas já se debruçaram em pormenor sobre as medidas que são necessárias. Contudo, os Estados-Membros não devem rever neste momento o seu compromisso com a causa dos países em desenvolvimento. É necessário que os Estados-Membros da UE mantenham a assistência ao desenvolvimento ultramarino (ADU). A crise financeira deverá ter um sério impacto no campo do financiamento humanitário, prevendo alguns analistas quebras da ADU da ordem de um terço ou mais.

Os Estados-Membros da UE não devem abrandar o esforço de prossecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, agora que há a tentação de cortar despesas. O colapso financeiro mundial pôs em evidência a interdependência e a globalização que caracterizam o nosso mundo. Ainda que, pela sua limitada exposição aos mercados globais, tenham escapado a muitos dos efeitos imediatos da crise financeira, as nações em desenvolvimento deverão, segundo os alertas dos economistas, sofrer um efeito de arrastamento que se consubstanciará na redução dos fluxos de ajuda, bem como das remessas de divisas, do investimento directo estrangeiro e do crescimento económico.

Os países em desenvolvimento arriscam-se a sofrer consideravelmente por causa de uma embrulhada financeira que não foi criada por eles. Por conseguinte, os Estados-Membros devem manter o *status quo*.

Presidente. – Apresento as minhas desculpas aos senhores deputados Gollnisch e Siekierski, que solicitaram o uso da palavra, mas lamentavelmente registamos um grande atraso e vamos limitar-nos a cinco intervenções.

Hervé Novelli, Presidente em exercício do Conselho. – (FR) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria em primeiro lugar de dizer ao Senhor Comissário Almunia que ele sublinhou correctamente três aspectos que são muito importantes para garantir a efectividade da retoma.

O primeiro é uma acção suficientemente forte. Deste ponto de vista, um e meio por cento do PIB é um objectivo de retoma que me parece bastante considerável, dados os montantes em jogo.

O segundo é tomar em conta as diferentes situações entre os Estados-Membros. O Senhor Comissário acentuou muito justamente o facto de os países não se encontrarem todos, se assim se pode dizer, no mesmo barco tendo em vista a situação económica ou orçamental, mas isto não os isenta de fazerem um esforço efectivamente coordenado. Este é um aspecto no qual a Presidência pretende trabalhar antes da próxima reunião do Conselho Europeu. Estou convencido de que é desta maneira que, mais tarde – embora não saiba quanto é que isso vai demorar – seremos capazes de reanimar o crescimento e o emprego.

Senhor Deputado Jean-Paul Gauzès, gostaria de lhe dizer que acentuou bem a questão de que todos os nossos esforços estão focados no financiamento da economia real. Se ajudamos os bancos, é para que eles possam investir nesta economia, e o nosso único objectivo – e teve razão em sublinhar este ponto – é financiar as pequenas e médias empresas. Penso que, ontem, o Conselho fez passar uma mensagem à Comissão referente à ajuda aos bancos, e é evidente que queremos tomadas de decisão flexíveis e rápidas no que toca ao apoio que pode ser dado aos bancos e às instituições financeiras nas actuais circunstâncias. Penso que o Conselho foi ouvido, e gostaria de lhe dizer, Senhor Deputado Gauzès, que o Conselho partilha em absoluto do seu desejo de que as agências de notação ao nível europeu e, acrescentaria eu, internacional sejam efectivamente reguladas, como disseram muitos dos meus colegas e muitos senhores deputados deste Parlamento.

Senhor Deputado Poul Nyrup Rasmussen, gostaria de lhe dizer, embora a sua intervenção fosse mais dirigida à Comissão, que concordei consigo quando sublinhou que nenhum segmento do mercado devia ser isentado de regulação ou supervisão. Se houve mensagem que levámos connosco, é que há uma falta de regulação de certos segmentos do mercado. Por conseguinte, esta regulação deve ser melhorada e, por vezes, ser criada onde se revelar indispensável. Esta foi uma mensagem forte vinda da cimeira de Washington de 15 de Novembro, e a Europa tem, evidentemente, de trabalhar para alcançar estes objectivos, incluindo na área dos fundos especulativos.

Senhor Deputado Daniel Dăianu, é verdade que a regulação dos mercados financeiros devia ser coordenada a nível internacional; por esta razão, realizou-se a cimeira de Washington, por iniciativa da União Europeia. Penso que foi esta voz da Europa, uma Europa unida, que constituiu o factor decisivo dessa cimeira, permitindo que esta traçasse uma espécie de roteiro para uma verdadeira regulação do sistema financeiro internacional, e isto, porque a Europa foi capaz de trabalhar de um modo efectivo no seu próprio programa.

Senhora Deputada Rebecca Harms, o plano de relançamento propõe precisamente o investimento a longo prazo, talvez não o suficiente para o seu gosto, mas, em todo o caso, é isso que propõe.

Senhor Deputado Sergej Kozlík, queria dizer-lhe que, sim, temos de apoiar a política agrícola, tal como as outras grandes políticas europeias. V. Exa. referiu a política energética; penso que teve razão em fazê-lo. São prioridades, e devem permanecer como tal, incluindo neste período difícil.

Senhor Deputado José Manuel García-Margallo, o trabalho do Banco Central Europeu desempenhou, em minha opinião, um papel decisivo na superação das dificuldades que encontrámos ainda recentemente, e o seu presidente indicou claramente que a inflação está a recuar na Europa e que, por consequência, ele prevê, como fizeram notar alguns senhores deputados deste Parlamento, um novo espaço de manobra no domínio da política monetária.

Notei que a senhora deputada Elisa Ferreira foi muito severa a respeito da reacção da União Europeia. Penso que, ao contrário do que ela disse, a União Europeia respondeu rapidamente à crise, tomando decisões fortes num espaço de tempo muito curto, graças à cooperação positiva das nossas instituições – a Comissão, o Conselho e o Parlamento Europeu – pela qual vos agradeço.

No que respeita ao apoio às PME, teremos dentro em pouco um debate sobre as decisões tomadas no Conselho da Competitividade relativamente à adopção de um "Small Business Act" europeu, e penso que, também neste domínio, a Europa desempenhou o seu papel no que se refere ao financiamento das PME e à prioridade que se lhe deve dar, incluindo num período de abrandamento económico.

Senhora Deputada Sophia in't Veld, teve razão em fazer notar que o relançamento a curto prazo deve basear-se em reformas estruturais a longo prazo dentro do quadro da estratégia de Lisboa. Esta estratégia nunca foi tão importante, precisamente neste período de abrandamento económico, e as reformas estruturais têm de ser capazes de seguir o seu curso.

Senhor Deputado David Martin, compreendi-o muito bem quando apelou a uma acção conjunta para identificar as verdadeiras prioridades.

Senhor Deputado Margaritis Schinas, tínhamos regras, mas essas regras não funcionaram; essa é a realidade. Por consequência, precisamos de regras, mas de regras eficazes; não uma regulamentação excessiva, evidentemente, mas um verdadeiro quadro adequado à competitividade europeia.

Senhora Deputada Donata Gottardi, quero dizer-lhe que partilho totalmente do seu desejo de combater a fraude fiscal. Para além do mais, a Presidência francesa fez disso uma prioridade ao nível europeu e internacional. Quero também dizer-lhe que concordo com os seus comentários muito pertinentes sobre a necessidade de uma retoma económica efectiva.

Senhora Deputada Margarita Starkevičiūtė, concordo que o abrandamento normal do sector financeiro faz parte integrante do relançamento da economia europeia, e que isto devia processar-se num contexto coordenado.

Senhor Deputado John Purvis, concordo que precisamos de avançar na direcção de uma maior solidariedade – isso é importante. Isto é, de resto, o que estamos a propor ao basear a reforma do sistema financeiro internacional nas instituições criadas em Bretton Woods, incluindo, em particular, o Fundo Monetário Internacional, uma instituição universal e politicamente legítima que estou convencido que terá um papel reforçado nos próximos anos. Referiu a questão do IVA. A Presidência é efectivamente favorável a uma redução do IVA direccionada em particular para os sectores de elevado trabalho intensivo e não deslocalizáveis.

Senhor Deputado Paul Rübig, falou sobre o mesmo assunto. O IVA é um instrumento susceptível de – certamente se for reduzido – apoiar a actividade e, em particular, o emprego, mas estas reduções do IVA têm de ser direccionadas, e com isso quero dizer que tem de ser possível provar que são inteiramente apropriadas. Contudo, o debate sobre este assunto ainda não está encerrado, como sabe.

Senhora Deputada Silvia Tăbăcescu, considero que um dos princípios das propostas da Comissão sobre o relançamento económico é o investimento concreto e oportuno, mas ao mesmo tempo duradouro e estrutural; estou completamente de acordo consigo nesta matéria.

Senhor Deputado Ján Hudacký, sim, o Banco Europeu de Investimento é um instrumento muito importante para ajudar a retoma económica, nomeadamente por meio de diversos investimentos. Penso que isto é um aspecto fundamental. Teremos oportunidade de o constatar durante os debates dos Conselhos da próxima semana.

Senhor Deputado Charles Tannock, continuo mesmo assim a pensar, tal como o conjunto do Conselho, que precisamos de um relançamento que é concertado, mas reversível quando houver um regresso das condições de crescimento.

Para concluir, quero dizer-vos, Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, que este debate e todas as vossas perguntas foram muito importantes e muito interessantes para o Conselho. Mostram que há um amplo acordo entre nós no que se refere à necessidade de ter uma voz europeia forte e consistente que se faça ouvir nos fóruns internacionais. O apoio do Parlamento Europeu é essencial. Quanto a este, desejo agradecer-vos.

Temos de, e estou convencido disso, repensar completamente a nossa abordagem ao sistema financeiro e à sua regulação. Isto tem de ser feito a nível europeu, mas também tendo em consideração as soluções que serão encontradas a nível internacional, pois, se há lição a ser colhida desta crise, é que o sistema financeiro actual tem uma dimensão verdadeiramente internacional; é, portanto, a nível internacional, com o impulso da Europa, que as soluções têm de ser encontradas.

Joaquín Almunia, *Membro da Comissão*. – (ES) Senhor Presidente, Senhor Ministro Novelli, Senhor Ministro Jouyet, Senhoras e Senhores Deputados, em primeiro lugar, estou muito grato pelos vossos comentários e observações e pelo interesse que demonstraram pelas iniciativas da Comissão, em especial o plano de recuperação económica que discutimos esta tarde. Não vou repetir muitas das respostas que o Senhor Ministro Novelli acabou de dar. Concordo praticamente com todos os seus comentários sobre aquilo que aqui foi dito pelos deputados que usaram da palavra.

Gostaria apenas de focar muito rapidamente seis pontos. Primeiro, concordo com a opinião daqueles de entre vós que disseram, começando pelo senhor deputado Gauzès, que o problema do crédito é particularmente grave e está na origem dos enormes problemas que a economia real enfrenta. Ainda ontem, no Conselho Ecofin, discutimos o modo como melhorar a eficácia dos programas de recapitalização e de garantias de depósitos que foram e estão a ser adoptados pelos diferentes Estados-Membros. Há muito dinheiro dos contribuintes em jogo: foram movimentados muitos fundos para garantir as operações dos

bancos e entidades financeiras ou para lhes proporcionar capital. Agora é preciso que o crédito volte a fluir para a economia, pois trata-se de um ingrediente fundamental para o bom funcionamento da economia.

Uma vez que não está a funcionar bem, as previsões económicas referidas pelo senhor deputado Rasmussen, que eu apresentei, já não são, infelizmente, as que eu apresentaria hoje. Foi por isso que ontem anunciei também aos ministros que em 9 de Janeiro irei apresentar novas previsões económicas.

Entretanto, o Fundo Monetário Internacional, a OCDE e outras instituições publicaram estimativas para 2009 que são ainda mais preocupantes do que as reflectidas nas previsões da Comissão de 3 de Novembro. O BCE deverá também fazê-lo amanhã.

O meu segundo comentário é que vai certamente haver mais regulação dos serviços financeiros. Na realidade, já existe mais regulação. Ainda ontem, por iniciativa da Comissão, o Conselho, conforme o Senhor Ministro Jouyet já referiu, deu o seu aval político a pelo menos – se bem me recorde – quatro iniciativas da Comissão relativas à regulação de diferentes aspectos dos mercados ou serviços. Os regulamentos existentes têm de ser alterados, as áreas não reguladas têm de ser reguladas e é necessário melhorar a qualidade dos regulamentos e a forma como a aplicação dessas regras é supervisionada a nível europeu e a nível global. Estamos a falar de tudo isso.

Uma vez que a decisão sobre o projecto de directiva Solvência 2 está prestes a vir ao Parlamento, deixem-me dizer-vos que a reacção no Conselho nem sempre coincide ainda com as declarações do próprio Conselho sobre o que é necessário fazer em matéria de regulação e supervisão financeira. O Parlamento sabe isso, pois tem mantido conversações com o Conselho a respeito dessa directiva. Não há acordo sobre a forma de coordenar melhor as acções de supervisão no sector dos seguros. Temos de chegar quanto antes a um acordo sobre essa supervisão à escala europeia, e estamos a falar já de um órgão de supervisores para as instituições que operam à escala global.

No que diz respeito aos fundos de retorno absoluto, baseamo-nos no princípio de que há que regular as suas actividades. Assim o dissemos na Comissão, assim o disse o Conselho, e assim o disse também a reunião de Washington.

O grupo de alto nível, presidido por Jacques de la Rosière, está a analisar esta questão, entre outras coisas. O Comissário McCreevy esteve ontem reunido com a Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários.

Ouvi o Presidente da Comissão repetir-vos nesta Câmara, nas suas recentes visitas, que a Comissão vai regular os fundos de retorno absoluto, e é isso mesmo que vamos fazer. O que está a ser debatido é em que medida, quais as áreas e que partes da actividade dos fundos de retorno absoluto têm de ser sujeitas à regulação, que não irá afectar somente os fundos de retorno absoluto. Importantes contributos para este debate vêm da área do emprego e do relatório elaborado por este Parlamento por iniciativa do senhor deputado Rasmussen.

Concordo plenamente com os oradores que fizeram referência ao investimento e à necessidade de ligar os necessários investimentos de médio e longo prazo ao pacote relativo à energia e às alterações climáticas. Concordo com aqueles que afirmam que a nossa política monetária oferece espaço de manobra, sem que tenha de comprometer a independência do Banco Central Europeu ou de outros bancos centrais. Isso é óbvio. De acordo como o Eurostat, a taxa de inflação na zona euro no final de Novembro era de 2,1%. Ainda há poucos meses, falávamos de taxas de inflação duas vezes mais elevadas, e essa margem está agora a ser utilizada. O Banco Central tem amanhã uma reunião aqui em Bruxelas. Não sei o que irá fazer, mas ouvi as declarações proferidas pelo seu Presidente, Jean-Claude Trichet, que são bastantes claras a este respeito.

O meu próximo ponto prende-se com o Pacto de Estabilidade e Crescimento. O Pacto diz claramente que se o défice ficar acima do limite de 3% isso desencadeia o procedimento por défice excessivo, com uma única excepção, nomeadamente em caso de uma situação económica excepcional, e nós encontramos-nos numa situação económica excepcional. A segunda condição, que agora se aplica em simultâneo com a primeira, é que o défice excessivo seja temporário, e temporário não significa vários anos, mas apenas um. A terceira condição, que concorre com as duas anteriores, é que o valor do défice não vá muito além do valor de referência, e aqui, Senhor Deputado García-Margallo – sem entrar em pormenores técnicos que não se enquadrariam na audiência predominantemente leiga desta Câmara –, estamos a falar de poucas décimas de um ponto percentual.

Por último, em resposta ao senhor deputado Parish e a outro dos senhores deputados que mencionaram a questão do imposto sobre o valor acrescentado, o documento ou o plano da Comissão inclui um leque de instrumentos que podem ser utilizados para produzir um estímulo fiscal, sendo um deles, sem dúvida, a redução de um imposto tão importante, ou melhor, da taxa de um imposto tão importante como o IVA.

Contudo, também é verdade que a Comissão não obriga ninguém a fazê-lo. Leiam o plano e verificarão que não há qualquer obrigação envolvida, como aliás nem podia haver. Um terceiro elemento – e isto é informação que resulta das conversações de ontem no Ecofin –, é que só um dos 27 Estados-Membros se declarou favorável à utilização deste instrumento, nomeadamente o Estado-Membro que já o utilizou.

Presidente. Obrigado, Senhor Comissário, sobretudo por abranger tópicos que vão da matemática à teologia.

Está encerrado o debate.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Louis Grech (PSE), por escrito. – (EN) A crise financeira veio confrontar a UE e a economia global com desafios de vulto. Os esforços coordenados dos Estados-Membros surtiram efeito no plano da estabilização do sistema bancário da UE, mas há muito a fazer ainda para conter a propagação da crise ao conjunto da economia e proteger as famílias, as empresas e os empregos. Num mundo interdependente, a resposta a esses desafios pode constituir um ensejo para a UE assumir a liderança do processo de introdução de transparência, responsabilidade social e previsibilidade na arquitectura financeira global.

A aplicação de medidas de mitigação tem, forçosamente, de ser tempestiva, abrangente e acompanhada por uma acção reguladora adequada que ataque o mal pela raiz. Deve dar-se particular atenção à regulação de novos produtos financeiros, como o crédito hipotecário de alto risco e respectivos derivados, bem como das entidades que se dedicam à sua comercialização, tais como bancos, fundos de retorno absoluto e de investimento em participações privadas. É preciso rever o modelo de funcionamento das agências de notação de crédito e o estatuto jurídico das notações por elas emitidas.

No processo de recuperação, temos de privilegiar soluções que protejam os empregos, o crescimento e os mais vulneráveis e promovam uma utilização eficiente da energia e a estabilidade, assegurando ao mesmo tempo a neutralização dos interesses instalados.

Gábor Harangozó (PSE), por escrito. – (HU) Saúdo os esforços europeus para combater a crise e as iniciativas tendentes a preservar os empregos europeus e a criar outros.

Ao mesmo tempo, gostaria de chamar a atenção para o facto de os países que se encontram numa situação orçamental desesperada, como é o caso da Hungria, não disporem de quaisquer instrumentos monetários, orçamentais ou fiscais significativos. Por isso, nesses países, um estímulo económico é concebível, em primeiro lugar, sob a forma de uma redistribuição e utilização eficiente dos recursos europeus, a par de uma redução dos custos salariais, uma melhor eficiência na regulação da concorrência e uma redução das despesas administrativas.

Estou particularmente satisfeito pelo facto de os nossos esforços concertados neste domínio terem o apoio do Comissário Joaquín Almunia. Por esta razão, considero que as iniciativas empreendidas no âmbito dos Fundos Estruturais são extremamente importantes e apoio firmemente a sua aceitação sem mais delongas. A aceleração da aprovação dos grandes projectos e a concessão de apoio através da disponibilização de créditos para PME podem ajudar a estimular a procura.

Ao mesmo tempo, considero que os nossos esforços em prol dos mais necessitados continuam a ser insuficientes e, por isso, insto a que a urbanização de terrenos e as novas construções sejam também incluídas nas alterações que estão a ser propostas na área do apoio à habitação. Nas regiões e povoadamentos com atraso de desenvolvimento, existem alguns lotes de terra ou complexos habitacionais que não se prestam a uma renovação e, por esse motivo, necessitamos de promover a construção de habitações modernas e eficientes em termos energéticos. Ao fazermos isso, podemos contribuir para os objectivos da União Europeia no que respeita à poupança energética, bem como à criação de empregos, ao mesmo tempo que ajudamos os mais carenciados.

Janusz Lewandowski (PPE-DE), por escrito. – (PL) Ao anunciar o seu plano de acção contra a crise, a Comissão Europeia respondeu à verdadeira necessidade de uma acção comunitária para estabilizar e revitalizar a economia. Contudo, o anúncio foi feito alguns dias depois da chamada concertação, que determina as linhas gerais do orçamento de 2009 da União Europeia. O orçamento não atribui fundos adicionais para superar a crise, e é difícil imaginar um plano na ordem dos 200 mil milhões de euros que seja completamente neutral do ponto de vista orçamental.

A prolongada discussão em torno das fontes de financiamento para a ajuda de mil milhões de euros aos países ameaçados pela fome mostra que não será fácil conseguir que 27 países concordem com financiamento

adicional, nomeadamente os mais de 116 mil milhões de euros para pagamentos em 2009, acordados em 21 de Novembro entre o Parlamento Europeu e o Conselho. Nem que seja só por isto, o plano do Presidente Barroso não passa do somatório dos esforços nacionais acompanhado de promessas de maior tolerância para com os défices orçamentais e de regulamentação dos auxílios estatais.

Todavia, espero que qualquer eventual relaxamento do Pacto de Estabilidade e Crescimento não seja o único desfecho do plano da Comissão Europeia. Não será este o caso se cumprirmos a promessa de aumentar os adiantamentos e de racionalizar os fundos estruturais, que deverão funcionar como pacotes anticrise locais e específicos para a indústria locais em 2009-2010. Isto inverteria a tendência desastrosa para aumentar o fosso entre as autorizações orçamentais e os fundos da política de desenvolvimento regional efectivamente utilizados.

14. Estratégia europeia para os Roma (debate)

Presidente. - Seguem-se na ordem do dia as declarações do Conselho e da Comissão sobre a estratégia europeia para os Roma.

Jean-Pierre Jouyet, *Presidente em exercício do Conselho*. – (FR) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, o Conselho reconhece plenamente a importância vital de tomar medidas apropriadas com vista a melhorar a situação dos Roma e a promover os seus direitos fundamentais, como este Parlamento pediu na sua resolução de 31 de Janeiro.

Como sabem, foram feitos progressos concretos durante a Presidência francesa nas áreas da não discriminação e da inclusão e, neste contexto, foi possível prestar atenção à situação dos Roma, nomeadamente no pacote sobre a Agenda Social, que foi apresentado pelo Comissário Špidla a 2 de Julho.

O objectivo do pacote apresentado pela Comissão é dar um novo ímpeto às políticas de combate à pobreza, exclusão e discriminação que afectam os grupos mais vulneráveis, e, deste ponto de vista, as propostas feitas pela Comissão e que fazem um inventário dos instrumentos existentes, que ajudam a garantir uma maior inclusão da população Roma, constituem verdadeiramente um bom contributo.

Pela sua parte, o Conselho lamenta que os Estados-Membros não tenham chegado a acordo sobre um pacote relativo à luta contra a pobreza e a exclusão social, em termos financeiros. Queria também dizer isto por ocasião deste debate.

A primeira cimeira europeia sobre os Roma teve lugar a 16 de Setembro. Foi apoiada pelo Presidente da Comissão e pela Presidência francesa da União Europeia. A declaração que foi adoptada sublinha a responsabilidade dos Estados-Membros em assegurar a inclusão significativa dos Roma, pondo o acento no fortalecimento dos direitos individuais das pessoas e na importância da participação das organizações dos Roma.

Uma segunda cimeira da igualdade realizou-se a 29 e 30 de Setembro de 2008. Nesta cimeira sublinhámos os problemas com que a população Roma se confronta demasiadas vezes, seja em termos de acesso à educação, emprego ou formação profissional, bem como o acesso a outros bens e serviços, e isto permitiu-nos ver como agir mais eficazmente para combater a discriminação sofrida por esta população.

Congratulamo-nos também com a inclusão da situação dos Roma no seio da União Europeia e asseguraremos que isto seja uma das prioridades da Agência dos Direitos Fundamentais, da União Europeia.

A Presidência francesa produziu recentemente alguns projectos de conclusões relativas à situação específica dos Roma. Estas conclusões serão apresentadas ao Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros e ao Conselho "Assuntos Gerais e Relações Externas" nas próximas segunda e terça-feira. Na terça-feira darei conta destas reuniões à vossa Comissão de Negócios Estrangeiros.

Os projectos de conclusões apelam à Comissão e aos Estados-Membros para que prestem atenção à situação dos Roma na concepção e concretização das políticas de protecção dos direitos fundamentais, na política de combate à pobreza e à discriminação, nas políticas sobre a igualdade de género e nas políticas de acesso à educação, habitação, cuidados de saúde, emprego, justiça e cultura. Nestes projectos de conclusões apelamos à Comissão e aos Estados-Membros para que identifiquem acções concretas para 2009 e 2010.

Tendo isto em vista, previram-se medidas para um melhor uso dos fundos estruturais. É por esta razão que o Conselho convida a Comissão a apresentar, em 2010, um relatório sobre os progressos realizados, a continuar as discussões e a organizar o diálogo necessário com as organizações de Roma.

Era isto que pretendia dizer a este Parlamento, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Vladimír Špidla, *Membro da Comissão*. – (CS) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a primeira cimeira europeia sobre os Roma, ocorrida em Bruxelas, no dia 16 de Setembro, teve uma importância fundamental para a parceria entre os principais actores nesta área. Esta cimeira envolveu a participação de mais de 500 altos representantes de organismos da UE, dos Estados-Membros e de organizações não governamentais e reflectiu a nossa renovada determinação em aumentar os esforços para enfrentar a exclusão social dos Roma.

Ficou claro que o objectivo global tem de consistir em integrar plenamente os Roma na vida económica, social e cultural da Europa e em assegurar a igualdade de oportunidades para todos na UE, incluindo os Roma. A sociedade civil tem de se empenhar plenamente nesta parceria. Por conseguinte, os Roma têm de participar na apresentação de propostas, na implementação e na monitorização das políticas que lhes dizem respeito. Por isso, a Comissão congratula-se com o contributo das organizações não governamentais para a cimeira, por exemplo, com a declaração da Coligação para a Política da UE para os Roma. Este ano, conseguiu-se um progresso sem precedentes na integração dos Roma, através dos esforços combinados da UE e dos Estados-Membros, assim como da cooperação baseada na confiança recíproca e na boa vontade.

Na opinião da Comissão, as conclusões mais importantes da cimeira foram os seguintes: o compromisso de promover os direitos individuais dos homens, mulheres e crianças dos Roma; o reconhecimento do facto de a UE e os Estados-Membros partilharem a responsabilidade de apoiar a integração dos Roma nas suas diferentes esferas de actividade; o reconhecimento de que a UE tem de apoiar os Estados-Membros na execução das suas políticas, através da coordenação e do apoio financeiro dos fundos estruturais; o consenso de que é necessário apoiar abordagens sensíveis do ponto de vista cultural, centradas nos Roma, que promovam a integração dos mesmos na corrente geral em termos de educação, emprego e comunidades, sem excluir outros membros da sociedade igualmente desfavorecidos.

A Comissão também afirmou claramente na cimeira que dará todos os passos necessários na sua esfera de acção para melhorar a situação dos Roma e que assegurará que estes possam fazer pleno uso dos direitos fundamentais garantidos na Carta. A Comissão não hesitará em intervir em casos de infracção do direito comunitário e isto inclui os direitos fundamentais.

Em relação às conclusões da cimeira, o Senhor Presidente Barroso e eu propusemos a criação de uma plataforma para a inclusão dos Roma. Tal proporcionaria um quadro para encontros bilaterais a alto nível, de forma a que, por exemplo, os instrumentos financeiros que apoiam as políticas da coesão e de desenvolvimento rural possam estar mais orientados para a integração dos Roma. Além disso, a plataforma constituiria um cumprimento concreto do compromisso da Comissão de tornar os instrumentos e as políticas comunitárias mais eficazes e de apresentar relatórios sobre os resultados alcançados.

Agora, os Estados-Membros, na sequência das conclusões da reunião de Junho do Conselho Europeu, deveriam avaliar os progressos alcançados até à data e aumentar os seus esforços de plena integração dos Roma. A Comissão apoiará os Estados-Membros, como é óbvio. Para além disso, a Comissão aguarda com ansiedade a reunião do Conselho "Assuntos Gerais", no dia 8 de Dezembro, na qual serão debatidas propostas relativas às conclusões sobre a integração dos Roma.

PRESIDÊNCIA: SIWIEC

Vice-presidente

Livia Járóka, *em nome do Grupo PPE-DE*. – (HU) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhor Ministro, Senhoras e Senhores Deputados, durante o ano passado, foram feitos progressos significativos em termos de reconhecimento, a nível europeu, de que a integração dos 10 milhões de Romanichéis que vivem na miséria nos Estados-Membros e a plena realização dos seus direitos são do interesse de todas as sociedades europeias.

Penso, contudo, que este processo está agora estagnado. De acordo com o Parlamento Europeu e as organizações não governamentais, é necessário garantir um acompanhamento profissional e um controlo por parte da Comunidade Europeia, pois embora os Estados-Membros tenham indicado, nos planos que apresentaram à União Europeia, a sua intenção de integrar os Romanichéis que vivem dentro das suas

fronteiras, os orçamentos aprovados a nível nacional e os resultados obtidos até à data não sustentam as suas declarações.

Os projectos individuais financiados por recursos da UE não produziram grandes resultados. A exclusão social dos Romanichéis europeus da economia e da habitação, a sua falta de acesso a uma educação de qualidade, os indicadores preocupantes relativos aos cuidados de saúde agravaram-se em vez de melhorarem e continuam a enfraquecer a coesão social europeia.

São necessários esforços profissionais muito mais abrangentes do que as abordagens empreendidas até à data com base em projectos e destinados tanto à sociedade romanichel como à sociedade não romanichel, tendo em vista o desenvolvimento das áreas mencionadas de uma forma que transcenda partidos e círculos. Uma condição fundamental para o êxito desses esforços é que as futuras presidências se empenhem igualmente nas acções conjuntas europeias preparadas sob a Presidência francesa.

É fundamental tomar medidas imediatas que visem a integração dos Romanichéis e o aproveitamento das suas capacidades económicas em prol do desenvolvimento europeu. Registaram-se alguns êxitos desde o início da política de coesão até ao alargamento de 2004, mas ter de esperar mais três décadas é muito tempo. A situação exige nada mais, nada menos, do que medidas de crise. Os guetos da população romanichel só podem ser eliminados através da reintegração dos seus milhares de habitantes no mercado de trabalho e através do máximo aproveitamento de novas e subdesenvolvidas áreas económicas – tais como as energias renováveis e alternativas ou a protecção ambiental – e da criação de um sistema de educação integrado de qualidade.

A identidade própria dos Romanichéis, a identidade nacional que lhes é conferida pelo seu país natal, e a sua identidade social e económica devem ser simultaneamente reforçadas. A inclusão de um projecto-piloto de 5 milhões de euros no orçamento de 2009 permite que abordemos esta questão, mas o processo não deve parar por aqui. Em vez de reuniões bilaterais, necessitamos de uma estratégia da UE capaz de criar novos elementos, bases jurídicas e potenciais sanções, bem como mecanismos monetários.

Jan Marinus Wiersma, *em nome do Grupo PSE*. – (NL) Senhor Presidente, recentemente, o Parlamento Europeu manifestou-se enfaticamente a favor do desenvolvimento de uma estratégia a longo prazo para a integração dos Roma na Europa. Ao longo do ano passado, tornou-se evidente a necessidade de, em primeiro lugar, os Estados-Membros, mas também a União Europeia, fazerem mais neste domínio. Dentro em breve, o Conselho irá analisar novamente este assunto. Só isto já constitui um sinal de que, com boa razão, os nossos Chefes de Governo atribuem grande importância política a uma estratégia eficaz que se oponha à discriminação dos Roma, bem como à sua exclusão social e económica.

Este assunto também ocupa um lugar cimeiro na agenda da Comissão, que, em Setembro, organizou a primeira Cimeira sobre os Roma, na qual se deu aos representantes dos Estados-Membros, à própria Comissão e, sobretudo, à sociedade civil dos Roma, oportunidade de apresentarem recomendações relativamente à política europeia para os Roma.

Como parte da estratégia europeia relativa aos Roma, um encontro político a alto nível devia ser um acontecimento anual, tendo em vista controlar o progresso da política, o intercâmbio de experiências positivas, mas também – caso se demonstrasse ser necessário – o fazer ouvir algumas notas críticas. Espero que o Senhor Comissário possa assumir hoje esse compromisso.

No entanto, é necessário fazer mais. É esse o motivo por que o Conselho atribuiu à Comissão a missão clara e específica de desenvolver um quadro político vasto, estratégico e a longo prazo, numa tentativa de quebrar o círculo vicioso da exclusão em que se encontram presas gerações de Roma europeus.

Não há qualquer razão para esperarmos mais tempo por propostas de políticas. É óbvio que tem de ser feito. Inúmeros estudos e recomendações em matéria de políticas traçaram um mapa dos pontos nevrálgicos. As resoluções do Parlamento Europeu apresentam um sumário claro e específico de possíveis iniciativas em matéria de políticas.

Viktória Mohácsi, *em nome do Grupo ALDE*. – (HU) Senhor Presidente, no dia 31 de Janeiro, nesta mesma Assembleia, adoptámos com larga maioria a resolução do Parlamento que solicita claramente à Comissão Europeia a criação de uma estratégia da União Europeia relativa aos Romanichéis. Os sectores da educação, habitação, emprego e saúde foram identificados como as quatro áreas prioritárias que deveriam ser apoiadas com recursos materiais e humanos.

A declaração da Comissão que acabámos de ouvir não é muito convincente e devo dizer com toda a honestidade que me fez lembrar sinistramente as declarações de propaganda dos ditadores socialistas da Europa de Leste. Tal como nesses tempos, também hoje só ouvimos falar de êxitos, desenvolvimento e outras mensagens positivas, quando na realidade os Romanichéis continuam a viver em acampamentos e guetos e são diariamente confrontados com a humilhação e a discriminação e, no pior dos cenários, com ataques racistas que já levaram cerca de 30 mil Romanichéis só de Itália a vaguear pelo território da União Europeia à procura de casa em algum dos Estados-Membros.

Senhor Presidente, tenho aqui na minha mão uma carta do Vice-Presidente Barrot datada de 6 de Novembro, na qual me garante e a quatro colegas meus que – e passo a citar – “no que respeita à estratégia da União Europeia relativa aos Romanichéis, podemos ter a certeza de que iremos trabalhar em conjunto com o Comissário Špidla para garantir que a mesma satisfaça as expectativas das organizações não governamentais dos Romanichéis”. Contudo, não se faz menção a qualquer estratégia, mas apenas a uma plataforma de integração da população romanichel. Como se pode explicar isto?

Quanto à Cimeira Europeia sobre a situação dos Romanichéis, apenas ouvi críticas por parte das organizações não governamentais, pelo facto de elas terem esperado muito mais desta cimeira histórica e não terem tomado parte na sua preparação. Mas vou ainda mais longe: ainda não está esclarecido como é que o Governo Berlusconi informou a Comissão Europeia sobre os resultados da recolha de impressões digitais.

Daniel Cohn-Bendit, *em nome do Grupo Verts/ALE*. – (DE) Senhor Presidente, Senhores Membros da Comissão e do Conselho, este debate é um pouco hipócrita e temos de chamar as coisas pelos seus nomes. Temos um problema com os romanichéis: a sua forte rejeição na maior parte das sociedades e com vários graus de intensidade. Já foi referida a Itália, e na República Checa e Roménia são familiares os exemplos de verdadeiros pogroms e ataques racistas.

Perante tal situação a União Europeia devia fazer algo, e designadamente conceder ao povo romanichel o estatuto de minoria europeia. Por outras palavras, o reconhecimento oficial é o primeiro passo para combater a exclusão. Em segundo lugar, devíamos depois desenvolver uma estratégia para os romanichéis, que devia contudo comportar duas vertentes: uma estratégia para os romanichéis que já se fixaram e uma estratégia para os que viajam. Os que viajam não podem ser obrigados a fixar-se à força e os que já se fixaram não podem ser obrigados a viajar. É um problema difícil e, como fui responsável pelo povo romanichel em Frankfurt durante seis anos, conheço as dificuldades deste trabalho diário.

Mas o problema fundamental – e é essa a razão por que o que foi dito sobre a organização também está correcto – é este: se não criarmos estruturas com os representantes das organizações romanichéis iremos fracassar porque falaremos sempre de uma forma paternalista sobre os seus problemas e não os tentaremos resolver em conjunto com eles e levando inclusivamente em conta as suas objecções. Debateremos, por exemplo, a questão da escolaridade mas existem famílias romanichéis que não querem mandar os seus filhos à escola, e outras que o querem fazer. Temos, portanto, diferentes problemas. Concorro, por isso, que devíamos parar de fazer estes balanços positivos da situação para dizermos que “estamos preocupados”, “temos programas”, etc. quando sabemos que isso não funciona.

Resumindo: em primeiro lugar temos de reconhecer o problema de uma forma mais clara e, em segundo lugar, integrar as organizações romanichéis no processo de uma forma mais radical.

Roberta Angelilli, *em nome do Grupo UEN*. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, concordo plenamente com a abordagem adoptada pela Comissão em relação aos Roma. Compreendo a abordagem pragmática, isenta de quaisquer implicações políticas e ideológicas, uma abordagem – como o Senhor Presidente Barroso afirmou na cimeira que teve lugar em Bruxelas a 16 de Setembro – que necessita do envolvimento de todos, sem excepção, desde os responsáveis da comunidade Roma às autoridades públicas, liderada pela Comissão Europeia.

As políticas relativas à etnia Roma inserem-se, naturalmente, na esfera de competências dos Estados-Membros, mas é muito positivo que sejam coordenadas, finalmente, a nível comunitário. Devem coordenar-se as boas práticas e deve controlar-se regularmente a utilização dos fundos. Quantos recursos foram esbanjados nos últimos anos? Quantas oportunidades foram desperdiçadas? Olhando para a realidade e tendo em conta as devidas excepções, o orçamento é, lamentavelmente, deficitário. Não foram executados muitos fundos, muitos deles foram gastos em medidas e projectos sem resultados. Se quisermos ser sérios, não podemos fazer de conta que isto não aconteceu. A este respeito, podemos efectivamente dizer: “quem estiver livre de pecado, que atire a primeira pedra”. A Comissão produziu um documento útil para os Estados-Membros. Agora, todos devem fazer a sua parte, começando por um combate implacável a todas as formas de racismo

e de discriminação e por promover políticas de integração sérias, articuladas fundamentalmente em torno de três prioridades: a educação, a vacinação e os cuidados de saúde, bem como a formação profissional e os programas de inserção no mercado de trabalho, utilizando também os fundos para microcréditos.

Mas devemos pedir ao povo Roma que assuma as suas responsabilidades. Permitam-me dar um exemplo. Devemos deixar decididamente de continuar a tolerar que os pais de etnia Roma obriguem os filhos a mendigar, privando-os assim de participar nas actividades educativas. Não podemos tolerar, de forma alguma, a exploração e as actividades ilegais. Só conciliando a solidariedade, a integração e o respeito das regras é que poderemos encontrar a estratégia certa para resolver os problemas.

Giusto Catania, *em nome do Grupo GUE/NGL*. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, após a aprovação da resolução por este Parlamento, deslocámo-nos a campos de indivíduos de etnia Roma e pudemos ver com os nossos próprios olhos como recebem as pessoas e como vivem. Visitámos campos em Roma e pudemos constatar que, na realidade, estas comunidades necessitam de uma protecção especial porque, com o alargamento da União, se converteram numa das maiores minorias na União Europeia. É nosso dever assegurar que esta minoria seja reconhecida como uma minoria europeia para todos os efeitos.

Os esforços envidados durante nos últimos anos foram dispersos e isolados e não foram coordenados pela União Europeia. Foi esbanjado muito dinheiro que não foi aproveitado para introduzir melhorias estruturais e duradouras na situação dos Roma, em particular em âmbitos como a educação, a habitação e o emprego. Presenciamos diariamente situações de discriminação racial, tanto a nível local como nos programas que não estão orientados para a integração. Assistimos também constantemente a discriminação por parte da polícia ou, inclusivamente, a estereótipos raciais por parte de governos, que ponderam a possibilidade de registarem os indivíduos da etnia Roma utilizando as impressões digitais ou outras formas de registo. Existe uma verdadeira campanha de criminalização na Europa contra a comunidade Roma. Ouvimos, todos os dias, declarações de figuras políticas que vão nesta direcção, tanto da direita como da esquerda.

Espero que a senhora deputada Angelilli possa convencer o líder do seu partido, que é também presidente da Câmara dos Deputados de Itália, que os Roma podem ser integrados, contrariamente ao que ele afirmou publicamente.

Frank Vanhecke (NI). – (NL) Senhor Presidente, peço desculpa ao orador que me precedeu, mas a afirmação de que o principal problema de viver com os Roma se pode reduzir a discriminação ou preconceitos pode ser politicamente correcta, mas na realidade, de modo algum é válida.

Os próprios Roma não abandonam alguns costumes que é difícil, se não impossível, conciliar com os critérios em vigor na maior parte dos países europeus. Um elevadíssimo índice de desemprego entre os adultos e os chocantes níveis de absentismo escolar entre as crianças romanichéis, de modo algum são, em primeiro lugar, resultado de qualquer discriminação.

Na semana passada, o Tribunal de Cassação italiano decidiu que o mendigar pelas ciganas constitui parte integrante da cultura romanichel e que, logo, não pode ser proibido. Pergunto-me até onde isto nos vai levar. Quanto a mim, defenderia uma abordagem muito respeitosa e humana, mas, simultaneamente, inequívoca.

Quem quer que deseje viver na nossa sociedade devia respeitar as suas leis e os seus critérios. Mendigar, manter as crianças afastadas dos cuidados básicos de saúde, ou pior, o absentismo escolar sistemático, estão absolutamente errados na nossa sociedade.

Magda Kósáné Kovács (PSE). – (HU) Senhor Presidente, o debate de hoje insere-se num processo em que continuam a faltar decisões importantes, e, por isso, quero sublinhar uma vez mais que podemos, com segurança, equiparar as condições de vida da maior minoria na Europa com as do mundo em desenvolvimento. Eles podem, naturalmente, continuar a ser denegridos, alegando-se que é culpa deles, quando é precisamente a sua situação em termos de educação, habitação, saúde e emprego que se assemelha ao que se passa no mundo em desenvolvimento. Sem uma assistência externa imediata, concentrada e direccionada, estes 10 a 12 milhões de pessoas não têm qualquer hipótese de sair da situação de pobreza e exclusão em que se encontram. Este grau de exclusão social impede a concretização do direito fundamental à dignidade humana e à igualdade de oportunidades dos Romanichéis.

Há já várias décadas que a Europa deixou de poder contemplar à distância o facto de, a par de um grande potencial económico, haver tão grande número de pessoas no seu território a viver de geração em geração em situação de exclusão social. Em momento algum conseguiu o desenvolvimento económico só por si abrir um verdadeiro caminho de mobilidade para os que se encontram no fundo da escala social.

Partilhamos dessa responsabilidade, em primeiro lugar, porque a situação dos Romanichéis não mudou na sua essência nos novos Estados-Membros após o alargamento ou nos países candidatos que aguardam a sua adesão. Ao mesmo tempo, o sentimento anti-romanichel está a tornar-se cada vez mais o mote das opiniões extremistas na Europa, ao qual há que pôr cobro. O facto de este tópico ter sido inscrito na ordem do dia revela que ainda temos muito para fazer: o Comissário Špidla enumerou muitas das tarefas ainda por realizar, às quais foram acrescentadas outras pelos meus colegas. Conjuguemos as nossas tarefas e este tópico será apresentado novamente ao Parlamento em Fevereiro.

Jiří Maštálka (GUE/NGL). – (CS) Senhoras e Senhores Deputados, enquanto relator-sombra da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, gostaria de exprimir o meu enorme apreço pelo trabalho, tanto da Comissão, como da relatora, na procura tão diligente de uma solução positiva para o problema de uma das minorias na União Europeia. Receio que o debate tenha mostrado que as palavras do senhor Comissário Špidla ou foram mal traduzidas ou mal entendidas, tanto pela senhora deputada Mohácsi, como pelo senhor deputado Cohn-Bendit. Sou proveniente da República Checa, um país que foi frequentemente e, na minha opinião, muito injustamente, criticado neste contexto e que tem muita experiência com o problema. Como tal, gostaria de referir quatro pontos. Concorro com a Comissão que o problema só pode ser resolvido com a máxima interligação possível das estruturas regionais, nacionais e europeias. Segundo, concordo com a opinião segundo a qual temos actualmente instrumentos suficientes para levar a cabo políticas de integração. Terceiro, gostaria de expressar o meu acordo fundamental com a opinião da Comissão e de alguns dos meus colegas deputados de que a chave para uma solução bem sucedida também depende da cooperação dos próprios representantes da minoria romanichel.

Adrian Severin (PSE). – (EN) Senhor Presidente, os Roma são uma comunidade etnocultural pan-europeia com problemas económicos e sociais dramáticos. O ataque a esses problemas deve ser feito, primordialmente, pela União Europeia, mediante uma política comum apropriada que requer uma base jurídica clara.

Não podemos transformar em realidade a ficção da cidadania nacional dos Roma, enquanto eles se furtarem a assumir a nacionalidade de um estado particular. Os Roma são cidadãos europeus sem um projecto nacional. Assim, os modelos que são geralmente aplicados às minorias nacionais no quadro dos estados-nação não funcionam. A integração social e cultural dos Roma é um problema transnacional; logo, é, em primeiro lugar e sobretudo, da responsabilidade da União Europeia.

Naturalmente, os Estados-Membros têm também deveres para com os Roma em termos de não discriminação, inclusão social e adopção de medidas positivas no plano local. Mas tais deveres são de considerar subsidiários. Ao salientar que a principal responsabilidade cabe aos Estados-Membros a Comissão está, na realidade, a recusar-se a assumir as suas responsabilidades próprias e a insistir num modelo que já deu provas de ser ineficiente.

Temos de estabelecer, temos de criar, um espaço público europeu para os Roma, um mecanismo efectivo de participação dos Roma na definição e aplicação de políticas. Sem isso não podemos resolver de facto o problema. Não podemos ter uma verdadeira estratégia.

Katalin Lévai (PSE). – (HU) Apesar de as instituições europeias terem demonstrado o seu empenho em fazer respeitar os valores e os direitos fundamentais e em combater a discriminação, a situação real da integração dos Romanichéis dentro da Europa é desanimadora. A maioria dos Romanichéis na Europa vive em condições sociais precárias e há anos que continua a debater-se com os mesmos problemas, nomeadamente a exclusão social, a falta de emprego, a segregação escolar e as desvantagens múltiplas com que as mulheres romanichéis se defrontam.

Com a crise económica que a Europa atravessa, é fácil encontrar um bode expiatório entre os representantes dos grupos sociais mais vulneráveis e daí multiplicarem-se as acções violentas contra os Romanichéis, visando pessoas inocentes com ataques que já tiveram consequências fatais em mais do que uma ocasião.

Perante tal situação, a solução não é recolher impressões digitais de maneira etnicamente discriminatória ou formar forças ou milícias de manutenção da ordem pública, cujas acções visem instigar o medo em pessoas respeitáveis com o objectivo de as afugentar. A verdadeira resposta é uma estratégia europeia para os Romanichéis assente em cinco áreas: educação, emprego, habitação, saúde e uma participação activa dos Romanichéis na sociedade. Se não for adoptada uma política para os Romanichéis a nível europeu que vise a prossecução destes objectivos, também não poderá existir uma política nacional para a população romanichel.

Zita Pleštinšká (PPE-DE). – (SK) A União Europeia tem a obrigação de adoptar uma estratégia para os Roma, embora os Estados-Membros também devam ser mais activos nesta área. Eu própria vivo numa região eslovaca onde os Roma constituem cerca de 10% da população. Por isso, estou muito familiarizada com a sua situação específica de desfavorecimento social. A principal responsabilidade recai sobre os representantes das autarquias locais, que são deixados frequentemente sozinhos a lidar com questões muito complexas, relacionadas principalmente com o emprego, resultantes do baixo nível de educação da população romanichel.

Se queremos encontrar soluções equilibradas, temos de começar por envolver no diálogo os representantes da minoria romanichel, que conhecem intimamente os problemas desta comunidade. Só assim é que as nossas soluções podem ser eficazes. O Fundo Social Europeu constitui o instrumento mais importante para a integração das pessoas no mercado de trabalho. Apelo aos Estados-Membros para que garantam que os excessivos obstáculos administrativos não desencorajem as ONG e as autarquias locais na procura de financiamento do Fundo Social Europeu para projectos que ajudem na resolução eficaz do problema relacionado com os Roma.

Marusya Ivanova Lyubcheva (PSE). – (BG) Subscrevo, em princípio, a posição da Comissão. Apesar de ser frequentemente discutida a questão relativa à comunidade Roma, ainda não lográmos encontrar a solução mais adequada e susceptível de conduzir à sua integração duradoura na sociedade. Na minha opinião, este aspecto aplica-se a todos os Estados-Membros. A causa principal continua a ser a etnocentricidade do problema. É como se tivéssemos "etnizado" os problemas sociais do povo Roma, como se abordássemos a questão como exclusivamente aplicável a um grupo étnico separado. Temos de mudar de abordagem. Sim, é um facto que uma parte significativa dos Roma é pobre e não tem acesso a habitação nem a educação adequada; contudo, os problemas não dizem respeito apenas a eles. A combinação destes problemas sociais num único problema distinto de cariz étnico conduz à discriminação aberta. Por este motivo, a sua integração tornou-se mais complicada, mais intensa e a resolução do problema tornou-se mais complicada. Importa, por conseguinte, implementar uma política para a protecção dos direitos individuais e prover um instrumento fundamental para esse fim: a subsidiação.

Na Bulgária enfrentamos um número significativo de problemas que associamos ao povo Roma, o que nos levou a introduzir medidas para a preparação de um programa-quadro destinado a resolver os aspectos sociais que estão na origem da sua discriminação étnica. Propomos um intercâmbio de posições relativo aos elementos base do programa-quadro com outros Estados-Membros para os quais este problema também seja relevante.

Elly de Groen-Kouwenhoven (Verts/ALE). – (NL) Em minha opinião, existe uma certa semelhança entre a questão dos Roma e a questão racial nos Estados Unidos. Ao passo que eles conseguiram resolvê-la – em parte, pelo menos –, e fizeram grandes progressos com a vitória de Obama, o escândalo – à falta de melhor palavra – ainda persiste na Europa.

Por que motivo aprovámos, em Janeiro, esta resolução aqui no plenário? Houve uma boa razão para o fazermos. A resolução declarava, entre outras coisas, que somos a favor de uma unidade no seio da Comissão dedicada aos Roma, uma estratégia europeia para os Roma, uma abordagem de ordem geral implicando cooperação entre os Estados-Membros e a Comissão, bem como uma abordagem "romanichel para romanichel", como criada pela OSCE (Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa), a qual não teve qualquer resultado excepto uma cimeira em que houve ainda mais conversa, sem qualquer cooperação por parte dos, ou com os, Roma.

Posso dizer-lhes que a comunidade dos Roma, com quem já há dez anos mantenho uma estreita cooperação, ficou extremamente desapontada com o resultado. Lamento, Senhor Comissário Špidla, não poder sentir-me muito entusiasmada com a sua plataforma, que é mais um fórum para debate, embora a alto nível, no quadro dos encontros bilaterais. Falámos muitíssimo. Se há algo de que tenhamos necessidade é de acção.

Li recentemente um artigo que principiava com as palavras: "Estamos prestes a ter um banho de sangue". Em muitos Estados-Membros, há patrulhas de vigilantes uniformizados que provocam os Roma. Deveríamos esperar até termos situações como as que ocorrem em Itália, onde todo um acampamento se volatilizou em chamas?

Hannes Swoboda (PSE). – (DE) Senhor Presidente, gostaria de pedir desculpa ao Hemiciclo e ao Presidente por chegar tão tarde, sobretudo porque estou sempre a avisar os colegas do nosso grupo para serem pontuais. Por isso, esta situação é duplamente embaraçosa para mim.

Desejava apenas fazer uma observação. Ouvi o Senhor Ministro Jouyet, Presidente do Conselho, e o Senhor Comissário. Concordamos plenamente com os objectivos mas a premência e insistência da União Europeia no que se refere aos Estados-Membros – e também em relação aos candidatos ou potenciais candidatos à adesão – não são suficientemente fortes.

Aquilo que por exemplo vimos recentemente em Belgrado e noutros países, mas também no seio da União Europeia, já aqui foi referido. É escandaloso estarmos hoje ainda a falar de campos para romanichéis. Por conseguinte, gostaria de pedir com urgência aos representantes do Conselho e da Comissão que alertem e apelem com maior veemência a todos os Estados-Membros para que estes desempenhem finalmente e em pleno as suas funções. O panorama não é tão cor-de-rosa como algumas vezes é aqui descrito.

Agradeço ao senhor deputado Cohn-Bendit a sua boa vontade em ter-me deixado usar da palavra.

Presidente. – Quem está a presidir à sessão sou eu, e não o senhor deputado Cohn-Bendit. Passámos ao procedimento informal de atribuição do uso da palavra. Foi por isso que dei a palavra ao senhor deputado, portanto não há privilégio nenhum.

Jean-Pierre Jouyet, Presidente em exercício do Conselho. – (FR) Senhor Presidente, gostaria de dizer que este debate tem sido extremamente importante para o Conselho. O que retirei dele, como muitos de vós sublinharam, foi que os Roma são um grupo desfavorecido e muito vulnerável à pobreza, à discriminação e aos ataques racistas. Isso foi dito e é infelizmente verdade, como muitos de vós acentuaram.

Como disseram, com toda a razão, os senhores deputados Adrian Severin, Daniel Cohn-Bendit e Viktória Mohácsi, é igualmente evidente que não devemos acalentar um falso optimismo, e que a estratégia será extremamente difícil de concretizar. Como sublinharam, no nosso trabalho quotidiano, precisamos de fazer uma distinção entre aqueles que se tornaram sedentários e os que permanecem nómadas. Não são a mesma coisa: as suas práticas e condições de vida não são as mesmas. Na prática do dia-a-dia, embora queiramos efectivamente ajudar, isso é verdadeiramente muito difícil. Não nos podemos deixar levar pelo optimismo: precisamos de uma acção determinada e contínua, e dir-lhe-ia, Senhor Deputado Severin, que o facto de o trabalho do Conselho nesta área ter sido iniciado pela Roménia constitui também um bom sinal e que o facto de o Conselho se ter debruçado sobre este assunto por insistência dos seus compatriotas é extremamente importante.

Em minha opinião, precisamos de estar conscientes de que temos um grande caminho à nossa frente: temos de ser claros quanto a isto, como os senhores deputados o foram. Penso que única resposta possível é, como foi dito, pôr de pé estruturas e associações. É o que estamos a tentar fazer, embora isto seja de facto extremamente difícil.

Em segundo lugar, como sublinharam, é crucial ter uma abordagem europeia a esta questão, sobretudo porque se trata em grande medida de um problema transfronteiriço, e não meramente nacional. No entanto, é igualmente evidente – e estou a dizer isto em favor da Comissão e em relação aos comentários feitos – que temos de ser muito claros quanto ao facto de os Estados-Membros terem responsabilidades específicas nesta matéria. Só podemos tomar medidas legislativas ao nível europeu que estejam ao abrigo das competências conferidas actualmente à União nos tratados. Temos de – e digo isto tanto à senhora deputada Roberta Angelilli como à senhora deputada Livia Járóka – agir efectivamente a nível nacional.

Deste modo, para resumir, penso que, este ano, constatámos um reconhecimento cada vez maior do fenómeno – ainda que, como admitirão, tenha sido demasiado lento. Não sei se será necessário dar seguimento ao que foi dito, e em que base podemos fazê-lo, no que respeita ao problema das minorias. Além disso, o Conselho tem de continuar o seu trabalho e, acima de tudo, as acções dos Estados-Membros e as medidas efectivamente tomadas aos níveis nacional e local têm de ser intensificadas, pois a situação actual é desumana e inaceitável. Porém, precisamos também de reconhecer que isto é de facto um problema muito complexo na prática. Muito obrigado pelos vossos comentários.

Vladimír Špidla, Membro da Comissão. – (CS) Senhoras e Senhores Deputados, a Comissão considera a situação dos Roma urgente em termos éticos e políticos e, como é óbvio, está disposta a fazer tudo o que estiver ao seu alcance para contribuir para uma abordagem coesa e reforçar as sinergias, tanto a nível europeu, como a nível das políticas dos Estados-Membros, para que os Estados-Membros se concentrem mais no desenvolvimento de políticas que visem a inclusão dos Roma, em vez de políticas que levam, frequentemente, à perpetuação da sua exclusão. A Comissão está a esforçar-se para que os Estados-Membros procurem resolver isto com sensibilidade cultural, tendo em conta as necessidades especiais dos Roma, mas, tentando, simultaneamente, dar-lhes acesso à corrente geral da sociedade, à educação, ao mercado de trabalho e à

habitação. No entanto, a Comissão não pode fingir que é capaz de substituir os Estados-Membros nesta área, visto que tal seria não só ineficaz, como também desonesto.

Senhoras e Senhores Deputados, existe claramente uma necessidade de redobrar os nossos esforços, mas, apesar de ainda estarmos longe de atingir o nosso objectivo, é claro que a situação começa a alterar-se, visto que o primeiro fórum europeu sobre os Roma constitui, em si, um sinal de mudança. O facto de a União Europeia se debruçar sobre a questão dos Roma e de esta constituir, agora, um tema regular aos mais altos níveis também marca uma mudança. Se conseguirmos que a plataforma dos Roma funcione de forma eficaz, criaremos uma base apropriada a partir da qual poderemos acompanhar a evolução, oferecer sugestões e proporcionar uma coordenação política muito melhor do que aconteceu até à data. Senhoras e Senhores Deputados, permitam-me que retome o início da minha intervenção. A Comissão considera a situação dos Roma urgente em termos éticos e políticos e fará tudo o que estiver ao seu alcance e for da sua competência.

Presidente. - Está encerrado o debate.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Marian-Jean Marinescu (PPE-DE), por escrito. – (RO) Temos de reconhecer que não foram feitos progressos suficientes na integração dos Roma desde que a Comissão lançou pela primeira vez, em 2005, um apelo nesse sentido.

Um primeiro passo nessa direcção seria criar uma estratégia de promoção da educação dos Roma. Essa estratégia terá de ser gerida não apenas pelo estado mas também por organizações não governamentais, as quais já não terão de ter como objectivo prioritário identificar actos de discriminação mas sim educar os grupos étnicos. Esta solução tem como premissa que não só as autoridades públicas mas também as comunidades Roma assumam as suas responsabilidades.

Entre as causas de desemprego que os Roma enfrentam contam-se a iliteracia, a ausência de educação e a escassez de habilitações profissionais, para não falar da falta de acesso à educação.

A reforma educativa para este grupo étnico poderá ser levada a cabo de três formas: reduzindo o nível de iliteracia, assegurando a conclusão dos estudos, e promovendo a especialização e a reconversão profissionais. Ao mesmo tempo que deverá respeitar a cultura e as tradições específicas dos Roma, esta reforma deverá também ligar o sistema educativo aos valores da cultura e da civilização europeias.

Convido a Comissão a elaborar um plano único de integração dos Roma a nível europeu, baseado na cooperação entre os projectos existentes quer no plano intergovernamental, quer a nível de ONG. Isto também inclui projectos em que participam representantes das instituições de ensino. A finalidade deverá ser elevar o estado do acesso ao ensino de elevada qualidade, de modo que este se torne um objectivo fundamental das políticas da UE.

15. Participação do Estado de Israel em programas comunitários - Participação do Estado de Israel em programas comunitários (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia a discussão conjunta sobre:

- o relatório (A6-0436/2008) da deputada Véronique De Keyser, em nome da Comissão dos Assuntos Externos, sobre uma proposta de decisão do Conselho relativa à celebração de um Protocolo ao Acordo Euro-Mediterrânico que cria uma associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros, por um lado, e o Estado de Israel, por outro, sobre um Acordo-Quadro entre a Comunidade Europeia e o Estado de Israel relativo aos princípios gerais que regem a participação do Estado de Israel em programas comunitários (05471/2008 - C6-0180/2008 - 2007/0241(AVC)), e

- as declarações do Conselho e da Comissão sobre a participação do Estado de Israel em programas comunitários.

Véronique De Keyser, relatora. – (FR) Senhor Presidente, pedimos no plenário que a votação fosse adiada, e estou muito satisfeita com isso, mas, enquanto relatora, sinto que preciso de me explicar.

Como acentuou anteriormente o senhor deputado José Salafranca, é absolutamente correcto que, a 6 de Novembro, a Comissão de Negócios Estrangeiros do Parlamento adoptou duas propostas sobre a participação

de Israel em programas comunitários: uma era um parecer favorável, e a outra uma resolução. Ambas as propostas foram adoptadas por larga maioria – a votação da resolução foi mesmo por unanimidade.

O que continham estes textos, e que mensagem a Comissão de Negócios Estrangeiros pretendia enviar a Israel? O parecer favorável foi positivo: deu o seu acordo à participação de Israel no programa comunitário, dado que este país já participava no Sétimo Programa Quadro de Investigação, que a sua aplicação se relacionava apenas com o programa de 'inovação e tecnologia', que todos os países membros da política de vizinhança se podem candidatar a participar, e, assim, que isso não constituía nem um especial favor a Israel nem uma reavaliação do seu estatuto político.

Os acordos de associação baseiam-se no respeito dos direitos humanos. Por conseguinte, os senhores deputados quiseram fornecer um quadro político para este parecer favorável na forma de uma resolução muito firme exigindo o reconhecimento do acordo de associação provisório entre a União Europeia e a Organização de Libertação da Palestina (OLP), um controlo mais forte, com aplicação de sanções, das importações de produtos israelitas provenientes dos territórios ocupados ao abrigo do regime de importação preferencial, e que os resultados da cooperação científica fossem utilizados para fins civis. A Comissão devia produzir um relatório anual que permitisse ao Parlamento avaliar o respeito destas condições. Em resumo, a resolução era positiva mas firme, tendo sido o resultado de longas negociações com as várias partes, que demonstraram um empenhamento exemplar no compromisso alcançado, pelo qual lhes agradeço.

Então por que razão estamos a hesitar, exprimir os nossos medos e, finalmente, adiar a votação? Essencialmente, Senhor Presidente, porque a situação humanitária em Gaza se tornou intolerável. Quando a delegação do Parlamento Europeu, da qual fiz parte, foi a Gaza no princípio do Verão, as condições de vida das pessoas já eram aí alarmantes; outra delegação foi em Novembro aos territórios ocupados, e regressou exactamente com o mesmo relato. Nada muda, a situação é catastrófica, e o bloqueio, longe de enfraquecer o Hamas, radicalizou-o.

Há três dias, Louis Michel chamou a atenção para o facto de o encerramento contínuo dos pontos de passagem de Gaza ter sido uma forma de punição colectiva dos civis palestinianos, em violação do direito humanitário internacional: foi o nosso próprio Comissário que o disse. A Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados (UNRWA), a agência que se ocupa dos refugiados em Gaza, lança apelos de ajuda, tal como a Oxfam, Amnistia Internacional, Médicos sem Fronteiras e uma série de outras OGN que, neste momento, nem sequer podem utilizar a passagem de Erez.

Soube hoje mesmo que o nosso instrumento PEGASE cessou toda a actividade em Gaza, que já não consegue garantir o fornecimento de energia, que os salários e pensões dos funcionários da Autoridade Palestiniana já não estão a ser pagos, e que os subsídios às pessoas mais pobres também foram suspensos. A UNRWA também teve de suspender o seu programa de ajuda aos mais pobres em Gaza. Isto é inaceitável, Senhor Presidente, não pode ser tolerado, e este é o motivo pelo qual, contra a minha vontade, apoiei o adiamento desta votação.

Neste preciso momento, a elevação do relacionamento político com Israel está a ser discutido ao nível do Conselho com uma grande celeridade e num completo secretismo; e é precisamente esta oportunidade de elevação do nível de relacionamento que, hoje, neste preciso momento, se destaca no contexto político da região e faz com que recebamos centenas e centenas de e-mails de cidadãos. Por conseguinte, o Conselho precisa de melhorar a transparência no que respeita aos debates presentemente em curso e pela qual terá de prestar contas aos cidadãos europeus.

Para o Parlamento, hoje, o que queremos é bastante claro: condições de vida humanas para os Palestinos e o fim do bloqueio de Gaza. Este bloqueio não está a fazer nada para enfraquecer o Hamas, mas causa um sofrimento intolerável a pessoas inocentes, metade das quais, diga-se de passagem, votou na Fatah nas eleições de 2006. Esse voto é, na realidade, ainda válido. Estamos a estender a mão a Israel, mas não abdicaremos dos valores nucleares nos quais assenta a União Europeia. A bola está agora no campo de Israel.

Aproveito esta oportunidade – e peço desculpa, Senhor Presidente, mas poderá deduzir este tempo dos meus dois minutos mais adiante –, aproveito esta oportunidade para condenar a pressão política, as campanhas caluniosas e as acusações de anti-semitismo que se abateram sobre os deputados que defendem simplesmente a paz e a justiça. E saúdo todos os nossos amigos judeus, em Israel e noutros lugares, esses novos justos que, em condições extremamente difíceis, também querem a paz e exigem o respeito do direito internacional. Trabalhemos juntos para conseguir isto. Temos de romper o cerco de Gaza, e qualquer iniciativa militar a este respeito, como ouvi recomendar, seria pura loucura.

Jean-Pierre Jouyet, *Presidente em exercício do Conselho*. – (FR) Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente Verheugen, Senhora Deputada Véronique De Keyser, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de começar por agradecer à senhora deputada Véronique De Keyser o seu excelente relatório. Tal como ela, também eu constatei que, anteriormente, uma maioria deste Parlamento votou o adiamento da votação pelas razões que a senhora deputada referiu.

Do ponto de vista do Conselho, a participação de Israel no programa comunitário precisa de ser visto da perspectiva da elevação do nível das relações bilaterais da União com Israel, e o Conselho enviou um sinal, a 16 de Junho, a este respeito por ocasião do 8º Conselho de Associação com Israel. Esta elevação do nível das relações enquadra-se no fortalecimento da Política Europeia de Vizinhança.

É convicção do Conselho de que esta elevação do nível das relações beneficia ambas as partes, e não é apenas do interesse do país que estamos tornar mais próximo da família europeia. Ela serve também os interesses da Europa, na medida em que nos permite estabelecer laços mais estreitos e uma maior confiança com novos segmentos da população israelita, quer sejam os seus estudantes, os seus investigadores, as suas empresas ou os seus técnicos.

A Europa estará assim em posição de fornecer uma prova concreta dos benefícios da cooperação multilateral em termos de paz e prosperidade. Diria à senhora deputada Véronique De Keyser que estas lições têm um preço numa região como o Médio Oriente. A Europa poderá assim falar verdade de um modo mais forte e mais credível, o que criará mais confiança.

Escutei com toda a atenção, a este respeito, as expectativas expressas, segundo a senhora deputada Véronique De Keyser, no seio da Comissão dos Negócios Estrangeiros. Refiro-me, é claro, à mensagem que ela mencionou sobre o congelamento completo e imediato da colonização, a necessidade de avançar no processo de paz com a Autoridade Palestiniana, o levantamento das restrições às populações de Gaza e da Margem Ocidental, e a necessidade vital de melhorar a sorte das populações de Gaza afectadas pelo bloqueio, como a delegação da União Europeia viu recentemente.

Podem estar seguros, Senhoras e Senhores Deputados, que estas expectativas são partilhadas pelo Conselho e, estou certo, pela Comissão. A este respeito, a declaração de 16 de Junho de 2008 inclui algumas afirmações muito claras simultaneamente sobre o contexto político que envolve a elevação das relações e sobre as mensagens que a Europa tenciona enviar a Israel nesta ocasião.

É verdade que, como sabem, Israel há anos que tem conhecimento destas mensagens. Sou dos que consideram lamentável que estas mensagens não tenham sido escutadas convenientemente, mas a aposta do Conselho em Junho foi usar a elevação do nível das relações bilaterais para transmitir as mensagens com mais força, a um nível superior e com uma maior diversidade de contactos. É isso que o Conselho está a fazer.

Referiu também a questão de o convite da Europa à adesão a certos programas comunitários se estender não só a Israel mas a todos os países da política de vizinhança, incluindo nessa região.

Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente Verheugen, Senhoras e Senhores Deputados, o Parlamento Europeu tem hoje a oportunidade de dar um contributo para o processo de cooperação regional que a Europa lançou numa região crítica para a sua própria segurança e prosperidade.

Espero que, quando chegar o momento, tendo presente a votação que teve lugar agora mesmo, sigam a recomendação proposta pela vossa relatora e que, na resolução que desejam adoptar na mesma ocasião sobre as posições expressas a este respeito à margem do Conselho de Associação, apoiem as posições que, é convicção da Presidência, reflectem um equilíbrio sensato, longamente amadurecido entre os governos dos Estados-Membros e que serve a causa da paz e da estabilidade na região.

Günter Verheugen, *Vice-Presidente da Comissão*. – (DE) Senhor Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhoras e Senhores, em Dezembro de 2006 a Comissão propôs a plena integração dos parceiros da Política Europeia de Vizinhança na execução de determinadas políticas e numa série de programas comunitários. Domínios como a investigação e o desenvolvimento, a inovação, a competitividade, a protecção dos consumidores, para citar apenas alguns, surgiram na vanguarda das nossas reflexões.

O Conselho retomou esta proposta em várias ocasiões e em Março de 2007 apoiou a proposta da Comissão no sentido de que todos os países parceiros pudessem sempre participar em determinados programas comunitários.

Israel é o primeiro dos países nossos parceiros na Política de Vizinhança que concluiu formalmente este ano um protocolo sobre um acordo-quadro com a União Europeia relativo aos princípios gerais que regem a sua participação em programas comunitários.

A Comissão congratula-se com este resultado porque ele realça a nossa estreita e antiga colaboração com este país nosso parceiro. Desde 1995 que Israel tem usufruído plenamente do estatuto de país associado no âmbito do acordo-quadro para a investigação e desenvolvimento. Ao longo dos anos esta estreita colaboração levou a muitos projectos conjuntos, aliás com resultados substanciais, que pude constatar pessoalmente *in loco* em Israel no ano passado.

A elevada qualidade dos investigadores e universidades israelitas torna Israel um parceiro estimado e com elevado interesse. Também no domínio da inovação Israel pode dar um contributo significativo, o que é vantajoso para ambas as partes porque, a médio prazo, o caminho ficará aberto para uma cooperação industrial muito mais estreita. Entretanto, o diálogo encetado nessa altura por mim e pelo Senhor Primeiro-Ministro Olmert entre empresas da UE e de Israel teve um bom arranque e está a dar resultados.

Além disso, Israel está já a participar no Programa para o Espírito Empresarial e a Inovação, um dos três pilares do nosso Programa para a Competitividade e a Inovação. Este programa reveste-se de uma especial importância para as pequenas e médias empresas e ambas as partes têm conjugado as suas grandes expectativas e esperanças com um reforço da cooperação. Assim sendo, no último Conselho de Associação UE-Israel, realizado no ano passado, foi salientado que se pretendia intensificar as relações com Israel com base no Plano Comum de Acção.

Sem dúvida que somos capazes de expandir as nossas relações. Tudo o que contribuir para facilitar o encontro das pessoas, aproximar jornalistas, artistas, investigadores e empresários, tudo o que servir o diálogo e promover a compreensão mútua, merece o nosso apoio incondicional. Isso terá um efeito positivo sobre o diálogo que temos em curso em matéria de direitos humanos.

A prossecução do reforço das nossas relações com Israel, um país fulcral na Política Europeia de Vizinhança, tem um interesse estratégico para a União Europeia. A decisão do Conselho aqui discutida hoje insere-se neste contexto e vem por isso dar um importante contributo para o reforço da nossa cooperação com Israel. Solicito, por isso, aos Senhores Deputados que apoiem o projecto de resolução e votem favoravelmente a proposta da Comissão.

Jana Hybášková, em nome do Grupo PPE-DE. – (CS) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhor Presidente em exercício do Conselho, considero que aquilo que aconteceu hoje foi uma utilização sem precedentes do procedimento parlamentar. O nosso Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus estava disposto a apoiar plenamente o relatório socialista, incluindo as propostas de alteração apresentadas pelos socialistas. Foram os próprios socialistas que se recusaram a votar o seu próprio relatório. Apesar disso, o relatório passou na Comissão dos Assuntos Externos, está sobre a mesa e é essencial votá-lo nesta legislatura. O nosso grupo está absolutamente determinado a debater e adoptar o relatório.

O que aconteceu hoje prejudica a Europa. A Europa queria garantir um retorno dos seus donativos financeiros, queria garantir influência no Médio Oriente e uma oportunidade para contribuir para o processo de paz. Hoje, deitamos fora um instrumento que nos teria colocado nesta posição em troca do nosso dinheiro. A Europa também deitou fora um apoio decisivo na área da investigação e do desenvolvimento, deitou fora um apoio no domínio do desenvolvimento da ciência, da investigação e da tecnologia, na luta contra o terrorismo e na melhoria dos direitos humanos na região mediterrânea. Penso que as conversações sobre um plano de acção, tal como proposto pela Comissão e pelo Conselho, irão continuar. Também penso que as relações entre a Europa e Israel melhorarão sob a Presidência do meu país. Mas é um facto que o nosso Parlamento deitou fora a sua influência, tornando-se, hoje, um lugar onde triunfaram forças obscuras, não europeias, que não querem que a situação no Médio Oriente melhore. E penso que é absurdo colocar o Parlamento Europeu contra os nossos Estados e as nossas intenções. Por isso, vamos continuar.

Hannes Swoboda, em nome do Grupo PSE. – (DE) Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente da Comissão, Senhora Deputada Hybášková, mantenhamos os nossos pés bem assentes no chão. Os senhores ponderaram também a possibilidade de não votarmos hoje mas devemos limitar-nos realmente aos factos. O Grupo Social-Democrata apoia a relatora e votou também favoravelmente na comissão em virtude de ser esta a nossa convicção nesta matéria. O Vice-Presidente da Comissão e a própria relatora afirmaram-no também.

Contudo, não vivemos numa sala hermeticamente selada e estamos a lidar com uma situação política. Imaginem como seria se simplesmente não concordássemos com nada do que vós ou eu dissemos sobre

esta situação catastrófica e desumana em Gaza e nos comportássemos como se nada estivesse a acontecer ali. Porém, a situação real não é essa. O Senhor Presidente em exercício do Conselho afirmou que isto é um contributo para a paz. Acredita realmente que na actual situação isto é um contributo para a paz? É possível que a situação infelizmente não mude e em determinada altura iremos votar, apesar de a situação não ser grave. No entanto, temos pelo menos de enviar um sinal.

Senhor Presidente em exercício do Conselho, a questão continua sem resposta: como pensam as pessoas que tal será encarado na globalidade da região? Como pensam as pessoas que tal notícia será recebida na Palestina e noutros países se, precisamente nesta altura, alcançarmos um acordo com Israel como primeiro país, enquanto por outro lado os direitos humanos estão a ser brutalmente espezinhados, e não apenas por Israel? É perfeitamente óbvio – e o nosso grupo sempre o constatou – que qualquer tipo de terrorismo, quer recorra a mísseis ou ataques de outro tipo, deve ser absolutamente condenado.

O nosso grupo apoiou esta proposta apresentada pelo Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia e pelo Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia porque queremos dar um sinal, pelo menos desta vez, de que simplesmente não podemos aceitar esta situação no Médio Oriente. Sim, esta cooperação irá concretizar-se. Não se preocupem, pois sabem muito bem que esta cooperação irá concretizar-se e que isto não é o fim de um processo mas sim um sinal claro. Sim, queremos cooperar com Israel, mas também queremos finalmente a paz para esta região e o fim da repressão sobre as pessoas.

Annemie Neyts-Uyttebroeck, em nome do grupo ALDE. – (NL) Senhor Comissário, Senhor Ministro Jouyet, tal como é próprio de um grupo responsável, discutimos longamente a questão de se saber se devíamos ou não adiar a votação da proposta de resolução e a aprovação do protocolo. No nosso grupo, as opiniões encontravam-se divididas. Mais ou menos 50/50, com uma pequena maioria, no fim de contas, a favor do voto, pelo que o meu grupo estava dividido quando votou sobre este assunto.

É possível atribuir-se esta posição dividida à nossa grande preocupação com a situação no Médio Oriente, bem como com o conflito entre Israel e a Palestina. Não conheço quem quer que seja, eu própria incluída, que tenha visitado o território ocupado e não tenha regressado preocupadíssimo e cheio de compaixão e raiva a respeito da situação ali existente.

O que é mais desconcertante, e alarmante, é que, desde o Acordo de Annapolis, a política de Israel não só piorou, como se tornou mais rigorosa e mais dura. Não é necessário termos má vontade para nos perguntarmos se Israel, ou algumas forças desse país, apoiadas pelo exército israelita, não estão a criar situações irreversíveis nos territórios ocupados, a ponto de a solução dos "dois Estados" se tornar inatingível.

Posso, portanto, compreender que tivéssemos pretendido enviar uma mensagem a Israel adiando a votação, porque não queremos dar a impressão de estarmos a premiar o país numa época em que a situação do dia-a-dia se está a deteriorar para mais de um milhão de Palestínianos residentes em Gaza. Espero que, nas próximas semanas e nos próximos meses, tenham lugar alterações que nos permitam aprovar os dois textos com mais confiança.

David Hammerstein, em nome do Grupo Verts/ALE. – (ES) Senhor Presidente, o que conta são os factos, não as palavras. Os factos valem mil vezes mais do que as palavras. Adoptámos muitas resoluções neste Parlamento. Houve efectivamente críticas e houve boas intenções em muitas das resoluções que adoptámos, mas os factos são mais importantes.

É um facto que um ano negociações do processo de Annapolis redundou num fracasso. É um facto que o processo de colonização prossegue. É um facto que a situação em Gaza é pior do que nunca. É um facto também que, enquanto nós aqui falamos, estão a decorrer confrontos entre colonos e o próprio exército de Israel.

Quero poder votar esta resolução dentro de alguns meses. Quero que possamos aprofundar as nossas relações com o Estado de Israel. E isto porque os verdadeiros amigos de Israel, aqueles de entre nós que amam Israel, ousam dizer a verdade. A verdade é que a ocupação, tal como existe hoje em dia, não pode continuar. Não pode prolongar-se por mais tempo. Temos de enviar a mensagem de que as acções da União Europeia estão condicionadas por um processo de paz e por um respeito básico dos direitos humanos. Desse modo, podemos seguir em frente. Queremos mais e melhores relações com Israel e com os palestinianos, e temos de dar mostras disso mesmo com condições claras e com acções claras, e não só com palavras.

Luisa Morgantini, em nome do Grupo GUE/NGL. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, não foi fácil solicitar o adiamento da votação, mas penso que foi uma medida necessária, que honra, julgo eu, o Parlamento Europeu.

Israel não pode estar sempre acima do respeito do direito internacional. Gostaria de dizer à senhora deputada Hybášková que não se pôs fim à cooperação com Israel nem aos vários projectos. A actualização das relações é que foi bloqueada e suspensa, não a cooperação, que prossegue o seu curso. Espero que possa prosseguir, porque é importante; também eu reconheço as suas vantagens. Mas gostaria de insistir: Israel tem de compreender que deve respeitar as normas internacionais. A nossa honra e a nossa dignidade estão aqui também em jogo.

Por conseguinte, espero que o Conselho de Ministros ouça o Parlamento Europeu e demonstre, desta vez, alguma coerência, dizendo a Israel que deve dar sinais concretos que mostrem que deseja a paz e que deve pôr termo aos bloqueios na Cisjordânia que afectam as condições de vida dos cidadãos de Gaza.

Os projectos da União Europeia estão bloqueados. Por exemplo, o projecto Pegaso está parado. Está entravado pelos bloqueios que impedem que os bens e produtos entrem na região. Amanhã os salários não serão pagos. A UNRRA (Administração das Nações Unidas para a Ajuda e a Reconstrução) é obrigada a bloquear a ajuda dirigida às famílias mais pobres. O que está a acontecer é uma vergonha! Todavia, não critico Israel em particular; longe disso! Ser amigos de Israel significa também confrontar este país com as suas responsabilidades e com as nossas. Espero, por conseguinte, que possamos recomeçar, mas a mensagem que enviámos hoje é importante. Endereçámo-la aos palestinianos e a todos aqueles israelitas que acreditam firmemente na paz, mas na paz com justiça e no respeito da lei.

Bastiaan Belder, em nome do Grupo IND/DEM. – (NL) Senhor Presidente, tenho imenso prazer em apoiar todos os esforços do Conselho e da Comissão para, no nosso mútuo interesse, intensificarem as relações com o Estado judaico de Israel. Adiar a votação é, a meu ver, enviar-lhes uma mensagem totalmente errónea.

Não obstante, encaro o Presidente em exercício do Conselho com sentimentos muito contraditórios, em consequência de se ter verificado a fuga de um documento do Conselho, para o jornal israelita *Ha'aretz* – veja-se a edição de segunda-feira passada. Com base nesse documento, gostaria de lhe dirigir três perguntas.

O Senhor Ministro está de acordo em que o título desse documento, "Uma estratégia de acção para a paz no Médio Oriente", é o caminho a seguir? Em caso afirmativo, obrigaria Israel a reabrir as instituições palestinianas, incluindo a Casa do Oriente, em Jerusalém? Finalmente, gostaria de lhe perguntar se essa é a estratégia, como tenciona conjugá-la com a melhoria das relações com o recém-eleito Governo de Israel, seja sob que forma for? aguardo ansiosamente a resposta do Senhor Ministro.

Luca Romagnoli (NI). – (IT) Senhor Presidente, Senhora Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, desta vez não estou de acordo, porque considero que o Parlamento deu uma má imagem hoje com o novo envio à comissão do relatório da senhora deputada De Keyser – e todos certamente concordarão, em especial em relação à inscrição do debate e, depois, da votação a esta velocidade inacreditável. Isto leva-me a pensar que a Esquerda pretendia, como pretexto, bloquear o acesso de Israel ao programa de parceria para a inovação e a investigação. Desejo salientar aqui que estamos a falar de um dos poucos Estados, se não o único, ao qual oferecer apoio não significa apenas um sinal de solidariedade, mas implica também crescimento e desenvolvimento para empresas na própria Europa.

Ainda ninguém conseguiu perguntar à Autoridade Palestiniana que apoio recebe da Liga Árabe, e como o utiliza, nem que parte deste é destinado ao diálogo, à compreensão mútua, bem como ao desenvolvimento cultural e científico. Devo dizer, em virtude da escassa mobilização dos colegas do centro-direita, que a esquerda fez um bom trabalho, com o pretexto da defesa dos direitos humanos, ao conseguir este êxito em termos de votação. Tenho, no entanto, a impressão de que tudo isto entrava o desenvolvimento regional e talvez inclusivamente o próprio processo de paz. No mínimo, questiona o direito de um Estado à sua segurança, um direito que devemos salvaguardar.

PRESIDÊNCIA: McMILLAN-SCOTT

Vice-presidente

Pasqualina Napoletano (PSE). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, os relatores que me precederam no uso da palavra explicaram razoavelmente bem a finalidade do pacote cuja votação decidimos esta manhã adiar. Mas gostaria de os recordar que existem aspectos adicionais destas relações,

em particular aspectos políticos, que estão a ser analisados pelo Conselho em relação a este desenvolvimento das relações entre a União Europeia e Israel.

Existem ainda aqueles aspectos que afectam o mercado interno. Por conseguinte, penso que estamos todos, em princípio, a favor deste desenvolvimento das relações entre Israel e a União Europeia, tal como estamos a favor do desenvolvimento das relações com a Autoridade Palestiniana. Todavia, este relatório deve ser claro e contemplar compromissos das duas partes. Tal como as coisas estão hoje, não podemos dizer que estes critérios se cumpriram. Gostaria de recordar não só a situação dramática de Gaza, mas também a manutenção dos colonatos ilegais nos territórios ocupados. Trata-se de uma questão que afecta o comércio dos produtos dos territórios ocupados e outras matérias que conhecemos muito bem.

Em meu entender, o Conselho deve, basicamente, deixar muito clara qual é a sua posição, até porque penso que a Presidência francesa se comprometeu a apresentar, na próxima reunião do Conselho, um documento sobre as perspectivas para a paz no Médio Oriente. Pode ser de grande interesse para nós, inclusivamente como uma oportunidade de desenvolver relações construtivas. Por esta razão, considero que foi uma decisão sensata solicitar este adiamento, desde que todos aproveitem este período para mitigar o sofrimento da população palestiniana, em particular em Gaza. Gostaria de acrescentar que deveríamos aproveitar também este período para reconstruir as relações entre a Europa e os Estados Unidos com base numa iniciativa conjunta com vista a dar solução à situação no Médio Oriente.

Não esqueçam que 2008 foi declarado – ou teria sido declarado – o ano da constituição do Estado Palestino. O ano de 2008 está a chegar ao fim e a situação mantém-se dramática.

Ioannis Kasoulides (PPE-DE). - (EN) Senhor Presidente; se o debate de hoje tivesse por tema a situação na Faixa de Gaza, eu poderia juntar a minha voz à da senhora deputada De Keyser e de todos os outros meus colegas, na defesa das mesmas posições. Mas temo que a invocação desta questão política em sede de reforço da participação de um país da PEV, e do Mediterrâneo, tenha criado um precedente que não sei aonde levará. Nós não previmos mecanismos de condicionalidade política na regulação das relações bilaterais no quadro da PEV. No caso de Marrocos, por exemplo, nunca levantámos as questões do Sara Ocidental ou dos direitos humanos. O mesmo se passa no caso do Egipto e de todos os demais países mediterrânicos. Não percebo porque decidimos, desta feita, estabelecer esta ligação.

Em segundo lugar, sou de opinião que, quanto mais desenvolvemos uma relação de diálogo, cooperação e confiança – como afirmou o senhor Jouyet – com os países parceiros, mais influência dispomos sobre eles. Hoje fechámos uma porta e não sei como a iremos reabrir.

Em terceiro lugar, estou certo de que, nos nossos trabalhos de hoje, estabelecemos uma condição. Dissemos que se trata apenas de um diferimento e que vamos reapreciar a questão. Como é que vamos reapreciá-la? Quando é que a situação na Faixa de Gaza se vai tornar satisfatória a ponto de nos levar a decidir repescá-la? Como disse a senhora deputada Napoletano, falando a respeito da questão dos colonatos, e em tantas questões em que desejamos exercer uma influência positiva sobre Israel, quando será que nos iremos sentir politicamente satisfeitos o bastante para retomarmos esta resolução perfeitamente válida preparada na Comissão dos Assuntos Externos?

Proinsias De Rossa (PSE). - (EN) Senhor Presidente, a Europa não pode reforçar as relações com Israel enquanto o Governo deste país não inflectir a sua linha de acção de forma convincente. Ele tem de pôr fim à punição colectiva da população palestina, levantando o cerco a Gaza e demonstrando uma vontade séria de se empenhar na busca, com a liderança palestina, de uma solução exequível e sustentável assente na co-existência de dois estados.

Todos nós desejamos que a Europa mantenha relações normais com Israel, mas tal é impossível nas presentes circunstâncias. Apoio cabalmente o direito de Israel a defender-se a si mesmo, mas essa defesa tem de ser feita de acordo com o direito internacional e com as responsabilidades que as potências ocupantes assumem quando invadem outro país.

O Estado de Israel, que se orgulha do seu sistema democrático, tem violado tantas vezes o direito internacional com o tratamento que dá aos palestinianos, que a paciência da maioria das pessoas está à beira de se esgotar. Numa recente visita oficial a Gaza, a Jerusalém e à Cisjordânia, vi com os meus próprios olhos a grave deterioração das condições de vida quotidianas do palestiniano comum.

A economia da Palestina foi cilindrada. Há 210 colonatos ilegais. Território e casas palestinianos estão constantemente a ser tomados. Há 11 000 palestinianos prisioneiros e 40 membros eleitos do conselho

legislativo palestino sob detenção. Encontram-se detidos mais de 300 jovens de idade inferior a 18 anos, alguns com 12 anos apenas. Gaza está sitiada e sob ameaça de invasão militar e metade da sua população está já dependente da ajuda alimentar. A lista não acaba aqui. Esta brutal acção de punição colectiva e usurpação de território por Israel constitui uma violação grosseira do direito internacional e aniquila todas as possibilidades de paz.

Consequentemente, esta não é uma altura própria para este Parlamento dar o seu acordo a um reforço das relações. Na verdade, entendo que ele deve ser adiado para depois da realização das eleições em Israel e na Palestina, agendadas para o início de 2009. Entretanto, a comunidade internacional deve empenhar-se a fundo em desanuviar a situação e criar condições para que palestinos e israelitas possam viver em paz.

Elmar Brok (PPE-DE). – (DE) Senhor Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhor Vice-Presidente da Comissão, o objectivo de tais acordos, como é o caso da atribuição de um melhor estatuto a Israel, é garantir aos participantes no conflito que estão envolvidos num processo razoável que assegura a sua estabilidade interna e lhes garante uma futura cooperação e existência. Hoje desperdiçamos esta oportunidade de lhes darmos uma tal garantia. Desperdiçamos a oportunidade e, em meu entender, inflamamos ainda mais a situação.

Eu próprio também crítico Israel em muitas questões, e em especial na questão da política de colonatos. No entanto, quando ouço aqui hoje que a razão fundamental para agirmos assim é a situação na Faixa de Gaza fico completamente boquiaberto, especialmente quando se verifica apenas metade, ou até mesmo um quarto, das premissas para o raciocínio seguido. É que temos de estar cientes de que, se este raciocínio for seguido, daqui a três meses descobrir-se-á outro alibi, e depois outro, para evitar que se tome uma decisão. Se bem me lembro, Israel retirou de Gaza. Se bem me lembro, o Hamas derrubou as autoridades eleitas que estavam sob a dependência do Presidente Abbas e destruiu o governo numa revolta violenta que violou todos os direitos. Se bem me lembro, são precisamente as circunstâncias resultantes da actuação do Hamas que se revelam decisivas para a situação em Gaza. Se bem me lembro, são disparados tiros de Gaza para cidades israelitas de uma forma regular e diária. E se se considerar que isto não desempenha qualquer papel num debate como este, e que Israel é unilateralmente considerado o culpado, não me parece que será esta a forma de a política europeia ganhar a confiança de Jerusalém.

É por isso que penso que cometemos hoje um grande erro. Só seremos uma força de paz na região se respeitarmos completamente a verdade e não nos limitarmos apenas a fazer política. Estou convencido de que esta política também não ajudará o Presidente Abbas e contribuirá ainda mais para a radicalização que tanto êxito tem tido em Gaza. Considero, por isso, que a decisão de hoje é uma decisão errada.

Zbigniew Zaleski (PPE-DE). – (PL) Senhor Presidente, um conflito prolongado constitui uma oportunidade para reflectir sobre, e analisar, as suas causas e os comportamentos agressivos a que deu lugar, bem como para tentar encontrar soluções. Eu entendo os desesperados lança-foguetes palestinos, quais ratos empurrados contra um canto da gaiola, mas também compreendo o medo dos israelitas de que as suas crianças não voltem para casa depois da escola, já que se assume que quase todos os palestinos são terroristas. Não é uma questão de preto no branco.

Tzipi Livni tornou claro que entre os palestinos existem os moderados e os extremistas teimosos, assim como entre os israelitas existem as pombas e os falcões. Estas divisões internas pesam significativamente no conflito e quanto mais importante o papel que uma facção desempenha, mais poderosa esta se torna no conflito. Em minha opinião, os israelitas são os mais poderosos porque têm um estado, ao qual naturalmente têm absoluto direito, e eu apoio isso. Usufruem, pois, de todas as atribuições de um estado.

Isto acarreta uma responsabilidade maior, assim como o dever de tomar medidas potencialmente arriscadas mas que podem dar esperança de uma paz futura. Por este motivo, a exigência de Israel de que não haja ataques de foguetes por parte dos palestinos de modo a que o projecto de dois Estados possa ir avante equivale a dizermos que estaríamos dispostos a ter filhos contanto que todos se revelassem inteligentes e obtivessem doutoramentos ou iniciassem negócios lucrativos.

As situações não convencionais apelam à coragem para se tomar decisões não convencionais e eu espero que Israel faça precisamente isso. Nós, na União Europeia, devemos ajudá-los a tomar tais decisões. Por outras palavras: *um Roteiro para os dois estados*.

Quanto ao fortalecimento das relações entre Israel e a UE, parece-me ser uma boa estratégia, pois ganharíamos maior influência e, a longo prazo, permitir-nos-ia desempenhar um papel construtivo na mitigação deste trágico conflito. Sou a favor de que se reforce a nossa ligação.

Charles Tannock (PPE-DE). - (EN) Senhor Presidente; enquanto autor de relatórios referentes à PEV, há muito que apoio a intensificação da participação de Israel nos programas e agências da UE, que é mutuamente vantajosa, dado o grau de desenvolvimento de Israel em domínios como o da investigação científica, e ambiental em particular. Nas últimas semanas recebi muitas mensagens de correio electrónico pedindo-me que votasse contra o presente projecto de protocolo UE-Israel dirigido à intensificação da cooperação. Todavia, entendo que a UE e Israel são parceiros naturais, porque partilham o mesmo quadro de valores: democracia, primado do direito e liberdade dos indivíduos, e, designadamente, liberdade de imprensa e independência do poder judiciário.

Nem todos os parceiros estratégicos da UE podem dizer o mesmo. A China, por exemplo – que eu sei que é um país muito caro ao Senhor Presidente – rejeita esses valores, mas, estranhamente, não recebo muitos apelos no sentido de restringir a relação da UE com Pequim. Isso deve-se ao facto de, infelizmente, o sentimento anti-israelita permanecer forte entre o público e nesta Casa. Quando ele se funda em argumentos racionais, respeito-o, mesmo discordando. Muitas vezes, porém, radica no anti-semitismo e no anti-americanismo, pelo facto de os EUA serem o aliado mais próximo de Israel.

Na semana passada em Mumbai, na Índia, terroristas fundamentalistas islâmicos assassinaram judeus numa acção especificamente dirigida contra eles. Isto demonstra a necessidade de o Ocidente cerrar fileiras num gesto de solidariedade com o Estado judaico, uma vez que Israel se encontra na linha da frente de uma guerra sem quartel com organizações terroristas islamistas como o Hamas, o Hezbollah e a Jihad Islâmica, que já deram provas de estarem apostadas em destruir Israel e o nosso modo de vida.

Lamentavelmente, o Parlamento Europeu decidiu hoje por estreita margem não se pronunciar sobre o presente acordo – em que a Presidência checa que vai entrar em funções punha muito empenho –, medida que é a meu ver desastrosa e emitirá todos os sinais que não devia para o público israelita num período eleitoral crítico, e que reforçará inevitavelmente a posição dos políticos mais radicais em Israel.

Presidente. - Não é a China que tenho no coração, é a democracia e os direitos humanos na China, bem como em Israel e na Palestina.

Jim Allister (NI). - (EN) Senhor Presidente; alguns gostariam de nos convencer que esta Câmara agiu hoje movida por uma crise de consciência. Tenho de dizer que isso se me afigura estranho, atendendo à quantidade de vezes que esta Câmara endossou, sem um queixume, acordos com países que têm, na realidade, históricos medonhos em matéria de direitos humanos e estruturas de governo que estão longe de ser democráticas.

Parece-me que esta Câmara hoje se deixou desviar do seu curso por uma campanha assaz venenosa contra o Estado de Israel, orquestrada a partir do exterior e do interior, e que nós nos deixámos influenciar indevidamente por ela. O cego facciosismo contra Israel que alguns patentearam é atroz. Israel é uma democracia, numa região em que as democracias são uma autêntica raridade. Aceita uma solução assente na existência de dois estados. Sofreu os mais horríveis ataques terroristas externos e internos e, por conseguinte, tem, indubitavelmente, o direito de se defender.

O horror e o ódio que alguns membros desta Câmara nutrem por Israel são, aparentemente, tão avassaladores, que eles anseiam por desculpar os ataques terroristas e, mesmo, os excessos cometidos pelo Hamas em Gaza e só têm olhos para as culpas do Estado que se encontra sob ataque. Considero isso errado.

Proinsias De Rossa (PSE). - (EN) Senhor Presidente; ao longo deste debate, aqueles dentre nós que nos pronunciámos a favor do adiamento da decisão nesta matéria fomos acusados uma porção de vezes de anti-semitismo.

Isso constitui um comportamento absolutamente impróprio. No nosso lado, ninguém acusou ninguém da outra parte de má-fé ou de ter outras motivações que não a preocupação pelo futuro do povo israelita e dos palestinianos.

Toda gente, neste Hemiciclo, deveria reconhecer que o que nos impele e leva a assumir a posição que assumimos é a preocupação com as pessoas. Ela não deriva de qualquer tipo de ideologia anti-semita.

Presidente. – Senhor Deputado De Rossa, a mesa reconhece e subscreve cabalmente a posição de V. Ex.^a.

Hannes Swoboda (PSE). - (DE) Senhor Presidente, é verdade que foram enviadas diversas mensagens de correio electrónico mas também houve *lobbying* por parte da embaixada israelita, mas não foi por essa razão que tomámos uma decisão num determinado sentido. A razão para isso foi a nossa firme convicção de que esta votação não era adequada nesta altura.

Muitos argumentos apresentados pelos nossos colegas deputados – os Senhores Deputados Kasoulides, Brok, Zaleski ou outros – são perfeitamente válidos. Penso que, depois da divergência de opiniões que tivemos, é mais do que tempo de voltarmos a ter uma posição comum em que se apoie simultaneamente Israel e o processo de paz para permitir o direito à existência dos palestinianos. É isso que nos interessa, nada mais, nada menos.

Jean-Pierre Jouyet, *Presidente em exercício do Conselho*. – (FR) Senhor Vice-Presidente Verheugen, Senhoras e Senhores Deputados, não cabe ao Conselho comentar questões regimentais ou decisões tomadas por este Parlamento neste domínio.

Eu diria ao senhor deputado Hannes Swoboda que é evidente que o Conselho partilha destes objectivos e concorda com o que disse na sua última intervenção, em particular no que respeita à estabilização. A UE e o Conselho condenam toda a violência, sobretudo o disparo de foguetes contra a população civil, que tem de cessar. A luta contra o terrorismo deve prosseguir infatigavelmente, e o destino do cabo Shalit é uma das grandes preocupações da União Europeia, e, permitam-me que o diga, especialmente da Presidência francesa.

Dito isto, a União Europeia continua muito preocupada e expressa a sua condenação quanto à recente aceleração da expansão dos colonatos. O processo contínuo de colonização, incluindo a expansão natural, tem de ser suspenso com carácter de urgência – incluindo em Jerusalém Oriental. Viola o direito internacional e compromete o estabelecimento de um estado palestiniano viável; os obstáculos à circulação para os territórios palestinianos ocupados e no interior destes têm de ser retirados, para favorecer o desenvolvimento económico. A situação humanitária em Gaza deve melhorar com carácter de urgência, tentando conseguir o cessar-fogo, abrindo os pontos de passagem e fornecendo bens e serviços em benefício da população e para ajudar as agências humanitárias, em particular a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados (UNRWA), a fazer o seu trabalho; e é igualmente importante que os prisioneiros palestinianos sejam libertados em maior número, sendo dada prioridade aos menores.

Por conseguinte, partilhamos os mesmos objectivos, como faço questão de acentuar a este Parlamento o mais claramente possível. O problema é saber qual a melhor maneira de exercermos pressão para alcançar o resultado que pretendem: a criação de dois Estados que coexistam em segurança no contexto de um processo de paz estável – um contexto no qual a UE tem um lugar importante. Precisamos de saber se somos capazes de ser firmes nos princípios que acabei de referir, e que Israel tem de respeitar, através do diálogo e da confiança, ou se, na realidade, é através do diálogo, como o Conselho considera e continua a considerar depois de ter ouvido este debate, que seremos capazes de manter um equilíbrio sensato.

Para concluir, gostaria de vos recordar que a elevação do nível das relações precisa de ser visto no contexto mais geral do estabelecimento da União para o Mediterrâneo e o desenvolvimento de uma política europeia de vizinhança. Não esqueçamos que a elevação proposta do nível das relações foi precedida de um reforço da nossa parceria com Marrocos, que enviou uma mensagem forte aos nossos vizinhos árabes da costa sul do Mediterrâneo; recordo-vos também que as nossas negociações com Israel não esqueceram a Autoridade Palestiniana, e que a União Europeia e a Autoridade Palestiniana se reuniram no Verão de 2008 para criar novos grupos de trabalho para acelerar a concretização do plano de acção concluído em 2005. E reitero também aqui, enquanto Presidência, o nosso empenhamento em fazer progressos em todas as áreas, incluindo a política, que continua a ser uma parte indispensável das nossas relações com o Estado de Israel.

É esta abordagem global que dá significado à elevação do nível das relações da UE com Israel, e é este diálogo político que tornará possível, em nossa opinião, assegurar que os princípios que alguns dos senhores deputados evocaram sejam mais bem respeitados e defendidos e que a UE tenha um papel a desempenhar no encontrar de uma solução para o conflito Israelo-Palestiniano.

Günter Verheugen, *Vice-Presidente da Comissão*. – (DE) Gostaria, de uma forma muito breve, de vos dar três questões para reflectir na conclusão deste debate.

Em primeiro lugar, e num debate sobre a nossa cooperação com Israel em que os direitos humanos e os problemas humanitários dos palestinianos são, com toda a razão, discutidos, não se devia, no entanto, esquecer que temos uma especial responsabilidade para com Israel. A nossa política para este país é determinada não apenas por interesses mas também pelo facto de a mera existência do Estado de Israel ter algo que ver com a História da Europa e daí resultar uma responsabilidade especial.

Uma segunda consequência deste facto é que a parceria que pretendemos estabelecer com Israel, ou que talvez já devêssemos ter alcançado, deve ser uma parceria fiável. Exigimos fiabilidade aos nossos parceiros israelitas e Israel tem também o direito de nos exigir o mesmo. Propusemos a Israel uma cooperação nestes

projectos e políticas e talvez vos interesse saber que existem boas razões para que Israel tenha sido o primeiro país – sublinho, o primeiro – a quem foi oferecido um plano de acção no quadro da Política Europeia de Vizinhança. Isto ocorreu em 2003 e fui eu próprio que tratei disso.

A última coisa que vos queria dizer é que estes programas e políticas que estamos a analisar não são um fim em si mesmo e têm uma base política mais profunda. Esta base política mais profunda visa mostrar a Israel que existe uma perspectiva de cooperação a longo prazo entre Israel e a Europa, uma perspectiva de que Israel necessita na fase pós-conflito. E Israel necessita disso para poder, em primeiro lugar, pôr termo ao conflito. A outra questão é que, apesar de estas iniciativas poderem ter uma dimensão reduzida, integram em si um conjunto de aspectos que nos permite promover projectos bilaterais e trilaterais. Estive recentemente na Jordânia, em Israel e na Palestina para discutir uma iniciativa que nos permitisse estabelecer uma política para as pequenas e médias empresas num quadro trilateral. Temos também projectos de investigação de cariz bilateral e isto significa que dispomos de um quadro instrumental para podermos ir além-fronteiras e alcançarmos precisamente aquilo que queremos: uma cooperação e a normalização nesta região em crise.

Vou abster-me de tirar qualquer conclusão sobre o que acabei de dizer. Peço-vos apenas que ponderem estes aspectos nas decisões que vierem a tomar.

Véronique De Keyser, relatora. – (FR) Senhor Presidente, gostaria de responder, em primeiro lugar, ao Senhor Comissário Verheugen. O Senhor Comissário afirmou, e com toda a razão, que temos particular responsabilidade para com Israel.

Aceitámos colectivamente essa responsabilidade, e ela é importante. Além disso, devem concordar em que é precisamente por termos essa responsabilidade para com Israel que temos, pelo menos, igual responsabilidade relativamente à actual situação dos Palestínianos.

Senhor Ministro Jouyet, nós partilhamos os mesmos objectivos. O Senhor Ministro enumerou, com toda a razão, uma série de questões importante que temos de solucionar a longo, médio e curto prazo. O Senhor Ministro usou um termo muito importante, quando disse que "é necessário que a situação de Gaza melhore com toda a urgência...". O Senhor Ministro usou a palavra "urgência". Nós pedimos um adiamento. Estamos a dar-nos a nós próprios tempo para vermos se essa urgência é, de facto, tida em conta. O Senhor Ministro acredita – e tem todo o direito de ter a sua opinião – que elevar o estatuto de Israel tornará mais fácil negociar com eles. Só gostaria de que tal fosse verdade, mas não consigo ver qualquer indício de que assim seja. Em todo o caso, já estamos em negociações há mais de um ano, desde Annapolis. Como sabe, os recursos do Parlamento são muito poucos.

Estamos a usar os meios de que dispomos para enviar a Israel um sinal amigável, dizendo: "Por favor, mexam-se!" Infelizmente, ontem não ouvi qualquer indicação por parte da Ministra Tzipi Livni de que isso irá acontecer. Aguardo, esperançada.

Gostaria também de lhe agradecer, Senhora Deputada Hybášková – V. Exa. não se encontrava presente quando principiei – e de lhe dizer que tem sido uma companheira exemplar, fiel aos seus compromissos, como nós iremos ser aos nossos, e que não permitirei aos senhores deputados que puseram em dúvida a relevância dos direitos humanos como fundamento da decisão de hoje para nos convencerem de que a razão está com eles. Isso é inadmissível! Quanto às censuras anti-semitas e outras críticas, que já escutei hoje e que, devo preveni-la, ainda iremos escutar mais, uma vez mais, são indignas do Parlamento Europeu!

Por que motivo havíamos de ser suspeitos, neste Parlamento Europeu, de estarmos a fazer manobras quando falamos de direitos humanos? Se é verdade que estes direitos estão a ser violados, trata-se de um assunto urgente.

Pessoalmente, respeito os compromissos que assumimos com os nossos parceiros políticos no que diz respeito aos assuntos externos. A meu ver, eles ainda são válidos. Todavia, realistamente, penso que o momento não é oportuno. Tivemos gestos amigáveis para com Israel, e continuaremos a ter, naturalmente. Não obstante, a nossa preocupação com a sorte dos Palestínianos continua viva e intensa.

(Aplausos)

Presidente. - Está encerrado o debate.

Nos termos do n.º 2 do artigo 103.º do Regimento, declaro que recebi uma proposta de resolução⁽¹⁾ para encerrar o debate.

A votação do relatório da senhora deputada De Keyser e a votação da proposta de resolução terão lugar num próximo período de sessões.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Bairbre de Brún (GUE/NGL), por escrito. – (GA) – Seria um mau sinal se a UE melhorasse neste momento as relações com Israel. Mostraria que a UE pretende ignorar violações graves, contínuas e persistentes dos direitos humanos e do direito internacional.

Seria quase como dizer que a UE dá a Israel a liberdade de continuar com as suas actividades repressivas e ilegais, com a deslocalização forçada da população, com execuções extrajudiciais, com a ocupação da Palestina e com um muro de separação ilegal e colonatos.

Devemos fazer a maior pressão possível sobre Israel para que cumpra as suas promessas à luz do direito internacional e das resoluções da ONU. Hoje, como eurodeputados que representam toda a Europa, devemos enviar uma mensagem vigorosa a Israel para que saibam que já basta.

Em 2002 o Parlamento Europeu votou a suspensão do Acordo de Associação UE-Israel devido às graves violações de direitos humanos. Apesar disso, fala-se agora da possibilidade de Israel fazer parte de um programa da UE que aborda a competitividade e a inovação económicas, embora Israel esteja deliberadamente a destruir a economia e as infra-estruturas de Gaza.

Acolho com agrado a decisão de cancelar a votação sobre a melhoria das relações entre a UE e Israel.

Athanasios Pafilis (GUE/NGL), por escrito. – (EL) A proposta do Concelho no sentido de dar um tratamento preferencial à promoção da já forte cooperação entre a UE e Israel – independentemente do facto de a votação do Parlamento Europeu ter sido adiada – representa, qualquer que seja a perspectiva, um desafio para os europeus e para todas as nações do mundo e um insulto para os milhares de vítimas da barbárie israelita.

Esta proposta perpetua, efectivamente, o apartheid israelita e recompensa a violação massiva por Israel das regras e leis internacionais e dos direitos humanos do povo palestiniano, a ocupação da Faixa de Gaza, da Cisjordânia e de Jerusalém Oriental, a continuação da construção do Muro da Vergonha e de um grande número de colonatos e ignora a resolução das Nações Unidas que condena Israel e a resolução adoptada em 2002 pelo Parlamento Europeu relativa à suspensão do Acordo de Cooperação entre a União Europeia e Israel.

Embora Israel prossiga a mesma política de sempre de há 60 anos em relação ao povo palestiniano que as nações e a ONU censuram, foi apresentada uma proposta provocadora que sugere que esqueçamos as violações flagrantes dos direitos humanos levadas a cabo pelas forças de ocupação israelitas.

Este aspecto demonstra, mais uma vez, que a UE, na sua hipocrisia no que concerne os direitos humanos, emprega dois pesos e duas medidas na sua política em função dos seus interesses em cada caso particular.

Marian Zlotea (PPE-DE), por escrito. – (EN) A aprovação da proposta de Acordo de Vizinhança com o Estado de Israel integraria Israel em determinados programas comunitários no quadro da Política Europeia de Vizinhança (PEV), uma política que visa promover a introdução de reformas e a estabilidade nas vizinhanças da União Europeia. Destinado a produzir efeitos de imediato, o acordo em causa obrigará Israel a efectuar contribuições financeiras para o orçamento da União Europeia em troca da participação em determinados programas comunitários. Depois de aprovado por ambas as partes, o acordo será revisto de três em três anos. O Acordo de Vizinhança constituirá um desenvolvimento do actual Acordo de Associação e representará um passo no sentido do reforço da cooperação na área do comércio e na busca de uma solução no âmbito do processo de paz israelo-palestiniano.

À luz da recente visita ao Parlamento Europeu do Ministro israelita dos Negócios Estrangeiros, que preconizou um estreitamento das relações políticas entre Israel e a UE, e do plano de acção recém-elaborado pelo Alto Representante, é de crer que a aprovação do presente Acordo de Vizinhança beneficie ambas as partes, mediante a melhoria da compreensão recíproca e a antecipação do advento da paz e da estabilidade no Médio Oriente e no Mediterrâneo.

(1) Ver Acta.

16. Medidas destinadas a melhorar o ambiente das PME na Europa - "Small Business Act" (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia a pergunta oral (O-0113/2008) apresentada pelas deputadas Edit Herczog, em nome do Grupo do Partido dos Socialistas Europeus, e Nicole Fontaine, em nome do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus, ao Conselho, sobre medidas para a melhoria do ambiente para as PME na Europa - "Small Business Act" (B6-0485/2008)

Edit Herczog, autora. - (EN) Senhor Presidente; todos nós, neste Parlamento, saudamos a obra realizada nos últimos cinco anos pela Comissão, e em especial pelo Comissário Verheugen, em cooperação com o Parlamento Europeu e as empresas europeias: obra que consiste na mudança da nossa aproximação às empresas europeias, e que tem agora um nome – o princípio "pensar primeiro em pequena escala", consignado na "Lei das Pequenas Empresas". Temos de trabalhar nessa lei.

A actual crise económica vem acentuar a urgência da adopção da "Lei das Pequenas Empresas". Os 23 milhões de empresas europeias e os dois terços dos assalariados europeus envolvidos precisam de um sinal inequívoco de que a mudança da nossa abordagem legislativa no sentido do "pensar primeiro em pequena escala" servirá efectivamente de base aos nossos trabalho e comportamento futuros.

A primeira indicação nesse sentido é a "prova das PME". Por conseguinte, devido à necessidade de emitirmos um sinal inequívoco, lastimamos muito que o Conselho não tenha atribuído força vinculativa às disposições da "Lei das Pequenas Empresas".

Esperamos sinceramente que no Conselho Europeu da próxima semana V. Exas. reexaminem esta questão e que os Primeiros-Ministros dos Estados-Membros atribuam algum tipo de força vinculativa a esta "Lei das Pequenas Empresas". Contudo, saudamos a decisão do Conselho relativa às acções prioritárias. Pensamos que é muito importante "pensar primeiro em pequena escala" para melhorar o acesso a meios de financiamento; muito importante "pensar primeiro em pequena escala" para simplificar o ambiente regulador, e muito importante "pensar primeiro em pequena escala" para facilitar o acesso ao mercado.

Pedimos à Comissão e ao Conselho que concertem a sua acção. Temos necessidade de uma resposta mais europeia. As iniciativas de grupos *ad hoc* de países podem ser muito eficazes, mas podem também gerar divergências, em lugar da coesão que desejamos no quadro do ideário europeu. Assim, é essencial que a Comissão aperfeiçoe os procedimentos de comunicação anual pelos Estados-Membros, com o apoio do painel de avaliação do processo de Lisboa, e pergunto ao Conselho se está preparado para o efeito.

Os cidadãos, empresários e trabalhadores europeus não precisam apenas de ideias; precisam também de inovação no plano dos nossos procedimentos, mas isso não é suficiente; precisam de acção, mas isso não chega ainda. Necessitamos de resultados que sejam fruto das nossas ideias, inovação e acção. Deitem mãos à obra, por favor. O Parlamento dar-vos-á o seu apoio.

Nicole Fontaine, autora. - (FR) Senhor Presidente, Senhor Ministro Jouyet, Senhor Comissário Verheugen, Senhoras e Senhores Deputados, o nosso grupo apoia entusiasticamente o projecto *Small Business Act*, que a Comissão nos apresentou no passado mês de Junho.

É verdade que, a partir do ano 2000, têm sido lançadas iniciativas destinadas às pequenas e médias empresas – das quais, me vem particularmente à memória, o excelente trabalho da senhora deputada Vlasto sobre a Carta das PME –, iniciativas que têm sido apreciadas, mas consideradas insuficientes, uma vez que, demasiado frequentemente, não passam de votos piedosos.

Hoje, temos de ir mais longe. A grave crise económica que está a fazer-se sentir nos nossos países, com consequências particularmente preocupantes para as PME, incita-nos a fazê-lo, como se para tal houvesse necessidade de encorajamento. A este respeito, a *Small Business Act* faz parte de uma nova, abordagem, determinadamente pró-activa.

Dentro de algumas semanas, iremos examinar o relatório da senhora deputada Herczog sobre a comunicação da Comissão. Hoje, porém, ao apresentar esta pergunta oral, optámos por recorrer ao Conselho.

Senhor Ministro Jouyet, foi com interesse que tomámos nota das conclusões adoptadas ontem pelo Conselho "Competitividade" e gostaríamos de saber se o Conselho Europeu de 11 e 12 de Dezembro irá, de facto, retransmitir estas conclusões e insistir em que o princípio geral director "pensar primeiro em pequena escala" seja rapidamente transposto para a legislação dos Estados-Membros.

Esperamos que o Conselho prossiga com base no plano de acção associado a esse princípio, acompanhado de medidas concretas. A este respeito, e no curto espaço de tempo de uso da palavra que me foi atribuído, desejo realçar três domínios em que temos necessidade de uma forte orientação.

Em primeiro lugar, análises de impacto sistemáticas e acompanhamento regular, controlado pelo Parlamento Europeu, do estatuto do *Small Business Act* nos Estados-Membros. Em segundo lugar, acesso a contratos públicos. O código de boa conduta não tem qualquer autoridade vinculativa. Juntos, temos de ser mais imaginativos, mais inventivos, e de propor medidas mais adequadas e mais práticas, que abram verdadeiramente às PME o acesso a estes contratos. Finalmente, o acesso ao financiamento, que, no actual clima, é mais imprescindível do que nunca.

As propostas que apresentou, Senhor Ministro Jouyet, são boas, mas deviam incluir apoio à oferta. Não há tempo a perder. Por favor, queira certificar-nos de quais são as intenções do Conselho.

Jean-Pierre Jouyet, *Presidente em exercício do Conselho*. – (FR) Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente McMillan, Senhor Comissário Verheugen, prezados membros do Parlamento, como as senhoras deputadas Herczog e Fontaine fizeram notar, o Conselho adoptou, na segunda-feira, conclusões sobre o *Small Business Act* para a Europa, proposto pela Comissão. Este *Small Business Act* representa um forte compromisso político em prol de 23 milhões de pequenas e médias empresas. Como a senhora deputada Fontaine sublinhou, constitui igualmente uma importante resposta à crise económica por que estamos a passar actualmente. Esse é o motivo por que, juntamente com Hervé Novelli, que lamenta não poder estar aqui connosco, estou convicto – para tranquilizar as senhoras deputadas Fontaine e Herczog – de que o Conselho Europeu irá manifestar um forte apoio político aos objectivos deste *Small Business Act*.

Tal como as senhoras deputadas acentuaram, o *Small Business Act* não pode resolver todos os problemas económicos, mas devia garantir que se tomem as medidas necessárias para fazer frente à crise financeira e ao consequente abrandamento económico. É esse o motivo por que, na segunda-feira, também adoptámos um plano de acção comprometendo os Estados-Membros a implementar estas medidas urgentes. Este acto é extremamente importante, e a Presidência francesa está particularmente satisfeita com este plano tão significativo. A senhora deputada Fontaine resumiu muito bem as fortes recomendações contidas no plano.

Em primeiro lugar, temos de considerar o problema do financiamento das PME. Deste ponto de vista, cumpre-nos elogiar os esforços do Banco Europeu de Investimento, uma vez que, entre 2008 e 2011, ele irá investir 30 mil milhões de EUR. Além disto, porém, temos também de assegurar a revisão da Directiva relativa ao atraso de pagamentos, de molde a aliviar os problemas do fluxo de tesouraria das empresas. O *Small Business Act* e o plano de acção propõem garantir que as PME sejam pagas dentro do prazo de trinta dias. Não sei se iremos conseguir alcançar este objectivo, mas estou convencido de que esta é a direcção que devíamos tomar. Reduzir o atraso dos pagamentos significa facilitar o fluxo de tesouraria das PME, numa época em que, na Europa, um em cada quatro casos de insolvência é causado por atrasos excessivos de pagamento.

Reforçar o mercado de capital de risco é outro factor importante, uma vez que, na Europa, este mercado é, como sabem, demasiado restrito, em comparação com o que acontece nos Estados Unidos. Temos planos para estabelecer um mecanismo de capital de risco, bem como o reconhecimento dos fundos de capital de risco entre os Estados-Membros.

A nossa outra prioridade, como as Senhoras Deputadas fizeram notar, é a simplificação. As PME sofrem ainda mais do que as grandes empresas com a burocracia e a carga administrativa que sobre elas pesam. É por esse motivo que temos, de facto, de implementar e aplicar o princípio "pensar primeiro em pequena escala", que consiste em considerar os interesses das PME em toda a legislação da UE.

Esperamos igualmente estabelecer um teste PME, e garanto-lhes que iremos levar a cabo uma análise de impacto, que será tornada pública, para cada texto comunitário que afecte as PME, sendo desejável que os Estados-Membros façam o mesmo. Além disso, comprometemo-nos a não pedir várias vezes a mesma informação às PME – por outras palavras, iremos procurar fazer tudo de uma só vez.

No que diz respeito ao financiamento e à simplificação, há medidas mais importantes. As PME devem poder beneficiar plenamente do mercado único, sobretudo da capacidade para exportar. É essa a razão por que a adopção do estatuto de empresa europeia irá permitir também às PME obter grandes benefícios desse mercado, mediante o estabelecimento das suas filiais nos diferentes mercados europeus.

Para responder às perguntas que me foram dirigidas, e à luz do pedido dirigido pelo Conselho "Competitividade" ao Conselho Europeu, o Conselho, ao mais alto nível, e a Comissão comprometeram-se

a controlar de perto este plano de acção, particularmente no contexto dos programas nacionais de reforma que acompanham o processo de Lisboa.

Estamos verdadeiramente muito satisfeitos com o impulso que, na passada segunda-feira, este plano de acção conseguiu dar a este trabalho. Com efeito, é convicção do Conselho que a política das PME constitui um dos principais domínios na nossa luta comum contra a crise económica e a favor de uma rápida recuperação da economia da União Europeia.

Günter Verheugen, *Vice-Presidente da Comissão*. – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores, no início da crise – e estamos no princípio de uma crise – a questão sobre o futuro das nossas pequenas e médias empresas na Europa tornou-se ainda mais importante. É que temos de reconhecer claramente o seguinte: os efeitos desta crise serão maiores nas pequenas e médias empresas do que nas grandes empresas muito simplesmente porque as mais pequenas não têm capitais próprios que lhes permitam sobreviver a um período mais longo de vacas magras.

Ora isto por sua vez implica que é crucial que o sinal que vamos dar às pequenas e médias empresas da Europa seja forte e claro. Assim sendo, quero exprimir a minha gratidão ao Sr. Jean-Pierre Jouyet e à Presidência francesa pelo generoso apoio dado ao *Small Business Act* e agradeço às Senhoras Deputadas Herczog e Fontaine por terem tomado a iniciativa de o discutirem aqui.

Este facto é importante porque se aguarda com grande expectativa o Conselho Europeu da próxima semana. O povo da Europa irá observar os Chefes de Estado ou de Governo na próxima semana e esperar a sua resposta, a sua resposta às questões "Como é que vamos atravessar esta crise? Como é que manteremos a nossa prosperidade? Como é que conservaremos os nossos empregos? Como é que preservaremos a nossa segurança?". 23 milhões de pequenas e médias empresas da Europa irão também olhar para Bruxelas e esperar a resposta dos Chefes de Estado ou de Governo. É por isso que estou tão satisfeito por o Senhor Presidente Jean-Pierre Jouyet ter acabado de dizer que o apoio do Conselho Europeu será forte e claro. E não há dúvida de que ambos concordamos que isto significa que iremos por certo encontrar nas conclusões do Conselho mais do que algumas palavras sobre este assunto, o que me deixa muito satisfeito.

A verdade é que esta política está apenas a dar os primeiros passos e o Parlamento Europeu tem aqui um papel muito importante a desempenhar, pois também aqui as palavras são uma coisa e as acções o que verdadeiramente conta. Em primeira linha as acções destinadas às pequenas e médias empresas realizam-se a nível nacional, regional e até local. Temos de garantir que os princípios consagrados na Europa serão aplicados na prática nos Estados-Membros e em todas as nossas regiões.

As pequenas e médias empresas não são suplicantes mas sim o núcleo da economia europeia. Só dando-lhes as condições de enquadramento de que agora necessitam é que elas serão capazes de desempenhar as suas tarefas no seio da nossa economia europeia.

Giles Chichester, *em nome do Grupo PPE-DE*. – (EN) Senhor Presidente; dada a importância de que se revestem as pequenas empresas para a economia nos planos do emprego e da criação de postos de trabalho, da iniciativa e da criação de riqueza, inovação, novos produtos e serviços, este é um momento muito oportuno para tratarmos de tentar impulsionar os seus esforços numa conjuntura difícil. Na UE o potencial e o desempenho das PME tendem a despertar entusiasmos. Na realidade, é bastante difícil ter uma atitude negativa a seu respeito. Contudo, o que está em causa nesta questão e na proposta de resolução é a necessidade de ir além da retórica e tomar medidas concretas.

Uma das prioridades identificadas é a necessidade de melhorar o acesso das PME a meios de financiamento. Essa é uma reivindicação crónica, dado que se trata de um problema de longa data. Mas na actual conjuntura de crise financeira, em que toda a actividade económica está a ser atingida por uma paralisação da actividade de concessão de crédito, o sector das PME, que tende a ocupar o fundo da "cadeia alimentar" em matéria de encomendas e de pagamentos, deve por certo ser o mais afectado. Como tal, apoio energicamente o apelo à adopção de medidas de reforço da oferta de meios de financiamento e de crédito. A questão é se os bancos darão a resposta necessária.

A minha experiência de trabalho e, ulteriormente, de gestão numa pequena empresa leva-me a considerar que será muito difícil definir formas de assistência e de apoio capazes de valerem a todo o universo das PME, dada a grande heterogeneidade que o caracteriza. Penso que a melhor ajuda reside no acesso à informação e, a meu ver, a Internet representa uma enorme mudança relativamente ao tempo em que me dediquei à actividade empresarial.

A segunda melhor coisa é deixar os responsáveis gerir as empresas sem interferências. Assim, reconhecendo que não é possível prescindir da regulação, apoio a prioridade da melhoria da qualidade da regulação, nomeadamente por ser uma tarefa que está ao alcance dos legisladores e dos governos. Apoio o apelo à tomada de medidas por parte da Comissão e dos Estados-Membros.

Neena Gill, em nome do Grupo PSE. – (EN) Senhor Presidente; as empresas de pequena dimensão têm uma importância fundamental na minha região. As indústrias das West Midlands receberão de braços abertos a consagração do princípio "pensar primeiro em pequena escala". Porém, a actual crise financeira deixou muitas pequenas empresas numa situação muito difícil. Como já ouvimos, elas debatem-se com problemas de liquidez e de cobrança de créditos e não conseguem contrair empréstimos. As estatísticas mais recentes apontam para a falência de 500 empresas da minha região nos últimos três meses. Consequentemente, sou favorável ao financiamento do BEI.

No entanto, não creio que as propostas já apresentadas sejam suficientes, no que toca ao carácter vinculativo – que poderia ser realmente útil ao sector das PME. Assim, a minha pergunta ao Conselho é a seguinte: como tenciona ele abordar esta questão na semana que vem? Tomei conhecimento da posição do Conselho "Competitividade", mas o importante é que, se as medidas não tiverem força vinculativa, não ajudarão as pequenas empresas no imediato; não as auxiliarão a aceder aos mercados ou a meios de financiamento.

Parece-me que já ouço dizer há muitos anos que é muito importante que o Conselho torne clara a sua intenção de reduzir os encargos administrativos. O ónus que impende sobre as pequenas empresas é muito avultado. Enquanto as grandes companhias gastam um euro por cada empregado, uma pequena empresa pode gastar até dez euros.

Para concluir, queria acrescentar um ponto apenas. A gestão das crises financeiras reveste-se de grande importância, mas é preciso fazer mais pelas PME de imediato, porque é delas que se compõe a economia real.

Šarūnas Birutis, em nome do Grupo ALDE. – (LT) As pequenas e médias empresas são o ADN da nossa economia; devem ser apoiadas, melhorando a competitividade e os níveis de emprego na Europa. O "Small Business Act" é uma iniciativa que precisa do apoio de todos os partidos políticos. É uma contribuição importante para as pequenas e médias empresas europeias tendo em conta a actual crise financeira e económica.

Temos aqui uma proposta de resolução que reflecte preocupações do Parlamento Europeu e obrigações para o Conselho.

Devemos esforçar-nos pela implementação efectiva do "Small Business Act" em todos os Estados-Membros. Para isso é necessário incluí-lo nos planos de acção e documentos legais nacionais e introduzir nos Estados-Membros um sistema de acompanhamento deste documento.

Devemos tomar medidas adicionais que garantam que o "Small Business Act" não tenha o mesmo triste destino da Carta Europeia das PME. Temos de perceber que os documentos orientadores "descansam" muitas vezes nas prateleiras dos burocratas nacionais, acabando por não se concretizar o seu propósito:

Créditos fiscais e incentivos a empresas em fase de arranque, microcréditos, garantias de crédito, capital de risco, disponibilização de informação e aconselhamento gratuitos, melhoria contínua da imagem e da autoridade do empresário, etc.

Os fins justificarão os meios; no entanto, é preciso esforço e coragem. Não tenho qualquer dúvida de que a aplicação do "Small Business Act" em toda a Comunidade ajudará a prevenir o declínio económico e social na Europa e a minorar as consequências da crise financeira.

Corien Wortmann-Kool (PPE-DE). – (NL) Antes de mais nada, gostaria de prestar homenagem à Presidência francesa pela sua presteza em tirar as devidas conclusões deste *Small Business Act*, de molde a que as coisas possam realmente começar a andar. Nós, neste Parlamento, respondemos imediatamente a esta atitude, procedendo a alterações do nosso procedimento. No fim de contas, nesta crise económica, todos temos de sair em defesa das PME na Europa, porquanto elas são a verdadeira razão de ser do *Small Business Act*.

Na Europa, temos de fazer muito melhor uso do potencial dos empresários. Gostaria particularmente de chamar hoje a atenção para o empresariado feminino, porque ele constitui um estranho paradoxo. As mulheres são muito melhores empresárias. É muito menos provável, ou os números assim o sugerem, as mulheres empresárias irem à falência.

Não obstante, ainda é muito mais difícil às mulheres empresárias terem acesso a crédito para iniciarem uma empresa. Cumpre que isto seja mais facilitado, uma vez que é desesperadamente necessário, o que significa ser necessário proporcionar às mulheres empresárias melhor acesso ao financiamento, bem como aos fundos existentes.

O micro-crédito também é um processo importante de melhorar a situação económica e a independência da mulher, e não em último lugar, da mulher pertencente a grupos minoritários. Na actual crise verificada no crédito, quando os bancos estão menos inclinados a conceder crédito, isto tornou-se muito mais difícil, o que constitui mais uma razão por que é importante que as garantias do Banco Europeu de Investimento se encontrem disponíveis, precisamente para o micro-crédito e para as mulheres empresárias.

É importante para as mulheres poderem iniciar as suas próprias pequenas empresas, para conseguirem conciliar efectivamente o trabalho e a família. Isto também é importante para o Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus. Saúdo o facto de as conclusões do Conselho já mencionarem especificamente o empresariado feminino. Continuem a trabalhar bem, diria eu.

Silvia-Adriana Țicău (PSE). – (RO) Aguardamos com interesse a adopção do quadro jurídico europeu para as pequenas e médias empresas. O Plano de relançamento da economia europeia abrirá caminho para novas fontes de financiamento de pequenas e médias empresas.

A redução da carga administrativa, o financiamento da formação profissional e a criação do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização são medidas que ajudarão a proteger os postos de trabalho e a promover o empreendedorismo. O Banco Europeu de Investimento disponibilizará 30 mil milhões de euros para financiar empréstimos solicitados pelas PME. Sou de opinião, porém, que este montante não é suficiente.

Considero que neste tempo de crise se impõe tomar as seguintes medidas urgentes: os procedimentos para a concessão de auxílios estatais devem ser simplificados; o período de tempo para a constituição de uma empresa deve cingir-se a três dias; e a liquidação, pelas instituições públicas, de pagamentos devidos a PME deve ser garantida no prazo máximo de 30 dias.

Saúdo a proposta da Comissão de promover a utilização da facturação electrónica, um investimento estimado em 18 mil milhões de euros. Torna-se necessário, também, desenvolver pólos ("clusters") competitivos de empresas que invistam na investigação e no desenvolvimento de novas tecnologias.

Dominique Vlasto (PPE-DE). – (FR) Senhor Presidente, Senhor Ministro Jouyet, Senhor Comissário Verheugen, todos sabemos que as pequenas e médias empresas constituem a coluna dorsal da União Europeia, uma vez que empregam mais de 70% da mão-de-obra da União Europeia e representam 99% das empresas europeias.

Como já ouvimos dizer, actualmente, estes milhões de PMA estão preocupadas e ameaçadas pela crise financeira, que está a corroer o poder de compra doméstico e a confiança, afectando, portanto, os livros de encomendas. É, portanto, o fluxo de tesouraria das PME que está em perigo, motivo por que temos de assumir a responsabilidade de apoiar as suas actividades, assegurando que os bancos garantam o acesso efectivo ao necessário financiamento, de molde a que as PME possam continuar activas.

Isto é a essência das conclusões do Conselho "Competitividade" de 1 de Dezembro, a que se referiu o senhor Ministro Jouyet, e do plano de recuperação adoptado pelo Ministro das Finanças Europeu. É fundamental fazer das necessidades das PME uma prioridade política permanente da União, pelo que saúdo o plano de acção de apoio ao *Small Business Act* para a Europa. Esse plano de acção reflecte o desejo de assegurar a aplicação do princípio director de, em primeiro lugar, dar prioridade às pequenas empresas, designadamente, às PME europeias.

Não obstante, tal como afirmou o senhor Comissário, com o que todos nós estamos de acordo, o Conselho tem de se unir às outras Instituições europeias, para que este princípio possa tornar-se realidade. Temos de ir além das palavras, e passar às acções, para o implementar em todas políticas e em todos os programas europeus.

Podemos dizer, porém, que este plano de acção constitui uma verdadeira resposta à urgência da situação. Senhor Ministro Jouyet, permita-me que aproveite a oportunidade para prestar homenagem à Presidência francesa, pela sua pró-actividade que permitiu que as intenções se transformassem rapidamente em acção.

PRESIDÊNCIA: MARTÍNEZ MARTÍNEZ*Vice-presidente*

Juan Fraile Cantón (PSE). - (ES) Senhor Presidente, solicitei o uso da palavra para felicitar a Comissão por esta iniciativa, que constitui um importante passo em frente na redução da burocracia e de outros obstáculos que as PME europeias são obrigadas a enfrentar diariamente.

O plano salienta a importância do papel que as PME desempenham na economia europeia. Não podemos esquecer, como foi já dito, que aproximadamente 23 milhões de pequenas e médias empresas desenvolvem a sua actividade no território da União, geram 70% do emprego e que cobrem todos os sectores de actividade.

O plano de acção para a redução dos encargos administrativos tem por objectivo reduzi-los em 25% até 2012. Não podemos obviar que a legislação em vigor gera encargos administrativos, com um custo estimado de 3,5% do PIB europeu em 2006. Este ambicioso objectivo é parte integrante de uma política empresarial mais vasta, que visa facilitar o acesso das nossas PME a outros mercados, melhorar o potencial de crescimento e promover o espírito empresarial.

É uma excelente ideia ajudar as nossas PME a desenvolver a sua actividade para lá das nossas próprias fronteiras. Além disso, um procedimento comum para a criação de empresas na UE irá favorecer o estabelecimento de filiais noutros países da União Europeia e permitir-lhes beneficiar das oportunidades abertas pelo mercado único.

Uma última observação: o principal problema das nossas PME hoje é o financiamento. Por conseguinte, acolhemos favoravelmente a proposta de diversificação dos instrumentos de apoio às PME apresentada pelo Banco Europeu de Investimento, para simplificar a sua utilização e alargar o seu âmbito de aplicação.

Jacques Toubon (PPE-DE). - (FR) Senhor Ministro Jouyet, quando a senhora deputada Nicole Fontaine ainda estava a fazer a sua pergunta já o Conselho estava a responder, o que é suficientemente raro para ser digno de nota.

De facto, há 48 horas atrás, o Conselho "Competitividade" examinou e apoiou o plano apresentado em Julho pela Comissão, enquanto o nosso Parlamento ainda está a examiná-lo. Isso constitui um êxito inegável para o Conselho, sob a Presidência francesa, e, pessoalmente, gostaria de lhe agradecer, Senhor Ministro Jouyet, e de prestar homenagem ao excelente trabalho realizado pelo Senhor Ministro e pelos seus colegas, particularmente pelo Senhor Ministro Novelli.

O êxito do Conselho é particularmente notável pelo facto de o plano da Comissão implicar para o Conselho a necessidade de lhe acrescentar um plano de acção, quer dizer, uma concretização no tempo, 3, 5 e 10 anos, dos princípios contidos no plano da Comissão.

Compreendo que, em termos práticos, o que temos a fazer agora é considerar as pequenas e médias empresas em primeiro lugar, em todas as legislações, em todas as medidas. Iremos fazê-lo com as empresas privadas europeias, com a última Directiva relativa aos pagamentos em atraso e, espero eu, com cortes nos índices do IVA, etc.

Para concluir, gostaria, contudo, de dizer simplesmente que, sobretudo, as PME não devem ser metidas num gueto – por outras palavras, que as regulamentações que introduzimos para as PME não sejam tão singulares que acabem por constituir uma desvantagem para elas. Estou de acordo com o que a senhora deputada Vlasto acaba de dizer. É óbvio que na actual situação, quando estas empresas têm tanta necessidade de financiamento, e quando obtê-lo é tão difícil, não devemos adoptar medidas em seu nome, como, por exemplo, isenção em matéria de garantia contabilística, que cortem os seus créditos, impedindo-as, portanto, de dispor de meios para operarem.

É por essa razão que as pequenas e médias empresas não são sub-empresas. Devem ser empresas como quaisquer outras, de importância fundamental para a economia europeia.

Pierre Pribetich (PSE). - (FR) Senhor Presidente, reconhecer o papel fundamental desempenhado pelas pequenas e médias empresas e apoiá-las incondicionalmente contra os problemas que possam dificultar o seu crescimento é o objectivo declarado e último do *Small Business Act*.

Como sabem, as pequenas empresas desempenham um papel inegavelmente crucial na paisagem económica europeia. Este apoio precioso para fazer crescer a empresa, o espírito de empresa, na Europa, é sancionado pelo princípio introduzido pela Comissão: "pensar primeiro em pequena escala".

Quem pode opor-se a isto? O que significa isto? Actualmente, 99% de todas as empresas são afectadas por este plano ambicioso. As duas coisas mais importantes em qualquer empresa não figuram na sua folha de balanço: a sua reputação e as pessoas.

Por que razão escolhi citar Henry Ford? Para dizer que, ao passo que nós vamos tornar a vida mais fácil para as PME, os seus funcionários continuam a constituir o coração da empresa, e que o *Small Business Act* também deve constituir uma possibilidade de promover o lugar dos seus funcionários na gestão dessas empresas. O *Small Business Act* devia, de facto, ser um sopro de ar fresco no seio dessas empresas, trazendo-lhe melhor reconhecimento da sua posição, melhor consideração das suas aspirações e de que em circunstância alguma podemos permitir que ele seja um *Small Business Act* "light", no que diz respeito à lei do trabalho.

Zita Pleštinšká (PPE-DE). – (SK) Num período de crise financeira, não é suficiente dizer palavras fortes. É necessário fazê-las acompanhar de atitudes concretas. Neste período crítico, temos de garantir às pequenas e médias empresas acesso a recursos financeiros, para que estas possam levar a cabo as suas actividades inovadoras, de forma a aumentarem a sua sofisticação tecnológica e, portanto, a sua competitividade.

É necessário reforçar o programa de micro-créditos e o fundo de capital de risco nesta área. É necessário criar condições para o investimento na infra-estrutura técnica para a investigação, o desenvolvimento e a inovação, com ligação às pequenas e médias empresas. Por isso, congratulo-me com o pacote de 30 mil milhões de euros destinado a empréstimos a pequenas e médias empresas acordado pelo Conselho ECOFIN.

Estou presentemente a preparar um relatório sobre o regulamento respeitante à introdução de produtos de construção no mercado. Estou a trabalhar muito intensamente com pequenas e médias empresas e acredito que conseguirei preparar uma legislação bastante adequada para as mesmas.

Ewa Tomaszewska (UEN). – (PL) As empresas classificadas de pequenas e médias têm de cumprir a lei tal como todas as outras empresas, embora, por via de regra, não estejam em posição de contratar os serviços de um consultor jurídico ou de consultores financeiros experientes. Por outro lado, são as pequenas e médias empresas que criam o maior número de empregos. Daí o ser tão importante apoiar este sector, simplificando a regulamentação que lhe é aplicável e proporcionado formação, entre outras acções. Na hora da crise é especialmente importante facilitar o crédito. Possivelmente, o Fundo de Solidariedade da União Europeia poderá ajudar, garantindo estes créditos. Apoio a adopção da Carta Europeia das Pequenas Empresas e felicito a Presidência francesa.

Ilda Figueiredo (GUE/NGL). - Senhor Presidente, o apoio urgente às micro, pequenas e médias empresas exige que haja uma mudança substancial na política que tem sido praticada de modo a criar um ambiente favorável, designadamente melhorando o poder de compra da população e, em especial, os salários dos trabalhadores.

Mas não basta anunciar medidas e a abertura de linhas de crédito. É necessário que esses apoios cheguem efectivamente às micro e pequenas e médias empresas, e não fiquem no caminho da burocracia. É preciso que não acabem a apoiar apenas algumas médias empresas e esqueçam as micro e pequenas que desempenham um papel fundamental na actividade económica e no emprego de trabalhadores, cujos direitos devem, também, ser sempre garantidos em todo este processo.

Jim Allister (NI). - (EN) Senhor Presidente; o título desta pergunta fala de melhorar o ambiente das PME. Permita-se-me que sugira que, se a UE deseja realmente ajudar, e não entregar-se a um exercício previsível de retórica, há uma medida imediata e com alcance concreto que pode tomar. Porque não estabelecer umas "férias de regulação" a favor das PME, até ao fim da presente crise global? O cumprimento das imposições da regulação comunitária é tão exigente, tão oneroso e caro, que está a fazer estiolar a produção e a prosperidade da UE. O custo é insustentável. É da ordem dos milhares de milhões por ano. Com umas "férias de regulação", podíamos poupar milhares de milhões às empresas anualmente de uma penada e dar-lhes possibilidades de crescerem.

Paul Rübig (PPE-DE). - (DE) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores, tenho uma pergunta para o Senhor Comissário Verheugen: está a Comissão preparada para elaborar a base jurídica de uma rubrica orçamental no orçamento para o exercício de 2009 ou 2010? A segunda pergunta é a seguinte: seria possível dar prioridade a planos de acção que estão agora a tornar-se cada vez mais prováveis tendo em conta a crise financeira e a actual necessidade de apoio das pequenas e médias empresas pelo facto de precisamente agora, como resultado da crise financeira, o *Small Business Act* se ter tornado especialmente importante? Considera o Senhor Comissário que estamos prontos para iniciar imediatamente um programa de acção neste domínio?

Jean-Pierre Jouyet, *Presidente em exercício do Conselho*. – (FR) Senhor Presidente, gostaria de agradecer a todos os oradores que, no decurso deste debate, por um lado, deram o seu apoio ao *Small Business Act*, e, por outro, insistiram no seu controlo rigoroso e obrigatório. Pessoalmente, também estou interessado em assegurar aos oradores que falaram em garantir que a ajuda financeira será dirigida às pequenas e médias empresas: a ajuda do Banco Europeu de Investimento será, de facto, reservada para o efeito.

Estejam certos de que, no que diga respeito ao Conselho Europeu, os Ministros irão transmitir esta mensagem aos Chefes de Estado ou do Governo e de que, na qualidade de Presidência, iremos defender a sua aplicação mais rigorosa possível. Iremos fazer tudo quanto estiver ao nosso alcance para garantir que o *Small Business Act* e o seu plano de acção gozem do mais manifesto apoio político a alto nível. Tal como afirmou o senhor deputado Toubon, cumpre ter cuidado para se garantir que as medidas específicas e os métodos de simplificação não tenham como consequência o enfraquecimento das garantias, no que diz respeito às pequenas e médias empresas. Considero que isto é importante.

Finalmente, um sinalzinho à senhora deputada Wortmann: gostaria de lhe dizer que estou particularmente consciente do apoio que é necessário dar às empresas femininas. Todas as noites me recordam isso, porque a minha mulher também dirige uma pequena empresa. Estou, portanto, perfeitamente consciente do problema e a Senhora Deputada pode contar com a Presidência e comigo próprio para garantir que às suas palavras se seguirão acções, sem que, evidentemente, haja o menor conflito de interesses, e digo-o aqui perante todos.

Gostaria de apresentar os meus mais calorosos agradecimentos ao Senhor Vice-Presidente da Comissão, Günter Verheugen, e a todos os da Comissão por tudo o que fizeram – todos temos trabalhado muito estreitamente durante esta Presidência para o bem das pequenas e médias empresas –, a V. Exas. por participarem neste debate, bem como à senhora deputada Fontaine pela pergunta que apresentou. Gostaria ainda de, uma vez mais, dizer que o Parlamento Europeu irá ser determinante para este processo e para o seu seguimento.

Günter Verheugen, *Vice-Presidente da Comissão*. – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores, muito obrigado pelo muito amplo consenso demonstrado neste debate, não apenas em relação aos objectivos da nossa política para as pequenas e médias empresas mas também em relação aos passos que estamos a dar para atingir esses objectivos.

Gostaria de responder rapidamente às questões que foram levantadas. Senhor Deputado Chichester, o Banco Europeu de Investimento já deu uma resposta positiva. Estavam previstos 15 mil milhões de euros em créditos até 2011, que passaram agora a 30 mil milhões, o que representa uma duplicação do montante. Além disso, as PME dispõem naturalmente de outros instrumentos financeiros no seio da União Europeia, sobretudo relacionados com os Fundos Estruturais. Quero também salientar que todos os principais projectos europeus são concebidos de modo a que as pequenas e médias empresas tenham um acesso privilegiado a estes projectos.

No que se refere à questão da redução de custos, tenho o prazer de vos informar que o Programa de Acção para a Redução dos Encargos Administrativos na União Europeia está a desenrolar-se de acordo com o previsto. O próximo grande passo será agora uma proposta de reintrodução da facturação electrónica (*e-invoicing*), como foi aqui pedido, que levará de facto a uma poupança na ordem dos 18 mil milhões de euros por ano para as pequenas e médias empresas.

No caso da proposta de directiva relativa aos problemas de atrasos nos pagamentos, a Directiva relativa aos atrasos de pagamento, os trabalhos estão bastante adiantados e este mesmo Parlamento irá poder analisar esta proposta.

Quanto à questão do Senhor Deputado Rübig: que autoridade executiva recusaria uma oferta de verbas por parte do Parlamento? Receio, contudo, que não estejam a oferecer-nos qualquer verba mas sim uma rubrica orçamental com uma dotação de zero euros. Se puderem disponibilizar-nos uma rubrica orçamental com uma grande verba adicional façam-no, mas não vejo possibilidade de isso se concretizar.

Assim sendo, acredito que nesta altura faz mais sentido uma optimização dos programas e projectos que temos em curso de modo a que eles sirvam para financiar o *Small Business Act*. Tal é sobretudo válido para o Programa para a Competitividade e Inovação, cujo responsável sou eu, mas aplica-se também aos principais Fundos Estruturais, e mesmo ao Programa de Desenvolvimento Rural e ao Programa-Quadro de Investigação e Desenvolvimento. Na generalidade vejo oportunidades substanciais para usarmos estes programas na promoção das pequenas e médias empresas no seio da União Europeia.

Presidente. - Nos termos do n.º 5 do artigo 108.º do Regimento, declaro que recebi uma proposta de resolução⁽²⁾ para encerrar o debate.

Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quinta-feira, dia 4 de Dezembro de 2008, às 12H00.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Adam Bielan (UEN), por escrito. – (PL) Melhorar a situação das pequenas e médias empresas na Europa e apoiar a Carta Europeia das Pequenas Empresas é muito importante em termos do desenvolvimento do empreendedorismo e da economia da União Europeia. É especialmente o caso das pequenas e médias empresas, que empregam mais de metade dos cidadãos da União Europeia e representam 99% das empresas da União, no seu conjunto. Infelizmente, porém, tenho muitas dúvidas quanto à implementação da Carta Europeia das Pequenas Empresas.

Na Polónia, por exemplo, houve promessas de planos ambiciosos para reduzir a carga administrativa, simplificar as disposições e eliminar a legislação redundante. No entanto, a situação nos serviços governamentais não mudou. Os empresários continuam a ter de lidar com funcionários incompetentes e procedimentos desnecessários. Para além disso, continua a haver burocracia excessiva, o que restringe significativamente a actividade empresarial.

Até agora, ainda nenhum serviço público dispõe de portal na Internet. Estes portais servem para facilitar o registo de empresas, para a apresentação de declarações fiscais ou alfandegárias, e para a recolha de dados estatísticos. Todas estas operações poderiam ser levadas a cabo electronicamente. Se não tornarmos os nossos procedimentos mais eficazes e não reformarmos os serviços governamentais, não conseguiremos cumprir os compromissos da Carta Europeia das Pequenas Empresas. Consequentemente, não poderemos dar o apoio adequado às PME.

Lidia Joanna Geringer de Oedenberg (PSE), por escrito. – (PL) As pequenas e médias empresas (PME) têm uma importância fundamental para a economia europeia, para a sua competitividade e para os níveis de emprego. Com mais de 100 milhões de postos de trabalho criados, as PME contribuem para o crescimento económico. Além disso, são os principais motores de desenvolvimento regional e de inovação, e promovem a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

As PME da União Europeia ainda têm uma produtividade e uma taxa de crescimento inferiores às dos EUA, as quais aumentam o número de empregos numa média de 60% nos primeiros sete anos de actividade, em comparação com aproximadamente 10-20% na Europa.

A Carta Europeia das Pequenas Empresas, lançada pela Comissão Europeia em Junho do ano passado, introduz pela primeira vez um quadro estratégico abrangente para as PME, concedendo-lhes condições iguais e esforçando-se por melhorar o seu enquadramento jurídico e administrativo na UE.

Uma pergunta urgente surge dentro deste contexto: tenciona o Conselho apoiar formalmente a Carta Europeia das Pequenas Empresas, e irão os Estados-Membros assumir um compromisso vinculativo para a sua implementação?

É de importância crucial definir quais os passos que o Conselho se propõe tomar para dar às PME acesso seguro a financiamento neste tempo de crise financeira.

Richard Seeber (PPE-DE), por escrito. – (DE) Os mais de 23 milhões de pequenas e médias empresas são correctamente descritos como a coluna vertebral da economia da União Europeia mas, apesar do seu significado, as PME ainda não conseguem tirar pleno partido do mercado interno, e sobretudo fazer face a dificuldades burocráticas. O *Small Business Act* é um importante passo para tornar as PME mais competitivas e lhes dar a oportunidade de realizarem as suas potencialidades. O sucesso do princípio da “melhor legislação” não é, neste contexto, o único factor decisivo. Nas pequenas e médias empresas deve ser também reforçada a sensibilização para as oportunidades proporcionadas pela integração europeia, e o Programa de Intercâmbio para Empresários é uma boa abordagem nesta matéria.

As medidas financeiras do *Small Business Act* afiguram-se sobremodo importantes para a promoção das PME. À luz da difícil situação económica actual é obrigatório que as PME mantenham os seus empregados. As

(2) Ver Acta.

simplificações nos concursos públicos, o combate aos atrasos de pagamento ou as possibilidades de contracção de empréstimos e criação de novas empresas são instrumentos que se afiguram eficientes neste domínio. De um modo geral, o *Small Business Act* protege a estrutura empresarial europeia, que alcançou a maturidade e leva a que as PME europeias estejam prontas para concorrerem nos mercados internacionais.

17. Exportação de armas (código de conduta) (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia a declaração do Conselho sobre exportação de armas (código de conduta).

Jean-Pierre Jouyet, *Presidente em exercício do Conselho.* – (FR) Senhor Presidente, como disse, estamos muito atrasados e gostaria de pedir desculpa aos senhores deputados por isso.

Vou abrir este debate, mas, infelizmente, tenho outros compromissos e, dado o carácter inesperado do atraso, não vou poder eximir-me a eles. Por conseguinte, pedirei ao Secretariado-Geral do Conselho que tome o meu lugar no debate e que forneça à Presidência, naturalmente, um relatório muito circunstanciado das suas conclusões.

Gostaria de chamar a vossa atenção, minhas senhoras e meus senhores, para o facto de que a transformação do Código de Conduta numa posição comum é um objectivo importante para a Presidência francesa e que é necessário dar uma base jurídica à abordagem responsável adoptada pelos Estados-Membros no que diz respeito às exportações de armas, assim como aumentar os pontos de convergência entre as nações.

A vossa resolução de 13 de Março demonstra que partilham também o nosso ponto de vista sobre esta questão. As discussões foram retomadas nas últimas semanas. Estamos a fazer todos os possíveis para obter progressos nesta matéria antes do final da Presidência francesa. A adopção de uma posição comum constituirá um instrumento que irá contribuir para possibilitar a execução de uma política responsável concebida, em particular, para evitar que essas exportações sejam utilizadas para fins de repressão interna ou agressão internacional e para impedir que alimentem a instabilidade regional.

Estamos convictos de que a iniciativa da União, no âmbito das Nações Unidas, de estabelecer um tratado sobre o comércio de armas irá ganhar credibilidade, assim que o nosso próprio sistema de controlo da transferência de armamento se torne juridicamente vinculativo, e apoiamos o parecer desta Assembleia que salienta a urgência da conversão do Código de Conduta num instrumento juridicamente vinculativo.

Apoiamos também o vosso parecer sobre a necessidade de estabelecer um controlo efectivo das operações de corretagem de armas. Os Estados-Membros acordaram que os compromissos relativos ao intercâmbio de informações previstos na posição do Conselho de 2003 devem ser postos em prática através do mecanismo estabelecido no âmbito do Código de Conduta.

Assim, embora alguns Estados-Membros ainda não tenham adoptado a legislação necessária para a transposição desses compromissos para o direito nacional, posso garantir-vos que todos os Estados possuem normas neste domínio. A tarefa agora é actualizar esses regulamentos, para que eles sejam totalmente compatíveis com a posição comum do Conselho.

A adopção de uma regulamentação comum relativa ao controlo das exportações, sob a forma de uma posição comum, irá também permitir que os Estados-Membros reforcem o seu próprio controlo das operações de corretagem de armas. A circulação ilegal de armas é outro problema que nos preocupa e a estratégia da UE sobre armas ligeiras e de pequeno calibre indica claramente a necessidade de agir, a fim de impedir ou dificultar o fluxo ilegal de armas. Esta acção foi reforçada em Viena, a 6 de Dezembro de 2007, durante a reunião dos 40 Estados participantes no Acordo de Wassenaar sobre o controlo das exportações de armas convencionais e de produtos e tecnologias de dupla utilização.

A Presidência defende a ideia de analisar a possibilidade de alargar estas boas práticas à circulação desestabilizadora de armas ligeiras e de pequeno calibre, nomeadamente por via marítima. Apesar do atraso na adopção de uma posição comum, gostaria de salientar o facto de o Código de Conduta ser um instrumento particularmente eficaz que tem dado um contributo significativo para a harmonização das políticas nacionais dos Estados-Membros, no domínio do controlo das exportações de armas e, neste sentido, gostaria também de salientar que a harmonização é facilitada pelo guia do utilizador, que fornece orientações seguidas pelos funcionários responsáveis por esta área. Este guia é actualizado regularmente, fornecendo, pois, um contributo prático muito significativo para os esforços de harmonização das políticas nacionais neste domínio.

Para concluir, gostaria de dizer que estamos a trabalhar em conjunto para a criação de uma abordagem responsável às exportações de armas e gostaria de agradecer ao Parlamento Europeu a sua cooperação nesta matéria.

Podem contar com o empenhamento tanto do Conselho como da Presidência.

Stefano Zappalà, *em nome do Grupo PPE-DE.* – (IT) Senhor Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhoras e Senhores Deputados, lamentavelmente, os actos terroristas perpetrados desde 2001, o último dos quais teve lugar na Índia por estes dias, e os vários conflitos abertos em muitas partes do mundo tornam este tema do comércio de armas particularmente relevante para o presente e o futuro num sentido amplo. Acontece com demasiada frequência que grandes intenções expressas na forma de declarações de princípios não se traduzem, subsequentemente, em acções concretas. É óbvio para todos que este é um tema sensível, que envolve processos industriais e comerciais importantes, pelo que é compreensível a dificuldade que pressupõe para todos os Estados, em particular para os Estados-Membros, ratificar um sistema de controlo e de regulamentação. Todavia, a pressão dos acontecimentos e o facto de se saber que existe tráfico ilegal de armas tanto interno como externo convertem a regulamentação de forma juridicamente eficaz deste tema numa prioridade. Uma rápida ratificação do código de conduta conferirá também um sentido real à directiva em curso de elaboração sobre as transferências intracomunitárias de produtos relacionados com a defesa.

Lamento que o Presidente em exercício do Conselho tenha abandonado o hemiciclo, embora, de acordo com as suas palavras, tudo está a correr bem. Por esta razão, não abordarei outras questões que tinha preparado. Com efeito, não creio que tudo esteja totalmente bem. Por conseguinte, penso que o compromisso que o Senhor Ministro assumiu aqui esta noite, como tantos outros compromissos assumidos por tantos outros noutras circunstâncias, deve ser convertido, à medida que se aproxima o final da Presidência francesa, num estímulo profundo, particularmente na próxima semana, para que o código de conduta possa ser finalmente ratificado por todos os Estados-Membros. Seria significativo se a França pudesse consegui-lo, em vez de simplesmente o anunciar aqui nesta Câmara não tendo depois resultados concretos para mostrar.

Presidente. – Senhor Deputado Zappalà, o Senhor Presidente em exercício do Conselho teve, efectivamente, de abandonar o hemiciclo. Gostaria de apresentar desculpas em seu nome, porque ele tinha mesmo de apanhar um comboio. Com efeito, o debate ultrapassou o tempo que lhe foi atribuído e ele não pode estar agora connosco. Todos nós sabemos como o Senhor Presidente em exercício do Conselho desempenhou de forma exemplar o seu trabalho ao longo deste semestre; esta Câmara é que regista um atraso. Asseguro-lhe que os funcionários do Conselho que se encontram aqui presentes transmitirão à Presidência todas as observações que fez e as que os outros deputados farão.

Ana Maria Gomes, *em nome do Grupo PSE.* – Senhor Presidente, a resolução que hoje debatemos demonstra que existe consenso, neste Parlamento, sobre qual deve ser a política de exportação de armamento dos países membros da União Europeia. Os seis maiores grupos políticos estão unidos na defesa de uma só lista de critérios juridicamente vinculativos para a exportação europeia de armamento: os oito critérios do Código de Conduta.

Todos concordam em apelar à Presidência francesa para que resolva o impasse que existe há três anos e que só a França pode resolver. Ouvimos o Senhor Jouyet dizer há pouco que a França é agora a favor de um Código de Conduta juridicamente vinculativo. Ouvimos do Ministro da Defesa francês, ontem, na Comissão de Negócios Estrangeiros, que uma proposta recente do seu país de transformar o Código de Conduta em posição comum tinha esbarrado na falta de consenso no Conselho. O que o Ministro não referiu foi que a proposta francesa veio ligada ao levantamento do embargo de armas à China – e foi isto que levou à rejeição da proposta francesa por vários Estados-Membros. A confirmar-se esta estratégia, este assunto vai representar uma mancha negra numa agenda de segurança e defesa da Presidência francesa, que, de resto, se distingue pela ambição e pelo dinamismo europeísta.

Perante a crescente integração europeia na área da política externa, cada vez menos se justifica a política do “cada um por si” na área da exportação de armamento. É verdade que o Código de Conduta já é levado a sério em muitas capitais, mas temos de pôr fim a uma situação em que os países europeus, que sistematicamente guiam as suas exportações pelos critérios dos direitos humanos, do desenvolvimento sustentável e estabilidade regional, se vêem em desvantagem em relação aos seus pares que aplicam estes mesmos critérios de forma selectiva.

As Presidências europeias passam, a necessidade de a Europa se munir de critérios comuns para a exportação de armamento fica, como fica, também, a posição coerente deste Parlamento a favor de uma posição comum.

Renate Weber, *em nome do Grupo ALDE*. – (EN) Senhor Presidente; este ano comemora-se o décimo aniversário do Código de Conduta da União Europeia relativo à Exportação de Armas. Mas, embora tenha constituído um sucesso na altura, hoje temos de manifestar a nossa frustração e amargura por ele não ter sido dotado de força jurídica vinculativa.

Já decorreram três anos desde que o Grupo de Trabalho do Conselho sobre a exportação de armas chegou a um acordo técnico relativo a uma posição comum. De quantos anos necessitará ainda o Conselho Europeu para adoptá-lo? Como podemos nós, União Europeia, ter credibilidade para condenar o tráfico de armas ilegais, se não somos capazes de arrumar a nossa própria casa?

Precisamos de um código de conduta juridicamente vinculativo, se pretendemos dificultar a transferência intracomunitária de armas, sob pena de permitirmos que os negociantes de armas se sintam tentados a procurar o elo mais fraco na Europa. Sempre que tratamos de exportações de armas, devemos pensar ao mesmo tempo nas vidas humanas em jogo nos países instáveis. Senão, facilmente podemos ser acusados de alimentar conflitos localizados em regiões vulneráveis do mundo, em lugar de promover a sua resolução.

Saúdo o anúncio do ministro francês da defesa de que a França retirou a reserva que tinha levantado à posição comum. Será a Presidência francesa capaz de persuadir os outros Estados-Membros que ainda se lhe opõem? Só me resta esperar que sim, e fazer votos de que nas próximas duas semanas a Presidência francesa logre, com a adopção da posição comum, averbar mais um grande triunfo no seu mandato.

Raül Romeva i Rueda, *em nome do Grupo Verts/ALE*. – (ES) Senhor Presidente, a verdade é que estou indignado, porque teria preferido fazer uma intervenção entusiasta e felicitar a Presidência francesa por ter concretizado o que ouvimos há nove Presidências que era necessário, a saber, a adopção de uma posição comum sobre a exportação de armas. Digo que ouvimos o mesmo há nove Presidências porque desde a Presidência holandesa, em 2004, que nos prometeram que este trabalho seria feito.

Sabemos que, do ponto de vista técnico no COARM (Código de Conduta da União Europeia relativo à Exportação de Armas), o trabalho está realizado. O que teria gostado de ouvir hoje era que foi já tomada a decisão no sentido de os Ministros assinarem, por fim, o documento.

Lamento, por conseguinte, ouvir que ainda não estamos nessa fase e lamento ainda mais constatar que o motivo que lhe subjaz é que esta decisão está a ser associada a outra que é preocupante: o levantamento do embargo de armas à China. As duas questões, como afirmámos reiteradas vezes, são questões separadas, nada têm a ver uma com a outra. Penso que condicionar uma à outra não contribuiu para o que debatíamos: a paz e o controlo das exportações de armas.

Tobias Pflüger, *em nome do Grupo GUE/NGL*. – (DE) Senhor Presidente, as armas servem para matar. A razão da exportação de armamento que aqui estamos a debater é a vontade de matar outras pessoas, os inimigos. Ora isto nunca é referido neste debate.

Há dez anos que dura o debate sobre se este código de conduta é juridicamente vinculativo. Tal como os meus colegas deputados, eu tinha esperança de ouvir finalmente dizer que sim, que tínhamos atingido esse ponto, mas é evidente que ainda o não atingimos. Fui entretanto informado de que foi evidentemente incluída na directiva uma cláusula de exclusão para simplificar a transferência de produtos relacionados com a defesa no seio da UE, e portanto é óbvio que o que se deseja é que existam lacunas no cariz juridicamente vinculativo das exportações de armamento. Ora não se pode permitir que tal aconteça e também devem ficar abrangidas as mercadorias com dupla finalidade.

Quero enfatizar claramente, mais uma vez, que estamos aqui a tratar do fornecimento de armamento pela União Europeia – que é agora o maior exportador mundial de armamento – e que, se estas armas forem entregues, irão também ser usadas em algum momento. E quando forem usadas serão choradas lágrimas de crocodilo. Precisamos que este código de conduta juridicamente vinculativo veja finalmente a luz do dia e espero que isso seja possível antes do fim da Presidência francesa do Conselho.

Justas Vincas Paleckis (PSE). – (LT) Há dez anos, a União Europeia acordou num Código de Conduta relativo à exportação de armas que, infelizmente, não está a ser aplicado. O Conselho, reunindo à porta fechada, não consegue adoptar uma posição comum. Seria muito importante saber que países o estão a bloquear, enquanto se permitem ter grandes lucros com o sangue e as lágrimas de seres humanos.

Em Março, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução nesta matéria. No entanto, no momento em que falamos, as armas fabricadas em países da União Europeia são encaminhadas, numa corrente ilegal crescente,

para zonas de conflito, caindo nas mãos de criminosos. É um paradoxo que essas armas vão parar também a países cujo desenvolvimento a UE apoia fortemente.

Os países da Presidência do Conselho Europeu – a França e talvez também a República Checa a completá-la – devem fazer os possíveis por aprovar o Código de Conduta relativo à exportação de armas, a fim de impedir a transferência irresponsável de armas da UE para criminosos. Se não o conseguirem, os partidos que o impediram devem ser identificados.

Jan Cremers (PSE). – (NL) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quando assinalámos o 10º aniversário do código de conduta para a exportação de armas da UE, verificámos que, infelizmente, se não tinha registado qualquer progresso na conversão deste código voluntário num instrumento juridicamente vinculativo. Há anos, que, tendo em conta a crescente internacionalização da indústria das armas, o Parlamento Europeu tem vindo a defender a tradução deste código de conduta em legislação vinculativa para os Estados-Membros.

Actualmente, o Parlamento Europeu está a discutir uma proposta de directiva, tendo em vista a criação de um mercado interno para produtos da defesa. Nas discussões deste assunto, o Grupo Socialista no Parlamento Europeu defendeu mais transparência e sanções eficazes, em caso de incumprimento das obrigações. A este respeito, o nosso grupo fez, uma vez mais, referência ao código de conduta. Todavia, em consequência da falta de um quadro jurídico, não podemos, actualmente, fazer mais do que convidar os Estados-Membros a procederem dentro do espírito desse código.

Temos necessidade de regras mais rigorosas para a exportação de componentes de armas, para a transferência de produtos através de empresas comuns, e para a reexportação de artigos militares para países terceiros. Só no ano passado, países ocidentais, metade dos quais europeus, venderam armas a países em desenvolvimento num montante calculado em 42 mil milhões de dólares. Isto tem de mudar. A União Europeia devia dar bom exemplo, sobretudo neste domínio.

Ioan Mircea Paşcu (PSE). – (EN) Senhor Presidente, o décimo aniversário da aprovação do Código constitui simultaneamente uma oportunidade para celebrarmos e uma motivação para prosseguirmos os nossos esforços no sentido de o tornar vinculativo. No entanto, o facto de o cumprimento do Código ainda ser de natureza voluntária dez anos após a sua aprovação revela a complexa rede de interesses económicos, comerciais e políticos que enfrentamos. Por conseguinte, a nossa superioridade moral que resulta do facto de pedirmos que a aplicação do Código seja obrigatória não é suficiente. Necessitamos de estudar este conjunto de interesses de forma profissional e exaustiva, para podermos identificar formas eficazes de convencer os exportadores e fabricantes de armas e os políticos a mudarem de opinião. Por conseguinte, conforme referi, simples apelos baseados unicamente no aspecto moral nunca serão suficientes, por muito que se façam ouvir.

Presidente. – Nos termos do n.º 2 do artigo 103.º do Regimento, declaro que recebi quatro propostas de resolução⁽³⁾ para encerrar o debate.

Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quinta-feira, dia 4 de Dezembro de 2008, às 12H00.

18. Intervenções de um minuto sobre questões políticas importantes

Presidente. – Seguem-se as intervenções de um minuto sobre questões políticas importantes.

Vamos ser muito rigorosos e vamos retirar a palavra aos oradores assim que decorrer um minuto. Há 31 deputados inscritos, embora muitos, ou pelo menos alguns, não se encontrem presentes. Não se trata do procedimento “*catch the eye*”, mas sim de um período para conceder a palavra aos oradores que a solicitaram para intervenções de um minuto.

Dragoş Florin David (PPE-DE). – (RO) Em Novembro, a Comissão Europeia apresentou o seu relatório de 2008 sobre a República da Macedónia. Este relatório sublinha os progressos efectuados no ano transacto, mas não prevê uma data específica para o início das negociações de adesão.

(3) Ver Acta.

Creio que os progressos realizados nos domínios da economia, da reforma administrativa e da reforma judicial, a par da actual situação nos Balcãs Ocidentais, dão à República da Macedónia o direito de esperar que seja estabelecida uma data para o início das negociações de adesão em 2009. Isto dependerá da realização, por parte do Parlamento e do Governo da República da Macedónia, de mais esforços sustentados e responsáveis visando criar um clima de democracia, a fim de assegurar condições transparentes e democráticas para as eleições locais e presidenciais que terão lugar em Março de 2009.

Por outro lado, gostaria de solicitar à Comissão Europeia que tome em consideração os progressos realizado pela República da Macedónia ao longo dos últimos anos, bem como as responsabilidades assumidas pelo Parlamento e o Governo da República da Macedónia. A Comissão deveria igualmente traçar um plano de acção com vista à supressão da obrigação de visto para os cidadãos da República da Macedónia ...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Marusya Ivanova Lyubcheva (PSE). – (BG) Gostaria de chamar a atenção para o sancionamento da Bulgária pela Direcção-Geral Alargamento por causa da revogação das creditações de duas agências, às quais tinham sido atribuídos recursos do fundo de pré-adesão da UE. Os esforços desenvolvidos pelo Governo Búlgaro devem ser considerados como uma aceitação incondicional das condições estabelecida pela UE. O elevado nível de harmonização do quadro legislativo, as alterações à lei dos concursos público, ao Código Penal, a nova lei relativa aos conflitos de interesse, as alterações ao nível do pessoal e o envolvimento de todos os recursos nacionais na melhoria do sistema destinado à gestão e monitorização de fundos comunitários constituem uma garantia do empenhamento real do governo. Não se pode afirmar que a revogação das creditações tenha sido a melhor medida, podendo inclusivamente parecer um aviso à navegação em relação ao próximo alargamento da UE. A obrigação de cumprir os critérios da UE deve traduzir-se no tratamento igual de todos os países bem como na cooperação para a resolução de problemas. O Governo da Bulgária está a levar a cabo uma política firme no combate à ...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Marco Cappato (ALDE). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, as autoridades do Governo tibetano no exílio emitiram o memorando, o documento e as propostas para uma verdadeira autonomia do Tibete, que apresentaram às autoridades chinesas durante as negociações. Constitui uma prova viva – como se isso fosse necessário – de que as autoridades chinesas mentiram e continuam a mentir quando sustentam que o verdadeiro objectivo do Dalai Lama e das autoridades tibetanas é alcançar a independência. O Dalai Lama será nosso convidado amanhã e dirigir-se-á a este Parlamento. Trinta e cinco deputados iniciarão a partir da meia-noite, daqui a muito pouco tempo, uma greve de fome de 24 horas, um jejum em apoio ao Dalai Lama. Sua Santidade informou-nos hoje que também ele participará desse jejum. Penso que, neste momento, esta é a forma mais concreta que a Presidência do Parlamento necessita para apoiar e conduzir...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Ewa Tomaszewska (UEN). – (PL) Senhor Presidente, o Parlamento Europeu não cumpre o princípio da não discriminação. O multilinguismo desta Casa também não é respeitado. Houve casos de discriminação linguística em reuniões das comissões e das delegações parlamentares. Especialmente perturbador é o não anunciado acesso limitado à interpretação durante as audições ou as votações sobre alterações orais. Enquanto o Regimento não proibir o início das reuniões até que se encontrem satisfeitas todas as exigências de interpretação, tais incidentes continuarão a ocorrer.

Além disso, os serviços financeiros não fornecem a informação nas línguas dos deputados do Parlamento a quem a informação é dirigida. O impacto financeiro dos equívocos resultantes é suportado pelo próprio deputado. Existe igualmente discriminação linguística deliberada no EuroNews. Por isso, gostaria de sugerir que o serviço EuroNews seja co-financiado apenas com contribuições dos Estados em cujas línguas é transmitido...

(O Presidente retira a palavra à oradora)

Pedro Guerreiro (GUE/NGL). – Senhor Presidente, pugnando pela defesa da produção e do emprego com direitos no sector do têxtil e do vestuário, gostaria de utilizar esta oportunidade para fazer uma denúncia e um apelo.

Uma denúncia relativamente ao crescente número de empresas que encerram ou deslocalizam a sua produção, ao aumento do desemprego e de situações de brutal intensificação da exploração dos trabalhadores, que caracterizam a liberalização deste importante sector.

Um apelo para que o Parlamento Europeu agende um debate de urgência sobre a situação do sector do têxtil e do vestuário nos diferentes Estados-Membros, nomeadamente tendo em conta a expiração do sistema comum de vigilância entre a União Europeia e a China, que termina a 31 de Dezembro de 2008, e, igualmente, para avaliar o seguimento que foi dado às suas recomendações aprovadas há cerca de um ano.

Urszula Krupa (IND/DEM). - (PL) Senhor Presidente, se me é permitido, utilizarei a plataforma que o Parlamento Europeu constitui para solicitar apoio para a iniciativa de círculos patrióticos polacos a pedir que 25 de Maio, o dia em que o Capitão Pilecki foi fuzilado, seja denominado o Dia Europeu dos Heróis da Luta contra o Totalitarismo.

Um historiador britânico, o Professor Michael Foot, considerou o Capitão Pilecki um dos seis mais corajosos participantes do movimento de resistência na Segunda Guerra Mundial. Witold Pilecki, um oficial do exército polaco que tomou parte na Campanha de Setembro durante a ocupação alemã da Polónia, organizou um movimento de resistência em Auschwitz, para onde foi como prisioneiro voluntário.

Após a sua fuga do campo nazista, combateu na Revolta de Varsóvia e no 2º Corpo do Exército polaco em Itália, e, no seu regresso à Polónia comunista, foi detido pelos serviços de segurança comunistas e colocado na prisão, onde foi torturado, condenado à morte e fuzilado no dia 25 de Maio de 1948.

O capitão Pilecki dedicou a sua vida à luta contra as ditaduras criminosas do século XX.

Jim Allister (NI). - (EN) Senhor Presidente, na passada segunda-feira, durante a sua visita a Belfast, o Presidente Pöttering entusiasmou-se com o apoio da UE ao eufemístico "centro de transformação de conflitos", no local da antiga prisão de Maze, onde alguns dos terroristas mais desprezíveis e cruéis foram devidamente encarcerados. Foi também aí que dez terroristas do IRA condenados se suicidaram durante a greve de fome que levaram a cabo. Talvez o Senhor Presidente não se tenha apercebido de que, devido a estes factos, os republicanos irlandeses – que adoram a autocomiseração – estão determinados a efectuar a sua própria transformação no referido centro e transformá-lo num santuário em memória de alguns dos mais perversos terroristas que esta geração conheceu. Daí que seja um disparate a UE cair na armadilha de financiar uma tal obscenidade e uma loucura o Senhor Presidente ...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Nicolae Vlad Popa (PPE-DE). - (RO) No domingo, 30 de Novembro, teve lugar um acontecimento histórico na Roménia: a derrota da esquerda nas eleições gerais, onde foi pela primeira vez utilizado o sistema de membro único.

O Partido Democrata Liberal conquistou o maior número de lugares no parlamento e poderia, juntamente com os outros partidos de centro-direita, os Liberais Nacionais e o partido étnico húngaro UMDR, formar uma maioria confortável para apoiar um governo dirigido por um Primeiro-Ministro do Partido Democrata Liberal.

Lamentavelmente, os socialistas romenos anunciaram prematuramente que haviam vencido as eleições. Com efeito, alguns dirigentes socialistas no Parlamento Europeu e até chefes de governo foram induzidos em erro por tal informação. É óbvio, pois, que a posição destes dirigentes mudará face ao verdadeiro resultado das eleições na Roménia.

Neena Gill (PSE). - (EN) Senhor Presidente, em nome da Delegação para as Relações com a Índia, gostaria em primeiro lugar de apresentar as minhas sinceras condolências às famílias e amigos de todos os que pereceram nas horríveis atrocidades terroristas da semana passada em Bombaim e desejar uma rápida recuperação a todos os que ficaram feridos. Gostaria igualmente de manifestar a minha solidariedade para com os colegas e funcionários do Parlamento Europeu que se viram envolvidos nestes horríveis e ultrajantes ataques. Escrevi ao Primeiro-Ministro indiano, bem como ao Primeiro-Ministro do Estado de Maharashtra para lhes manifestar a nossa solidariedade.

Os ataques coordenados deste tipo destinam-se a espalhar o medo e a suspeita entre os cidadãos e a testar o empenho da democracia em valores profundamente enraizados. É por isso que exigem uma reacção firme da parte de todos os que prezam a democracia e o direito internacional. Por conseguinte, congratulo-me com as firmes declarações de apoio à Índia do Presidente Pöttering. Enquanto Parlamento, devemos agora passar das palavras aos actos concretos para apoiar as necessidades da Índia.

Marco Pannella (ALDE). - (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, penso que, neste momento, deveríamos estar mais conscientes do facto de que, quando falamos do Tibete e do Dalai Lama,

estamos fundamentalmente a falar de nós próprios. Há poucos dias, foi feito o simples anúncio de que o Presidente Sarkozy ousava pretender avistar-se com o Dalai Lama na Polónia. Todavia, nem sequer fomos ouvidos, fomos dispensados, sem termos qualquer oportunidade para uma reunião. A comunidade europeia mais alargada permite-se acolher, falar, receber e ouvir o Dalai Lama. Porquê, Senhor Presidente? Penso que a resposta é bastante clara. Sabemos que 80% dos europeus, se fossem consultados como um povo europeu único, estariam a favor do Dalai Lama...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

László Tókécs (Verts/ALE). - (HU) Senhor Presidente, em 1009, já lá vão mil anos, o Rei Santo Estêvão da Hungria criou a diocese de Gyulafehérvár na Transilvânia. Este importante acontecimento na história da igreja é simbólico do facto de a Hungria, após a sua conversão ao Cristianismo, se ter tornado então membro da Europa. Nos séculos XVI e XVII, Gyulafehérvár era a capital do principado independente da Transilvânia e a região tornou-se símbolo de tolerância e liberdade religiosa. Em 1918, a Assembleia Nacional da Roménia, reunida em Gyulafehérvár, proclamou o direito da minoria húngara da Transilvânia à autodeterminação após a anexação da Transilvânia à Roménia. A Roménia mantém essa obrigação perante a Europa em virtude desta decisão. No espírito da Gyulafehérvár, recomendo que o milénio da arquidiocese ...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Marcin Libicki (UEN). - (PL) No dia 27 de Dezembro, celebraremos o 90º aniversário da Revolta de Wielkopolska. Graças à vitória desta revolta, a velha província polaca de Wielkopolska, ou Grande Polónia, tornou-se parte da nova Polónia que então surgiu. O êxito custou caro. Foi pago com o sangue de mais de 2 000 mortos e 20 000 feridos. Nós honramos a sua memória.

Ilda Figueiredo (GUE/NGL). - A pretexto da crise do capitalismo, começam a surgir cada vez mais processos de chantagem dos trabalhadores, impondo-lhes condições que levam à perda de direitos adquiridos. Exemplos significativos são os que envolvem o Centro de Produção de Mangualde da Peugeot/Citroën e a Unidade de Cacia, Aveiro, da Renault, ambos na área da indústria automóvel, em Portugal.

Nos dois casos foram atribuídos elevados apoios financeiros comunitários e nacionais, visando a defesa do emprego e com a condição de criarem mais postos de trabalho. No entanto, neste momento, a administração da Peugeot/Citroën, em Mangualde, quer destruir direitos conquistados e consignados nas leis laborais, pressionando os trabalhadores a aceitarem condições lesivas que afectam a sua vida. Na Unidade da Renault, em Cacia, a administração decidiu reduzir a produção este ano e prepara-se para não renovar contratos de trabalho a termo, apesar de se ter comprometido a aumentar...

(O Presidente retira a palavra à oradora)

Desislav Chukolov (NI). - (BG) Este 27 de Novembro fez 89 anos que a Bulgária foi ultrajada através da assinatura do Tratado de Neuilly que desmembrou territórios à nossa pátria, territórios esses que são hoje habitados por indivíduos que possuem uma autoconsciência búlgara. Estes territórios, situados dentro das fronteiras da actual Sérvia e Macedónia, deveriam ser devolvidos à jurisdição Búlgara, visto a Sérvia e a Macedónia não poderem ser considerados sucessores do Estado Servo-Croata-Esloveno. A Sérvia não foi reconhecida como sucessora do estado da Jugoslávia, nem pela ONU nem pela comunidade internacional, enquanto a antiga República Jugoslava da Macedónia não viu sequer reconhecido o seu nome constitucional. Nós, os patriotas do Ataka, insistimos para que a questão da devolução dos Territórios Ocidentais fique resolvida antes de se iniciarem as negociações de adesão à UE com a Sérvia e que a adesão da Macedónia à UE apenas ocorra depois de resolvida a questão da devolução da região de Strumica à Bulgária.

Romana Jordan Cizelj (PPE-DE). - (SL) Gostaria de me pronunciar sobre determinadas medidas previstas pela Comissão, sobre as quais li nos meios de comunicação e para as quais alguns dos meus eleitores também me chamaram a atenção. Trata-se de medidas que, supostamente, proporcionariam aos cidadãos financiamento para a compra de carro novo. Uma tal medida, o que promoveria, efectivamente, seria o consumismo; proporcionaria ajudas directas à indústria automóvel e seria contrária às nossas políticas ambientais. Também me preocupa a questão de saber quem será responsável pelo desmantelamento e a reciclagem destes automóveis.

Solicito, pois, à Comissão que comece, como fez no passado, por promover o desenvolvimento e a produção de veículos não poluentes – sendo as substituições introduzidas gradualmente com base em critérios ambientais –, e que, em simultâneo, forneça informações claras aos cidadãos sobre como o plano de relançamento da economia se coaduna com as nossas políticas ambientais e em matéria de clima.

Proinsias De Rossa (PSE). - (EN) Senhor Presidente, na noite de hoje gostaria de fazer uma intervenção de um minuto porque receio que a Ryanair esteja prestes a apresentar na Irlanda uma proposta de aquisição da Aer Lingus, a companhia aérea nacional. Se a aquisição for por diante, resultará na criação de um monopólio privado de companhias aéreas no mercado irlandês.

A Comissão rejeitou esta proposta numa ocasião anterior e apelo à Senhora Comissária Neelie Kroes para que a volte a rejeitar. Considero que se trata de uma proposta predatória e que a aquisição desta companhia aérea pela Ryanair não seria benéfica para a economia irlandesa, uma vez que se trata de uma empresa que não tem qualquer lealdade para com a economia irlandesa.

Sylwester Chruszcz (NI). - (PL) Senhor Presidente, gostaria de chamar a atenção da Assembleia para um evento extraordinário que teve lugar em Julho passado em Brody, na Ucrânia. Foi ali inaugurado um monumento dedicado aos soldados da assassina Divisão Galizien das Waffen-SS. Considero incrivelmente escandaloso que no século XXI, na hora de reconciliação entre nações, um grupo de pessoas com simpatias de cariz abertamente nacionalista e fascista possa glorificar uma unidade assassina responsável pela morte de milhões de europeus, incluindo os meus próprios compatriotas que pereceram em 1943-1945 no genocídio planeado na Ucrânia Ocidental.

Não tenho a mínima dúvida de que a maioria dos ucranianos compartilha a minha preocupação em relação a este assunto. Também sinto que as autoridades ucranianas não podem permanecer indiferentes perante esta tentativa escandalosa de reescrever a história. Apelo igualmente ao Parlamento e às Instituições da UE ...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Anna Záborská (PPE-DE). - (SK) No dia 10 de Dezembro, o mundo comemorará o 60.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Sua Santidade, o Dalai Lama, visitará o nosso Parlamento amanhã. A China foi um dos países que assinaram a Declaração, contudo viola os direitos humanos de homens, mulheres e crianças.

Enquanto Presidente da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros, quero lembrar-vos a política do filho único, que oferece uma prova clara da natureza totalitária e não democrática do regime na China. Esta política viola claramente uma série de direitos humanos. Permitam-me que mencione apenas alguns deles: assassinio de raparigas que são indesejadas no contexto da selecção do sexo, tráfico de seres humanos e escravatura sexual, roubo de crianças, negação da existência legal de crianças da segunda gravidez e de gravidezes subsequentes, crianças abandonados, violência contra mulheres grávidas, abortos forçados, problemas após o aborto e suicídios de mulheres. O mundo democrático deveria expressar claramente as suas reservas em relação à política chinesa e monitorizar...

Silvia-Adriana Țicău (PSE). - (RO) Na Roménia, foi a esquerda que ganhou as eleições, pois recebeu o maior número de votos e a maior percentagem nas eleições de domingo. Este é um facto que não pode ser ignorado nem distorcido.

O dia 3 de Dezembro é o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. Uma em cada quatro famílias tem uma pessoa com deficiência entre os seus familiares. No actual contexto de crise económica e financeira, quase todos os dias nos chegam notícias de milhares de despedimentos nos Estados-Membros. Nesta conjuntura difícil, a situação para as pessoas com deficiência agrava-se.

Como é que as pessoas com deficiência podem encontrar um emprego com um salário que lhes permita uma vida condigna, quando milhares de outras pessoas sem qualquer deficiência estão a perder o emprego? Solicito à Comissão que adopte urgentemente medidas específicas destinadas a apoiar as pessoas com deficiência.

Importa atribuir particular atenção a determinadas situações raras que provocam incapacidade física ou mental. Faço votos de que em 2009, o ano da inovação, invistamos mais em investigação destinada a identificar ...

(O Presidente retira a palavra à oradora)

Colm Burke (PPE-DE). - (EN) Senhor Presidente, todos os Estados-Membros devem adoptar legislação que criminalize a prática da mutilação genital feminina (MGF). Devem igualmente ser implementadas medidas que dêem resposta às necessidades de mulheres e jovens pertencentes a novas comunidades de imigrantes que estejam em risco de sofrer MGF.

Congratulo-me com o recente compromisso assumido pela Irlanda, um dos 15 Estados-Membros da UE que adoptaram um plano de acção nacional contra a MGF. Estima-se que mais de 2500 mulheres que vivem na Irlanda sofreram MGF noutros países. O plano irlandês destaca os riscos que a MGF representa para as mulheres e jovens e estabelece objectivos políticos para abordar as suas consequências nocivas.

As estatísticas revelam igualmente que das 9624 mulheres residentes na Irlanda que são originárias de países onde se pratica a MGF, 26,9 % foram submetidas a alguma forma de MGF. A adopção de uma lei que proíba totalmente a MGF é decisiva para a erradicação desta prática.

Csaba Sógor (PPE-DE). – (HU) Um verdadeiro diálogo entre culturas e povos acontece quando todas as partes são livres de usar a sua língua materna e exercer os seus direitos individuais ou colectivos. Hoje e amanhã o Parlamento Europeu está a manifestar a sua solidariedade para com o povo tibetano. Mais de 500 pessoas juntaram-se à manifestação silenciosa pela liberdade dos tibetanos para que possam usar a sua língua materna, praticar a sua religião e gozar de verdadeira autonomia.

Existem na União Europeia minorias étnicas tradicionais que não podem estudar ou usar livremente a sua língua materna e não possuem autonomia cultural ou territorial. Além disso, existem países que reintroduziram o conceito de culpa colectiva, remanescente da Segunda Grande Guerra, ou países que continuam a fundamentar-se nas leis comunistas da década de 40 para garantir os direitos das minorias étnicas tradicionais.

A acção da União Europeia a favor das minorias que vivem em território chinês pode ser eficaz, se ...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Zita Pleštinšká (PPE-DE). – (SK) Vivemos num período de grandes oportunidades, assim como de grandes ameaças. Os homens podem destruir muito mais rapidamente do que construir. Os ataques terroristas em Mumbai, na Índia, que custaram a vida a duas centenas de civis inocentes, voltaram a mostrar-nos que a capacidade humana de destruir não conhece limites. O terrorismo é uma nova guerra sem fronteiras e sem frentes, pelo que o receio das armas nucleares e biológicas não é infundado.

A Europa constitui um modelo de coexistência de pessoas provenientes de culturas e religiões diferentes. A sua herança cristã dá-lhe a responsabilidade pela paz mundial e uma oportunidade para se tornar uma fonte de esperança para uma coexistência pacífica e para o respeito mútuo. Por isso, “A Europa de Bento na Crise de Culturas” consiste num conjunto de recomendações que o Papa Bento XVI oferece à Europa, no seu livro. Acredito que a Europa não ignorará, mas, antes, cumprirá estas recomendações.

Avril Doyle (PPE-DE). – (EN) Senhor Presidente, na União Europeia, o sector da reciclagem tem um volume de negócios de 24 mil milhões de euros e emprega mais de 500 000 pessoas. É constituído por 60 000 empresas e, a nível mundial, a UE tem cerca de 50 % de quota de mercado no que respeita à indústria dos resíduos e reciclagem.

No entanto, este sector está actualmente em crise devido ao colapso dos preços dos materiais reciclados nos mercados mundiais e a actividade das empresas de resíduos está-se a tornar economicamente inviável.

Dada a importância deste sector para o consumo e a produção sustentáveis na UE, gostaria de apelar à Comissão para que ponha em prática sem demora as recomendações constantes do relatório do Grupo de Trabalho da Reciclagem da própria Comissão, elaborado como preparação para a comunicação intitulada “Uma iniciativa em prol dos mercados-piloto na Europa”.

Presidente. – Está encerrado o debate.

19. Mecanismo de resposta rápida ao aumento dos preços dos produtos alimentares nos países em desenvolvimento (debate)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia o relatório (A6-0396/2008) do deputado Gay Mitchell, em nome da Comissão do Desenvolvimento, sobre uma proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que institui uma facilidade de resposta rápida ao aumento dos preços dos produtos alimentares nos países em desenvolvimento (COM(2008)0450 - C6-0280/2008 - 2008/0149(COD)).

Gay Mitchell, relator. – (EN) Senhor Presidente, o instrumento no domínio alimentar começou por ser uma proposta da Comissão para fazer face à subida dos preços dos alimentos, que provocou distúrbios em alguns países. Propunha-se utilizar os mil milhões de euros que restaram dos subsídios agrícolas para melhorar a

situação nos países em desenvolvimento através de factores de produção e redes de segurança de emergência. Esperava-se que as verbas fossem desta forma inteiramente adicionais no que respeita aos fundos de desenvolvimento existentes. Hoje, cinco meses mais tarde, atingimos esses mil milhões, mas de uma forma completamente diferente da que estava originalmente prevista.

Há duas sextas-feiras atrás, participei na reunião de concertação orçamental com os meus colegas da Comissão dos Orçamentos e do Conselho, onde finalmente conseguimos chegar a um compromisso relativamente ao financiamento do Regulamento que institui uma facilidade de resposta rápida ao aumento dos preços dos produtos alimentares nos países em desenvolvimento. As últimas questões problemáticas que subsistiam foram resolvidas na segunda-feira seguinte, no âmbito de um diálogo entre o Parlamento, a Comissão e o Conselho.

O acordo final em matéria de financiamento tem a seguinte forma: mil milhões de euros de financiamento ao longo de um período de três anos, 2008-2010, através do instrumento de flexibilidade que representa 420 milhões de euros; reafectação, a título da rubrica 4, “acções externas”, representa outros 240 milhões de euros; aumento da reserva para ajudas de emergência em 240 milhões de euros relativamente a 2008. Este aumento exige uma revisão do acordo interinstitucional. Este montante é adicional relativamente a outros 100 milhões de euros que provêm da reserva para ajudas de emergência existente. Uma vez que a reserva para ajudas de emergência é constituída por contribuições dos Estados-Membros, o reforço do financiamento apenas será adicional se os Estados-Membros não compensarem as suas contribuições através de uma redução equivalente a nível dos orçamentos nacionais.

Foi sugerido que a Comissão dos Assuntos Externos, bem como outras entidades, terão manifestado algum descontentamento devido ao co-financiamento através do fundo de estabilidade. A Comissão dos Assuntos Externos poderá estar descontente com este facto, mas foi provavelmente o melhor acordo que se poderia alcançar dadas as circunstâncias.

Embora eu apoie o compromisso que agora alcançámos, fiz questão de mencionar as limitações do processo e respectivas consequências, por uma questão de honestidade e para destacar – conforme fiz em ocasiões anteriores – a situação absurda em que governos do mundo inteiro facultam muitos milhares de milhões de dólares para salvar bancos, ao mesmo tempo que, só à custa de muito esforço, 27 Estados-Membros e o orçamento da União Europeia no seu conjunto conseguem disponibilizar mil milhões de euros para as pessoas mais pobres do mundo.

Penso que fizemos o melhor que estava ao nosso alcance no espaço de 100 dias. Conseguimos as verbas e elaborámos o regulamento, mas não se trata de mil milhões inteiramente adicionais. O conteúdo do presente relatório inclui o facto de o texto de compromisso ter já sido aceite por todos os Estados-Membros no COREPER e estão nele incluídos os elementos fundamentais do meu relatório, bem como as alterações efectuadas pelos meus colegas da Comissão do Desenvolvimento.

O regulamento é limitado no tempo. Estará em vigor até final de 2010 e centra-se na luta contra a crise a curto prazo. O seu objectivo é aumentar a produção agrícola. Impede a dispersão de fundos, na medida em que limita a sua atribuição a uma lista restrita de países altamente prioritários. Alarga igualmente o leque de possíveis organizações de execução e assegura a responsabilização parlamentar. Foram adicionadas ao regulamento duas declarações que ajudam a assegurar a sua correcta execução.

Penso que, no fim de contas, fizemos o nosso melhor, a nível do Conselho, do Parlamento e da Comissão. Conseguimos concretizá-lo em 100 dias. Apresentámos a lei ao Parlamento e vamos votá-la amanhã. O acordo já foi conseguido. Obtivemos o financiamento. Nesse contexto, gostaria de prestar homenagem à colaboração com que pudemos contar por parte do Conselho e da Comissão, em especial do Senhor Comissário Michel, que pretendia verdadeiramente que estas verbas fossem adicionais.

Gostaria igualmente de agradecer ao secretariado da Comissão do Desenvolvimento, em especial a Guido Van Hecken e Anne McLauchlan, bem como a Eoin Ó Seanáin e Oliver O’Callaghan, do meu próprio gabinete, que foram muito úteis em todo este processo. Em última análise, considero que foi um bom trabalho, o melhor que podíamos ter feito.

Presidente. – Obrigado, Senhor Deputado Mitchell. Felicito-o pelo seu relatório e por um tema extremamente importante e admirável, que permitirá o reforço da reputação do Parlamento Europeu no mundo como um factor de progresso e de solidariedade.

Vamos dar agora a palavra ao Senhor Comissário Michel. Como as senhoras deputadas Oviir e Goudin e eu próprio, também ele acaba de regressar do outro lado do mundo, a 14 000 km de distância, e vai dar-nos

conta, em nome da Comissão, da reunião que mantivemos na Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE. Vejo que está em boa forma hoje, Senhor Comissário.

Louis Michel, *Membro da Comissão*. – (FR) Senhor Presidente, senhor deputado Mitchell, minhas senhoras e meus senhores, a crise alimentar tem tido um grave impacto nos países em desenvolvimento.

Julgo que, como o senhor disse e tem demonstrado através das suas acções, a Europa tinha a obrigação moral de responder rapidamente e isso é tanto mais verdade quanto esta crise tem sido acompanhada por uma grave crise financeira e económica, cujos efeitos desastrosos nos países em desenvolvimento iremos em breve, infelizmente, poder calcular, porque eles poderão muito bem envolver, no mínimo, a supressão da ajuda pública ao desenvolvimento. Teremos, no entanto, oportunidade de retomar este assunto.

Parece-me que as nossas três instituições – Parlamento, Conselho e Comissão – conseguiram vencer o desafio de trabalhar com rapidez nesta facilidade destinada a permitir uma resposta rápida ao aumento dos preços dos produtos alimentares nos países em desenvolvimento.

Gostaria de vos agradecer em nome do Senhor Presidente Durão Barroso e da Comissão. Os meus agradecimentos especiais também ao relator, o senhor deputado Mitchell, pelo seu excelente trabalho, bem como aos senhores deputados Böge e Le Foll pelos contributos que deram em representação da Comissão dos Orçamentos e da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, respectivamente.

Como sabem, lamentamos a recusa em utilizar as margens disponíveis no âmbito da rubrica 2. No entanto, permanecemos realistas, dada a perspectiva de obter acordo relativamente a um bom texto. Não posso deixar de dizer que o texto de compromisso que irão votar amanhã é efectivamente bom: por um lado, porque inclui devidamente as vossas alterações e as alterações feitas pelo Conselho e, por outro lado, porque mantém os três elementos-chave da nossa posição.

Em primeiro lugar, uma resposta de mil milhões de euros, e ninguém parece ter tido qualquer dúvida séria sobre a nossa estimativa das necessidades. Em segundo lugar, sempre se entendeu que esta resposta devia ser concentrada num período de tempo muito curto. Nós propusemos um período de dois anos, mas poderíamos aceitar três. Finalmente, o objectivo era restaurar a produção agrícola nos países mais afectados pelo aumento de preços ou, por outras palavras, salvar as colheitas no futuro imediato.

Quais são os próximos passos depois da votação de amanhã e da decisão do Conselho de 16 de Dezembro? Julgo que a coisa mais importante será a execução prática. Em Janeiro de 2009, a Comissão proporá as decisões iniciais de financiamento do projecto, porque eu creio que precisamos claramente de pôr as coisas em marcha muito rapidamente. O principal objectivo é salvar a produção agrícola da campanha de 2009. Assim, vamos fazer todo o possível para garantir que a maioria dos compromissos financeiros é executada em 2009 e tem efeito nos factores de produção agrícola, por exemplo, para a campanha de 2009.

Conforme acordado, o plano geral de execução da facilidade ser-vos-á apresentado num futuro muito próximo e, em todo o caso, até ao final de Abril de 2009. Esta facilidade surgiu graças à vontade política das nossas três instituições e a sua aplicação rápida e eficaz exigirá, naturalmente, essa mesma vontade partilhada.

László Surján, *relator de parecer da Comissão dos Orçamentos*. – (HU) Senhor Presidente, a Comissão dos Orçamentos estava consciente da responsabilidade moral da União Europeia para com os países que se debatem com dificuldades. Contudo, Senhor Comissário, V. Exa. não precisa lamentar nem por um momento que não tenhamos conseguido encontrar o dinheiro para este nobre objectivo no Capítulo 2.

Não vale a pena lamentar esse facto, pois temos a mesma responsabilidade moral para com os agricultores europeus, a quem andamos a dizer há meses que não há dinheiro para isto ou para aquilo e que os agricultores dos novos Estados-Membros vão ter ainda de esperar 10 anos até receberem igual tratamento. Os fundos tinham de ser encontrados noutro lado, na fonte adequada e, como afirmou o relator, fomos bem sucedidos nisso. Penso que fizemos um bom trabalho e que podemos estar orgulhosos.

A Comissão dos Orçamentos ainda enfrentou outro problema. Não ficámos convencidos de que – como também afirmou o Comissário – a Comissão tenha respondido rapidamente e de que a sua proposta seja adequada em todos os aspectos. Consideramos lamentável que o conceito de microcrédito não tenha sido mencionado na proposta original. A Comissão dos Orçamentos considera que é muito difícil determinar em Bruxelas, ou na sede de qualquer outra instituição internacional, como é que uma ou outra região ou agricultor que se debate com dificuldades pode encontrar uma saída para a sua situação.

O sistema do microcrédito provou ser muito bem sucedido e ajudou muitos países em dificuldades, e estamos muito gratos à Comissão do Desenvolvimento por ter aceitado as recomendações da Comissão dos Orçamentos sobre esta matéria. Senhor Comissário, não posso garantir, mas posso prever que muito provavelmente o resultado da votação de amanhã será a contento de V. Exa. e de todas as partes implicadas. Muito obrigado pela atenção dispensada.

Stéphane Le Foll, *relator de parecer da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural*. – (FR) Senhor Presidente, serei breve. Antes de mais, gostaria de agradecer ao senhor deputado Mitchell e de louvar seu trabalho. Gostaria também de agradecer ao Senhor Comissário o seu empenhamento e de dizer que a crise alimentar não irá ser simplesmente resolvida em dois ou três anos, mas continuará a ser uma preocupação durante os próximos anos.

Gostaria de acrescentar um ponto, enquanto representante da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural. Nos últimos quinze anos, a percentagem da ajuda ao desenvolvimento destinada à agricultura tem vindo sempre a diminuir. Como disse o Sr. Diouf, ela desceu de 15 para 4%. É tempo de considerar a ideia de que desenvolvimento significa também apoiar a agricultura e, se queremos que esta facilidade tenha algum sentido no futuro, este é o sentido que eu, pessoalmente, lhe pretendo dar.

Colm Burke, *em nome do Grupo PPE-DE*. – Senhor Presidente, gostaria de agradecer ao senhor deputado Gay Mitchell pelo seu relatório. Congratulo-me com a criação deste instrumento no domínio alimentar destinado aos agricultores mais pobres do mundo, relativamente ao qual se alcançou um acordo após longas negociações.

Alguns membros do Conselho não quiseram disponibilizar fundos agrícolas não utilizados para apoiar países em desenvolvimento. Apesar de um sexto da população mundial estar actualmente a passar fome, alguns Estados-Membros do Conselho Europeu recusaram fazê-lo (embora uma maioria de membros fosse a favor do recurso à PAC), apresentando como má desculpa o receio de estabelecer precedentes.

As verbas foram obtidas de outra forma e vão ser disponibilizadas gradualmente ao longo de três anos, entre 2008 e 2010, em vez de ao longo de dois anos. Infelizmente, foi há alguns meses atrás que este dinheiro fez mais falta, durante a escalada dos preços dos alimentos. Actualmente, já não se verifica um forte aumento dos preços em alguns desses países.

Desde que os preços dos alimentos começaram a aumentar, o número de pessoas a passar fome aumentou para quase mil milhões. Este ano, 100 milhões de pessoas foram levadas à pobreza devido à crise alimentar e à crise dos combustíveis e esse número continua a aumentar. Os cidadãos dos países em desenvolvimento gastam até 80 % dos seus rendimentos na compra de alimentos, o que constitui uma boa justificação para que os preços dos alimentos se mantenham acessíveis.

O instrumento no domínio alimentar contribuirá para responder a algumas necessidades de curto prazo, através de factores de produção e do reforço das redes de segurança. No entanto, uma nova crise alimentar estará sempre iminente, a não ser que os Estados-Membros da UE e outros países ricos resolvam os problemas estruturais que contribuíram para esta crise.

Josep Borrell Fontelles, *em nome do Grupo PSE*. – (ES) Parabéns, Senhor Comissário. Sem a sua total dedicação a esta causa não teria sido possível chegar a este final aparentemente feliz. O senhor debateu-se sempre para alcançar este objectivo. Agradeço também ao relator, senhor deputado Mitchell. Em conjunto, salvaram a União Europeia do retumbante ridículo que teria significado não chegar a conseguir esses mil milhões, depois de o terem prometido tantas vezes em tantos lugares do mundo.

Talvez não sejam exactamente mil milhões e não sejam todos montantes adicionais, embora uma parte muito significativa o seja. Não procederão da agricultura, como propôs, Senhor Comissário, e não chegarão todos num único ano, mas em dois ou em três. Todavia, as imperfeições do mundo real não conseguiram impedir o Senhor Comissário de alcançar o objectivo a que se havia proposto, com, permita-me que lho diga, a ajuda da Comissão do Desenvolvimento e também do Grupo do Partido Socialista no Parlamento Europeu.

Não é muito dinheiro: apenas um euro por cada pessoa mal nutrida no mundo; um euro por cada pessoa vítima da fome. Mas pode, no entanto, ajudar a diminuir o número destas pessoas no futuro, sempre e quando os Estados-Membros não deduzam da sua ajuda ao desenvolvimento os fundos adicionais que tiveram de afectar a esta ajuda de emergência.

Por conseguinte, Senhor Comissário, lanço um apelo a todos os Estados-Membros para que não reduzam o montante adicional desta soma fazendo cortes nos seus orçamentos nacionais. Um Estado-Membro já

insinuou poder fazê-lo. Outros, como a Espanha, em contrapartida, comprometeram-se firmemente a não o fazer. De nada serviria cobrir os pés para destapar a cabeça, ou seja, apenas transferir o dinheiro de um sítio para outro para acabar por disponibilizar o mesmo montante. Tenho a certeza de que o Senhor Comissário seria o primeiro a denunciá-lo se tal viesse a acontecer.

Kyösti Virrankoski, *em nome do Grupo ALDE*. – (FI) Senhor Presidente, gostaria de agradecer ao senhor deputado Mitchel o seu excelente relatório. O meu grupo sempre foi a favor da rápida atribuição de ajuda alimentar. A Comissão apresentou em Julho a sua proposta de ajuda no montante de mil milhões de euros, que, infelizmente, ia contra os princípios do Acordo Interinstitucional sobre a disciplina orçamental. Este facto é surpreendente, uma vez que a Comissão é, por tradição, a guardiã do Tratado e da legalidade. A Comissão só alterou a sua proposta na fase da conciliação orçamental para estar conforme com a legislação em vigor. Só então se chegou a acordo.

A Presidência francesa é merecedora do nosso reconhecimento. Conseguiu persuadir os Estados-Membros a aprovarem a posição da ajuda alimentar. O montante de 760 milhões de euros, em mil milhões, é dinheiro novo e representa uma vitória clara para o Parlamento Europeu.

Um dos problemas está em assegurar que a ajuda chegue ao destino desejado. Alguns cépticos reclamam que só alguma da ajuda chega ao seu destino, ficando a maior parte nas mãos de intermediários. É necessário vigiar de perto esta situação. Um dos problemas com a agricultura nos países em desenvolvimento consiste não na falta de fertilizantes e de sementes, mas na ausência de formação e nos métodos, equipamento, e instalações de trabalho primitivos, o que não será solucionado no prazo de um ano com mil milhões de euros. É por esse motivo que a ajuda alimentar é, antes de mais, uma chamada de atenção para o facto de a cooperação para o desenvolvimento dever dar prioridade ao desenvolvimento agrícola e ao aumento da produção de bens alimentares.

A agricultura nos países em desenvolvimento é muitas vezes praticada em condições difíceis, normalmente em solos estéreis e condições climáticas adversas. Essas circunstâncias exigem um alto grau de *know-how* profissional e métodos agrícolas avançados. Há que incrementar, por conseguinte, a formação vocacional que, presentemente, é quase inexistente. Os métodos de produção têm de ser adaptados aos limites impostos pela pobreza. O salto do arado para o tractor de alta tecnologia não é, de todo, o mais apropriado. O desenvolvimento agrícola tem de ser feito passo a passo.

Marie-Hélène Aubert, *em nome do Grupo Verts/ALE*. – (FR) Senhor Presidente, agora que os meus colegas nos recordaram o avanço um pouco difícil desta excelente iniciativa, resta-nos esperar que ela comece a assumir uma forma mais concreta.

Pela minha parte, Senhor Comissário, gostaria de questioná-lo sobre dois pontos. Em primeiro lugar, é dito que alguns dos fundos adicionais serão obtidos, recorrendo aos fundos dedicados ao instrumento de estabilidade que foi criado para fins de prevenção de conflitos e consolidação da paz. Esta reafecção parece-me ser extremamente problemática. Ela foi já confirmada? E se assim for, está prevista alguma compensação? Eu imagino que o senhor estará, sem dúvida, preocupado com o futuro a longo prazo deste instrumento de instabilidade.

Em segundo lugar, agora que estes mil milhões de euros parecem ter sido reunidos, que canais serão utilizados para garantir que os fundos são rápida e eficazmente transferidos para os muitos e amplamente distribuídos agentes no terreno, bem como para as centenas de organizações familiares de agricultores? Como é que o senhor pretende lidar directamente com estes agentes no terreno e evitar perdas e desperdício que, como bem sabemos, estão associados à presença de muitos intermediários diferentes?

Wiesław Stefan Kuc, *em nome do Grupo UEN*. – (PL) Senhor Presidente, a União Europeia está a tentar criar uma facilidade que permitirá oferecer ajuda rápida a países pobres e subdesenvolvidos, a fim de assegurar que as suas populações sobrevivam se o preço dos produtos alimentares subir. Neste contexto, temos vindo a dizer que naqueles países as carências alimentares são permanentes e não apenas associadas a colheitas fracassadas ou a subidas especulativas dos preços dos géneros alimentícios. Por isso, respostas a curto prazo e ajuda alimentar não resolverão o problema.

A oferta de formação e a introdução de novos métodos de produção, melhores sementes e fertilizantes, promovidos durante anos pela FAO e pelo Banco Mundial, não trouxeram os resultados esperados. Por essa razão, dificilmente se pode esperar que uma facilidade de mil milhão de euros destinada a dar resposta rápida a subidas súbitas dos preços dos produtos alimentares em países subdesenvolvidos seja consentânea com os resultados esperados, especialmente considerando o modo como a nossa União funciona.

Isto foi muito bem observado e entendido pelo senhor deputado Mitchell, o relator, mas não parece ter sido compreendido pelos relatores das comissões consultadas para parecer e da Comissão do Controlo Orçamental.

PRESIDÊNCIA: ROTHE

Vice-presidente

Konstantinos Droutsas *em nome do Grupo GUE/NGL. – (EL)* A crise alimentar global e a subida vertiginosa dos preços dos produtos alimentares resultam do facto de esses produtos se terem tornado uma mercadoria comum, um objecto de especulação capitalista, mais do que um meio de sobrevivência. Ao conceder fundos mínimos e dedicar uma fracção do seu tempo, a União Europeia pretende, farisaicamente, descartar a responsabilidade que lhe cabe relativamente àquilo que foi oficialmente descrito como um crime contra a humanidade. Acreditamos que estes fundos acabarão nos bolsos de empresas multinacionais que controlam os programas de desenvolvimento. A solução para este problema exige o respeito pelo direito à segurança e suficiência alimentar, o apoio a pequenos e médios agricultores e a reestruturação dos mercados locais e regionais. Na essência, precisamos de alterações fundamentais à política agrícola comum que neste momento está a promover a transferência de terras para as mãos de uma minoria, a exploração descontrolada de recursos naturais e a substituição de culturas de produtos alimentares por outras culturas.

Hélène Goudin, *em nome do Grupo IND/DEM. – (SV)* Senhora Presidente, a pobreza, a miséria e a fome são o quinhão diário dos mais de dois mil milhões de seres humanos que vivem com menos de dois dólares por dia. Os recentes aumentos acentuados dos preços, sobretudo do arroz, do milho e de outros produtos de base, são evidentemente outra das razões de peso por que muitas pessoas não têm o suficiente para comer. A UE também tomou consciência deste problema e deseja, por conseguinte, criar um fundo para lidar com a crise.

A questão que devemos colocar a nós próprios, Senhoras e Senhores, é a de saber por que aceitamos a nefasta política agrícola da UE, que é um dos principais culpados nesta matéria. Esta política proteccionista priva populações pobres da oportunidade de auferirem rendimentos e, por conseguinte, da possibilidade de evitar a fome. Não obstante, esta Câmara vota sempre a favor da política agrícola comum. É um drama, e pergunto a mim mesma se é consciente ou inconscientemente que a UE age desta forma.

Czesław Adam Siekierski (PPE-DE). - (PL) Estamos todos conscientes de que, devido à crise alimentar persistente, um grande número de pessoas, sobretudo nos países em desenvolvimento mais pobres, estão a passar por grandes dificuldades. Em vez da realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio da ONU, há mais milhões a cair na pobreza.

A União Europeia não se deve abster de ir em seu auxílio. Penso que a maior parte dos que aqui estamos sentados nesta sala concorda com isso. Apoiar esses países é o nosso dever moral, uma expressão de solidariedade para com as nações mais pobres. Devemos mostrar-lhes o caminho certo para superar a crise e ajudá-los a obter a necessária quantidade de alimentos, principalmente através do apoio à sua produção agrícola.

Gostaria também de realçar que a ajuda não é necessária apenas fora da União. Dentro da União há igualmente milhões de pessoas que enfrentam o problema dos elevados preços dos géneros alimentícios e da falta destes. Por conseguinte, peço que ao mesmo tempo que ajudamos os outros, por exemplo em África, não esqueçamos aqueles aqui perto que contam com a nossa ajuda. Por essa razão, temos de apoiar a proposta da Comissão Europeia de aumentar os fundos do programa de distribuição de produtos alimentares destinado às pessoas mais carenciadas da Europa. É lamentável que alguns Estados-Membros se oponham a este programa.

Juan Fraile Cantón (PSE). - (ES) Senhora Presidente, no quadro da actual crise, as Nações Unidas advertiram-nos para a grave situação com que se deparam 22 países particularmente vulneráveis, e o Banco Mundial diz-nos que aos 850 milhões de vítimas da fome em todo o mundo se juntarão mais 100 milhões de pessoas na sequência da crise.

É uma situação que requer uma resposta rápida e conjunta da União Europeia, e em Julho último a Comissão propôs um instrumento especial de financiamento para ajudar os agricultores dos países em desenvolvimento e para tentar mitigar a subida dos preços dos alimentos.

A medida pretendia aumentar a produção agrícola nestes países, onde os efeitos da subida dos preços se fazem sentir mais fortemente, pondo em risco a consecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio,

e evitar o mais possível a instabilidade e tensões que podem comprometer os resultados de anos de investimento nas esferas políticas de desenvolvimento e de manutenção da paz.

Pelo aduzido, aferimos positivamente o acordo alcançado, que cumpre uma promessa que foi feita de incorporar mil milhões de euros, como disse, ao mais alto nível político...

(A Presidente retira a palavra ao orador)

Proinsias De Rossa (PSE). - (EN) Senhora Presidente, gostaria de felicitar todos os que participaram na elaboração deste relatório e neste avanço muito significativo: o relator, senhor deputado Gay Mitchell, todos os grupos políticos – incluindo o meu – e o Senhor Comissário Michel.

Os preços dos alimentos e o colapso da economia global terão consequências devastadoras para os cidadãos dos países em desenvolvimento. Estima-se que, por cada queda de 1 % do PNB mundial, mais 40 milhões de pessoas acabam na pobreza. Por conseguinte, é extremamente importante que esta proposta para fazer face à escalada dos preços dos alimentos seja executada com urgência. O mundo em desenvolvimento não é responsável pela actual crise económica e financeira. Se não quisermos condenar mais uma geração de pessoas à fome e pobreza extremas, devemos evitar a falta de visão e a avareza no domínio da ajuda ao desenvolvimento. Conforme foi referido, o montante de mil milhões de euros pode parecer elevado, mas é insignificante quando comparado com as verbas que estamos a injectar em bancos e a aplicar em pacotes de estímulo. Apelo a que este relatório seja implementado tão rapidamente quanto possível.

Silvia-Adriana Țicău (PSE). - (RO) O Conselho da União Europeia deveria tornar mais coerentes as políticas nacionais e internacionais que se prendem com a questão de assegurar o abastecimento alimentar das populações.

Os elevados preços dos produtos alimentares estão a ter graves repercussões junto das populações mais pobres e a pôr seriamente em risco a consecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. A instituição da Facilidade de resposta rápida proposta no regulamento é o resultado de um dispêndio menor no domínio da agricultura.

A União Europeia deve impulsionar o crescimento da produção agrícola a curto e a médio prazo nos países em desenvolvimento, ao mesmo tempo que se deve esforçar por reduzir os efeitos adversos do aumento dos preços dos produtos alimentares para as camadas mais pobres das populações desses países.

A ajuda comunitária não vai ser utilizada para pagar impostos, direitos ou outros encargos. Este regulamento deverá, em simultâneo, assegurar a protecção dos agricultores europeus.

Friedrich-Wilhelm Graefe zu Baringdorf (Verts/ALE). - (DE) Senhora Presidente, destruímos a agricultura nos países em desenvolvimento ao pagar milhares de milhões em incentivos à exportação e subvertemos a segurança alimentar nestes países. É ridículo pensar que podemos compensar isto com mil milhões. Concorro com o pagamento destes mil milhões – não me compreendam mal – mas os 850 milhões de pessoas com fome não são o resultado dos nossos elevados preços nos alimentos mas de termos empurrado, com os nossos incentivos à exportação, os preços para níveis tão baixos nestes países que a agricultura deixou de compensar. A economia de subsistência, as explorações agrícolas detidas pelos próprios agricultores e a auto-suficiência foram destruídas.

Segundo esta lógica, se agora lhes dermos mil milhões isso não os irá ajudar e só contribuirá para mais destruição. Temos, por isso, de ser muito cuidadosos quanto à forma como as verbas serão concedidas.

Sou favorável ao reforço da segurança alimentar de longo prazo nestes países e isso implica que devemos parar com o *dumping* das exportações nestes mercados.

Louis Michel, Membro da Comissão. - (FR) Senhora Presidente, na sequência desta e de algumas das outras intervenções, gostaria de esclarecer um ponto importante. Este montante de mil milhões de euros não é, de modo nenhum, uma resposta estrutural para o problema colocado pela crise alimentar nos países em desenvolvimento.

Trata-se, isso sim, de uma reacção rápida que pretender dar uma resposta de emergência, a fim de salvar as próximas colheitas, ou seja, as de 2008 2009 – julgo que deveremos falar mais adequadamente das colheitas de 2009, 2010 e talvez 2011.

Gostaria de acrescentar também que a ideia subjacente é a de que, em algum momento futuro, essa capacidade de resposta rápida se poderá, naturalmente, tornar permanente. Ao dizer isto, irei certamente preocupar

alguns Estados-Membros. Foi por isso que disse que esta é uma resposta rápida e intacta. Não é a resposta estrutural.

A resposta estrutural foi basicamente referida pelo senhor deputado Le Foll quando exprimiu muito justamente a sua preocupação de que, desde há já muitos anos, a percentagem dos orçamentos da ajuda ao desenvolvimento destinada à agricultura e ao desenvolvimento rural tem vindo a diminuir constantemente. Vou, evidentemente, ignorar a questão da responsabilidade por tudo isso. Creio que, embora agindo inquestionavelmente de boa-fé, a comunidade internacional tem sido, de certa forma, conivente com esta redução. Assim, parece-me claro que temos agora de voltar a esta questão. Têm sido feitos alguns progressos e tive já a oportunidade de vos apresentar os números. O nono Fundo Europeu de Desenvolvimento: quatro países escolheram a agricultura ou o desenvolvimento rural como um sector onde se deveriam concentrar na sua cooperação com a Comissão. Quatro, representando 650 milhões de euros, no décimo Fundo Europeu de Desenvolvimento. E, depois de muita discussão, muitas sugestões e muita insistência, estamos agora a um nível de 1,25 mil milhões de euros para 25 países. No entanto, vinte e cinco países constituem apenas um terço do total. Há, por conseguinte, ainda muito trabalho a realizar.

Creio que, na sequência daquilo que o senhor deputado Le Foll estava a dizer, é positiva a ideia sugerida por diversos ministros do desenvolvimento da União Europeia de que, no prazo de cinco anos, os orçamentos bilaterais da ajuda ao desenvolvimento centrados na agricultura deverão aumentar em média 10-15%. Naturalmente, estes números terão de ser discutidos, mas eles irão possibilitar as tais respostas estruturais. Assim, este montante de mil milhões de euros não pretende funcionar como uma resposta estrutural, ou pelo menos, não em grande escala. Destina-se a uma situação de emergência.

Devo dizer-vos que as referências à situação dos agricultores europeus, em comparação com a dos pequenos agricultores dos países em desenvolvimento, me colocam um problema moral. Em primeiro lugar, não me parece que seja justo compará-las. Julgo que a comunidade agrícola europeia ou, pelo menos, as explorações familiares, estão a enfrentar uma série de problemas, mas no caso dos mil milhões de euros de que estamos a falar aqui, qual foi o ponto de partida? O ponto de partida foi a ideia de que, uma vez que os preços tinham subido, o mecanismo de compensação destinado a lidar com a queda de preços e a perda de rendimento dos agricultores europeus deixava de ter sentido. Por consequência, surgiu a ideia de utilizar esses montantes, um pouco simbolicamente, para ceder a esses outros países aquilo que tinha sido programado para os agricultores europeus, mas que se revelava já não ser necessário.

Não me parece que as situações devam ser comparadas. Muito sinceramente, não me parece. Eu julgo, naturalmente, que os consumidores e os cidadãos europeus merecem toda a nossa consideração e lamento, além disso, que tenha de ser tão difícil ajudar aqueles na Europa que estão a precisar de assistência, em particular através da ajuda que está neste momento a ser debatida e sobre a qual parecem ter sido feitos poucos progressos.

Não devemos estabelecer uma ligação e não devemos fazer depender as nossas acções a favor de alguns das nossas acções, possivelmente paralelas, a favor de outros. As duas coisas não são equivalentes; não são de modo nenhum equivalentes. Em primeiro lugar, não estamos a falar dos mesmos níveis de pobreza e, em segundo lugar, julgo que devemos manter a coerência.

Esta é uma questão fundamental que, no essencial, enquadra perfeitamente o problema da coerência da política europeia em matéria de agricultura. Ela foi colocada pelo senhor deputado Borrell. É claro que a verdadeira questão de que agora teremos de acompanhar de muito perto, o que nos vai obrigar a dar resposta muito prontamente, tanto a nível do Parlamento – que eu sei que irá agir dessa forma – como a nível da Comissão e até mesmo de certos membros do Conselho, preocupa os nossos Estados-Membros, que aceitaram esta fórmula, juntamente com diversos outros Estados-membros, que foram obrigados e constrangidos a aceitá-la, porque nós tivemos de lutar. Quero dar os meus sinceros agradecimentos ao Parlamento, porque não creio que isto pudesse ter sido possível sem ele. A certa altura, cheguei a pensar que não teríamos sucesso, de tal modo os argumentos avançados eram cada vez mais falaciosos e nos limites da honestidade intelectual.

Naturalmente, senhor deputado Borrell, será necessária uma vigilância total, para verificar se os Estados-Membros ou alguns dos Estados-Membros não irão compensar o compromisso que assumiram aqui. Se isso vier a acontecer, terá sido claramente um mau negócio e teríamos inevitavelmente de prosseguir os nossos esforços.

Acabo de regressar de Doha. Devo admitir que eu não estou, de modo nenhum, muito optimista quanto ao aumento da ajuda pública ao desenvolvimento. Devo dizer que, quando se sai de reuniões que duraram várias horas – eu admito que, às vezes, tenho um temperamento um pouco instável, embora seja capaz de controlar

os nervos –, isso pode ser difícil de tolerar. É difícil tolerar a má-fé, os discursos que dizem que é necessária mais ajuda pública ao desenvolvimento, mas que, quando um texto adequado é elaborado para reafirmar compromissos passados, de repente, já não há acordo e as pessoas inventam todos os tipos de razões para não honrarem esses compromissos ou, pelo menos, para arranjar espaço de manobra para poderem virar costas às suas responsabilidades e compromissos da forma mais desonrosa. Por isso, vamos ter de ir à luta. Não podemos ter quaisquer ilusões sobre isso. Teremos de acusar, denunciar, chamar as pessoas às suas responsabilidades e, acima de tudo – porque eu admito que já não consigo tolerar mais isso – desfazer, desmontar as ambiguidades, porque o mais terrível de tudo é que, ao mesmo tempo que fazem discursos da mais fabulosa generosidade, os oradores estão, pelas costas, a fazer todo o possível para evitar que os compromissos sejam honrados. E estou certo de que este tipo de comportamento ainda não acabou.

Senhor Deputado Virrankoski, a ajuda tem de chegar ao seu destino, e creio com toda a sinceridade que, no caso que estamos a debater, ela irá chegar a esse destino. No entanto, tenho de alguma forma de exigir coerência na luta que pretendemos empreender em conjunto. Quando dizemos que a ajuda deve chegar ao seu destino, estamos a enviar a pior mensagem possível ao público, que nós precisamos que nos ajude a incentivar os Estados a aumentar a sua ajuda pública ao desenvolvimento.

Temos de parar de dizer a primeira coisa que nos vem à cabeça sobre esta questão. Julgo que a ajuda pública que é concedida pela Comissão sob o vosso controlo e sob o controlo de todas as instituições que têm essa tarefa, chega efectivamente ao seu destino. Podemos discutir os nossos procedimentos, as nossas regras, o facto de ser necessário realizar consultas, auditorias, estudos, etc., e que isso tem um custo, de certa maneira, que consome dinheiro, mas, por outro lado, esse é incontestavelmente o preço a pagar para um controlo efectivo e é também o preço a pagar para garantir um nível mínimo de qualidade na prestação do serviço.

Assim, temos de saber aquilo que queremos, mas eu não creio que se possa dizer que a ajuda não chega ao seu destino. No caso aqui em questão, posso confirmar que tudo isto pode ser verificado e controlado e que, além disso, seguimos todos os procedimentos com os quais todos vós e eu próprio estamos familiarizados. Por isso, acredito sinceramente que não devemos ficar demasiado preocupados com isso.

Senhora Deputada Aubert, creio que, fundamentalmente, através da sua pergunta ou sugestão, deu voz àquilo que, para mim, é também provavelmente um dos aspectos negativos, um dos poucos aspectos verdadeiramente negativos, do acordo. Efectivamente, ao analisar o instrumento de estabilidade, a senhora deputada viu perfeitamente que aquilo que é retirado do instrumento de estabilidade é dinheiro que não está necessariamente disponível para outras coisas e que, essencialmente, isto é um deslocamento, para dizer a verdade. É, além disso, aquilo que nos impede, ou, pelo menos, o que me impede, de afirmar que este é um montante adicional de mil milhões de euros. Nós não podemos realmente dizer que este é um montante adicional de mil milhões de euros, e o senhor deputado Mitchell teve a honestidade intelectual de realçar este facto. No entanto, para ser completamente objectivo, eu julgo que isso não nos deve impedir de ficarmos satisfeitos, porque eu realmente não esperava que conseguíssemos chegar até aqui.

Assim, os 240 milhões serão reafectados a partir do instrumento de estabilidade, dos quais 70 milhões de euros em 2009. O saldo disponível estará, em termos gerais, ao nível de 2008, 135 milhões de euros. No entanto, isso não é realmente um argumento. Se não houver nenhuma surpresa, é evidentemente um argumento. Se forem feitas quaisquer novas exigências a este instrumento, aí teremos um problema. No entanto, no que diz respeito a 2010, a Comissão foi convidada, durante a fase de concertação orçamental, a apresentar um programa financeiro revisto destinado a garantir a progressão ordenada dos montantes previstos para o período 2010-2013, mantendo simultaneamente um nível de margem anual inalterado. Esta revisão da programação será apresentada no âmbito da estratégia política anual, e iremos naturalmente acompanhá-la de perto.

Passando agora às perguntas que colocaram relativamente à execução: dependendo do país, a escolha será feita com base em critérios de eficácia. Quem poderá colaborar neste processo? Claramente, as organizações internacionais e regionais, os próprios países, Estado e autoridades descentralizadas, as ONG, bem como as agências dos Estados-Membros. Além disso, se o número de tipos de operadores foi alargado, isso aconteceu a pedido do Parlamento. Pessoalmente, admito que era contra isso, mas foi o vosso desejo e eu posso compreendê-lo. O critério será a eficácia, mas se queremos agir rapidamente, os senhores devem saber que a melhor maneira de o fazer é trabalhar, prioritariamente, com as organizações criadas para este mesmo fim e com as quais podemos basicamente avançar mais rapidamente, porque temos regras de cooperação com estas instituições que são capazes de uma acção rápida. No entanto, posso garantir-vos que iremos participar plenamente neste esforço, tal como foi decidido por este Parlamento e tal como foi decidido no acordo final.

Pessoalmente, julgo que a Europa se tem mostrado à altura do desafio, porque acredito que estamos a falar aqui sobre mil milhões de euros para esta reacção rápida para salvar as colheitas. Gostaria também de recordar-vos as centenas de milhões de euros que foram já disponibilizados e gastos e que vamos continuar a gastar, no âmbito da nossa ajuda humanitária de emergência ou da ajuda alimentar de emergência. A Europa tem dado uma resposta extremamente positiva nestas áreas. Gostaria apenas de recordar – e sinto-me satisfeito por o fazer aqui – que, em 2007, a Europa foi responsável por 46 mil milhões de euros de ajuda anual. Ainda estou para ver outro doador fornecer uma ajuda ao desenvolvimento desta dimensão.

Quanto ao senhor deputado Droutsas, dizer que a União Europeia lava as mãos do assunto e que tudo acabará por ser engolido pelos empresários é uma visão que eu não posso partilhar e que me parece um pouco excessiva. Eu não estou a dizer que está tudo completamente errado. Por exemplo, é claro que podemos discutir, debater o preço dos adubos e sementes. Podemos até tentar chegar a uma visão objectiva da questão. Não seria, provavelmente, um desperdício de energia, enquanto parte da resposta estrutural, tentar negociar, ao nível das principais organizações internacionais – e isto é algo que eu tenho vindo a pensar cada vez mais –, com todas essas grandes empresas, que basicamente produzem sementes particularmente eficazes, mas a preços extremamente elevados. O mesmo se aplica aos adubos. Há iniciativas que devemos certamente considerar, como por exemplo a ideia de produzir adubos localmente. Há sítios onde isso poderia ser feito. Poderíamos também criar corredores de abastecimento, que possibilitariam uma grande redução dos custos de transporte. Encontrei-me recentemente com uma organização de produtores para ter uma ideia sobre o que eles estavam dispostos a fazer, e iremos também realizar uma reunião entre eles e o nosso fórum empresarial para ver as achegas que eles podem dar à nossa estratégia de resposta estrutural. Obviamente que eu considero isto importante.

Senhora Deputada Goudin, eu estou muitas vezes de acordo consigo, mas devo dizer que não acredito que as políticas proteccionistas sejam a solução nos países que estão a enfrentar este problema. Pelo contrário, julgo que aquilo que seria interessante – porque eu acredito que as políticas proteccionistas correm o risco de desequilibrar tudo ou, pelo menos, de não darem resposta aos problemas a nível regional, embora esta seja uma dimensão económica que não irei abordar agora –, aquilo em que eu estaria disposto a apoiá-la e em que estamos neste momento a trabalhar intensamente, em especial com a Presidência francesa, é a seguinte questão: como poderemos organizar a especificidade da agricultura nos países em desenvolvimento, da mesma forma que – parece que na Europa temos uma memória muito curta – a Europa fez com a sua própria agricultura? Na Europa, a agricultura nunca foi considerada um tipo de produção ou um produto económico idêntico a todos os outros produtos económicos. A agricultura sempre recebeu tratamento especial. Eu não diria ainda que esta é a minha opção definitiva, mas, quando consideramos as políticas agrícolas comuns regionais, estes são, na minha opinião, objectos de estudo que seria interessante fazer avançar muito rapidamente com o objectivo, não de conduzir ao protecционismo, mas sim à protecção – algo bem diferente. Eu prefiro o conceito de protecção ao de protecционismo e à ansiedade que ele provoca.

Para concluir, gostaria apenas de, mais uma vez – espero ter abordado o maior número de pontos possível –, agradecer o acordo e o vosso empenhamento. Sem vós, isto não teria sido possível. Acabamos de demonstrar de forma convincente que, quando o Parlamento Europeu e a Comissão conseguem trabalhar em harmonia, é difícil aos Estados resistirem.

Gay Mitchell, relator. – (EN) Senhora Presidente, gostaria de agradecer ao Senhor Comissário e ao Senhor Presidente, bem como aos senhores deputados que intervieram, pelas suas amáveis palavras sobre a minha contribuição para o presente relatório. Gostaria igualmente de agradecer ao senhor deputado Reimer Böge pelo seu trabalho na Comissão dos Orçamentos que facilitou a elaboração do relatório, bem como ao meu relator-sombra, o deputado Thijs Berman, que muito me apoiou e ajudou a concluir o relatório.

No mundo em desenvolvimento, 78 crianças em cada mil morrem à nascença. Na União Europeia, este valor é de 5 por mil, em média. Na Irlanda, a seguir à Segunda Guerra Mundial, era de 45 por mil. Já conseguimos que descesse para 78 no mundo em desenvolvimento. Podemos levar a que desça novamente até atingir o antigo valor da Irlanda e, com determinação e empenho, poderemos inclusivamente conseguir que desça até ao valor actual da Irlanda.

Quando sobrevivem ao parto, dois milhões dessas crianças morrem antes dos cinco anos devido à falta de vacinas que estão disponíveis no mundo ocidental há mais de 30 anos. Neste contexto, tendo em conta a fome que essas crianças vão enfrentar, a falta de oportunidades educativas e a ausência de infra-estruturas de cuidados de saúde, algumas das contribuições aqui disponibilizadas esta noite quase podem ser consideradas desumanas. É escandaloso que os senhores deputados tentem agradar aos eleitorados nacionais à custa destas pessoas. É altura de esta questão ser referida de forma muito clara.

Em 2050, a população do nosso planeta terá aumentado de cerca de 6 mil milhões para aproximadamente 8 mil milhões. Noventa por cento dessas pessoas vão nascer nos países que actualmente designamos como mundo em desenvolvimento. Se essas pessoas continuarem a viver nas condições em que se encontram hoje, esse facto resultará na terceira guerra mundial do nosso planeta, que causará grandes migrações e enormes problemas.

Por outro lado, se investirmos e trabalharmos com essas pessoas de forma solidária, elas tornar-se-ão nossos parceiros comerciais. São estas as opções que enfrentamos e é por essa razão que considero importante reagirmos através de um instrumento como este.

Presidente. - Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quinta-feira, dia 4 de Dezembro de 2008, às 12H00.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Jean-Pierre Audy (PPE-DE), *por escrito*. – (FR) Eu apoio esta iniciativa de dotar a União Europeia de um novo instrumento de política de desenvolvimento que permita enfrentar os principais problemas relacionados com o aumento dos preços dos produtos alimentares que tem provocado motins, agitação e instabilidade em vários países, ameaçando os resultados de muitos anos de investimento na política, no desenvolvimento e na manutenção da paz.

Centenas de milhões de pessoas viram a sua pobreza exacerbar-se. Os progressos realizados para atingir os Objectivos do Milénio ficaram comprometidos. A União pretende financiar 10% dos 18 mil milhões de euros necessários, ou seja, 1,8 mil milhões de euros, e, dado o financiamento já disponível, é necessário um pacote adicional de mil milhões de euros. Eu não concordo, porém, com a proposta da Comissão Europeia de utilizar os fundos reservados para a agricultura e espero que o Conselho se oponha a esta proposta e chegue a um compromisso sobre este financiamento. Politicamente, seria uma catástrofe se, através de meios financeiros ou pior, da utilização de símbolos, os cidadãos europeus sentissem que a nossa política de desenvolvimento, em particular as questões relacionadas com a fome, estava a funcionar à custa da política agrícola comum, que é uma questão diferente.

Constantin Dumitriu (PPE-DE), *por escrito*. – (RO) Em minha opinião, a proposta da Comissão apresenta um número limitado de possibilidades quanto à forma de conceder auxílio financeiro, pois estipula que as iniciativas devem ser levadas a cabo exclusivamente com a ajuda de organizações regionais e internacionais. Compreendo os motivos por detrás de tais restrições mas sou pela participação activa de todas as partes interessadas, isto é, os consumidores, os produtores e também o público em geral.

Escusado será dizer que as condições agrícolas não são as mesmas em todos os países em desenvolvimento. De qualquer forma, a Facilidade de Financiamento proposta deverá ser adaptada às condições locais específicas, por forma a consolidar e racionalizar os mercados. Os pequenos agricultores devem ser protegidos contra o desenvolvimento de eventuais posições dominantes no mercado.

A instituição de um instrumento deste tipo é benéfica e constitui um incentivo para os agricultores nos países em desenvolvimento. Também é adequada no actual contexto de crise económica e financeira mundial. Contudo, não quero deixar de sublinhar a importância da condição de os recursos serem atribuídos numa base complementar e de tal atribuição não ser em detrimento de actividades de desenvolvimento necessárias noutros domínios. Temos de nos cingir rigorosamente aos compromissos por nós assumidos. Devemos igualmente proteger os agricultores, sobretudo os dos novos Estados-Membros que ainda não usufruem do mesmo apoio que os agricultores nos outros 15 Estados-Membros.

Siiri Oviir (ALDE), *por escrito*. – (ET) Durante anos, peritos no direito à alimentação da ONU, do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional têm vindo a alertar o público em geral para a possibilidade de fome.

Numa altura em que os países ricos ocidentais queimam alimentos, mais de 850 milhões de pessoas morrem de fome em todo o mundo. Em cada cinco segundo, uma criança com menos de 10 anos de idade morre por falta de alimentos. O rápido aumento no preço dos géneros alimentícios afecta 2,1 mil milhões de pessoas em todo o mundo diariamente, muitas das quais tentam sobreviver com menos de 2 dólares por dia.

A produção sempre crescente de biocombustíveis contribuiu para a subida do preço dos géneros alimentícios, o que, por sua vez, afectou grandemente os povos do mundo. Os preços dos géneros alimentícios subiram em flecha no mercado mundial, porque uma área cada vez maior de terra arável está a ser abandonada a

favor do cultivo de plantas oleaginosas que são utilizadas como matéria-prima na produção de biocombustíveis (por exemplo, para produzir 50 litros de combustível, são necessários 200 quilos de cereais, com os quais uma criança zambiana ou mexicana poderia viver um ano inteiro). Além disso, vários países passaram por secas ou inundações que diminuam consideravelmente as suas colheitas.

Considero que a União Europeia deve dispor-se a contribuir mais para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio estabelecidos pela ONU: reduzir para metade a fome no mundo até 2015.

Congratulo-me com a iniciativa da Comissão Europeia de contribuir com mil milhões de euros para a solução da crise alimentar. Irá, desta forma, conceder ajuda alimentar da UE aos povos mais desfavorecidos, satisfazer as suas necessidades alimentares básicas e contribuir para uma maior capacidade de os países em desenvolvimento produzirem os seus próprios géneros alimentícios.

A Europa produz, por agora, relativamente poucos combustíveis a partir de cereais comestíveis. No entanto, não devemos sacrificar géneros alimentícios para seres humanos unicamente em nome da "energia verde". Devemos, em vez disso, apoiar a investigação científica com o objectivo de produzir mais combustíveis a partir de fontes alternativas, o que poderia ajudar a evitar o aumento de preços dos géneros alimentícios, ajudando também a prevenir a fome e o aquecimento global.

Bogusław Rogalski (UEN), por escrito. – (PL) Nos últimos dois anos, assistimos a uma escalada dos preços dos produtos agrícolas e alimentares. Estas mudanças foram sentidas de forma mais dolorosa nas nações em situação económica difícil ou em guerra.

Aproximadamente 2,1 mil milhões de pessoas em todo o mundo têm de sobreviver com menos de dois dólares por dia, o que significa que consagram cerca de 50% dos seus rendimentos à alimentação. Estas são as pessoas mais ameaçadas de doença e morte devido aos preços-recorde dos seus alimentos básicos, nomeadamente os cereais como o arroz, o milho e o trigo. Isto tem um impacto directo no número de pessoas que padecem de subnutrição, o qual, só em 2007, aumentou em 50 milhões. Para além disso, a crise é intensificada pelo impacto adverso das alterações climáticas e pela falta de recursos naturais tais como a água e a energia.

Como parte da nossa ajuda e dos nossos esforços para resolver este problema crucial, temos de investir os fundos destinados a melhorar o acesso a recursos de produção agrícola e a serviços, bem como a aumentar a capacidade de produção agrícola, a fim de satisfazer as necessidades alimentares básicas dos países em desenvolvimento.

A União Europeia deve também aumentar a sua despesa na agricultura, pois os 4% atribuídos à política de desenvolvimento até agora são, manifestamente, insuficientes.

No interesse dos consumidores e produtores em todo o mundo, é igualmente importante voltar à regulação mínima dos mercados internacionais, de forma a assegurar provisões e, pelo menos, uma estabilidade relativa.

Toomas Savi (ALDE), por escrito. – (EN) Congratulo-me com o oportuno relatório sobre a proposta de regulamento que institui uma facilidade de resposta rápida ao aumento dos preços dos produtos alimentares nos países em desenvolvimento. Este ano o mundo foi abalado por diversas crises que tiveram um impacto extremamente negativo para as populações mais pobres do planeta.

Propôs-se a utilização de mil milhões de euros entre 2008 e 2009 para melhorar a sua situação, um montante bastante significativo tendo em conta o orçamento da União Europeia. No entanto, gostaria de lembrar que a maior parte da ajuda humanitária e ajuda ao desenvolvimento da União Europeia não é decidida pela Comissão, mas sim pelos Estados-Membros. Se os Estados-Membros cumprissem os seus compromissos no que respeita aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, a Comissão não teria que desenvolver estas acções.

O relator referiu, com razão, que não podemos aspirar a políticas comuns mais eficazes sem que sejam disponibilizados mais recursos orçamentais. No entanto, os Estados-Membros parecem um pouco hesitantes em fazê-lo.

Considero que os Estados-Membros devem começar a juntar os seus recursos sob os auspícios da Comissão, de modo a levarem a cabo uma política humanitária e de desenvolvimento comum verdadeiramente eficaz.

Daniel Stroj (GUE/NGL), por escrito. – (CS) No que diz respeito ao relatório sobre uma facilidade de resposta rápida ao aumento dos preços dos produtos alimentares nos países em desenvolvimento (A6-0396-/2008),

sou decididamente a favor da sua adopção, visto que estes países necessitam deste tipo de assistência. Contudo, gostaria, simultaneamente, de chamar a atenção para o facto de o relatório não incluir entre as causas da crise uma que, na minha opinião, é muito mais importante do que o aumento do consumo de carne na China e na Índia ou a seca na Austrália. Gostaria de vos lembrar que os preços dos produtos alimentares também estão a aumentar na União Europeia e é mais que óbvio que os aumentos constantes se devem ao aumento do preço da energia, que, por seu lado, está directamente relacionado com o aumento dos lucros das empresas multinacionais de energia. O neoliberalismo tornou-se o modelo para todas as políticas da UE, mas, na realidade, não resolverá o problema da suficiência de produtos alimentares seja onde for.

Anna Záborská (PPE-DE), por escrito. – (SK) Os preços recorde dos produtos alimentares básicos, que têm um grande impacto no número de pessoas que sofrem fome no mundo, devem-se a vários factores bem conhecidos. Para além da situação específica em alguns países (como a China ou a Índia), estes factores incluem flutuações climáticas globais, a mudança do cultivo de cereais para o consumo para o cultivo de cereais para produção de biocombustíveis e baixas reservas mundiais de cereais.

Neste contexto, considero essencial que a UE desenvolva uma resposta única, coordenada e eficaz. Congratulo-me com a proposta da Comissão de criar um fundo para resolver a crise alimentar, particularmente num período em que os elevados preços dos produtos alimentares estão a aumentar os custos da ajuda alimentar, necessária para um número crescente de pessoas. Não podemos esquecer-nos que estamos a utilizar o dinheiro dos contribuintes da UE para a ajuda ao desenvolvimento. Nem o aumento abrupto dos preços dos produtos alimentares em países em desenvolvimento, nem as consequências deste aumento para as pessoas mais pobres podem justificar que não consigamos assegurar a afectação eficaz e transparente destes fundos. Sou muito relutante no apoio aos orçamentos nacionais de muitos países em desenvolvimento, tendo em conta os regimes instáveis em muitos deles, as violações a democracia e a corrupção. Preferiria apoiar projectos e programas geridos por organizações não governamentais ou semi-governamentais, consórcios ou associações que as representam. Há dois anos, apresentei uma proposta aprovada numa sessão plenária para que a ajuda seja monitorizada e avaliada duas vezes por ano e, depois, assinada pela Comissão, pelas autoridades estatais locais e pelos destinatários da ajuda.

20. Luta contra a fraude fiscal ligada às operações intracomunitárias (sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado - Luta contra a fraude fiscal ligada às operações intracomunitárias - Relatório Especial n.º 8/2007 do Tribunal de Contas relativo à cooperação administrativa no domínio do IVA (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia a discussão conjunta dos seguintes relatórios:

- (A6-0448/2008) do deputado José Manuel García-Margallo y Marfil, em nome da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, sobre uma proposta de directiva do Conselho que altera a Directiva 2006/112/CE do Conselho relativa ao sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado com vista a lutar contra a fraude fiscal ligada às operações intracomunitárias (COM(2008)0147 - C6-0154/2008 - 2008/0058(CNS)),

- (A6-0449/2008) do deputado José Manuel García-Margallo y Marfil, em nome da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, sobre uma proposta de regulamento do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 1798/2003 com vista a lutar contra a fraude fiscal ligada às operações intracomunitárias

(COM(2008)0147 - C6-0155/2008 - 2008/0059(CNS)), e

- (A6-0427/2008) do deputado Bart Staes, em nome da Comissão do Controlo Orçamental, sobre o Relatório Especial n.º 8/2007 do Tribunal de Contas relativo à cooperação administrativa no domínio do IVA

(2008/2151(INI)).

José Manuel García-Margallo y Marfil, relator. – (ES) Senhora Presidente, devo começar deplorando a ausência do Comissário responsável, muito embora não esteja realmente surpreendido com esse facto, porque em relação a este tema tem-se falado muito e feito muito pouco: grandes declarações retóricas para combater a fraude associada ao IVA e muito poucas medidas para fazer esse combate.

Nas comunicações que o Senhor Comissário nos apresentou, a última das quais no passado dia 1 de Dezembro deste ano, criou-se um caso sobre os danos causados pela fraude fiscal. Afecta a suficiência, afecta a equidade e causa distorções no mercado com números verdadeiramente importantes. A fraude relativa ao imposto sobre o valor acrescentado chega a atingir um valor entre 60 000 e 100 000 milhões de euros por ano.

Como podemos impedir a fraude? Também o diagnóstico dado nestas comunicações é, de uma forma geral, correcto, retórico e grandiloquente. Afirma-se que cumpre às autoridades nacionais combater a fraude, mas que as operações em que o fornecedor e o cliente não residem no mesmo país requerem a cooperação entre os Estados-Membros. Recordam ainda que o Tribunal de Contas, no seu Relatório especial n.º 8, afirma que essa cooperação foi claramente insatisfatória e que, por essa razão, é preciso actuar. O problema surge quando o Comissário começa a dizer-nos quais são os tipos de acção que devem empreender-se. Afirma, o que é razoável, que existem duas estratégias: uma estratégia, que ele classifica como ambiciosa, que consta de uma reforma total do imposto sobre o valor acrescentado, que incluiria um sistema de autoliquidação ou um sistema de retenção na fonte com uma câmara de compensação, e outra estratégia que o Comissário denomina "medidas convencionais".

Da sua comparecência aqui no dia 24 de Junho, inferiu-se que não ponderava a hipótese de, sob nenhuma circunstância, abordar uma reforma ambiciosa e que se limitaria às denominadas "medidas convencionais". Todavia, mais tarde, quando descreveu as medidas convencionais, apresentou quatro que, em princípio, não estão mal. Falou em reduzir os prazos da declaração obrigatória, de reforçar a cooperação entre as autoridades administrativas, de estabelecer a responsabilidade solidária quando o adquirente dos bens não tenha fornecido a informação sobre quem lhes vendeu, e de melhorar a informação disponível sobre os sujeitos passivos de IVA. Concluiu então afirmando que nem sequer estas quatro medidas fazem parte das medidas concretas que pensa adoptar. Hoje aparece com duas propostas de modificação de directiva e de regulamento. Afirma que o objectivo da primeira é reduzir o período de que os sujeitos passivos de IVA dispõem para apresentar as declarações de três meses para um mês, e o objectivo da segunda é reduzir o prazo de transmissão da informação ao Estado-Membro que tem de exigir o imposto de três meses para um mês. Ponto final. Isto é tudo o que a proposta estabelece.

A Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários tentou apimentar um pouco mais esta história realmente insípida, e nós apresentámos as seguintes alterações: aprovámos uma alteração a favor das pequenas e médias empresas, cuja finalidade é reconciliar o combate à fraude fiscal com a simplificação dos encargos administrativos sobre as pequenas empresas, com as quais este Parlamento, e a União Europeia no seu conjunto, assumiu um compromisso. Por conseguinte, preconizamos que a Comissão, a breve trecho, num prazo de dois anos, terá de nos apresentar um relatório que descreva o funcionamento destas medidas, de que forma afectaram os custos administrativos das empresas e até que ponto se revelaram úteis para combater a fraude fiscal.

Salientamos também que a Comissão deve envolver-se mais quando faz a legislação; que deve ter um protagonismo maior. Convidamo-la ainda a centralizar os dados que sejam transferidos pelos Estados-Membros envolvidos, para elaborar um manual de boas práticas, para que as autoridades administrativas possam funcionar melhor, para estabelecer indicadores de zonas de risco e de zonas que não o são, e para nos dizer quem cumpre e quem não cumpre. Por último, para facilitar a perseguição dos responsáveis pela fraude, estabelecemos um registo de pessoas singulares que não poderão cometer evasão fiscal através da constituição de empresas.

Lamento que o Comissário não possa responder às alterações que formulámos.

Bart Staes, relator. – (NL) Senhora Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, fraude fiscal e fraude no domínio do IVA constituem crimes puníveis. Podem ser crimes de "colarinho branco", não obstante, são crimes, que por vezes estão relacionados com a criminalidade organizada.

Quais são os montantes envolvidos, porque isso sempre os torna interessantes? Em 2007, o Comissário Kovács calculou o total da fraude fiscal em duas a duas vezes e meia o orçamento europeu, ou seja um montante entre 200 e 250 mil milhões de EUR, sendo a parte da fraude no domínio do IVA calculada em 40 mil milhões de EUR. Tudo isto constitui um cálculo, provavelmente muito abaixo do valor real, porquanto o Tribunal de Contas calculou a perda da receita do IVA em 2005 em 17 mil milhões de EUR na Alemanha e 18,5 mil milhões no Reino Unido, responsáveis no seu conjunto por um pouco mais de 35 mil milhões de perda da receita do IVA.

É, por conseguinte, de aplaudir o facto de a Comissão ter financiado um estudo, de que esse estudo esteja em pleno curso e de que os resultados irão ser tornados públicos, de molde a podermos avaliar a verdadeira extensão do problema.

Há dois problemas básicos, no que diz respeito às políticas a praticar. Em primeiro lugar, cumpre melhorar a cooperação entre as autoridades fiscais; em segundo lugar, devíamos procurar encurtar os intervalos entre

as reuniões dos órgãos administrativos dos Estados-Membros, em que estes reúnem e trocam informações, de molde a permitir que as coisas se processem mais rapidamente.

O meu relatório analisa sobretudo a investigação levada a cabo pelo Tribunal de Contas em matéria da fraude no domínio do IVA. O Tribunal de Contas procedeu a averiguações em sete países: França, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Polónia, Eslovénia e Reino Unido, países que cooperaram bem. A Alemanha, porém, recusou-se a prestar qualquer colaboração. Em Setembro, a Comissão deu início a um processo por infracção contra a Alemanha, coisa que, devo dizer, Senhor Comissário, apoio plenamente.

O Tribunal de Contas verificou em alguns Estados-Membros ausência absoluta das condições essenciais para uma cooperação efectiva quando se trata de controlar esta forma de fraude. O meu co-relator fez notar que são necessários mais de três meses para tratar dos pedidos de informação. Na realidade, isto é, de facto, indesculpável, porque estes crimes deviam ser tratados em tempo real. Não obstante, a organização interna dos países também ficou sob fogo. Os Países Baixos e a Alemanha, em particular, deixam algo a desejar. Além disso, existe uma absoluta falta de mecanismos de controlo suficientemente fortes.

O motivo por que os Estados-Membros se recusam a tomar uma atitude firme, muito embora saibam que perdem milhares de milhões de receita, continua a ser um mistério para mim. Isto ultrapassa-me, realmente. A livre circulação de criminosos é uma realidade. Uma Europa unida na luta contra a fraude fiscal continua, em grande parte, a ser uma utopia.

Todavia, há também boas notícias. O meu próprio Estado-Membro, a Bélgica, criou a Rede Europeia Carrossel (rede Eurocanet), que garante um intercâmbio espontâneo de informações. Não obstante, também isto tem falhas, uma vez que apenas 24 Estados-Membros deram a sua cooperação, tendo-se recusado a cooperar três dos maiores Estados-Membros, isto é, a Alemanha, a Itália e o Reino Unido.

O Conselho Ecofin de 7 de Outubro lançou um novo mecanismo, designadamente o mecanismo Eurofisc, destinado a melhorar a cooperação entre os Estados-Membros no controlo da fraude no domínio do IVA. Trata-se de uma iniciativa que, em minha opinião, é sensata, mas que apenas será um valor acrescentado se todos os Estados-Membros nela participarem e se isso for algo mais do que simples cooperação intergovernamental. Creio firmemente que a Comissão devia ser envolvida nesta iniciativa. Em todo o caso, podia tomar parte nela e, inclusive, desempenhar um papel coordenador.

Finalmente, também penso que devíamos trabalhar unidos muito mais estreitamente, inclusivamente no campo jurídico. Necessário seria remover imediatamente todos os obstáculos jurídicos existentes na legislação nacional à perseguição criminal transfronteiriça. No meu relatório incluí uma lista de medidas a tomar. Gostaria de receber uma resposta, ou reacção, da Comissão. Lamento que o Conselho se não encontre presente, porque, no fim de contas, é ao Conselho que cabe actuar neste domínio.

Louis Michel, Membro da Comissão. – (FR) Senhora Presidente, minhas senhoras e meus senhores, gostaria de agradecer ao Parlamento Europeu e, muito especialmente, aos dois relatores, os senhores deputados García-Margallo y Marfil e Bart Staes, os relatórios construtivos que apresentaram sobre o tema delicado da luta contra a fraude ao IVA na União Europeia, nomeadamente no que diz respeito à primeira proposta concreta da Comissão neste domínio.

Encontramo-nos hoje num ponto de viragem na execução da nossa estratégia de combate à fraude ao IVA. Os três relatórios que deverão ser aprovados pelo Parlamento amanhã contêm uma série de recomendações sobre a forma de melhorar a luta contra a fraude e reflectem o vosso parecer sobre a primeira daquela que será uma longa série de medidas.

No dia 1 de Dezembro, a Comissão adoptou uma comunicação que especifica as medidas que irá apresentar nos próximos meses, bem como uma directiva inicial contendo algumas dessas medidas. As propostas previstas respondem também às preocupações e recomendações expressas no relatório do senhor deputado Staes.

As medidas que a Comissão tenciona adoptar podem ser subdivididas em três categorias:

A primeira reúne medidas destinadas a prevenir a fraude ao IVA. Uma delas consiste em estabelecer padrões mínimos para registo e cancelamento de registo em bases de dados nacionais, a fim de melhorar a fiabilidade e a comparabilidade das informações nelas contidas.

Estão também previstas melhorias no procedimento utilizado para obter a confirmação electrónica dos números de IVA dos operadores e os correspondentes nomes e moradas, de modo a garantir uma maior segurança jurídica para os fornecedores.

Finalmente, a Comissão propõe uma simplificação das regras de facturação e a racionalização das regras relativas à exigibilidade do imposto, a fim de garantir a sua melhor aplicação, uma medida que irá facilitar o controlo.

A segunda categoria diz respeito a medidas destinadas a melhorar a eficácia das autoridades fiscais, com vista a detectar fraudes ao IVA. A medida relativa à redução dos prazos, que é abordada nos dois relatórios do deputado García-Margallo y Marfil, pertence a esta categoria. Para melhorar a detecção de fraudes, é também necessário garantir que as isenções ao IVA nas importações são mais bem controladas, como a Comissão propôs segunda-feira passada, e alargar o âmbito das informações que os Estados-Membros terão de pôr à disposição das autoridades fiscais dos outros Estados-Membros, através do acesso automatizado às suas bases de dados.

Finalmente, como indicou, esta categoria inclui também a criação de uma rede europeia, conhecida como Eurofisc. Esta rede destina-se a melhorar a cooperação operacional entre os Estados-Membros na luta contra a fraude ao IVA, com base no modelo da rede Eurocanet, que foi criada pelas autoridades fiscais belgas e que é apoiada pela Comissão e pelo Organismo Europeu de Luta Antifraude.

A terceira categoria envolve medidas destinadas a reforçar as capacidades das autoridades fiscais no que diz respeito ao lançamento e cobrança de impostos. Estas medidas incluem, nomeadamente, uma medida que especifica os casos em que fornecedores e clientes que fazem transacções transfronteiriças são solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto, e que se destina, indubitavelmente, a reforçar o quadro jurídico que rege a cobrança de impostos transfronteiras.

Finalmente, esta categoria inclui uma medida destinada a estabelecer a responsabilidade partilhada entre os Estados-Membros, a fim de proteger as receitas fiscais globais.

A Comissão faz também notar que o Parlamento tem demonstrado uma preocupação constante em garantir a protecção dos interesses financeiros da Comunidade Europeia, dado que a fraude ao IVA tem também consequências para os recursos próprios do orçamento europeu.

Congratulo-me com o apoio dado à proposta de regulamento relativo à assistência administrativa mútua no domínio da luta contra a fraude e, em particular, contra a fraude ao IVA.

A Comissão congratula-se igualmente com o pedido formulado pelo Parlamento ao Conselho para prosseguir as negociações sobre esta proposta, que irá criar um quadro circunstanciado que permitirá à Comissão e ao Organismo Europeu de Luta Antifraude proporcionar aos Estados-Membros apoio operacional e informações, como parte da sua luta contra a fraude ao IVA.

O parecer positivo expresso pelo Parlamento no projecto de relatório sobre a redução dos prazos e o rápido progresso dos trabalhos realizados sobre esta questão no seio do Conselho constituem um bom prenúncio para as propostas mais abrangentes que a Comissão irá adoptar no futuro próximo.

Lidia Joanna Geringer de Oedenberg, *relatora de parecer da Comissão dos Assuntos Jurídicos*. – (PL) Senhora Presidente, o controlo da fraude, até aqui principalmente dentro do território dos Estados-Membros, é um problema que não pode ser resolvido unicamente a nível nacional. O combate à fraude fiscal deve implicar uma cooperação mais estreita entre as autoridades administrativas dos Estados-Membros, bem como a cooperação com a Comissão.

As propostas de directiva e de regulamento objecto dos relatórios em apreço decorrem apenas em parte das recomendações prioritárias formuladas pelo Conselho Ecofin em Junho de 2007. As alterações propostas têm como objectivo principal acelerar a recolha e o intercâmbio de informações sobre procedimentos intracomunitários, através da normalização dos procedimentos e da redução, para um mês, da periodicidade das declarações relativas às transacções intracomunitárias e do prazo para a troca de informações sobre essas transacções entre os Estados-Membros.

A harmonização dos requisitos do IVA assegurará a verificação eficaz da informação fornecida. A obrigatoriedade de os Estados-Membros aceitarem a apresentação electrónica das declarações de IVA também simplificará o processo de forma significativa.

Os instrumentos legislativos propostos representam apenas os primeiros passos no sentido de pôr em prática as propostas do Conselho Ecofin atrás mencionadas. Ainda não temos uma avaliação pormenorizada do impacto dos novos requisitos formais nos prestadores de serviços, e seria aconselhável elaborar um relatório que tratasse especificamente desta questão, sobretudo no que respeita aos custos administrativos suportados pelos contribuintes e pelas autoridades administrativas e à eficácia do combate à fraude fiscal.

Tendo em mente a crítica justificada feita pelo Tribunal de Auditores acerca da falta de cooperação administrativa eficaz nesta área, a Comissão Europeia deve considerar desempenhar um papel mais preponderante, especialmente no que se refere a preparar análises e a fornecer bons modelos.

Gabriele Stauner, em nome do Grupo PPE-DE. – (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores, aproximadamente 2,25% do produto interno bruto da UE, num valor aproximado de 200 mil milhões de euros por ano – tal como disse já o Senhor Deputado Staes –, é perdido em evasões ao imposto sobre o valor acrescentado, esquemas para contornar o imposto e fraudes. São esses os factos em que o relatório do Sr. Deputado Staes correctamente se baseia.

Das respostas às cinco perguntas escritas que formulei sobre este tema ao Conselho e à Comissão – e a propósito, também lamento que o Conselho esteja tão parcimoniosamente representado – deduz-se, entre outros aspectos, que os prejuízos no imposto sobre o valor acrescentado em 2005 só na Alemanha orçaram os 17 mil milhões de euros e no Reino Unido 18 mil milhões de euros. Estes números deixam à vista de todos os danos consideráveis infligidos à economia nacional e a necessidade de pôr termo a esta situação logo que possível.

Mas como é que isto pode ser conseguido? A resposta tem passado até agora – segundo o Tribunal de Contas, que consagrou a este tema um relatório especial – pela cooperação entre as autoridades administrativas nacionais que detêm a responsabilidade nesta matéria, mas isso é precisamente o que não funcionou de forma alguma nos últimos anos.

Mais uma vez os europeus se vêem numa situação em que perseguem um objectivo bem-intencionado mas contam as suas galinhas antes do abate. Ora neste caso as galinhas são os Estados-Membros, que são incapazes de reprimir a evasão internacional ao imposto sobre o valor acrescentado através de medidas administrativas.

É assim, por exemplo, que existem grandes diferenças por explicar no número de pedidos de informação recebidos e respondidos. As diferenças reflectidas pelas estatísticas para o comércio intracomunitário comunicadas pela Comissão em resposta à minha pergunta escrita de 6 de Maio, que supostamente teriam alcançado a bonita soma de 77 mil milhões de euros em 2007, podem também ser um indício de fraude no imposto sobre o valor acrescentado. Queria aproveitar esta oportunidade para perguntar à Comissão quando é que nos irá apresentar os resultados do estudo.

Vladimír Maňka, em nome do Grupo PSE. – (SK) Caros colegas, imaginem que não havia fraude fiscal na União Europeia. Se os fundos arrecadados deste modo fossem distribuídos de forma justa, cada cidadão da União Europeia, incluindo crianças e reformados, teriam mais 500 euros na sua carteira todos os anos.

Nenhum país pode combater sozinho a fraude fiscal com eficácia. A cooperação internacional constitui um imperativo, em especial no domínio de IVA, onde o sistema actual complica a monitorização das operações intracomunitárias. A criação de um sistema de IVA no qual se aplicasse às operações entre os Estados-Membros uma taxa que não fosse zero constituiria uma solução com efeito positivo a longo prazo na luta contra a fraude fiscal. A aplicação da taxa zero a exportações de mercadorias está a ser utilizada abusivamente por burlões e grupos criminosos que, por exemplo, criam operações fictícias e sugam, de forma fraudulenta, milhares de milhões de euros dos orçamentos estatais.

A morosidade dos prazos actuais para a apresentação de declarações fiscais também permite que sejam cometidas fraudes fiscais deste tipo. O relatório sobre a proposta de directiva que estamos a debater agora representa uma aceleração do intercâmbio de informações necessárias para a luta contra a fraude fiscal. Esta é uma das razões pelas quais estamos a reduzir o prazo para a apresentação de declarações fiscais relativas a transacções intracomunitárias.

O sistema de IVA criado em 1993 é apenas transitório. Acredito que, no início do próximo mandato, a Comissão apresentará medidas mais ambiciosas destinadas a uma reforma definitiva e abrangente do IVA. A natureza provisória do sistema actual é uma das razões pelas quais, na minha alteração, aprovada pela Comissão competente, peço que a Comissão Europeia avalie o impacto das medidas adoptadas três anos

mais cedo de que foi proposto na alteração original. O objectivo consiste em evitar uma situação em que o sistema seria avaliado num momento em que já não estaria em vigor.

Para terminar, quero agradecer ao relator e felicitá-lo por um relatório equilibrado. A proposta permite uma resposta atempada à fraude fiscal. É igualmente positivo que os próprios empresários tenham afirmado que os encargos administrativos serão mínimos.

Miguel Portas, em nome do Grupo GUE/NGL. – Senhora Presidente, quando o Tribunal de Contas diz que o volume da fraude no IVA poderá ultrapassar o volume do orçamento comunitário e o Colega Staes afirma que esses valores devem ser multiplicados por mais de dois, estão plenamente justificados os relatórios em discussão. Em particular, é óbvio que os Estados têm a obrigação de apoiar a criação de um registo das pessoas singulares que usam empresas-fantasma para a evasão fiscal. E apoio também as propostas do Colega Staes.

Dito isto, não é na fuga ao IVA que se joga o essencial da evasão fiscal na Europa, porque há uma evasão legal, a que é permitida e facultada pelos Governos e que se materializa nos *offshores* financeiros. É aí que se reciclam dinheiros do crime, é aí que se criminalizam dinheiros legais. Quando o dinheiro dos nossos impostos anda a ser usado para resgatar bancos e banqueiros, o fim dos paraísos fiscais é a verdadeira prova de coragem que se coloca à Europa nos próximos tempos. É por ela que seremos julgados e estamos ainda a anos-luz do que é necessário em matéria de evasão fiscal.

Sergej Kozlík (NI). – (SK) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, estimados convidados, é indiscutível que a fraude fiscal causa uma perturbação significativa da concorrência e do funcionamento do mercado interno, reduzindo as receitas públicas. A exposição de motivos não é completamente convincente quando afirma que as medidas propostas, que visam exclusivamente a aceleração e intercâmbio de dados relacionados com as operações intracomunitárias, não representarão encargos excessivos para o sector empresarial.

A exposição de motivos da Comissão reconhece, simultaneamente, a existência de dúvidas no sector empresarial no que diz respeito à capacidade das autoridades fiscais de utilizar a informação fornecida. A exposição de motivos não dissipa estas dúvidas. Apesar disso, as medidas que visam o combate à fraude fiscal têm de começar em algum lado. É provável que apenas a prática venha a mostrar se a medida proposta funciona ou se não passa de mais um encargo administrativo para o sector empresarial.

Bogusław Liberadzki (PSE). – (PL) Senhora Presidente, gostaria de considerar tanto o relatório como o problema em si sob o ponto de vista da fraude, em primeiro lugar, das perdas orçamentais, em segundo lugar, e, em terceiro lugar, da distorção da concorrência, uma vez que a fraude fiscal mina os princípios de uma concorrência equitativa.

Desejo exprimir o meu especial apreço pelo relatório e pelo relator, o senhor deputado Staes, que produziu um excelente relatório. É um dos poucos relatórios que não só refere os montantes como também aponta os Estados-Membros onde essas irregularidades ocorrem. Desejo igualmente exprimir a minha gratidão ao Tribunal de Auditores, que destacou dois grupos principais de motivos. Em primeiro lugar, os motivos associados aos Estados-Membros, que poderíamos interpretar como uma espécie de passividade por parte do Conselho ou de inércia por parte dos Estados-Membros, os quais poderiam dar uma contribuição significativa para a resolução do problema tomando medidas aparentemente simples, tais como o intercâmbio pronto e fiável de informação, e demonstrando vontade para identificar e eliminar as causas do actual estado de coisas.

Há também uma segunda questão importante a que não foi dada suficiente relevância na intervenção do Senhor Comissário, e que é a seguinte: o que pode a Comissão, juntamente com os serviços que lhe estão subordinados, como a Direcção-Geral da Fiscalidade e da União Aduaneira e o Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF), de facto fazer, em vez de insistir nas explicações, tantas vezes burocráticas, no sentido de, por mais esforços que façam, estes ainda não terem produzido resultados?

Louis Michel, Membro da Comissão. – (FR) Senhora Presidente, minhas senhoras e meus senhores, gostaria de vos agradecer as observações e pontos de vista que manifestaram ao longo deste debate.

A Comissão terá em conta as sugestões feitas pelo Parlamento Europeu nas suas propostas legislativas actuais e futuras.

Apraz-me constatar que os pareceres do Parlamento Europeu são semelhantes aos da Comissão no que diz respeito às medidas a tomar para melhorar a luta contra a fraude ao IVA no seio da União Europeia. Sinto-me particularmente satisfeito com o vasto apoio ao principal objectivo da primeira proposta concreta da

Comissão, ou seja, acelerar, até Janeiro de 2010, a recolha e o intercâmbio de informações relativas às transacções intracomunitárias.

Falámos sobre a avaliação de impacto. A Comissão analisou os efeitos sobre os custos das empresas e parece que tais custos são limitados. A fim de analisar os efeitos reais com maior precisão, a Comissão está pronta a produzir um relatório de avaliação. Os resultados preliminares da avaliação em curso, a que se referiu a senhora deputada Stauner, serão conhecidos no decorrer das próximas semanas e serão depois validados em cooperação com os Estados-Membros.

Segundo me disseram, a Comissão só poderá aceitar as alterações 4 e 7 do relatório...

Por consequência, não poderão aceitar as alterações 4 e 7 do relatório?

Na verdade, podemos aceitar as alterações 4 e 7 do relatório do senhor deputado García-Margallo y Marfil.

Peço desculpa por estar a proceder desta maneira, mas eu não sou, como já devem ter notado e como sabem, o Comissário responsável, e estou, portanto, muito menos à-vontade nestas questões, que são extremamente exigentes para mim, do que noutras.

José Manuel García-Margallo y Marfil, relator. – (ES) Pode estar certo, Senhor Comissário Michel, de que agradeço a sua presença aqui para abordar temas que, efectivamente, são duros para todos.

A Comissão solicitou-nos celeridade e actuámos com rapidez. A Comissão dos Assuntos Jurídicos emitiu atempada e devidamente o seu parecer e a Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, numa rara demonstração de unanimidade, aprovou este relatório objecto do nosso debate de hoje.

Senhor Comissário, o senhor leu-nos as propostas que o Conselho adoptou a 1 de Dezembro, com base nas notas que lhe foram preparadas nos respectivos serviços, propostas que não são exactamente as que estamos aqui a debater. O que estamos a debater aqui é outra coisa. Não me surpreende que nos tenham dito o que pensam fazer, porque o que de facto fizeram é muito pouco, como já referi antes.

A celeridade com que o Parlamento actuou nesta matéria realmente importante, como salientaram os meus colegas, não foi correspondida nem com o entusiasmo da Comissão nem com o entusiasmo do Conselho.

Um presidente de comissão muito importante disse uma vez que esperava da Comissão *"de l'audace, encore de l'audace et toujours de l'audace"* (coragem, mais coragem e sempre coragem). A Comissão detém o monopólio da iniciativa legislativa, e este Parlamento assim o quis, mas deter este monopólio exige que estas iniciativas sejam mostradas e que sejam propostas com coragem e sem receios, sem recuar por temor a que o Conselho possa não as aprovar.

É preciso lançar, fazer avançar e defender iniciativas, e o Conselho terá de responder perante a Comissão e perante este Parlamento se essas propostas não tiveram bons resultados. Não foi esse o caso. O que descrevi na minha intervenção anterior é a história de uma ambição em declínio, das propostas mais absolutas às medidas convencionais, a um pacote de medidas das quais apenas se seleccionam duas, as mais modestas.

Agradeço ao Senhor Comissário Michel e peço-lhe que transmita ao Comissário responsável os meus agradecimentos por ter aceite algumas alterações, embora me sinta realmente frustrado pelo que aqui foi debatido.

Bart Staes, relator. – (NL) Senhora Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, não posso senão subscrever as palavras do senhor deputado García-Margallo y Marfil. Em minha opinião, os dois relatórios, na realidade, os três relatórios que temos presentes, e o modo como foram aprovados, pela Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, por um lado, e, por outro, pela Comissão do Controlo Orçamental, demonstra o elevado nível de determinação – determinação de não tomar isto levianamente.

Há muito dinheiro envolvido. Imaginem só que podíamos recuperar apenas um quarto desse dinheiro. Iriamos acabar com um fundo de 60 mil milhões de EUR nos Estados-Membros e na União Europeia. E temos necessidade desse dinheiro! O senhor Vice-Presidente da Comissão, que hoje se encontra aqui presente, sabe que tem uma importante missão a cumprir. Sabemos, por conseguinte, aquilo por que estamos a lutar. Estamos a lutar também contra a desonestidade e a injustiça. No fim de contas, quem não paga os seus impostos, quem tenta esquivar-se a pagá-los, dá mostras de um comportamento anti-social, coisa que exige determinação nesta Casa.

Gostaria de dizer ao senhor Comissário Michel que compreendo a sua resposta. O senhor Comissário tem as suas próprias competências. Encontra-se aqui em substituição de outra pessoa, e compreendo que está simplesmente a ler uma resposta. Isso não é problema. Vou levar o seu texto comigo, e vamos trabalhar com ele.

Gostaria, porém, de pedir à Comissão que não se limitasse a discutir com os Estados-Membros o estudo sobre a extensão da fraude, que devia estar pronto no fim do ano, mas que também o apresentasse à Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários e à Comissão do Controlo Orçamental, de molde a podermos incluir também outros aspectos.

Presidente. - Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quinta-feira, dia 4 de Dezembro de 2008, às 12H00.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Sebastian Valentin Bodu (PPE-DE), por escrito. – (RO) O relatório em apreço é particularmente importante pelo facto de introduzir mecanismos que visam eliminar ou reduzir as possibilidades de defraudar o orçamento da UE através de transacções intracomunitárias fraudulentas passíveis de IVA.

Presentemente, calcula-se que as perdas anuais resultantes de transacções fictícias que envolvem empresas-fantasma se elevam a 100 milhões de euros (16% dos actuais recursos da UE).

A redução dos prazos, tanto de recolha como de transmissão de dados entre as autoridades fiscais dos Estados-Membros, poderá ajudar a melhorar o controlo de transacções desta natureza.

Nos termos de uma alteração apresentada pela Comissão ao relatório em apreço, e aprovada, as autoridades fiscais nos Estados-Membros ficarão ligadas a uma base de dados comum que conterà os elementos de identificação das pessoas singulares por detrás das empresas-fantasma envolvidas em transacções fraudulentas desta natureza.

Isto dissuadirá tais operadores de estabelecer outras empresas em qualquer outro ponto da União Europeia, e não apenas num único Estado-Membro como acontece actualmente. Isto conseguir-se-á na medida em que os operadores serão identificados em tempo real ao ser feita uma verificação na base de dados, e também porque os dados serão enviados à Conservatória do registo comercial onde o pedido de registo de uma nova empresa foi entregue.

Zbigniew Krzysztof Kuźmiuk (UEN), por escrito. – (PL) Ao tomar a palavra num debate dedicado ao combate à fraude fiscal, gostaria de chamar a atenção para as seguintes questões. A perda de receitas resultante da evasão ao IVA nos diferentes Estados-Membros é extremamente elevada e aumenta todos os anos. Por exemplo, na Alemanha, no ano de 2005, as perdas ascenderam a cerca de 17 mil milhões de euros e, no Reino Unido, durante o ano fiscal de 2005-2006, foram superiores a 18 mil milhões de euros.

Apesar de a União Europeia ter introduzido muitas iniciativas para combater a evasão ao IVA, tal como a Eurocanet (uma rede de intercâmbio de informação sobre empresas suspeitas de fraude ao IVA, que infelizmente não inclui a Alemanha, o Reino Unido nem a Itália), e do trabalho de instituições como a Europol, a Eurojust e a OLAF, as perdas de receitas aumentam significativamente de ano para ano.

Nestas circunstâncias, deveríamos abandonar acções conducentes à criação de novas agências intergovernamentais e, em vez disso, reforçar o papel da Comissão Europeia como coordenador central da cooperação administrativa entre os Estados-Membros preocupados com a luta contra a evasão ao IVA. Consequentemente, podemos pelo menos debater se não deveríamos criar um novo mecanismo, o Eurofisc, concebido como uma nova rede descentralizada na qual os Estados-Membros participariam numa base voluntária.

Andrzej Jan Szejna (PSE), por escrito. – (PL) O relatório sobre o combate à fraude fiscal no domínio das transacções intracomunitárias é um acto jurídico muito importante.

A fraude fiscal é equivalente a um ataque ao princípio da tributação justa e transparente. Mina também em que assenta o funcionamento da União. Menos dinheiro a entrar no orçamento da União significa que não poderemos implementar as políticas na íntegra.

O combate à fraude fiscal inscreve-se essencialmente nas competências dos Estados-Membros. Contudo, estes não devem actuar isoladamente. Há uma necessidade óbvia de coordenar o trabalho a nível comunitário e de fortalecer a cooperação entre as administrações nacionais dos Estados-Membros e a Comissão Europeia.

A reforma do IVA é um processo moroso e a longo prazo. Consequentemente, o relatório em apreço afirma que devem ser utilizados os recursos convencionais. Estes implicam alterações à legislação no domínio da responsabilidade do contribuinte no caso de os documentos necessários não serem apresentados a tempo ou serem apresentados de forma incorrecta. Outras alterações incluem a redução do prazo de recolha de informação e correcções rápidas de dados inexactos, a par da aceleração do intercâmbio de informação relativa a transacções intracomunitárias.

21. Aplicação do Regulamento REACH (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia a pergunta oral (O-0131/2008) à Comissão sobre o pré-registo das substâncias de integração progressiva nos termos do Regulamento REACH (B6-0490/2008).

Guido Sacconi, autor. - (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, não me estenderei, dado tratar-se de um tema bem conhecido. Estamos a debater o pré-registo de substâncias químicas, uma fase preliminar, com efeito, a primeira fase da implementação do REACH, que é muito importante. E é muito importante porque oferece às empresas a oportunidade de estabelecer o direito a solicitar um regime transitório, isto é, a escalonar os períodos previstos para o registo das substâncias. Trata-se de um procedimento mais exigente, que, fundamentalmente, e ainda mais importante, pode levar à formação de consórcios de empresas para a partilha de dados, o que significa que os dados podem ser apresentados conjuntamente pelos produtores das mesmas substâncias.

Como é do conhecimento de todos, fomos informados acerca do facto de que, em relação às previsões iniciais sobre as quais se baseava o sistema REACH, o número de pré-registos não só foi elevado, como, efectivamente, bastante mais elevado do que o previsto. Falávamos em termos de poucas centenas, mas o número de substâncias que foram inscritas no pré-registo – e o Senhor Comissário certamente nos facultará os números exactos – ultrapassou provavelmente um milhão. Isto coloca um problema, porque levanta muitas questões sobre as causas desta explosão, podemos dizer deste fenómeno, que poderia ser até positivo. Sabemos, acima de tudo, que esta avalanche de dados, embora ainda se trate de informação básica preliminar, foi uma prova dura para a nova Agência de Substâncias Químicas, recentemente instituída em Helsínquia, e para a sua capacidade de a gerir.

A nossa pergunta é, pois, exactamente esta: queremos saber como se fez frente a estes problemas, que tipo de estrutura foi criada, se os problemas foram causados às empresas que estavam, digamos, muito angustiadas em relação à possibilidade de cumprir o prazo. O prazo para apresentação destes pré-registos expirou à meia-noite do dia 1 de Dezembro. Queremos também saber qual é a análise, e a avaliação inicial, que a Comissão faz deste fenómeno e que problemas pode eventualmente causar durante a próxima fase de implementação deste regulamento.

John Bowis, autor. - (EN) Senhora Presidente, tal como o senhor deputado Guido Sacconi, posso ser relativamente conciso relativamente a esta matéria. Este foi talvez o maior dossiê que o Parlamento conheceu nos últimos anos. Trata-se de um dos maiores projectos em que estive envolvido e é de extrema importância no que respeita à segurança e saúde das pessoas quando manuseiam, utilizam ou consomem substâncias químicas que podem ser perigosas ou constituir um risco e que, por esse motivo, exigem muito cuidado.

Foi por esse motivo que elaborámos o Regulamento REACH. Foi por essa razão que introduzimos o processo de pré-registo e, posteriormente, o processo de autorização. É por isso que nos preocupa o facto de se ter desenvolvido de forma tão rápida que quase asfixiou a agência recém-criada.

O senhor deputado Guido Sacconi referiu que não sabia qual era o número exacto de pré-registos, mas que pensava que era superior a um milhão. Posso dizer que, em 1 de Dezembro, quando o processo foi concluído, o número era superior a dois milhões. Consistia em 2 212 129 registos de 65 655 empresas. É esta a escala do que sucedeu.

A questão que se coloca é a seguinte: porquê tantos? Suponho que a resposta é que muitas empresas foram aconselhadas a tomar medidas de precaução, para evitar processos muito mais dispendiosos no futuro.

Então, deve colocar-se a seguinte questão: em Setembro, quando fomos alertados para esta situação pela primeira vez, a Comissão interveio para facultar o seu apoio? Considera a Comissão que o processo de registo

será agora adequado? Que medidas irá tomar para assegurar que os restantes processos desta agência decorrem de forma eficaz e sem dificuldades?

Günter Verheugen, *Vice-Presidente da Comissão*. – (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores, gostaria de agradecer ao Senhor Deputado Sacconi e aos outros autores porque a questão deles me dá a oportunidade de dar a conhecer ao Parlamento Europeu os resultados verdadeiramente espantosos do processo de pré-registo no quadro do programa REACH. O pré-registo de substâncias químicas à disposição no mercado da UE é o primeiro processo no quadro do REACH e constitui uma condição prévia para períodos de registo mais alargados para as empresas, que irão ser ampliados até 2018.

O período de pré-registo previsto no Regulamento REACH iniciou-se em 1 de Junho de 2008 e terminou em 1 de Dezembro de 2008, ou seja, seis meses mais tarde. Quando aprovámos o regulamento tínhamos presumido que seriam registadas aproximadamente 200 000 substâncias químicas. De facto, no final do período de pré-registo tínhamos exactamente 2 236 625 registos. Vários milhares de pedidos colectivos estão actualmente ainda a ser tratados e poderão vir a aumentar consideravelmente este número.

O número definitivo será anunciado pela agência em meados de Dezembro. Naturalmente que também nós nos perguntámos como foi possível que as estimativas na base da nossa legislação fossem dez vezes inferiores ao número real. A resposta é simples e vem precisamente mostrar a razão pela qual o REACH foi desenvolvido: porque simplesmente desconhecíamos – e ninguém sabia com rigor – quantas substâncias estavam disponíveis.

Veio a verificar-se que a dimensão da tarefa havia sido subestimada por todas as partes envolvidas. As estimativas foram feitas com a ajuda de todos os dados disponibilizados pelos Estados-Membros e pelo sector. Naturalmente que de início surgiram problemas quando se verificou que a premissa de trabalho estava errada, o que era inevitável. Segundo o Regulamento REACH, a tarefa da agência de Helsínquia era estabelecer o formato para o pré-registo e disponibilizá-lo gratuitamente no seu *website*. O sistema REACH IT e o formato correspondente ao pré-registo das substâncias em questão foi disponibilizado às empresas atempadamente em 1 de Junho do corrente ano.

Durante os meses de Outubro e Novembro, as empresas informaram a Comissão de que o sistema REACH IT operado pela agência estava a funcionar de forma limitada, e em determinadas alturas não funcionava de todo.

A Comissão monitorizou posteriormente e de uma forma muito minuciosa o funcionamento da agência e debateu a introdução de aperfeiçoamentos no *software* e até mesmo um plano de emergência com a agência. Ao longo de todo o período de pré-registo a agência trabalhou diligentemente para melhorar o desempenho e a eficiência do sistema IT. Dado o rápido aumento do número de pré-registos nas últimas semanas – ultrapassando por vezes os 100 000 pré-registos num só dia – a agência tomou medidas técnicas adicionais e expandiu a sua capacidade

Tais mudanças vieram possibilitar uma melhoria na disponibilidade e velocidade do sistema. No entanto, nos períodos de ponta não foi possível evitar completamente uma demora nas respostas em virtude do número extremamente elevado de pedidos formulados em simultâneo. Na realidade verifica-se – e algumas questões estão relacionadas com este facto – que quase metade dos pedidos de pré-registo formulados nas últimas duas semanas do período de pré-registo, ou seja, mais de um milhão, foram apresentados nas duas últimas semanas.

Foi por esta razão que a agência recomendou que se fizesse o pré-registo fora das horas de ponta em caso de dificuldades. Além disso, as empresas foram aconselhadas a usarem o formato de registo colectivo, que era a opção mais rápida. Na última fase de pré-registo a agência estabeleceu uma nova linha telefónica adicional de resposta rápida para ajudar a resolver quaisquer problemas. Graças a esta medida, o tempo de resposta do sistema REACH IT melhorou constantemente apesar do elevado número de pedidos de pré-registo.

Por último, o processo alternativo que havia sido elaborado foi apenas usado no último dia de pré-registo e só se revelou necessário de uma forma limitada, uma vez que o sistema REACH IT afinal funcionou devidamente até ao fim. Presumo que, apesar das dificuldades verificadas, todas as empresas envolvidas puderam efectuar o pré-registo das suas substâncias e a primeira fase de implementação do REACH foi, por conseguinte, concluída com êxito.

Carl Schlyter, *em nome do Grupo Verts/ALE*. – (SV) Senhora Presidente, agradeço ao Senhor Comissário a sua resposta. Perante o facto de o número de pré-inscrições recebidas ter sido tão surpreendentemente mais elevado do que inicialmente prevíamos, penso que podemos ainda assim dizer que muita coisa funcionou.

Afinal, apesar de tudo, 2,2 milhões de pessoas conseguiram fazer o registo – e de 65 000 diferentes empresas, como o senhor deputado Bowis referiu. Não há dúvida de que acaba por ser positivo o facto de sermos alertados para a enorme utilização que se faz de substâncias químicas. Talvez o sucedido denote um certo nervosismo e um sentimento de que "mais vale prevenir do que remediar" que está a levar as pessoas a fazer o registo ainda que a mesma utilização já tenha sido registada, e por aí adiante. Contudo, não poderemos saber senão mais tarde se é este o caso.

Gostaria, por conseguinte, de fazer uma pergunta complementar. Em flagrante contraste com o número dos que requereram a pré-inscrição das suas substâncias químicas, temos um número extremamente reduzido de químicos na lista de candidatos a substâncias químicas muito perigosas. Há apenas 15 neste momento, quando temos 27 substâncias químicas PBT e 800 outras que já deveriam figurar na referida lista. Imaginem o que seria se houvesse um aumento muito rápido destas substâncias. Nos futuros procedimentos no quadro do REACH, e à medida que nos aproximamos do próximo prazo, como irá a Agência Europeia das Substâncias Químicas lidar com a situação quando for chamada a tomar decisões? Em minha opinião, se queremos que o programa REACH seja bem sucedido, teremos de aumentar substancialmente a força de trabalho da Agência Europeia das Substâncias Químicas. Caso contrário, creio que no final da próxima etapa, quando precisarmos de decisões da Agência, esta não terá possibilidade de tomar, a tempo, as necessárias decisões. Por conseguinte, considero que devemos realmente, nesta fase, prever um aumento substancial dos recursos orçamentais destinados à Agência Europeia das Substâncias Químicas.

Guido Sacconi, *autor*. – (IT) Senhora Presidente, gostaria de começar por agradecer ao Senhor Comissário porque considero as suas respostas muito convincentes. Penso, em particular, que esta explosão de pré-registos reflecte, obviamente, um aspecto importante desta questão, como ele próprio afirmou. Tivemos problemas porque o REACH funcionou muito eficientemente e fez emergir substâncias que são efectivamente desconhecidas, que começam a aparecer inesperadamente.

Se me é permitido, gostaria de colocar uma questão, porventura prematura, dado que ainda não é possível dispor de dados relevantes e de uma avaliação desta questão. Foi sempre nossa ideia que o sistema incluiria, mais ou menos, cerca de 30 000 substâncias. À luz do número de pré-registos, estão em condições agora, ou num futuro próximo, de quantificar o número de substâncias que entrarão no sistema através do pré-registo? A razão desta pergunta deve-se ao facto de, confrontados neste momento com um aumento significativo deste número, podermos ser levados a reflectir sobre o funcionamento das fases seguintes.

Günter Verheugen, *Vice-Presidente da Comissão*. – (DE) Senhora Presidente, não posso responder à questão do porquê da enorme diferença surgida entre as estimativas e o resultado real porque não sou nem cientista nem funcionário administrativo. Como todos os restantes, estava convencido de que estas estimativas eram razoavelmente rigorosas. Porém, não quero culpar ninguém porque, na realidade, não se podia conhecer com exactidão o resultado. Se soubéssemos com precisão quais as substâncias com que lidamos diariamente o REACH não teria sido necessário e é precisamente por o desconhecermos que precisamos deste programa.

Nesta matéria, este resultado inicial que estamos hoje a debater é uma prova muito convincente de que era necessário pôr este projecto em movimento – e vejo que o Senhor Deputado Sacconi abana a cabeça em sinal de aprovação – e é a prova mais evidente de que esta legislação, muito criticada publicamente, era afinal de contas necessária.

Esta fase inicial não pretende expandir a lista de substâncias perigosas, nem se destina a autorizar isto ou aquilo. A fase inicial pretende, em primeiro lugar, apurar o que existe realmente, dando assim às empresas a oportunidade de recorrerem aos fabricantes que procederam ao pré-registo das substâncias quando tiverem necessidade de fornecimentos destes produtos. O sistema irá, tal como o regulamento prevê, desenvolver-se de forma gradual, e durante este processo a lista de substâncias perigosas irá provavelmente aumentar.

Naturalmente que temos a questão dos problemas com que o sector se irá confrontar à medida que continuamos a usar o REACH. Iremos apreciar de forma minuciosa esta questão baseando-nos na análise dos pré-registos recebidos. No entanto, de momento não se pode dizer o que é que este elevado número nos revela realmente. Precisamos de mais algum tempo para isso e eu sugeriria que pudesse regressar a este Hemiciclo ou à comissão para vos informar sobre o resultado

Presidente. – Está encerrado o debate.

22. A situação das mulheres nos Balcãs

Presidente. - Segue-se na ordem do dia uma breve apresentação do relatório (A6-0435/2008) da deputada Zita Gurmai, em nome da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros, sobre a situação das mulheres nos Balcãs (2008/2119(INI)).

Zita Gurmai, relatora. – (HU) Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, muito obrigada por estarem presentes a esta hora tão tardia. Estou muito satisfeita por hoje lhes poder apresentar esta proposta de resolução. Estou satisfeita, porque isto revela a importância que o Parlamento Europeu atribui ao acompanhamento e melhoria da situação das mulheres nos Balcãs. Estou convencida de que comungamos todos deste interesse e desta responsabilidade, uma vez que a União Europeia não se pode fechar sobre si mesma.

Todos sabemos que os países desta região têm passado por traumas gravíssimos e não faz tanto tempo assim. Estão a fazer enormes esforços para solucionar os seus problemas e só por isso merecem a nossa admiração. Considero, contudo, que eles não estão a tomar em devida consideração um recurso muito importante, nomeadamente as mulheres.

É verdade que as mulheres em particular sofreram muito durante as guerras, mas devemos ter presente que elas não são apenas vítimas, mas desempenham também um papel construtivo, activo, útil e indispensável na estabilização e reconstrução democráticas.

Nunca fui a favor das excepções para as mulheres, mas atrevo-me a declarar que lhes devem ser dadas as mesmas oportunidades que aos homens. Nem mais, nem menos. Neste caso também não é diferente. As mulheres só podem desempenhar esse papel, se lhes for dada a oportunidade de o fazer.

E que oportunidade é essa? Uma vez que as mulheres constituem metade da população, deve ser-lhes dado um papel na tomada de decisões na mesma proporção. Sei que para muita gente o sistema de quotas não é a verdadeira solução, mas devo dizer que infelizmente ainda não foi encontrada outra solução administrativa mais eficaz.

A emancipação económica das mulheres é uma das primeiras tarefas. Mulheres trabalhadoras são membros da sociedade mais produtivos e menos subjugados. E, se estão a trabalhar, não podemos permitir que sejam excluídas dos cargos de liderança na vida económica. Ao mesmo tempo, deve ser dado às mulheres com grande carga horária de trabalho a oportunidade de conciliar a vida profissional com as obrigações familiares.

Para que isto aconteça, a atitude da sociedade deve tornar-se mais positiva em relação às mulheres, e devem abolir-se os estereótipos negativos. A educação e os meios de comunicação social desempenham um papel fundamental neste âmbito. Poderia continuar com esta lista longa, mas, por motivos de tempo, gostaria de chamar a atenção para dois aspectos muito importantes.

O primeiro é que nunca poderemos esquecer que a região em questão é constituída por vários países diferentes que não podem ser metidos no mesmo saco e tratados da mesma maneira. Cada país está a trabalhar arduamente em todos os campos e, desse modo, também, na melhoria da situação das mulheres. Como é natural, alguns países estão mais adiantados nesta luta do que outros, e tentei retratar essa situação no quadro anexo ao relatório.

O segundo é que a possibilidade de uma futura adesão à União Europeia constitui uma importante motivação para que estes países concretizem os seus objectivos. É importante que eles e nós aproveitemos este período também nesse sentido.

Pretendi com este relatório dizer que estes países estão no caminho certo, que presto homenagem aos seus esforços e que lhes desejo coragem para o que ainda têm pela frente.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para expressar os meus agradecimentos pela enorme ajuda que recebi no decurso desta tarefa de Rudolfs Verdins e Elvy Svennerstål, do Secretariado da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros, de Effy Tsonos e Majella McCone, do Secretariado do Grupo Socialista no Parlamento Europeu, das minhas colegas, as relatoras-sombra Marie Panayotopoulos-Cassiotou, Doris Pack, Edit Bauer, Livia Járóka, Filiz Hyusmenova, Emine Bozkurt, Anni Podimata e Marusya Lyubcheva, e de muitos outros. Agradeço de modo especial ao Secretariado do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus, ao Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia e,

naturalmente, aos Liberais, pelo seu incansável trabalho e inabalável prontidão para fazer concessões. Por último, mas não menos importante, desejo agradecer aos meus colegas mais próximos.

Sinto-me muito orgulhosa pelo facto de a resolução que hoje estou a apresentar-vos reflectir um amplo compromisso, que, na minha opinião, torna a mensagem do Parlamento Europeu uma mensagem clara, inequívoca e forte. Espero que a sua leitura entre linhas deixe claro que o meu objectivo é dar a este relatório um tom positivo e encorajante. Agradeço a vossa atenção. É também um grande prazer que o Comissário Verheugen, que era o Comissário responsável pelo Alargamento na altura em que aderimos à UE, esteja hoje aqui presente.

Günter Verheugen, Vice-Presidente da Comissão. – (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores, Senhora Deputada Gurmai, fui responsável pelo alargamento, mas isso foi há quatro anos. No entanto, recordo ainda alguns factos desse período. É com genuína satisfação que posso falar deste tema convosco esta noite, pois sempre tive um especial interesse por ele e esse interesse ainda hoje se mantém.

O relatório da senhora deputada coincide com as conclusões da Comissão e não se regista aqui qualquer divergência de opiniões. É obviamente correcto que encaramos a questão dos direitos da mulher e da igualdade de homens e mulheres como uma componente absolutamente indispensável dos critérios políticos que constituem uma condição prévia crucial para o início e conclusão das negociações de adesão.

Pela minha própria experiência posso dizer – e o Senhor Comissário Olli Rehn, que é agora o responsável por este pelouro, confirma isto – que as negociações para o alargamento, e na realidade todo o processo de alargamento, a mera esperança de que as negociações de adesão se concretizem, vêm melhorar significativamente a situação social dos grupos desfavorecidos numa base regular. Os governos e os parlamentos dos países envolvidos sabem o que a Europa espera deles. Em meu entender não existe um catalisador mais forte para uma mudança social rápida nos países candidatos ou potencialmente candidatos do que a perspectiva de se poderem tornar membros da União Europeia e terem, por conseguinte, de cumprir determinados padrões aplicados na Europa.

Os relatórios que elaborou, a sua análise e a nossa análise descrevem um problema realmente assustador. As mulheres dos países de que estamos hoje a falar estão geralmente sub-representadas, tanto no mercado de emprego como na vida política. A violência doméstica é generalizada. A situação das mulheres nas áreas rurais é extremamente preocupante. As raparigas e as mulheres pertencentes a minorias étnicas nacionais – sobretudo as mulheres romanichéis – sofrem, tal como as mulheres portadoras de deficiências, de uma especial discriminação, e as mulheres e as raparigas são, infelizmente e com demasiada frequência, vítimas do tráfico de seres humanos.

É por isso desnecessário que a Comissão diga, na cooperação com os países candidatos e potencialmente candidatos, que devem ser desenvolvidos programas para melhorar estas condições. Não preciso de descrever isso aqui em pormenor. Existe um grande número de programas que deverão permitir aos governos e às autoridades dos países candidatos tratar o problema de forma adequada. No entanto, existem também projectos e programas baseados no princípio da auto-ajuda, que apoiam organizações não-governamentais e outros grupos sociais.

Posso garantir-lhe, Senhora Deputada Gurmai, que a Comissão irá, de futuro, continuar a fazer tudo o que puder para contribuir para o reforço dos direitos das mulheres nos países balcânicos. É claro que tal inclui – como já referi – um apoio às organizações de mulheres e organizações não-governamentais. Penso que uma perspectiva credível e séria de adesão para estes países seria dar o maior estímulo possível para que façam realmente o que é necessário.

No entanto, não devemos ter quaisquer ilusões a este respeito. Todos os que estão nesta sala sabem que tais processos sociais levam o seu tempo. Se me permitem que refira de novo a minha própria experiência, não nos podemos contentar com o facto de um aspecto ou outro estar no código. Não nos podemos contentar com o facto de estarem a ser preparados planos de acção maravilhosos que parecem óptimos no papel. Vi dezenas deles e isso não significa de modo algum que alguma coisa vá de facto acontecer. Por isso, o verdadeiro trabalho está apenas a começar, e estou muito grato ao Parlamento Europeu pelo interesse tão grande que está a demonstrar por este trabalho.

Presidente. - Está encerrado o debate.

A votação terá lugar amanhã, quinta-feira, dia 4 de Dezembro de 2008, às 12H00.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Cristian Silviu Buşoi (ALDE), por escrito. – (EN) O desenvolvimento social nos Balcãs a nível da igualdade dos géneros é infelizmente conhecido pela falta de progresso. Embora tenha sido atribuído a alguns países dos Balcãs o estatuto de países candidatos à adesão à UE, a situação das mulheres é cada vez mais preocupante e revela muito poucos progressos.

Para defender a posição relativa das mulheres nas sociedades dos Balcãs, a UE deve ter um maior envolvimento no lento processo democrático que caracteriza a maioria dos países da região e encorajar a elaboração de instrumentos juridicamente vinculativos referentes aos direitos e liberdades das mulheres. Além disso, os governos da região devem aplicar o conceito da discriminação positiva, conforme este é aplicado pelos Estados-Membros da UE.

Não obstante, para se criar um ambiente estável pós-conflito, é imperativo que se promova o desenvolvimento de uma sociedade igualitária que proteja o estatuto da mulher, ao mesmo tempo que evita o restabelecimento das instituições “patriarcais” que caracterizaram muito do passado da região. A participação das mulheres no processo decisório é fundamental para que se consiga uma mudança significativa a nível do seu estatuto social e será de grande importância para se alcançar progressos no futuro.

Anneli Jäätteenmäki (ALDE), por escrito. – (EN) A igualdade de oportunidades para mulheres e homens é um elemento importante dos critérios de Copenhaga. Os países dos Balcãs ainda têm muito trabalho pela frente neste domínio. Os países candidatos devem fazer os possíveis para harmonizar a sua legislação em matéria de antidiscriminação e igualdade dos géneros com o acervo comunitário.

As áreas que exigem uma atenção particular nos Balcãs incluem: melhorar os cuidados de saúde, aumentar a representação feminina no governo, proteger as mulheres contra a violência doméstica, erradicar os crimes sexuais e implementar estratégias antidiscriminação mais eficazes.

Certamente que estes problemas também existem nos Estados-Membros da UE. Devemos lutar constantemente por uma maior igualdade entre mulheres e homens.

Os países candidatos têm que dar uma atenção particular à resolução destes problemas para que a sua adesão à União Europeia seja possível.

Livia Járóka (PPE-DE), por escrito. – (EN) Os problemas de discriminação que as comunidades romanichéis enfrentam continuam por resolver em toda a Europa. Tanto nos velhos como nos novos Estados-Membros, bem como nos países candidatos, as políticas de integração são normalmente fracas, esporádicas e administradas caso a caso. As mulheres romanichéis nos Balcãs enfrentam discriminação, não apenas em razão do seu género, mas também em razão do grupo étnico a que pertencem. Devido à sua marginalização em relação à sociedade dominante, as mulheres romanichéis enfrentam uma discriminação que afecta o seu acesso aos cuidados de saúde, a uma educação de qualidade, à habitação e ao emprego.

É extremamente importante que os países candidatos ou potenciais candidatos dos Balcãs garantam a eliminação de todas as formas de discriminação e preconceito contra as mulheres romanichéis e introduzam uma estratégia antidiscriminação eficaz e prática que seja implementada a todos os níveis (nacional e local).

É óbvio que o processo de alargamento da União Europeia, através da aplicação do seu instrumento – os critérios de Copenhaga –, tem potencial para alterar significativamente a situação dos Romanichéis nos Balcãs. Por esta razão, é crucial que a Comissão Europeia adote um sistema de acompanhamento eficaz, a fim de medir os verdadeiros esforços levados a cabo no âmbito dos direitos das minorias e dos direitos das mulheres nos Balcãs, o que atestará, desse modo, a plena observância dos critérios políticos para a sua adesão.

Dumitru Oprea (PPE-DE), por escrito. – (RO) O relatório sobre a situação das mulheres nos Balcãs trata um dos temas de maior actualidade neste momento: o lugar das mulheres na sociedade moderna. O relatório faz soar um grande número de alarmes no que respeita à situação das mulheres nos Balcãs, numa altura em que ali está em curso um processo de instauração de uma democracia estável. Este relatório é não apenas abrangente como também incide sobre temas fundamentais e de relevância geral, como sejam: as mulheres no mercado de trabalho, a luta contra os estereótipos, a saúde das mulheres, o envolvimento das mulheres no processo de tomada de decisão, a violência contra as mulheres e o tráfico de seres humanos. A relevância destes temas é ainda mais manifesta em alguns Estados que experimentaram grandes mudanças nos últimos vinte anos.

O que é preocupante é a grande dificuldade de aferir a situação real nestes países. Intencionalmente ou não, as mulheres são alvo de discriminação. Exemplo disto é o mercado de trabalho “informal” para as mulheres. Nalguns países, esta situação é considerada a norma. Maior ainda é o problema que encontramos entre as

mulheres que são encaminhadas ou se "desviam" para actividades que estão abaixo da dignidade humana, como a prostituição, ou que caem nas malhas do tráfico de seres humanos. Outra preocupação é o facto de que muitas mulheres são também vítimas de violência doméstica.

Noutro registo, as mulheres têm de se envolver mais nas mudanças de atitude, de modo a poderem ocupar na sociedade o lugar que merecem.

Rovana Plumb (PSE), por escrito. – (RO) Na minha qualidade de DPE oriunda de um país situado na proximidade imediata dos Balcãs Ocidentais, saúdo os progressos que têm sido feitos pelos países candidatos ou potenciais candidatos à adesão mencionados no relatório. No entanto, precisamos de medidas políticas específicas para acabar com a discriminação e a insegurança social e económica que persistem na região.

Os conflitos que têm grassado na região dos Balcãs têm desvirtuado a imagem das mulheres na memória colectiva. De igual modo, têm levado ao aparecimento e ao reforço de estereótipos por força dos quais o papel da mulher na sociedade é grandemente reduzido e ensombrado por homens de poder.

O ponto de partida para a eliminação destes estereótipos é ao nível do ensino primário. Os materiais educativos nas escolas devem efectivamente promover uma imagem positiva da mulher, gozando dos mesmos direitos que o homem.

É nosso dever apoiar estes programas, tanto em termos políticos como financeiros. Isto implica que, durante o processo de negociação, se deve acompanhar de perto os resultados alcançados.

Daciana Octavia Sârbu (PSE), por escrito. – (RO) A UE tem de acompanhar mais de perto a situação das mulheres nos Balcãs, em especial nos países candidatos à UE.

Simultaneamente, haveria que incentivar a concessão de fundos de pré-adesão para apoiar os países dos Balcãs na sua luta contra o tráfico de seres humanos e a prostituição, nomeadamente a que envolve menores, bem como para assegurar serviços de saúde adequados a que qualquer mulher possa ter acesso, independentemente da sua raça, religião ou condição social. Por último, mas não menos importante, esses fundos poderiam igualmente ser utilizados para ajudar a criar abrigos e centros de aconselhamento para mulheres vítimas de violência doméstica.

Gostaria também de sublinhar a importância de conceder apoio às ONG que lutam pelos direitos das mulheres nos Balcãs, tarefa a assumir pelos governos na região dos Balcãs ou por ONG activas nos Estados-Membros.

Exorto a que seja exercida pressão sobre os governos dos Estados dos Balcãs para que adoptem urgentemente medidas para combater e prevenir o tráfico de seres humanos, a prostituição envolvendo menores e a pornografia infantil, tendo em atenção que os Balcãs são simultaneamente uma zona de trânsito e um ponto de partida para o tráfico do seres humanos.

De igual modo, não podemos ignorar a necessidade de as competentes instituições nos Balcãs adoptarem medidas com vista a assegurar a igualdade de remuneração entre homens e mulheres e a educar as pessoas contra os estereótipos.

Dushana Zdravkova (PPE-DE), por escrito. – (BG) Na semana passada celebrámos o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres. A Comissão Europeia sublinhou a importância da batalha implacável contra este problema premente. O Parlamento Europeu também deverá apelar aos Estados Candidatos para que adoptem medidas activas com vista à aplicação e o cumprimento adequado do quadro regulamentar em vigor. A lei não pode limitar-se apenas ao papel, deve também ser efectivamente aplicada para que melhore a situação das mulheres sujeitas a este tormento no seu dia-a-dia e que não têm consciência de que a situação não é aceitável. Por esse motivo concordo com o investigador no sentido de que é necessário tomar medidas para alterar este modo de pensar estereotipado nos países em causa.

Gostaria de chamar a vossa atenção para um outro ponto fundamental referido no relatório. De acordo com as especificidades da região e particularmente com o conflito militar que toda a Europa testemunhou na década passada, gostaria de sublinhar o facto de, nas zonas de conflito, os homens, as mulheres, as raparigas e os rapazes vivenciaram a guerra de modo distinto. É verdade que as mulheres e as crianças são mais frequentemente as vítimas destes conflitos, todavia devem ser dadas às mulheres as mesmas oportunidades e iguais hipóteses para também lutar, participar activamente na vida social e política e para estabilizar e gerir a sociedade.

23. Ordem do dia da próxima sessão: Ver Acta

24. Encerramento da sessão

(A sessão é suspensa às 23H55)